



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Instituto de Psicologia

Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

Programa EICOS

MESTRADO

**CONFLITOS AMBIENTAIS NA BAÍA DE SEPETIBA:
o caso dos pescadores atingidos pelo processo de implantação do complexo
industrial da Companhia Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp CSA)**

MARINA BARBOSA ZBOROWSKI

RIO DE JANEIRO

2008

CONFLITOS AMBIENTAIS NA BAÍA DE SEPETIBA

O caso dos pescadores atingidos pelo processo de implantação do complexo industrial da
Companhia Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp CSA)

Marina Barbosa Zborowski

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades
e Ecologia Social (Programa EICOS), Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de Mestre em
Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

Orientador:
Carlos Frederico Bernardo Loureiro

Rio de Janeiro

2008

Zborowski, Marina Barbosa.
Conflitos ambientais na Baía de Sepetiba: o caso dos
pescadores atingidos pelo processo de implantação do
complexo industrial da Companhia Siderúrgica do Atlântico
(ThyssenKrupp CSA) / Marina Barbosa Zborowski. Rio de
Janeiro, 2008.
254 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades
e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro, 2008.

Orientador: Carlos Frederico Bernardo Loureiro

1. Conflitos ambientais. 2. Campo Ambiental. 3. Justiça
Ambiental. 4. Licenciamento ambiental.
I. Loureiro, Carlos Frederico Bernardo (Orient.). II.
Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa
EICOS/Instituto de Psicologia. III. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: CONFLITOS AMBIENTAIS NA BAÍA DE SEPETIBA: o caso dos pescadores atingidos pelo processo de implantação do complexo industrial da Companhia Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp CSA)

Autora: Marina Barbosa Zborowski

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa EICOS/ Instituto de Psicologia/ Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovada por:

Prof. Carlos Frederico Bernardo Loureiro - Orientador
Doutor em Serviço Social (UFRJ)

Prof. Ruth Machado Barbosa
Doutora em Psicologia (UFRJ)

Dr. Philippe Pomier Layrargues
Doutor em Ciências Sociais (Ministério do Meio Ambiente)

Rio de Janeiro

2008

RESUMO

ZBOROWSKI, Marina Barbosa. **Conflitos ambientais na Baía de Sepetiba: o caso dos pescadores atingidos pelo processo de implantação do complexo industrial da Companhia Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp CSA)**. Orientador: Carlos Frederico Bernardo Loureiro. Rio de Janeiro: UFRJ/EICOS; CNPq, 2008. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social).

Nas últimas décadas, a temática ambiental vem sendo progressivamente incorporada na sociedade. O processo de democratização do país abriu espaço para a discussão pública e participação da sociedade civil nos processos de decisão política. Apesar do aparente consenso a respeito da crise ambiental, ao aproximarmos os problemas ambientais em uma inserção local, se evidencia a realidade de desigualdades e conflitos a elas subjacentes, uma vez que tais problemas não são distribuídos de forma homogênea na sociedade. Assim, pode-se referir a um campo ambiental em estruturação, constituído por diferentes grupos sociais com trajetórias, visões de mundo e interesses contraditórios que lutam pela legitimação seus discursos e práticas. Esta pesquisa tem o objetivo de analisar a dinâmica conflituosa envolvendo sociedade civil – os pescadores artesanais, em particular - Estado e empreendedores durante o processo de implantação da Companhia Siderúrgica do Atlântico (joint-venture da Vale com a ThyssenKrupp Steel), localizado na divisa do distrito de Santa Cruz - pertencente ao município do Rio de Janeiro -, com o município de Itaguaí. O estudo de caso foi desenvolvido dentro das premissas da pesquisa participante, utilizando como opção metodológica a dialética ao buscar uma constante correlação entre as realidades local e global. Os resultados da pesquisa foram levantados a partir de dados primários e secundários, como também através de entrevistas qualitativas com os diversos atores envolvidos no conflito, estas últimas em uma tentativa de desvendar com o máximo de fidelidade seus papéis na dinâmica conflitiva. Ao mesmo tempo, durante as análises buscou-se problematizar a construção do meio ambiente como objeto de disputa política, dado que é permeado por tradições culturais e correntes ideológicas distintas. Igualmente, a temática da justiça ambiental é colocada em questão como corrente em ascensão no campo ambiental, com potencial de deslegitimar o discurso hegemônico, ao evidenciar a relação entre exposição à degradação ambiental e condição de classe. Os resultados encontrados indicam que as estratégias políticas e governamentais, além daquelas adotadas pela própria empresa para driblar os conflitos na localidade fizeram com que a implantação da CSA seja um processo de aparente irreversibilidade. Por outro lado, os danos ambientais e sociais denunciados na esfera pública têm gerado repercussão na sociedade, onde se percebe que a empresa tem agido com cautela com o propósito de apaziguar ou minimizar os impactos negativos. Neste contexto de práticas hegemônicas fortalecidas por interesses políticos e econômicos, o ponto crucial desta pesquisa fundeu-se na análise do espaço possível de ser conquistado pelas forças contra-hegemônicas no controle social das políticas públicas.

ABSTRACT

ZBOROWSKI, Marina Barbosa. **Environmental Conflicts in Sepetiba's Bay: a study case on the fisherman affected by the deployment of ThyssenKrupp CSA's industrial complex.** Orientation by: Carlos Frederico Bernardo Loureiro. Rio de Janeiro: UFRJ/EICOS; CNPq, 2008. Dissertation (Master in Community Psychosociology and Social Ecology).

In recent decades, the environmental issue has been gradually incorporated into society. The process of democratization of the country has opened up space for public debate and civil society participation in political decision-making process. Despite the apparent consensus about the environmental crisis, the approach of environmental problems into a local site highlights the reality of inequality and conflicts underlying them, since such problems are not so homogeneously distributed in society. Thus, it can be referred to an environmental field being structured and composed by social groups with different trajectories, world insights and opposite interests which struggle for legitimacy through their speeches and practices. This survey aims to examine the dynamics of a conflict involving civil society - the traditional fishermen, in particular - State, and entrepreneurs during the deployment of Companhia Siderúrgica do Atlântico (joint venture shared by ThyssenKrupp Steel and Vale), located in the edge of Santa Cruz District - which belongs to Rio de Janeiro's county - with Itaguaí's county. The study case was developed within the premises of participatory research, using the dialectic method as an option to seek a constant link between the local and global realities. The survey results were collected from primary and secondary data, but also through qualitative interviews with the various actors involved in the conflict, the latter in an attempt to unravel with the utmost fidelity their roles in the conflictive dynamics. At the same time, during the analysis it was sought to question the construction of the environment as a subject of political dispute, as it is permeated by cultural traditions and different ideological currents. Also, the environmental justice theme has been brought presently as an uptrend within environmental field, with the potential to delegitimize the hegemonic discourse, when highlighting the relationship between exposure to environmental degradation and class condition. The results indicate that the strategies and governmental policies, beyond those adopted by the company itself to trick the conflicts in the locality, have made the deployment of CSA a process of apparent irreversibility. Moreover, social and environmental damages revealed to the public sphere have created repercussions in society, where we can perceive that the company has been acting cautiously with the aim to appease or minimize negative impacts. In this context of hegemonic practices strengthened by economic and political concerns, the crux of this research was conceived on the analysis of space which can be conquered by counter-hegemonic forces in the social control of public policies.

LISTA DE SIGLAS

ABIT - Associação de Barqueiros de Itacuruçá
 AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
 ALERJ – Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
 AMACOR - Associação de Maricultores de Coroa Grande
 AP – Audiência(s) Pública(s)
 APAIM - Associação de Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira
 APESCARI - Associação de Pescadores do Canto dos Rios
 APLIM – Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira
 APP – Área de Proteção Permanente (o que inclui as FMP)
 BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
 CDF – Confined Disposal Facility (ou ADC –Área de Disposição Confinada)
 CECA – Comissão Estadual de Controle Ambiental
 CODIN - Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do RJ
 CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
 COSIGUA – Companhia Siderúrgica Guanabara
 CPBS – Companhia Portuária da Baía de Sepetiba
 CSA – Companhia Siderúrgica do Atlântico
 CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
 CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
 EA – Educação ambiental
 EIA – Estudo de Impacto Ambiental
 FBCN – Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
 FAPESCA – Federação Estadual de Pescadores Artesanais (RJ)
 FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
 FIRJAN – Federação de Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
 FMP – Faixa marginal de proteção
 GATE – Grupo de Apoio Técnico Especializado
 IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
 JB – Jornal do Brasil
 MP – Ministério Público
 MPF – Ministério Público Federal
 MPE – Ministério Público Estadual
 NUCLEP – Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.
 ONG – Organização (ões) Não Governamental (is)
 PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
 PIB – Produto Interno Bruto
 PP – Pesquisa participante
 RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
 RS – Representações sociais
 TCE – Tribunal de Contas do Estado
 UTE – Usina Termelétrica
 ZPE – Zona de Processamento de Exportação
 ZEI – Zona Exclusivamente Industrial
 ZUPI – Zona de Uso Predominantemente Industrial

LISTA DE MAPAS E FIGURAS

1. Mapa panorâmico da Baía de Sepetiba e marcações com os locais de pesca dos entrevistados
2. Mapa de localização do terreno da ThyssenKrupp CSA
3. Região Administrativa de Santa Cruz com suas Zonas Industriais
4. Município de Itaguaí e suas Zonas Industriais
5. Localização terreno CSA e Distritos Industriais no entorno
6. Vista aérea da Ilha da Madeira: Porto de Itaguaí e passivo da Ingá
7. Figura com desenho do projeto da CSA disponível no site da empresa
8. O então Secretário do Ambiente Carlos Minc e Governador Sérgio Cabral no terreno da Ingá Mercantil inaugurando obras de descontaminação do passivo.
9. Placa da ThyssenKrupp CSA
10. Ponte de Acesso do Porto de Itaguaí
11. Usina Termelétrica de Santa Cruz, no Distrito Industrial (ZEI) de Santa Cruz
12. Bate-estacas e inúmeras estacas em obra ThyssenKrupp CSA
13. Ponte de acesso em construção no manguezal
14. Obra no terreno da CSA
15. Obra no terreno da CSA
16. Obra no terreno da CSA
17. Construção da ponte de acesso e alteração na coloração da água

AGRADECIMENTOS

À minha família: meus pais, tios, avós e primos e, em especial, a Maria Cristina, André e Isabel, pelo carinho, compreensão, apoio e, principalmente, pela paciência nos momentos mais críticos durante o desenvolvimento da pesquisa. Igualmente, agradeço a Danilo Nascimento, a quem já considero parte da família, pelo carinho e imensa colaboração.

Ao meu orientador, Carlos Frederico Bernardo Loureiro, fonte de inspiração e de reflexão, primeiramente por ter me acolhido em meados de 2006, após iniciado o mestrado, e por ter apostado na minha evolução desde então e, pessoalmente, pela diligência e sutileza com que conduz seus discursos e posicionamentos.

Aos colegas do mestrado, com os quais pude formar bons laços de amizade, em especial a Lara Moutinho, Cláudia Cunha, Michelle Glória, Larissa Fernandes, Aline Pinna, Sultane Mussi, Maria Fernanda Alegria, Cláudia Horta e ao extra-oficialmente agregado Miguel Ângelo do Carmo.

Aos docentes e funcionários do Programa EICOS, em especial Rosa Pedro, Marta Irving, Ruth Machado e Ricardo Fernandes.

Aos companheiros do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS) pelos bons momentos de compartilhamento intelectual.

Aos meus amigos de fora da esfera do mestrado, pelos bons e necessários momentos de descontração, mas também pelo companheirismo, paciência e compreensão, com carinho especial a Fabiana MacCord, Fernanda Leitão, Joana Silvestre, Maria de Fátima Fernandes e Priscilla Lowndes. Agradeço especialmente ao amigo Glauber Carvalhosa, pelo fundamental apoio durante minhas saídas de campo.

Vale ressaltar meu agradecimento mais que especial a Geisy Leopoldo, que, pela convivência, carinho e companheirismo, não poderia se encaixar em apenas uma dessas categorias, mas em todas (ou pelo menos quase todas) aquelas que preenchem a minha vida.

À família Leopoldo, em especial a Sonia Maria e Cindy pela boa convivência e relação quase familiar, o que com certeza fez toda a diferença durante esse período.

À equipe do Programa EICOS, pelo apoio acadêmico e institucional, ao CNPq, pelo suporte financeiro.

Finalmente, não poderia deixar de agradecer o apoio daqueles envolvidos diretamente na minha pesquisa, em especial a Sérgio Ricardo de Lima, Marcos Garcia e Luis Carlos Oliveira, pelo contato, idéias trocadas e pelas informações que me foram confiadas e se fizeram fundamentais para a concretização do presente trabalho.

Muito obrigada. Vocês fizeram e fazem toda a diferença na minha vida.

SUMÁRIO

	pág.
CAPÍTULO I	
INTRODUÇÃO	14
1.1 Apresentação do trabalho: questões iniciais, justificativa, problemática e objetivos da pesquisa	14
1.2 - Campo paradigmático e Teoria Crítica	19
 CAPÍTULO II	
A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL	23
2.1 - As sensibilidades ambientais	24
2.2 – A teoria dos campos sociais e o campo ambiental	27
2.2.1 – A teoria dos campos sociais	27
2.2.2 – O campo ambiental	34
2.2.3 - Representações sociais, cultura e ideologia	41
2.2.4 - Representações sociais, ideologias ambientais e conflitos socioambientais	54
2.3 – Contexto histórico da questão ambiental: da proteção da natureza ao discurso da sustentabilidade planetária	67
2.3.1 – Contexto global	67
2.3.2 – Contexto nacional	74
2.4 – A ‘ambientalização’ dos movimentos sociais e a busca por justiça ambiental	78
 CAPÍTULO III	
METODOLOGIA	
Pesquisa participante, estudo de caso, desenho da pesquisa e métodos de coleta e análise de conteúdo	86
 CAPÍTULO IV	
O CONFLITO AMBIENTAL: estratégias de enfrentamento e grau de legitimação	96
4.1 - Elementos do conflito: contextualização, caracterização dos atores-adversários e do território em litígio	98

4.1.1– A Bacia Hidrográfica da Baía de Sepetiba como território de disputa	98
4.1.1.1 – <i>Caracterização da Baía</i>	98
4.1.1.2 – <i>Políticas de zoneamento industrial e (políticas de) poluição</i>	99
4.1.1.3 – <i>O maior passivo ambiental do Estado: o caso da Ingá Mercantil</i>	104
4.1.1.4 – <i>Caracterização das regiões de Santa Cruz, Itaguaí e adjacências</i>	105
4.1.1.5 – <i>A região enquanto “zona de sacrifício”</i>	110
4.1.2 – O contexto sociopolítico: época de crença na doxa desenvolvimentista	112
4.1.3 - Os atores-adversários	118
4.1.3.1 – <i>A Companhia Siderúrgica do Atlântico: crença no capital econômico</i>	118
4.1.3.2 – <i>Os pescadores artesanais: crença no capital simbólico</i>	124
4.2 – Dos riscos potenciais ao dano ambiental: catalisadores do conflito no processo de implantação da ThyssenKrupp CSA	130
4.2.1 – Contestações durante o processo de licenciamento ambiental	132
4.2.1.1 – <i>Polêmicas com o EIA/RIMA</i>	132
4.2.1.2 – <i>A ilegalidade das Audiências Públicas</i>	140
4.2.2 – Sob a perspectiva dos atingidos: danos ambientais observados, riscos percebidos e prejuízos sentidos	148
4.2.2.1 – <i>Riscos de contaminação pela dragagem e danos ao pescado</i>	148
4.2.2.2 – <i>Danos aos manguezais e riscos reprodutivos</i>	155
4.2.2.3 – <i>Riscos de atropelamento e danos às embarcações</i>	159
4.2.2.4 – <i>Área de exclusão da pesca: prejuízos a sobrevivência do pescador</i>	163
4.2.2.5 – <i>A violência do maquinário: danos a biota e prejuízos ao pescador</i>	167
4.2.3 – Quando não basta que “cada um faça a sua parte”: a omissão do Estado na defesa da coletividade	172
4.2.3.1 – <i>Descrença no papel de mediação das arenas públicas</i>	173
4.2.3.2 – <i>Descrença no papel de fiscalização</i>	175
4.2.3.3 – <i>Descrença na credibilidade dos órgãos ambientais</i>	177
4.2.3.4 – <i>Descrença no meio científico das universidades públicas</i>	178
4.3 - Movimentos de heterodoxia na luta simbólica: discurso dos atingidos frente aos danos ambientais e exclusão social	181
4.4 – Estratégias de enfrentamento	190
4.4.1 – Contra a descrença e a ortodoxia: a participação dos grupos sociais atingidos	190
4.4.2 - Alianças estabelecidas pelos atingidos	201
4.4.3 - Arenas construídas: o espaço público no processo de legitimação do conflito	205

4.4.3.1 – <i>Em busca de visibilidade: o papel da mídia</i>	205
4.4.3.2 – <i>Nos bastidores ou sob os holofotes: constrangimentos à participação nas Audiências Públicas</i>	208
4.4.3.3 – <i>Comissões de Acompanhamento de Dragagem</i>	212
4.4.3.4 – <i>As ruas e as águas</i>	214
4.4.3.5 – <i>O poder do Ministério Público: interferências na configuração do conflito</i>	216
4.4.4 - Quando não há arena: o processo de esfacelamento dos conflitos	220
4.4.4.1 – <i>O mercado do consenso: desvelando o programa de “diálogo social”</i>	220
4.4.4.2 – <i>Políticas de favorecimento em detrimento da política pública</i>	224
 CAPÍTULO V	
CONCLUSÕES	226
 5.1 - Contribuições ao licenciamento ambiental: análise das lacunas político-estruturais ao controle social de empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental	227
 5.2 – Contribuições ao movimento por Justiça Ambiental: análise do <i>status</i> do campo ambiental e sinais de heterodoxia	229
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	235
 APÊNDICE	242
 ANEXOS	244

The Lighthouse

(Interpol)

This place is set to break
It's just as safe from the outside tonight
And I want that
I face the storm's appetite
From the lighthouse

And I want that
I embrace the storm and the night

Whole

What do the waves have to say?
What do the waves have to say now now?
Slow now
I let the waves have their way
Now now
Slow
I let the waves have their day

And I want that

Here I've been living unloosened from sin
Upward and outward
Begin, begin

Here I've been loosened, unliving within
Inwardly urgent
I'm sinking again

The Lighthouse

À introspecção.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1.1– Apresentação do trabalho:

Questões iniciais, justificativa, problemática e objetivos da pesquisa

Nas últimas quatro décadas, a temática ambiental vem sendo progressivamente incorporada na sociedade como um todo. O processo de democratização do país abriu espaço para discussão pública e para a participação da sociedade civil nos processos de decisão política. A temática ambiental se institucionalizou nas esferas governamentais, a universalidade do meio ambiente como bem público foi sancionada como lei. O direito a um meio ambiente saudável é incluído como parte dos direitos ‘difusos’, e a população tem acesso a mecanismos que garantam esses direitos, recorrendo a Ação Civil Pública ou a Ação Popular.

Assim, a abertura de espaços participativos para a gestão pública do meio ambiente ilustra o caráter essencialmente democrático da política ambiental brasileira, pelo menos em seu sentido formal e legal. No entanto, apesar a força da legislação, observa-se mesmo assim uma série de publicações sobre conflitos sociais em todo o Brasil envolvendo o uso dos bens ambientais (FUKS, 2001; ACSELRAD, 2004a; 2004b; 2004c; LEITE LOPES, 2004, THEODORO et al., 2005, ZHOURI *et al.*, 2005). O perfil dos conflitos é bastante variado: ele pode ser rural ou urbano, envolve desde questões agrárias a industriais, é permeado por embates tanto materiais como simbólicos e entre atores sociais mais diversos, pertencentes tanto à sociedade civil (institucionalizada ou não), como ao Estado e ao mercado.

Entretanto, nota-se que há alguns padrões que podem ser delineados dentro dessa diversidade de disputas. É fato que os grupos entram muitas vezes em conflito em virtude de um choque cultural entre distintas formas de perceber e de se apropriar do meio ambiente. Mas, sobretudo, eles envolvem embates por dominação social e ideológica, isto é, entre forças hegemônicas, detentoras de grande poder econômico e político, e populações periféricas, com pouco poder material, simbólico e organizativo de contestar as forças hegemônicas.

Nessa perspectiva, surgem uma série de *questões iniciais*: será que nos espaços públicos aberto para discussão são utilizados meios que assegurem uma participação democrática entre os diversos atores sociais envolvidos? Até que ponto é efetivo o ativismo comunitário no controle dos impactos sociais e da poluição ambiental? Como os atores sociais percebem os riscos sociais e ambientais? Como se dá a dinâmica envolvendo Estado, sociedade civil e empreendedores? Qual o papel ideológico das forças hegemônicas para mascarar os riscos de impacto e para dissolver os embates simbólicos? Como os grupos sociais atingidos conseguem abrir espaço numa agenda pública dos problemas a que estão submetidos? Como a trajetória dos grupos afeta a motivação para atuar em determinado espaço público?

A crítica ao discurso hegemônico pode ser relacionada a um movimento ambientalista de caráter contra-hegemônico. Apesar do aparente consenso e universalidade a respeito da crise ambiental, em geral bastante evidenciada pelo discurso hegemônico, percebe-se que quando aproximamos o problema ambiental para uma inserção local, concreta, evidencia-se a realidade das assimetrias e das desigualdades sociais e os conflitos a elas subjacentes e que, na verdade, os problemas ambientais não são distribuídos de forma homogênea na sociedade.

O presente trabalho se baseia nestes problemas levantados, e procura problematizar os diversos poderes envolvidos nesses espaços, que podem ser objeto de reprodução ou de

transformação das desigualdades no acesso aos benefícios ambientais. Este estudo parte, deste modo, da *problemática* de que:

- A crise ambiental é reduzida de seu caráter multidimensional e complexo, dicotomizando a relação sociedade – cultura - meio ambiente de sua dimensão histórica.
- Distribuição dos benefícios assim como dos riscos e danos ambientais é desigual, portanto o meio ambiente não é um bem comum universalizado, e a crise ambiental não abrange homogeneamente a humanidade.
- A injustiça ambiental ocorre por causa da distribuição desigual de poder entre os diferentes grupos sociais e, ao contrário da tese pós-materialista de que apenas os grupos sociais apresentam uma maior tendência de se preocupar com a questão ambiental, os movimentos populares estão em processo de ambientalizar suas demandas sociais como um problema ambiental. Ao invés de preocuparem-se com aspectos restritos a manutenção de um ambiente esteticamente agradável, ou com uma qualidade de vida restrita ao consumo de mercadorias ‘verdes’, os grupos populares demandam através do discurso do meio ambiente, direitos sociais básicos, buscando assim o acesso à cidadania.

Nas últimas duas décadas, a aliança dos movimentos populares com o movimento ambientalista tem remanejado o campo de forças políticas ao incorporar a temática do meio ambiente em suas demandas sociais. Questões como saúde, saneamento básico, luta contra o desmatamento, os agrotóxicos, a poluição, entre muitas outras questões têm sido incorporadas como problemas ambientais.

Ainda, práticas e estudos participativos têm sido adotados por pesquisadores e militantes sensibilizados com causa ambientalista em seu ideal de transformação e

emancipação humana, com o objetivo de empoderar grupos periféricos e com menor poder de intervenção na sociedade. A educação ambiental situa-se entre essas práticas sociais com papel de transformar da realidade e de emancipar grupos em situação de exclusão social e vulnerabilidade ambiental.

Por outro lado, simultaneamente, à medida que a temática avança entre os movimentos populares e a corrente radical do movimento ambientalista, os empreendedores, os donos do capital e defensores do discurso neoliberal também se apropriam da crítica a sua atuação e procuram usá-la a seu favor.

Nesta perspectiva, pode-se referir a um *campo ambiental* a dinâmica entre esse movimento de conservação e transformação da estrutura social. Este campo seria constituído por diferentes indivíduos e grupos sociais com trajetórias, visões de mundo e interesses bastante distintos quanto contraditórios. Tais agentes sociais encontram-se situados em relações de luta e concorrência material e simbólica pela elaboração de ‘verdades’ a respeito do significado de meio ambiente, buscando com isso a legitimação e universalização de formas socioculturais particulares que determinam como será o acesso, uso e distribuição dos bens ambientais pelos diferentes grupos sociais. Assim, o campo ambiental pode ser visto como uma arena de debate e ação a respeito de questões relacionadas a proteção e ao uso do meio ambiente.

Dentro do panorama acima descrito, este estudo tem como *justificativas*:

- A necessidade de avançar nestas discussões relativas aos conflitos ambientais, pois elas mostram-se relevantes para a democratização dos processos de gestão ambiental e para a compreensão política do campo ambiental.
- Essas discussões serão verificadas por meio de um estudo de caso que necessita de pesquisas que subsidiem os processos instaurados. Além disso,

este é um caso relevante nos debates recentes entre ambientalistas e que está na pauta do Movimento Brasileiro de Justiça Ambiental.

Objetivo geral

Analisar a dinâmica conflituosa envolvendo sociedade civil, Estado e empreendedores durante o processo de implantação de uma indústria de alto impacto social e ambiental, a Companhia Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp CSA).

Objetivos específicos

- Analisar a trajetória de mobilização dos grupos sociais que tiveram suas condições de vida afetadas pela implantação da CSA;
- Analisar as alianças, estratégias, práticas e a dinâmica discursiva dos diversos atores sociais envolvidos;
- Definir os conflitos ambientais estabelecidos em torno do processo de implantação e sua relevância para a democratização dos processos de gestão ambiental;
- Gerar conhecimento sobre a dinâmica conflituosa do campo ambiental no momento histórico atual;
- Oferecer resultados que colaborem para a reflexão por pesquisadores e ativistas sensíveis à causa ambiental sobre o papel do ambientalismo como movimento transformador e emancipatório.

1.2 – Campo paradigmático e Teoria Crítica

A questão ambiental perpassa pela crise da qualidade da relação da sociedade ocidental moderna com o meio ambiente, e esta relação é cultural, histórica, material e simbólica e, portanto, o presente trabalho parte do princípio de que a construção dessa relação é complexa, dinâmica e inacabada.

Este estudo se fundamenta em um campo interdisciplinar e interparadigmático dada a diversidade de conhecimentos e referenciais teóricos de tradições distintas, mas que se encontram entrelaçados entre múltiplas dimensões, tais como a biológica, cultural, social, histórica, ética e política que compõem a questão ambiental.

Assim, esta pesquisa parte também do campo paradigmático da complexidade, segundo Edgar Morin. De acordo com este autor (apud VASCONCELOS, 2002), esta concepção paradigmática pretende superar os problemas essenciais do pensamento hegemônico ocidental. São eles:

- *A disjunção e especialização fechada* – o paradigma cartesiano separa o mundo objetivo, a ser manipulado, do mundo dos sujeitos representado por sua característica de pensamento e consciência. Já as especializações disciplinares fragmentam o contexto, o global e as complexidades, enfraquecendo o senso de responsabilidade e o recalçamento da solidariedade.
- *Redução* – esse princípio restringe os processos humanos e planetários ao simples, quer seja por meio de uma lógica mecânica e determinista de exclusão de tudo aquilo que não seja quantificável, como as subjetividades humanas, quer seja pelo determinismo que oculta o imprevisto, o novo e a invenção.

- *Abstração* – o pensamento simplificador é incapaz de conceber uma conjunção complexa do uno ao múltiplo ao unificar abstratamente em totalidades ou holismos que anulam a diversidade, conduzindo necessariamente a mutilações.

Segundo Morin (1999/2000), complexidade significa:

“O que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo, entre o objeto do conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, as partes entre si. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade”.

A questão ambiental e as relações homem-natureza são históricas, são objeto de disputa entre grupos sociais com formas materiais e simbólicas particulares de se apropriarem do meio ambiente. Atualmente, vivemos em um mundo dominado pela racionalidade moderna liberal (ou urbano-industrial capitalista), cujas principais fragilidades foram acima expostas. Esta racionalidade deu impulso para a estruturação da sociedade atual, capitalista e neoliberal e, acima de tudo, ideológica. A sociedade capitalista estruturou-se expropriando o homem dos seus meios de produção material e intelectual, colocando-o subordinado a uma racionalidade mercadológica e explorado de acordo com os interesses de uma elite dona dos meios de produção econômica e cultural. No entanto, a condição de exploração aparece como normal na sociedade, devido ao conjunto de idéias que coerentemente procuram explicar uma natureza supostamente imutável – pois a ideologia encobre a historicidade das relações sociais-, formuladas por grupos sociais hegemônicos em busca de legitimarem sua dominação.

Desta forma, a busca da superação da racionalidade hegemônica para uma que transforme as relações humanas com a natureza e entre si mais horizontais, procurando ver o mundo de forma complexa, global, porém sem minar com a diversidade sociocultural, é necessária. A Teoria Crítica, fazendo o uso do *materialismo histórico e dialético* que procure

articular as dimensões micro-macro sem perder o horizonte histórico em que a sociedade se estrutura, torna-se fundamental dentro desse contexto, pois:

“De um lado, temos a fragmentação e simplificação do saber nas ciências convencionais. Em outro pólo, temos as perspectivas pós-modernas, enfatizadoras da diferença e diversidade, mas cuja ruptura completa com o realismo e fragmentação, relativismo radical e dispersão provocam sérias limitações para a construção de um arcabouço teórico e institucional capaz de sustentar as lutas emancipatórias, principalmente em uma conjuntura que nos exige construir projetos históricos e ambientais alternativos e mecanismos regulatórios não só em escala nacional, mas principalmente planetária, capaz de fazer frente à hegemonia neoliberal globalizada atual”. (VASCONCELOS, op cit.)

Assim, a prática científica adotada neste estudo deve se basear no princípio da tensão e contradição permanentes entre a universalidade da teoria acadêmica e sua aplicabilidade prática, em um contexto concreto, ao histórico, pertencente ao senso comum e ao cotidiano, que legitime sua validade. Essa estratégia é parte de um exercício constante da *práxis*, cujo desvelamento da realidade social deve ser realizado para além da dimensão empírica e do imediatismo, mas também sem se perder em uma lógica universalista e abstrata.

Desta forma, a Teoria Crítica e o exercício da *práxis*, juntos desvelam uma realidade que está nos bastidores do que aparece na realidade imediata, pois recupera a historicidade do que é social, questionando então as formas ideológicas de opressão. Por isso, este estudo teve a pretensão de se realizar em cima de uma construção de um conhecimento *engajado* e de cunho *emancipatório*, que supere as opressões ideológicas e construa novas relações sociais que assumem a bandeira do pluralismo e do respeito à complexidade, mas que ao mesmo tempo, dê espaço para a incerteza histórica e os conflitos imanentes às relações sociais.

Goldfinger*(Shirley Bassey)*

He's the man, the man with the Midas touch.
A spider's touch.
Such a cold finger.
Beckons you to enter his web of sin
But don't go in.

Golden words he will pour in your ear,
But his lies can't disguise what you fear,
For a golden girl knows when he's kissed her,
It's the kiss of death from

Mister Goldfinger.
Pretty girl beware of this heart of gold
This heart is cold.

Golden words he will pour in your ear,
But his lies can't disguise what you fear,
For a golden girl knows when he's kissed her,
It's the kiss of death from

Mister Goldfinger.
Pretty girl beware of this heart of gold
This heart is cold.
He loves only gold,
Only gold.
He loves gold.
He loves only gold,
Only gold.

CAPÍTULO II

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL

Este capítulo se baseia na construção do significado da chamada *questão, crise* ou *problemática* ambiental, bem como sua materialização em representações e práticas sociais no contexto atual. Essa problemática alcançou uma escala global especialmente a partir da década de 1960, representando uma revolução nos valores e comportamentos das pessoas, por se encontrar cada vez mais presente em seu cotidiano. No entanto, como essa questão emergiu como problemática? Qual o contexto de sua emergência, possibilitando com que ganhasse status global? Como ela foi apropriada no Brasil? Como essa problemática se transformou em um campo de debate, de construção de conhecimento e de ação política com o objetivo de superá-la?

Para responder a essas questões, o objetivo deste capítulo é fazer uma investigação teórica do contexto histórico do surgimento de questionamentos quanto à degradação ambiental, ao modelo hegemônico de desenvolvimento e às suas interferências na qualidade de vida. Isto desencadeou debates e conferências globais sobre o assunto, assim como o surgimento de correntes filosóficas, teóricas e políticas que buscam explicar a crise ambiental e os meios de sua superação, permeadas por visões de mundo, ideologias e interesses distintos.

Assim, parte-se do princípio de que essa relação entre diferentes forças filosóficas, ideológicas e políticas são muitas vezes conflituosas, uma vez que lutam pela universalização de um destino coletivo de acordo com suas crenças do que é o ideal de ‘natureza’, ‘meio ambiente’, ‘desenvolvimento’ e ‘sustentabilidade’, entre outros conceitos. Por meio dessas

crenças, há o anseio de que tais conceitos sejam materializados e reconhecidos como legítimos na sociedade, o que exprime a existência de um campo social de forças sendo progressivamente estruturado que torna igualmente indispensável sua investigação neste trabalho.

2.1 - As sensibilidades ambientais

O crescente debate sobre a questão ambiental tem modificado valores, práticas e formas de ver o mundo na sociedade, tornando-se um campo de discussão e ação que penetra na construção de novas concepções filosóficas, novos saberes, novas práticas e na elaboração de novas políticas públicas. Além da importância do movimento ambientalista para balizar essas questões, vem sendo observado um processo de absorção da questão ambiental em diversos setores da sociedade. Os argumentos para explicar essa crescente sensibilização perpassam por uma variedade de concepções como as de que essas respostas são reações esperadas das condições objetivas de degradação do meio ambiente, como também de que chegamos a um processo evolutivo revelador de um caráter intrinsecamente degradador e egoísta da espécie humana em relação aos elementos não-humanos, ou de que essas modificações refletem um caráter inédito de nossa história (FUKS, 2001; GERHARDT & ALMEIDA, 2005).

Por outro lado, será que um simples somatório de eventos catastróficos, ou que explicitem a degradação ambiental, como o desmatamento e a poluição sempre foram interpretados como problemas ambientais? Esses problemas podem ser identificados *a priori*? Será que esses fatos realmente são sentidos por todas as pessoas, independente de seu contexto cultural e histórico? Será que somente nessas últimas décadas o meio ambiente se tornou uma fonte de recursos ameaçados à exaustão? Será que existe realmente uma crise

ambiental atualmente, ou melhor, seria a questão ambiental uma mera invenção de alguns grupos da sociedade interessados em legitimá-los?

Essas diferentes tentativas de explicação encontram-se polarizadas entre duas posições que discutem o que é a realidade ambiental: de um lado, há a corrente realista, ou naturalista, que vê a crise ambiental a partir de fatores objetivos (FUKS, 2001; CARVALHO, 2001,2004; LIMA, 2005). O meio ambiente nessa corrente é reduzido apenas às suas características físico-biológicas de funcionamento, e está ancorada em uma tradição das ciências naturais e exatas de pensamento. Segundo Carvalho (2001), esta visão está ligada à busca de uma realidade factual de ambiente, perseguindo os sentidos verdadeiros, reais, permanentes e inequívocos, situando-os assim fora de um tempo histórico. A outra corrente, a construtivista, quando considerada em sua posição mais extremada, enfatiza a determinação social sobre a natureza e reforça a influência que as representações sociais formuladas sobre o meio ambiente produzem para a definição de suas problemáticas. Além disso, Lima (2005) afirma que para os construtivistas extremados a questão ambiental é pura construção social, produto de discursos e jogos de poder que não têm lastro em processos materiais reais.

Essas duas correntes evidenciam uma oposição de tradições científicas, entre as ciências naturais e exatas, que dão uma ênfase explicativa à sua visão de meio ambiente, e as ciências sociais, que afirmam que a percepção do que é meio ambiente não passa de mera construção social envolvendo subjetividades e determinações históricas e socioculturais.

Por outro lado, a intenção aqui não é de negar nem de evidenciar apenas um desses lados. A ciência moderna é uma forma de saber e classificação do mundo construída pelos homens, e a separação entre as ciências do homem e as da natureza é proveniente de uma intencionalidade. Não é possível desconsiderar a relação homem-natureza como se sua existência não fosse determinada pela sua dialética. Essa posição é confirmada por Porto-Gonçalves (1989), quando afirma que:

“(...) o homem é um ser que por natureza produz cultura; esta é a sua especificidade natural. Diferentemente do pensamento corrente, os homens ao longo da história criam normas, regras e instituições não para evitar cair no estado de natureza. Ao contrário, eles o fazem desenvolvendo a sua própria natureza não somente em função dos estímulos advindos do meio ambiente, mas também das relações que os homens estabelecem entre si”.

Desta forma, a questão ambiental não se resume apenas a uma invenção abstrata produzida por subjetividades específicas de certos grupos sociais, como se o homem pudesse sustentar sua existência sem uma base material e concreta. A realidade pode ser inventada, sim, de inúmeras formas, mas de acordo com as bagagens culturais e determinações históricas, vinculadas com as sensibilidades e racionalidades aprendidas por meio de nossa vivência do cotidiano, isto é, com outros homens e com a natureza.

A investigação teórica deste trabalho deve estar atenta, portanto, a esse debate, que foi inicialmente introduzido pela Sociologia Ambiental. A atenção deve ser dada, especialmente, em relação à suposta impressão de neutralidade que a ciência desperta no senso comum, ao reduzir a relação homem-meio ambiente de sua complexidade e os problemas ambientais a soluções meramente técnicas ou restritas a um único tipo de saber.

A idéia de senso comum nos remete à questão do consenso, de uma representação compartilhada por todos dentro de um grupo específico. O seu sentido ideológico como forma de dominação será descrito mais adiante. Entretanto, é importante antecipar que as representações sociais que constituem o senso comum têm um papel importante na dominação de certos grupos através de idéias e práticas hegemônicas que irão estruturar a sociedade de acordo com seus valores e interesses. As sensibilidades ambientais são, assim, mediadas também por essas representações que, ao serem hegemônicas, pretendem se tornar naturais na sociedade.

Por outro lado, a dominação desses grupos pode ser colocada em xeque quando as representações hegemônicas entram em um campo de forças, tendo sua legitimidade questionada, colocando as sensibilidades ambientais e a construção da realidade em um

movimento tensionado entre reprodução e transformação. Está aberto o caminho para a próxima discussão: a constituição de um campo ambiental.

2.2 – A teoria dos campos sociais e o campo ambiental

2.2.1 – A teoria dos campos sociais

Pelas características constitutivas da questão ambiental, com sujeitos detentores de uma multiplicidade de sensibilidades, compreendendo distintas práticas e concepções sobre as relações homem-natureza, e muitas vezes entrando em conflito por interesses e ideologias que pretendem se universalizar no meio social, pode-se afirmar que um campo social no sentido usado por Bourdieu está sendo estruturado. Segundo este pensador, por campo social podemos entender como:

“O universo social onde pessoas, grupos e instituições que dele participam se definem pelas relações de concorrência e poder que estabelecem entre si, visando à hegemonia simbólica e material sobre esse universo de atividade e de saber. Compreende um conjunto de relações de força, de interesse, de conflito onde se estabelecem alianças, estratégias e investimentos que visam a conquista do objeto em disputa no campo, no caso, o capital simbólico legitimado, fundado sobre atos de conhecimento e de reconhecimento pelo conjunto dos pares concorrentes no interior do campo social. Como qualquer jogo, o campo social possui estrutura própria, dotada de posições determinadas pela distribuição de capital ou de poder específico do campo, objetivos, normas e valores particulares que o orientam. Por ser um espaço concorrencial, o campo pressupõe relações internas assimétricas derivadas da desigual distribuição de poder entre grupos dominantes e dominados. Os dominantes são os que definem o capital social legítimo do campo – objeto de disputa entre seus participantes – e, portanto, as regras do jogo, tendem à ortodoxia e desenvolvem estratégias de conservação; enquanto os dominados tendem à heterodoxia e ao uso de estratégias de subversão da ordem“. (BOURDIEU, 1982, 1983, 2004; LOUREIRO, 1995 apud LIMA, 2005)

O conceito de campo de Bourdieu se baseia em um “estruturalismo construtivista” (ACSELRAD, 2004). Segundo Thiry-Cherques (2006), o estruturalismo de Bourdieu se distancia de uma abordagem funcionalista como a de Lévi-Strauss. Ele considera o sujeito, banido por Lévi-Strauss e por Althusser, tanto inserido na estrutura quanto força estruturante

de um campo (BOURDIEU, 1980). Sua estrutura é dinâmica. Todavia, tal dinamismo não é sinal de que o campo seja formado por relações contingentes. De acordo com Acselrad (2004), os campos não são constituídos por lugares vazios, pois há neles ação e história produzidos pela ação coletiva: sendo construídas pelos próprios atores nas condições históricas dadas, as próprias divisões dos campos podem mudar, fugindo do determinismo rígido do estruturalismo.

Os campos, assim, constituem e são constituídos por agentes dotados tanto de ‘estruturas objetivas’, que são as posições dos agentes ocupadas no espaço social, assim como de ‘estruturas mentais’, ou subjetivas, constituídas por um sistema de disposições que constroem o mundo inteligível, sendo que este mundo só pode ser construído por causa de existência das estruturas objetivas, que são interiorizadas pelos agentes. Essa relação se estabelece em um movimento perpétuo, dando espaço para reestruturações do campo e reinvenções dos seus significados.

Os agentes do campo estão configurados em relações de forças distribuídas de forma diferenciada pelo espaço social. Portanto, o campo é um espaço relacional, já que cada posição está definida de acordo com as outras. Os agentes lutam pela posse de espécies de poder, ou ‘capitais’ específicos. Os capitais são conferidos como volumes diferenciados de poder de cada agente, o que determinará a sua posição no campo de forças e, portanto, a sua hegemonia ou sua dominação pelos outros agentes. Esta luta pelo poder explicita outra característica importante na teoria do campo: as relações intrinsecamente conflituosas. Por causa disso, a estrutura do campo se define na tensão entre os grupos hegemonzados e os hegemônicos, sendo este último aquele que detém a autoridade para ditar as regras do jogo.

Os capitais têm origem na concepção econômica, uma vez que ele se acumula de acordo com a habilidade dos agentes em investi-los. Além do econômico, isto é, aquele relacionado à riqueza material, esses capitais compreendem o ‘cultural’, que corresponde ao

conjunto de qualificações intelectuais; o ‘social’, correspondente ao conjunto de acessos sociais e redes de relacionamentos; e o ‘simbólico’, que corresponde ao conjunto de rituais de reconhecimento social, ou seja, o prestígio, a honra. Este último poder é a síntese dos anteriores (THIRY-CHERQUES, op cit). As autoridades do Estado, os doutores, os especialistas, os cientistas, os políticos e os empresários são alguns dos exemplos de detentores de capitais na sociedade que costumam ter a legitimidade de ocupar o posto de autoridade em diversos campos sociais.

De acordo com as colocações acima, pode-se dizer que o campo encontra-se discriminado em dois espaços: o espaço de distribuição de capitais, que confere a distribuição de posições no campo entre os agentes; e o espaço em que se confrontam as percepções, classificações e representações que dão significado ao campo. A hegemonia do campo depende, desta forma, da habilidade dos grupos dominantes em fazerem valer essas condições desiguais de distribuição do poder.

Mas como os grupos hegemônicos no campo conseguem fazer valer seus poderes? A questão conduz a dois conceitos de Bourdieu: o *habitus* e a *doxa*.

O *habitus* corresponde à síntese entre a experiência coletiva histórica dos sujeitos e a experiência biográfica individual, isto é, são determinações que estão incorporadas como naturais nos sujeitos. Segundo Thiry-Cherques (op. cit.):

“Para Bourdieu, o *habitus* é um sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que nos levam a agir de determinada forma em uma circunstância dada. As disposições não são nem mecânicas, nem determinísticas. São plásticas, flexíveis. Podem ser fortes ou fracas. Refletem o exercício da faculdade de ser condicionável, como capacidade natural de adquirir capacidades não-naturais, arbitrárias (BOURDIEU, 2001). São adquiridas pela interiorização das estruturas sociais. Portadoras da história individual e coletiva, são de tal forma internalizadas que chegamos a ignorar que existem. São as rotinas corporais e mentais inconscientes, que nos permitem agir sem pensar. O produto de uma aprendizagem, de um processo do qual já não temos mais consciência e que se expressa por uma atitude “natural” de nos conduzirmos em um determinado meio (...) Denota o sistema de disposições duráveis e transferíveis, que funciona como princípio gerador e organizador de práticas

e de representações, associado a uma classe particular de condições de existência. O *habitus* gera uma lógica, uma racionalidade prática, irredutível à razão teórica. É adquirido mediante a interação social e, ao mesmo tempo, é o classificador e o organizador desta interação. É condicionante e é condicionador das nossas ações”.

Analogamente, o *habitus* corresponderia à *cultura* própria dos agentes (BOURDIEU, 2005), podendo ser ele individual ou coletivo. Compreende tanto a incorporação da estrutura social, adquirindo racionalidades e formas de ver e perceber a realidade, que irão dar sentido à experiência do indivíduo com o mundo, como também a produção de representações e a geração de práticas em determinadas conjunturas. Segundo Miceli, para Bourdieu (2005) as práticas resultam da relação dialética entre uma *estrutura* – por intermédio do *habitus* como *modus operandi* – e uma *conjuntura* entendida como as condições de atualização deste *habitus* e que não passa de um estado particular da estrutura. Esta concepção de Bourdieu parece limitar o espaço dado a inovações e transformações estruturais, visto que o *habitus* tende a reproduzir as regularidades da estrutura objetiva, como ao mesmo tempo é flexível o suficiente para ajustar-se às novas demandas conjunturais. A conjuntura, dessa forma, seria um estímulo à atualização do *habitus*, e dado que ele incorpora as estruturas objetivadas na sociedade, o espaço para a transformação social ficaria limitado.

Por outro lado, segundo Wacquant (2004), o *habitus* não é necessariamente coerente e unificado, mas revela graus variados de integração e tensão dependendo da compatibilidade e do caráter das situações sociais que o produziram ao longo do tempo: universos irregulares tendem a produzir sistemas de disposições divididos entre si, que geram linhas de ação irregulares e por vezes incoerentes. Para Bourdieu, em momentos específicos tais como de crise econômica e de conflito político o *habitus* pode perder sua coerência na mediação com as estruturas sociais, abrindo espaço para rearranjos das forças no espaço social, e como consequência, a possibilidade de uma reestruturação transformadora. Para isso, haveria no espaço social sempre algo de *vago* e *indeterminado* nos objetos do mundo social que, aliado

ao caráter pré-reflexivo dos esquemas de percepção, abre espaço para a luta política, onde têm lugar central a disputa para manter ou transformar as categorias de percepção predominantes no espaço social (SALLUM JR.). Esses aspectos evidenciam o grande dinamismo do *habitus* na estrutura social.

Por ter propriedades coletivas, o *habitus* pode ser inferido a classes sociais¹ como “*habitus* de classe”. O *habitus*, como disposições profundamente incorporadas na mente, como subjetividades que determinam inúmeras possibilidades práticas (que são pré-reflexivas) em determinadas conjunturas, não podem ser explicitados conscientemente em sua totalidade. Assim, por encontrar-se além da consciência dos agentes, o *habitus de classe* poderia ser definido mais como uma *inconsciência* de classe (SALLUM JR., op. cit.) ou como uma “recuperação ‘controlada’ do conceito de consciência de classe” (MICELI/BOURDIEU, 2005). O *habitus* de classe seria deste modo o conjunto de disposições de conduta específico de determinada classe em relação às outras, o que resulta na percepção que elas têm de sua posição relativa no conjunto das relações de classes.

A *trajetória* individual ou de uma classe também é igualmente importante, pois, através das disposições temporais, governa a percepção que os agentes possuem de sua posição no espaço social (SALLUM JR, 2005), procurando distinguir-se nos campos e no espaço social, formando identidades próprias. Isso determina a *illusio*, ou motivação, interesse

¹ As classes sociais, segundo Sallum Jr. (2005) seriam: “Construções teóricas que procuram identificar relações entre agentes que ocupam posições relativas vizinhas em função, principalmente, do capital econômico e cultural que possuem. É o montante e a composição do capital de que dispõem os agentes, aquilo que os distancia no espaço social, ele mesmo diferenciado em diversos campos (do econômico ao cultural), que têm lógicas próprias de operação, mas também uma hierarquia decorrente do campo econômico impor sua estrutura aos demais. Bourdieu supõe que os agentes que ocupam posições relativas vizinhas no espaço social, estando sujeitos a condicionamentos similares, têm boa probabilidade de terem interesses, atitudes e práticas semelhantes.” Isso quer dizer que os diferentes agentes que se encontram com o mesmo acúmulo de capitais no espaço social tendem a ocupar uma mesma posição social e, portanto, ter semelhantes tipos de práticas culturais e estratégias, que define uma afinidade entre os agentes e possivelmente uma identidade comum, que servirá para as classes se distinguirem, categorizando-se em diferentes estilos de vida. Bourdieu rompe com a tendência de se considerar as classes como substâncias, como pré-fabricadas, dado que a posição dos agentes é dinâmica gerando sempre novos limites entre as classes.

de determinada classe para investir seus capitais e reproduzir suas propriedades aos seus posteriores, e criando estratégias que propiciem a ascensão das classes na hierarquia social.

As propriedades coletivas do *habitus* também englobam os campos sociais. Os indivíduos e grupos inscritos nos campos, para fazer valer suas crenças, precisam adaptá-las ao *habitus* específico do campo. Nesse sentido, as formas usadas para elas serem aceitas no campo valem mais que seu significado real. A partir das estratégias usadas pelos agentes, com as inúmeras possibilidades de fazer valer seus valores, interesses e representações, o *habitus* do campo pode reforçar as crenças dominantes ou enfraquecê-las. O *habitus*, desta forma, indica a posição que cada agente está localizado no espaço social. No entanto, quando o *habitus* se submete a interesses políticos, a projetos de certos grupos para a sua dominação sobre outros, este adquire uma *conotação negativa* de ideologia. É nesse caminho que se insere a *doxa*.

A *doxa* corresponde à estrutura, à opinião consensual, ao interesse comum, às leis que regem e regulam a luta pela dominação do campo. Ela é outorgada às autoridades do campo de poder para ditar regras a todos os agentes. Seria, analogamente, o que se diz de ideologia como “falsa consciência”. A *doxa* seria a naturalização das regras, dos valores, dos significados como “sendo assim mesmo”, como uma essência que não pode ser modificada. Constitui-se como uma forma de dominação conhecida como “violência simbólica”, pois é uma violência que passa despercebida, possível por meio de um convencimento sedutor, cujos dominados se tornam cúmplices dos dominantes. Geralmente, o Estado é considerado o detentor legítimo da violência simbólica. O questionamento e a “desnaturalização” da *doxa* corresponderia a um movimento de heterodoxia, condicionando ao aparecimento de uma *doxa* alternativa que muda todos os valores, as percepções e as regras do jogo no campo. Por outro lado, a reação dos grupos dominantes a esse movimento corresponderia à ortodoxia, no

sentido de cristalizar uma *doxa* (BOURDIEU e EAGLETON, 1996 *apud* THIRY-CHERQUES, 2006).

Assim, apesar de sua "estrutura estruturada", com regras e códigos universais que valem para todos os agentes (e que dão identidade e sensação de pertença ao campo) limitando sua liberdade de materializar seus próprios *habitus*, o campo também é uma "estrutura estruturante", pois dentro deste universo limitado, há um espaço para o exercício da criatividade e da improvisação. Para isso, os agentes se utilizam de um arsenal de estratégias inconscientes, que poderão se materializar em representações e práticas específicas, inseridas dentro do contexto, do *habitus* do campo, com o objetivo de subverter ou reforçar as relações de dominação. Seu grau de subversão dependerá não só da modificação do *habitus* do campo, mas também pelo questionamento de todos os aspectos da realidade, desmascarando tudo aquilo que aparece como natural, mas que na verdade tem uma historicidade, dado que é construído pelos grupos dominantes, porém disfarçado por meio da violência simbólica.

Uma outra característica do campo é a sua autonomia relativa de funcionamento. Todo campo é caracterizado pelas suas lutas internas, mas ele também é influenciado por pressões externas de outros campos. Os campos são articulados entre si, podem se interpenetrar, se contaminando com novas idéias, novos sujeitos e, dependendo da sua dinâmica com outros campos, os poderes dos grupos hegemônicos podem se fortalecer ou se enfraquecer. Isso depende tanto da habilidade dos grupos dominantes em traduzir as influências externas ao seu favor, mas tendo consciência de que essas habilidades serão limitadas pela forma que o *habitus* do campo refrata essas influências.

Apesar da experiência coletiva construída dentro de um campo, os agentes possuem histórias individuais próprias. Eles também interagem com outros campos, nos quais podem estar situados em posições distintas. De acordo com Thiry-Cherques:

“O direito de entrada no campo é dado pelo reconhecimento dos seus valores fundamentais, pelo conhecimento das regras do jogo, isto é, da história do

campo, e pela posse do capital específico. Os agentes aceitam os pressupostos cognitivos e valorativos do campo ao qual pertencem. (...) A admissão no campo requer: a posse de diferentes formas de capital, o cacife (*enjeux*) na quantidade e qualidade do que conta na disputa interna e que constitui a finalidade, o propósito, do jogo específico; e as disposições, inclinações e aprendizados, que conformam o *habitus* do campo”

Até o momento, foi feita uma análise das principais propriedades, características e conceitos do campo social de Pierre Bourdieu. A partir de agora, veremos como isso tudo pode ser aplicado ao campo ambiental.

2.2.2 – O campo ambiental

O campo ambiental constitui-se como um campo social em processo de estruturação cujo interesse comum é a discussão a respeito da “questão ambiental”. Segundo Isabel Carvalho (2002), este campo é caracterizado da seguinte maneira:

“Tomamos aqui a acepção de *campo social* em Bourdieu (1989) para pensar a formação de um campo ambiental como um espaço de relações sociais e históricas onde se produz e reproduz a crença no valor da natureza como um Bem que deve ser preservado, acima dos interesses imediatos das sociedades. O campo ambiental se constitui, portanto, na disputa pelo poder simbólico de nomear e atribuir sentido ao que seria a conduta humana desejável e um meio ambiente ideal. Em torno desta problemática fundamental, o campo ambiental vai produzir visões de mundo, um circuito de produção de conhecimento, um espaço de comunicação, e uma arena de ação política e educativa. Este campo se institui concretamente através de conjunto de movimentos, associações, corpo de especialistas, publicações, formas próprias de manifestação da ação política de seus militantes, vocabulário de termos e conceitos para expressão de seu ideário, formas de pensar etc. Estas várias dimensões da configuração do ambiental podem ser concebidas como formas de estruturação do campo que, para se afirmar enquanto um sistema simbólico eficaz e estruturante de sentidos na sociedade, necessita estar estruturado”.

O campo ambiental, por essa perspectiva, configura um espaço de relações entre agentes com distintas racionalidades que tentam explicar a problemática ambiental a partir de suas valorações, idéias, significados e representações sociais de meio ambiente em uma luta

tensionada pela hegemonia do campo com o objetivo de legitimar ações e práticas de acordo com seus interesses e ideologias.

O acúmulo de subjetividades que conformam a história coletiva deste campo é referido como o seu *habitus*. Esse *habitus* limita as formas de perceber, classificar e reconhecer certos significados e práticas como legítimos, o que no caso do campo ambiental pode se dar o rótulo de ecológicos, sustentáveis, ambientalmente corretos, “verdes” etc.

Uma vez reconhecidos como legítimos, abre-se o caminho para que esses significados sejam materializados no cotidiano das pessoas. Por outro lado, o termo *meio ambiente* e outros associados à questão ambiental possuem um caráter polissêmico. Isso ocorre porque há na sociedade uma bagagem cultural que vem de tradições históricas longínquas. A carga simbólica de meio ambiente é um exemplo, pois se encontra incorporada na sociedade bastante polarizada entre uma visão de uma natureza boa, bela e sagrada, a uma natureza objetificada, como fonte de recursos materiais e estéticos a ser dominada pela racionalidade instrumental.

Além disso, a problemática ambiental tem base em um ambiente histórico mais recente, com a emergência dos movimentos de contracultura nas décadas de 1960/70, que foram cruciais para colocar a questão ambiental como um problema social. Por se basear no questionamento do modelo hegemônico de desenvolvimento como degradante do meio ambiente e por relacioná-lo a questões profundas como os valores materialistas predominantes - no sentido liberal e utilitário do termo-, a banalização das condições de vida, a alienação, a padronização, dentre outras questões éticas e existenciais, o movimento de contracultura colocou em xeque a legitimidade da ideologia dominante.

A ciência ecológica também se tornou fundamental como questionamento do paradigma moderno. Este método de aquisição de conhecimento, de interpretação da realidade e de classificação do mundo reduz a realidade e o dinamismo das relações sociais e entre

homem e natureza. A noção de ‘ecossistema’, quando associada à espécie humana e sua natureza cultural, evidenciou a importância de se entender o mundo e seus problemas sob uma ótica complexa (PORTO-GONÇALVES, 1989).

A mídia e as publicações científicas também foram importantes contribuintes para evidenciar desastres ecológicos de grande porte, afetando gravemente a qualidade de vida das pessoas, enquanto os defensores dos modelos econômicos tradicionais apregoavam um crescimento acelerado das economias globais como solução para a pobreza. A questão ecológica ganha então proporção planetária.

Contudo, o modelo hegemônico penetra no campo em um movimento ortodoxo, pois cria discursos e mecanismos que ocultam o questionamento radical, propondo mecanismos e ajustes no modelo que seriam a solução para os problemas apontados, como o desenvolvimento de tecnologias ‘limpas’ e a invenção dos mercados ‘verdes’.

Nota-se, assim, que a questão ambiental é constituída por formas variadas de se valorizar o meio ambiente, de se perceber, de se classificar e de se explicar os problemas ambientais, e isso se reflete em uma diversidade de formas de se propor a sua superação, situadas entre a perpetuação das ideologias hegemônicas até a sua transformação radical. Nota-se também como a temática ambiental penetra em diversos campos como o técnico-científico, o econômico, o social, o ético, o cultural etc., conferindo ao campo um caráter eminentemente transversal. Entretanto, Gerhardt e Almeida (2005) avaliam que, por causa dessa transversalidade, a autonomia relativa do campo ambiental torna-se debilitada pela grande interpenetração com outros campos, enfraquecendo uma solidificação dos princípios e regras universais que o regem, ou seja, a sua *doxa*. Situação esta que:

“(...) se, por um lado, abre espaço, ainda que reduzido, para que uma gama de agentes teoricamente “menos qualificados” possa também se pronunciar propositivamente (por exemplo, populações indígenas, remanescentes de quilombos, ribeirinhos, pescadores artesanais, moradores de áreas de risco nas zonas urbanas e periferias das cidades etc.), por outro, concede e estende o poder de interferência no âmbito ambiental a interesses muito dispersos,

socialmente diferenciados e que na maior parte das vezes dizem respeito ou tendem a se orientar conforme assimetrias sociais dominantes (por exemplo, agentes detentores de capitais privados ou empreendimentos com forte poder econômico e influência política)”.

É igualmente importante enfatizar que o campo ambiental não se apresenta cristalizado como outros campos tais como o jurídico, o econômico, o científico. Esta peculiaridade acaba por dispersar o seu poder nas estruturas sociais, e como exposto acima, convidando a participar de sua construção uma variedade imensurável de agentes. Apesar disso, o fato de se encontrar atravessado à ordem normal das coisas estremece justamente a conformação desses campos que detêm relativa estabilidade. Isso demonstra que o campo ambiental, apesar de sua permeabilidade, não é formado por forças contingentes. Pelo contrário:

“(...) conformam certas estruturas mais ou menos identificáveis, as quais estão imbricadas e sobrepostas umas às outras (o campo ambiental, por exemplo, “bebe” no e é “bebido” por outros campos como os campos político, religioso, ético e/ou econômico)”. (idem)

Porto-Gonçalves (op. cit.) reitera essa lógica. Segundo o autor, o movimento ecológico se diferencia das lutas sociais como os operários, os camponeses, as mulheres, os homossexuais, pois estes últimos emergem de condições de existência que lhes dão substância na nossa sociedade contraditória. Ou seja, não há um corpo ecológico enquanto condição social, isto é, uma base objetiva, produzida e instituída socialmente, através de lutas. No entanto, esse caráter difuso não desqualifica o movimento ecológico:

“(...) ao contrário, é a fonte da sua riqueza e dos seus problemas enquanto movimento político e cultural. Ao propugnar uma outra relação dos homens (sociedade) com a natureza, aqueles que constituem o movimento ecológico estão, na verdade, propondo um outro modo de vida, uma outra cultura. Chocam-se com valores já consagrados pela tradição e que, ao mesmo tempo, perpetuam os problemas que queremos ver superados. É por esse caráter difuso de um movimento que, no fundo, aponta para uma outra cultura, que os ecologistas se encontram envolvidos com questões tão diferentes como a luta contra o desmatamento, contra os agrotóxicos, os alimentos contaminados, o crescimento da população, a urbanização descontrolada, o gigantismo tecnológico e o nuclear, a poluição, a erosão...”

Para evitar confusões, o movimento ecológico é colocado aqui nesta discussão como o movimento contra-hegemônico, de questionamento dos valores hegemônicos da sociedade. Já o movimento ambientalista poderia ser considerado com um caráter ainda mais difuso, perpassando pelo movimento ecológico até o movimento mais ortodoxo, que penetra no *habitus* do movimento ecológico e adapta seu discurso colocando como “verdade” no campo a necessidade de apenas alguns ajustes no sistema, sem modificar sua base estrutural.

Apesar da polissemia existente e da grande interpenetração com outros campos, há o consenso que sustenta a própria existência do campo ambiental: de que no centro dessa luta, a principal oposição que nutre os conflitos decorrentes provém da polaridade que se instala entre a necessidade de uso dos recursos disponíveis no meio ambiente (seja para a satisfação material ou espiritual) e a urgência de preservá-los (GERHARDT & ALMEIDA, op. cit.). Isso se reflete em outras polarizações como: economia x ecologia, desenvolvimento x sustentabilidade, antropocentrismo x ecocentrismo, mas que no dinamismo do campo e na criatividade de seus agentes são ressignificados, reinventados e essas dualidades muitas vezes superadas em múltiplas sínteses.

Isabel Carvalho (2001) aponta uma tendência à especialização do campo ambiental em algumas áreas, com a publicação de livros e a crescente formação de especialistas na área. Segundo a autora, esse processo tem grande importância para a constituição do campo ambiental:

“Parte dos processos que caracterizam a constituição de um campo social passa pela produção de sua especificidade e diferença em relação a domínios comuns ou outros campos correlatos. Esse processo, como descreve Bourdieu (1987), implica a expropriação do conhecimento difuso e a desapropriação objetiva daqueles que, excluídos do campo, se tornam leigos e menos autorizados no assunto. Trata-se da criação de um monopólio da gestão dos bens simbólicos, que busca legitimar a figura dos especialistas, nesse caso os profissionais ambientais, os quais devem restringir-se o controle e a autoridade sobre o capital de conhecimento desse campo”.

Alonso & Costa (2002) reiteram essa posição. Segundo os autores, essa especialização e profissionalização do movimento ambientalista são efeitos diretos de uma mudança estrutural na sociedade e da incorporação da temática ambiental nas políticas públicas governamentais, evidenciando o rearranjo dos capitais no campo:

“É verdade que a incorporação dos problemas ambientais contribuiu para abrir e ampliar o espaço de participação da sociedade civil nos processos de decisão política em geral. O impacto mais importante, porém, se deu sobre as propostas e o discurso ambientalistas. Assistimos, principalmente ao longo da última década, a um processo de institucionalização da questão ambiental. Ocorre mesmo a tradução de dimensões suas em problemas de política pública. Isto significa que os temas ambientais passam a estar sujeitos, portanto, às restrições impostas pela racionalidade administrativa, onde imperam as soluções pragmáticas (politicamente aceitáveis e economicamente viáveis para uma sociedade capitalista) e onde toda demanda, por mais justificável que seja do ponto de vista ambiental (ou econômico ou social), precisa levar em consideração os outros interesses organizados e representados na esfera pública. Os efeitos dessa mudança estrutural sobre o movimento ambientalista foram consideráveis, assim como sobre a abordagem da questão ambiental na área acadêmica. De sua parte, o movimento social fragmentou-se, profissionalizou-se, especializou-se, inserindo-se nas mais diversas esferas de decisão governamental concernentes à questão ambiental. De outro lado, constituíram-se “ciências ambientais”, que adquiriram *status* intelectual, forte atenção da mídia e promoveram um processo de progressiva diferenciação entre as esferas científica e política, gerando novas metodologias de pesquisa e instrumentos de mensuração e aferição de ‘riscos ambientais’”.

Acselrad (2004) alerta para esse rearranjo, discutindo o papel do Estado e do discurso científico. O Estado incorpora o discurso da ciência despolitizando lutas sociais envolvendo o meio ambiente. Com isso, o papel das agências estatais se limitaria a administrar as representações da natureza, separando a natureza a conservar da natureza ordinária, aberta aos apetites econômicos.

Conseqüentemente, os dois autores supracitados também chamam a atenção para a atuação do Estado racionalizador. A abertura de espaços de participação estaria na verdade obscurecendo os conflitos sociais, uma vez que estariam sendo encobertos por consensos pré-construídos, onde o saber técnico, visto como neutro, na realidade elitiza o processo democrático.

A profissionalização do movimento ambientalista, a institucionalização do meio ambiente e sua incorporação no Estado demonstram assim uma tendência ao rearranjo de forças com o surgimento de poderes autorizados a falarem em nome da sociedade como um todo, legitimando o monopólio da violência simbólica no campo ambiental.

Dado este vasto panorama da luta pela concepção de meio ambiente, seus rearranjos e usos ideológicos para dominar as representações e práticas sobre a realidade ambiental, seria possível definir o que é ‘meio ambiente’ nesse contexto? Segundo Oliveira (2004), pode-se entender meio ambiente como:

“Uma noção construída no processo de luta e constituição de sujeitos políticos e que, como está referida a um dado recorte cultural, pode redefinir a própria qualidade da luta. São as classificações efetuadas pelos homens que, não sendo neutras, ordenam o social dando-lhe sentido, tornam inteligível o espaço a ser desvendado. E, se os discursos são enunciados a partir de posições diferenciadas no espaço social, sujeitos politicamente constituídos buscam, cada qual, legitimar socialmente as próprias representações de meio ambiente, na tentativa de consolidar a respectiva forma de apropriação e uso de recursos territorializados em disputa”.

Enfim, o meio ambiente só pode ser definido como uma invenção dos diferentes agentes interessados em definir as práticas dos homens sobre a natureza (o que não exclui as relações homem-homem). O campo ambiental é um campo constituído por diferentes sujeitos que elaboram concepções sobre o meio ambiente e seu uso de acordo com seus valores, necessidades e interesses, porém sempre limitados pelo *habitus* que constitui o campo, mas que, ao mesmo tempo é constituído pelos seus agentes. Assim, o campo é estrutura estruturada, mas também estrutura estruturante.

O meio ambiente constitui-se como um território comum. Contudo, é um território conflituoso, pois nele estão envolvidas relações de concorrência e dominação por formas culturais de existência. O meio ambiente é dotado então de um caráter distributivo, dado que suas representações em busca de hegemonia envolvem disputas por projetos de sociedade, ou seja, ‘para que’, ‘para quem’ e ‘como’ devem ser a natureza, os recursos naturais, os bens

materiais, a qualidade ambiental. Por esta ótica, o meio ambiente demonstra um perfil contraditório, pois a existência de certos benefícios para uns requer a privação dos mesmos para outros. O meio ambiente é uma construção cultural, sim, mas acima de tudo, é objeto de disputa política.

Em vista disso, no próximo item, veremos como a ideologia influi sobre a produção e a materialização de representações sociais e qual o contexto dessa discussão sobre a questão ambiental.

2.2.3 – Representações sociais, cultura e ideologia

Até o momento, as representações sociais (RS) foram apresentadas dentro do contexto de *habitus* e de campo. Todo campo possui um *habitus*. Este último é constituído por um conjunto de representações simbólicas, que se materializam estruturando o campo.

As representações são vias de acesso ao *habitus*, e o acesso das representações sociais ao senso comum se dá pelo *habitus*. Deste modo, as representações adquiridas e interiorizadas pelos atores pelos processos de socialização constituem o *habitus*. Este conceito é assim um objeto de integração das subjetividades individuais com as estruturas sociais. Gomes et al (2002) reiteram esta afirmação:

“Uma das tentativas, no campo das ciências sociais, de articular os pólos estrutural e subjetivo das RS, é conceito de *habitus* de Bourdieu (1992, 1998). Para o autor, esse conceito se refere a um conhecimento adquirido, um haver, um capital, indicando "*uma disposição incorporada, quase postural*" (Bourdieu, 1998). Para ele, diferentemente da palavra "hábito", que se associa a algo cristalizado, a expressão *habitus* envolve uma capacidade criadora, ativa e inventiva. Dentro desse raciocínio, o sujeito receberia e reinventaria a "herança" para a formação do *habitus*".

O *habitus* tem assim a mesma dinâmica que as representações sociais no sentido moscoviciano (referente ao cientista social Serge Moscovici). Mas antes de explicar o que isto significa, é preciso remontar a origem do conceito. As RS têm origem nas representações coletivas de Émile Durkheim. Este autor, considerado um dos fundadores da Sociologia,

procurou discutir a importância das representações dentro de uma coletividade e como elas influem nas decisões que os seres humanos tomam individualmente (REIGOTA, 1995). Entretanto, Durkheim parte de um paradigma consensual da realidade, o que minimiza a individualidade e as diferenças sociais, já que estão subordinadas a um todo ‘universal’, ‘eterno’ e autônomo das relações sociais e da história. As chamadas “representações coletivas” teriam assim menosprezado as contradições e os conflitos que servem como forças motoras à construção e transformação social da realidade:

“As representações coletivas dariam sustentação a uma moral específica, “necessária ao corpo social”, *materializando-a, objetivando-a e naturalizando-a*, desempenhando, assim, o papel de amainar ou até mesmo eliminar a contradição entre o individual e o coletivo, mantendo a ordem e o equilíbrio social. O autor traça, dessa forma, uma linha rígida entre o individual e o coletivo, o psíquico e o social, com clara prevalência do segundo sobre o primeiro, na explicação dos fenômenos e da ação social. O fator “construção” na interação social é claramente negligenciado. O tema é abordado exclusivamente em termos de “reprodução”, e a “produção” de significados fica como lacuna. O plano simbólico torna-se, assim, tão pouco dinâmico quanto pouco conflitivo: ele paira sobre os indivíduos de forma homogênea, e se dá entre indivíduo e sociedade de forma meramente conceitual, em vez de entre grupos sociais específicos e concretos. A perspectiva integracionista, em Durkheim, vai até as últimas consequências”. (XAVIER, 2002)

Na década de 60 do século passado, o cientista social Serge Moscovici se apropria do conceito de Durkheim e o reformula de forma a superar essas lacunas deixadas pelo autor. Moscovici se utiliza da psicanálise como objeto de investigação, considerando que ela se presta a demonstrar a constituição e função das RS. Além disso, as representações passam a receber o adjetivo “sociais” e não mais “coletivas”, como as definiu Durkheim (REIGOTA, op. cit). Com Moscovici, as RS passam a ganhar dinamismo, retirando o peso da ontologia social de Durkheim, e uma bilateralidade no processo de sua constituição, isto é, de um lado, é uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, e por outro, sua realidade psicológica, afetiva e analógica inserida no comportamento do indivíduo (XAVIER, op. cit.). Nota-se assim que as RS ganham plasticidade e o indivíduo passa também a ser

responsável pela elaboração, disseminação e transformação de RS no senso comum. As representações sociais apresentam-se em dois tipos principais (DIEGUES, 1996):

- “1) as representações e os princípios que, como interpretações do real, têm por efeito a organização das formas tomadas pelas diversas atividades materiais (processos de trabalho) e as fases de seu desenvolvimento. São, por exemplo, as taxonomias das plantas, dos animais, dos solos, dos fenômenos climáticos, das regras de fabricação e uso de utensílios, os esquemas de ações materiais e de comportamentos simbólicos
- 2) as representações que explicam por que certas tarefas são reservadas aos homens, às mulheres, aos jovens, ou seja, que legitimam o lugar e a posição dos indivíduos em face das realidades que são permitidas, impostas, proibidas.”

As representações sociais, no primeiro sentido, correspondem a interiorização das estruturas sociais, dando sentido à realidade, organizando o pensamento, com visões de mundo, racionalidades e valores próprios. É o que Xavier (op. cit.), denomina como *caráter funcional* das representações sociais:

“As representações são “uma modalidade de conhecimento particular”, que têm por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos. O estudo das representações sociais, nessa perspectiva, consiste na análise dos processos pelos quais os indivíduos, em interação social, constroem teorias sobre os objetos sociais, que tornam viável a comunicação e organização dos comportamentos. Assim entendidas, as representações “*alimentam-se não só das teorias científicas, mas também dos grandes eixos culturais, das ideologias formalizadas, das experiências e das comunicações cotidianas*” (VALA, 1993).

Já no segundo sentido, as representações possuem um sentido explicativo do real, adquirindo um *caráter performativo*, dando fundamentação às práticas e atitudes dos atores no mundo material:

“As representações sociais são um sistema (ou sistemas) de interpretação da realidade, que organiza as relações do indivíduo com o mundo e orienta as suas condutas e comportamentos no meio social, permitindo-lhe interiorizar as experiências, as práticas sociais e os modelos de conduta ao mesmo tempo em que constrói e se apropria de objetos socializados. A relevância sociológica do estudo das representações sociais, desse modo, está no fato de que elas fundamentam práticas e atitudes dos atores, uns em relação aos outros, ao contexto social e àquilo que lhes acontece”. (XAVIER, op. cit.)

Por outro lado, as representações sociais, ao serem constituídas, não necessariamente adquirem o formato de leis de funcionamento social, nem de ‘verdades’ explicativas da realidade. Elas precisam estar sedimentadas no senso comum, rumo à sua universalização. Percebe-se até o momento como RS e *habitus* andam de mãos dadas. Dentro de um campo social, as RS que penetram no *senso comum* e se tornam dominantes, podendo materializar-se de determinadas formas possíveis, estruturando o campo, constituem o *habitus* do campo. Mas que mecanismos atuam nesse processo?

Esses mecanismos são a *objetivação* e a *ancoragem*. A *objetivação* é o processo de ‘materialização’ de idéias e conceitos dando sentido ao que era símbolo, ao que eram conjuntos de disposições inconscientes, tornando-se cognitivamente inteligível no mundo objetivo. Além de se tornarem inteligíveis, os elementos constituintes dessa representação necessitam ser aceitos na sociedade e, para isso, esses elementos se adaptam à ordem social de forma que sejam vistos como ‘naturais’. É por meio desse mecanismo que novas representações surgem no meio social. A objetivação seria possibilitada, assim, pelas novas conjunturas que determinam a atualização do *habitus*.

Já a *ancoragem* refere-se a um tipo de mecanismo que se define pela ‘penetração’ de uma representação entre as que já existem na sociedade, conferindo-lhe sentido e utilidade (XAVIER, idem). As representações nesse caso concorrem entre si, buscando negociar com a realidade sua legitimação e dominação. A partir da ancoragem que as representações assumem seu papel no ambiente social, conferindo identidade e sensação de pertença entre os diversos grupos sociais. A *ancoragem* corresponde a uma força conservadora na ordem social, que é também a função do *habitus*.

Portanto, uma vez ancoradas no senso comum, as representações dominantes reduzem a margem para a percepção de novos elementos e representações no ambiente social, funcionando como cristalizador da realidade. Porém, a objetivação de novas representações

funciona como mecanismo de subversão do que está cristalizado. Desta forma, *objetivação* e *ancoragem* constituem-se em um movimento tensionado de conservação e transformação da realidade.

Aparentemente, no campo social de Bourdieu ocorre o mesmo mecanismo, isto é, o movimento de manutenção e subversão, legitimação e deslegitimação, naturalização e desnaturalização das idéias dominantes que engendram o *habitus* do campo. Mas a diferença aqui é que Moscovici, por se focar no nível estritamente cognitivo e psicológico, não aborda como esse mecanismo pode ser reflexo de assimetrias sociais, de lutas e conflitos e de relações situadas para além do cotidiano. Porém, essas lacunas deixadas por Moscovici podem ser preenchidas ao abordar as RS no seu nível sociológico, isto é, político e histórico. O conceito de *ideologia*² (ou *doxa*, na concepção Bourdiana), neste caso, em seu sentido *negativo*, ou em sua conotação *particular*, me parece preencher as lacunas deixadas pelo autor.

As ideologias, segundo Marx & Engels em ‘A Ideologia Alemã’ (*apud* CHAUI, 2001; BOURDIEU, 2005) surgem a partir da divisão social do trabalho, quando este separa trabalho

² A ideologia pode ser representada em duas correntes: o sentido *positivo* e o sentido *negativo*. Sua conotação *positiva* define-se basicamente por uma função de integração e *coesão social*, enquanto que a conotação *negativa* refere-se a ideologia como forma de *dominação social*. De acordo com Layrargues (2003), alguns autores defendem a função de coesão social de ideologia, como uma ideologia geral, imanente a qualquer sociedade, estando a função particular de dominação em segundo plano. O mesmo afirma Xavier (2002), ao descrever a concepção de ideologia na concepção de Louis Althusser. Layrargues afirma que, apesar de alguns autores defenderem a posição de que a função geral da ideologia tenha um papel de integração social e manutenção da harmonia social, e de que sua sustentação se dá por colocar, na medida do possível, os interesses coletivos acima dos particulares, essa concepção é um tanto forçosa, pois cobra um elevado preço para a garantia das diversidades socioculturais da coletividade: “para que a coesão social seja mantida intacta, o *mecanismo ideológico preventivo* se caracteriza pela ativação da função ideológica de dominação, que consiste no impedimento, por parte do sistema social dominante, da eventual manifestação das diferenças, das diversidades, da não conformidade, das aversões, dissidências e descontentamentos que porventura possam surgir e vir ameaçar sua integridade. Este mecanismo consiste na *forma particular de dominação*. Segundo Layrargues (op. cit.) e Chauí (2001), a função ideológica de *dominação* é descrita por Marx & Engels e é caracterizada por uma sociedade de classes, em que determinada classe, com projetos particulares de sociedade, pretende dominar todas as outras classes da sociedade, universalizando seus interesses particulares para a sociedade como um todo. A aceitação dessa dominação pelas classes dominadas só é possível graças a produção simbólica de significados que mascaram esse tipo de relação, produzindo “verdades” que seduzem os dominados a apoiarem as idéias dominantes. Dado que a teoria do campo de Bourdieu trata de relações conflituosas entre classes situadas relativamente no campo lutando e concorrendo por dominação, a ideologia em seu sentido *negativo*, ou em sua *forma particular*, mostra-se a mais apropriada neste trabalho.

material ou manual do trabalho intelectual. Isso só se tornou possível no processo de estruturação de uma sociedade de classes, isto é, através da expropriação do trabalhador dos *meios de produção* - onde o mundo material e o mundo das idéias são trabalhados concomitantemente – acarretando, deste modo, na distribuição desigual dos meios e instrumentos de produção bem como na subordinação dos expropriados aos interesses dos detentores do capital. A tal condição de dominação de uma classe sobre outra é referida como *luta de classes*. No entanto, o que se observa é que essa condição consegue se sustentar como algo ‘natural’ da sociedade. Como se dá esse mecanismo? Como entender que o trabalhador não se revolte com esta realidade, buscando transformá-la? Por que, mesmo quando essa realidade é percebida, os grupos dominados não conseguem subvertê-la radicalmente? A resposta a essas questões nos conduz ao conceito de ideologia. Este pode ser definido da seguinte forma:

“A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes à partir da esfera da produção. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças como de classes e fornecer aos membros da sociedade o sentimento de identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Nação, ou o Estado”. (CHAUÍ, 2001)

A citação acima afirma que a viabilidade de uma determinada ideologia se dá pela sua capacidade de apagar as diferenças sociais que denunciam as condições de dominação e exploração entre as diferentes classes e grupos sociais. O apagamento da dominação de uma classe sobre a outra se dá a partir do mecanismo ideológico de *naturalização* dessas condições, mascarando a historicidade das relações sociais que instituíram esse tipo de

sociedade. Para isso, a ideologia dominante utiliza-se de meios de difusão simbólica que influenciam na percepção e no entendimento dos trabalhadores de sua condição.

Assim, a classe dominada torna-se subordinada por uma ordem que aparece na sua consciência como natural e, portanto, imutável. A divisão social do trabalho tem um papel crucial neste processo. Separado do mundo material, o mundo das idéias se autonomiza, de forma que os indivíduos que dominam separam-se das idéias que dominam, fazendo com que a dominação não seja percebida porque aparece como dominação das idéias sobre todos os homens de forma homogênea (CHAUI, op. cit.).

A diferenciação da esfera do trabalho da esfera da vida cotidiana faz com que as idéias não apareçam mais como resultado da atividade material. Isso significa que agora a realidade é representada pelos homens independentemente de suas condições materiais de produção, isto é, representam como a realidade aparece na experiência imediata. Por causa disso, as representações tendem a penetrar de maneira invertida na consciência, ou seja, colocando como causa aquilo que é consequência. Isso ocorre, por exemplo, quando a ideologia dominante substitui a *realidade histórico-social* do Estado pela *idéia* de Estado: o Estado *aparece* como a realização do interesse geral, um poder distinto da sociedade, neutro, mas na realidade foi constituído historicamente por grupos específicos, onde o Estado tem a função de preservar os interesses particulares das classes dominantes.

Contudo, essas representações, para validarem-se como ‘verdadeiras’, necessitam não somente da sua aceitação e legitimação na sociedade: elas precisam popularizar-se como as únicas possíveis, sem contestação e, para isso, buscam naturalizá-las no comportamento e nas práticas cotidianas das pessoas, isto é, no *senso comum*. De acordo com Chauí (op.cit.), o momento essencial de consolidação social da ideologia ocorre quando as idéias e valores da classe dominante são interiorizados, incorporados pela consciência de todos os membros não-dominantes da sociedade. Tal fenômeno é entendido por *hegemonia*, e explica porque a

ideologia mantém-se mesmo quando indivíduos e grupos de origem não-dominante passam a dominar a estrutura social. É também com base neste fenômeno de coerção simbólica que configura o fenômeno da ideologia que podemos nos referir ao conceito bourdiano de ‘violência simbólica’. Como explicitado anteriormente, a violência simbólica é um mecanismo ideológico de imposição de forma suave e sedutora das idéias e valores dos grupos dominantes sobre os dominados.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o mascaramento das origens sócio-históricas da ideologia se dá essencialmente pela sua presença no cotidiano, pois é nele que se dão as relações sociais, e que se constituem o aprendizado, as atitudes e práticas imediatas que situam o indivíduo na sociedade. Todavia, não é somente esse motivo que explica o sucesso da ideologia no mundo cotidiano.

Konder (2002), ancorado nas idéias de Lukács, reflete sobre a relação entre ideologia e cotidiano, afirmando que, ao contrário do que se passa com o conhecimento alcançado via o conhecimento científico ou filosófico que, para se desenvolverem, precisam ir além da empiria e do imediato, o cotidiano constitui-se como uma esfera imanente ao ser humano, onde predomina a ‘lei do menor esforço’. Afinal, as atividades do dia-a-dia do *homem comum* são bastante dispersivas o que impede uma constante reflexão e concentração de todas as atividades que lhes são usuais, inclusive porque, o exercício de concentração é cansativo, exigindo grande desgaste de energia que possibilitem a reflexão e criação teórica.

Assim, o campo da cotidianidade seria uma espécie de *mecanismo conservador*, desafiando aqueles que se empenham em promover revoluções históricas e revolucionárias, pois o cotidiano, como um plano essencialmente prático da vida, limita as formas de percepção e entendimento da realidade (KONDER, op. cit.).

A partir desta constatação, nota-se como o cotidiano se relaciona com a teoria de Bourdieu, em especial com o conceito de *habitus*, dado a sua essência prática e seu caráter

funcional. Isto significa que o *habitus* seria uma espécie de *consciência cotidiana*, pois é conduzida de uma forma natural, já que se encontra incorporada aos comportamentos, hábitos e modos de vida no dia-a-dia. A consciência cotidiana possui o papel de facilitar a vida das pessoas, desde que não se transforme em rotinas rígidas, isto é, estruturas estruturadas – elas devem ser também estruturas estruturantes.

Por outro lado, o conceito bourdiano de *habitus*, quando delineado dentro de uma perspectiva sociológica, não possui uma funcionalidade puramente cultural. O *habitus* de determinado grupo dominante tem o papel de produzir novas representações de cunho ideológico com o intuito de reproduzir os valores culturais dominantes, tidos como ‘os únicos válidos’ em todas as esferas da sociedade, como a política, religiosa, científica, econômica, jurídica, com o intuito de perpetuar a estrutura social.

Quando as representações vinculadas pelo *habitus* do grupo dominante são naturalizadas, materializam-se na sociedade estruturando-a, dando autoridade para que o poder dominante continue ditando as regras do jogo. A partir desse momento, pode-se dizer que o *habitus* caracteriza-se como *doxa*.

Contudo, a partir da teoria bourdiana, a possibilidade de transformação da sociedade parece limitar-se apenas a situações em que ocorrem rearranjos na estrutura social que estremecem a coerência das disposições dos grupos, ameaçando a sua reprodução social e cultural. Tais mudanças abririam espaço para novas percepções e para o questionamento do que era antes tido como inquestionável, e consequentemente, para possíveis movimentos de caráter subversivo.

Em vista disso, uma forma complementar de explicar como se dá a abertura para novos esquemas reflexivos que denunciam a ideologia hegemônica pode ser descrita por Chauí (2001). Segundo esta autora, apesar da ideologia constituir-se como corpo teórico e conjunto de regras práticas que possui uma coerência racional, há sempre a existência de

lacunas que nunca poderão ser preenchidas sob pena de destruir a coerência ideológica. A existência dessas lacunas ao mesmo tempo abre espaço para o questionamento da ideologia dominante e para a formulação de outras concepções ideológicas hegemônicas.

A abertura para a percepção dessas lacunas se daria a partir do momento em que as distorções ideológicas manifestassem uma incapacidade de reproduzir a dialética da relação entre o universal e o particular em determinado tempo histórico. O campo em que a ideologia pode manifestar mais explicitamente suas lacunas é o da *política*, pois:

“O sujeito da ação política é alguém que quer conhecer o quadro em que age, quer poder avaliar o que pode e o que não pode fazer, mas, ao mesmo tempo, é um sujeito que depende, em altíssimo grau, de motivações particulares – suas e dos outros – para agir. Por mais sinceros que sejam os princípios universais que adota, o sujeito da ação política atua de maneira a mobilizar pessoas que, de fato, só se mobilizam em função de motivações pessoais, de desejos próprios, de interesses particulares. A política é levada, assim, a lidar com duas referências contrapostas, legitimando-se através da universalidade de seus princípios e viabilizando-se por meio das motivações particulares”. (KONDER, 2002)

A explicitação dessas lacunas poderiam se dar a partir do esclarecimento da existência de dois pólos em permanente confusão:

- A ideologia, enquanto situada no plano das idéias, pode manifestar-se em inúmeras possibilidades práticas. Não é possível imaginar que de uma mesma teoria derive uma única prática, a não ser sob o peso do dogmatismo e do fanatismo. Assim, uma política que se subordina rigorosamente à universalidade de seus princípios, enrijecendo-se no tempo e no espaço, pode vir a ter efeitos deformadores extremamente graves na cabeça daqueles que ela arregimentou, caracterizando-se como um movimento de produção de *fanáticos* (DEMO, 1987; KONDER, op. cit.);
- Por outro lado, quando a ideologia torna-se apática, a política esvazia-se de seus princípios universais, deixando espaço para a prática política de

oportunistas, motivados por interesses particulares, sem compromisso com os grupos sociais da sociedade.

É a partir dessa conjuntura que surgem conflitos sociais e movimentos subversivos, que podem colocar em xeque a perpetuação da ideologia dominante. Mas é também nessa mesma conjuntura que o *habitus* encontra a necessidade de estruturar-se permanentemente, atualizando-se e mantendo a sua coerência interna. Em face a esta dinâmica, os grupos dominantes, situados em determinado campo ou espaço social, procuram absorver os elementos contestatórios dos movimentos dissidentes, promovendo reformas no *habitus* dominante, porém sem modificar o núcleo ideológico que regula o espaço social, isto é, a *doxa*. Em vista disso, Layrargues (2003) reitera que essa dinâmica que caracteriza a luta ideológica por hegemonia não se realiza de maneira maniqueísta e absoluta, através do embate explícito entre duas visões de mundo opostas, elaboradas e acabadas:

“Ao contrário, por se tratar de leituras diferentes, a disputa ideológica procede através da negociação com processos de desarticulação e rearticulação de determinados elementos ideológicos convenientes, criando alianças genuínas ou forjadas. Desse modo, conquista-se e consolida-se a hegemonia, quando há unanimidade consensual ao discurso coerente”.

Desta forma, as lutas ideológicas constituem-se em um movimento permanente de busca pela hegemonia ideológica, de ‘naturalização’ e ‘desnaturalização’ das bases ideológicas que irão estruturar a sociedade. Tal movimento assemelha-se ao movimento de *objetivação* e *ancoragem*, pois a objetivação determina a entrada de novos elementos no espaço social, o que é possível graças a lacunas abertas pelas contradições da ideologia dominante, enquanto a ancoragem é um elemento conservador, usado pela ideologia dominante para negociar a entrada de novos elementos na realidade, no entanto, buscando manter as bases ideológicas que regem o espaço social.

Outro aspecto que pode ser notado com o panorama descrito a partir da perspectiva bourdiana é que esta parece ainda limitar o papel da consciência humana como forma de

desalienação das relações de dominação e como potencial fonte de ação transformadora, onde o exercício da práxis é primordial. Segundo Konder (op. cit.), o conceito de *doxa* de Bourdieu incita um sujeito empobrecido, cujo papel da consciência torna-se secundário, situado aquém da práxis. Considerando a força do cotidiano e da ideologia na conservação de determinada realidade, qual o espaço da consciência para as transformações históricas revolucionárias?

De acordo com Konder (op.cit.), é verdade que o campo da cotidianidade constitui um desafio para aqueles que se empenham em promover transformações históricas revolucionárias. Contudo, ao mesmo tempo em que a consciência cotidiana é vulnerável à distorção ideológica, apresenta também possibilidades interessantes de resistência aos processos da ideologia. Segundo o autor, a maior dificuldade em face a este dilema:

“(...) está não em reconhecer a existência das limitações conservadoras da consciência cotidiana, mas em saber encaminhar as mudanças mais profundas que puderem ser realizadas, distinguindo, no plano da reflexão e da consciência crítica, entre o que a ação deve conservar e o que ela precisa, efetivamente, superar. O cotidiano é o terreno onde o revolucionário é intimado a reaprender sempre que, no processo das transformações históricas, do qual ele pretende participar com disposição libertária, haverá inevitavelmente – coisas que terão de ser conservadas. O revolucionário, por força da própria dinâmica de sua opção, se arrisca a superestimar o espaço do que pode ser modificado e a subestimar o espaço que deve ser preservado. A cotidianidade lhe parece como a desagradável região que, para ser atravessada, lhe impõe revisões dolorosas nessa sua tendência“ (ibid.).

Assim, apesar das limitações que o caráter revolucionário enfrenta no cotidiano, há um espaço para a reflexão e para o desenvolvimento de uma consciência crítica. No entanto, a consciência não deve se desvincular nunca da esfera cotidiana, sob a pena de desqualificar a diversidade dos saberes e das experiências empíricas, impondo um saber dominante, retornando a uma condição ideológica de dominação. Igualmente, a consciência não deve se satisfazer apenas com os saberes elaborados a partir do cotidiano, negando a importância do caráter científico para a aquisição de conhecimentos para além do imediato e da superficialidade. Desta forma, o autor conclui que:

“(...) a atividade cotidiana quase nunca chega a ser práxis e a consciência cotidiana quase nunca chega a ser teoria. Essa formulação matizada tem a vantagem de nos chamar a atenção para a importância de competências que estão sendo engendradas, e saberes que estão sendo elaborados, numa mal definida zona de transição entre a cotidianidade, de um lado, e a teoria e a práxis, de outro” (idem).

Deste modo, a ideologia estaria inserida em uma zona instável, onde a ideologia dominante encontra-se sempre desafiada em encontrar uma espécie de equilíbrio entre as motivações particulares com os interesses gerais, mascarando possíveis distorções ideológicas que possam ser sentidas pelos indivíduos na esfera cotidiana.

Conclui-se, desta forma, que a ideologia influencia na produção de representações e na percepção dos homens sobre a sua realidade, tornando natural o que é construído com o objetivo de perpetuar uma determinada condição de dominação e desigualdade. Além disso, o cotidiano apresenta-se como fator limitante à prática revolucionária, pois ele restringe o desenvolvimento do pensamento crítico e é onde o senso comum se ancora. Entretanto, a ideologia pode ser desmascarada, questionada e transformada, quando:

- As idéias da ideologia não se mostram coerentes ao serem postas em prática, evidenciando as suas contradições. Essas contradições poderiam ser sentidas no cotidiano dos grupos sociais, gerando questionamentos e conflitos sociais;
- A análise e a reflexão do pensamento teórico e crítico ‘desnaturalizam’ o que seria considerado natural, explicitando uma realidade histórica, já que socialmente construída por meio de lutas sociais. O desenvolvimento científico de cunho emancipatório torna-se fundamental neste contexto.

Os dois caminhos acima descritos são complementares, e devem caminhar juntos, pois a ciência não pode se perder na formulação teórica de novos saberes que desvelem a origem histórica e os mecanismos da ideologia, com propostas transformadoras que não se vinculem ao plano prático da cotidianidade. Ao mesmo tempo, os conflitos sociais gerados pela percepção de que a ordem social não pode se perpetuar devem ser permeados por um trabalho

de apropriação crítica dos mecanismos ideológicos a que os grupos encontram-se subordinados para que as lutas sociais de grupos em situação de dominação não se satisfaçam com algumas reformas, mantendo intactos as idéias e valores que fundamentam a ideologia hegemônica.

A seguir, veremos como essa discussão envolvendo aspectos ideológicos e culturais na produção de representações sociais interferem na percepção dos atores sociais sobre o que é ‘meio ambiente’, ‘natureza’ e sobre a própria ‘questão ambiental’. Será investigada também a pertinência dos chamados conflitos ambientais para o questionamento da ideologia dominante e para subsidiar uma ação política de caráter transformador.

2.2.4 - Representações sociais, ideologias ambientais e conflitos socioambientais

As representações sociais que permeiam a idéia do que seja *meio ambiente* está incorporada na sociedade e em seus grupos sociais de forma bastante diferenciada. Essas representações têm origem tanto da vivência do cotidiano, dentro da formação social e cultural e suas instituições contemporâneas, como de uma *tradição* sociocultural longínqua, cujos fundamentos estão enraizados no *senso comum*, nos *habitus*, nas formas de perceber e agir sobre a realidade.

Segundo Carvalho (2004), essa *tradição* poderia ser identificada, no caso do meio ambiente, como a história dos modos pelos quais os grupos sociais pensaram e manejaram suas relações com a natureza. Ela está marcada por visões de mundo hoje bastante contraditórias como também conflitantes, em uma tensão entre o repúdio e o enaltecimento da natureza.

O *paradigma ocidental moderno*³ constitui-se como uma dessas influências, caracterizando o pensamento e a maneira de construir o mundo social na era da modernidade. Este modelo de racionalidade representou uma ruptura com outros modelos, baseados em uma forma de compreensão que situa o homem subordinado a determinações externas, como os deuses da Grécia pré-socrática, e onde a natureza (*physis*) era vista como uma totalidade, como uma força que constituía os homens – inclusive sua alma, seu psíquico e inteligência – como fonte de sabedoria; ou então como o caso da religião cristã da Idade Média, onde a vontade humana era subordinada à vontade de Deus (CARVALHO, op. cit.; CHAUÍ, 2001).

A razão moderna superou as racionalidades nas quais o homem era subordinado ao universo (seja ele a *physis* ou a obra de Deus): subordinou o universo ao mundo do homem. Assim, o acesso à verdade, à sabedoria e ao conhecimento sobre o mundo passou a vir do próprio homem, de sua capacidade de pensar logicamente, por meio da Razão. A Razão moderna ganhou impulso com a física mecanicista de Isaac Newton, com a influência do filósofo inglês Francis Bacon, entre outros pensadores. Mas com a filosofia de René Descartes, em sua obra “Discurso sobre o Método”, que foi legitimada essa lógica de pensamento ascendente, de um caráter pragmático-utilitarista e antropocêntrico (PORTO-GONÇALVES, 1989). Estavam dados os primeiros passos para a dessacralização da natureza e seus mistérios, e para a separação (bem como a dominação) do sujeito (ativo, consciente de si mesmo - homem) sobre o objeto (passivo e exterior ao homem - natureza).

Com o método científico cartesiano, a lógica da Razão tinha como meta a busca da verdade sem a influência do que era subjetivo, como as crenças, paixões, afetos e interesses,

³ De acordo com Carvalho (2004), “*paradigma* é um conjunto de perspectivas dominantes em torno da concepção do ser, do conhecer e do homem que, em períodos de estabilidade paradigmática, adquirem uma autoridade tal que se ‘naturalizam’ (...) impedindo que a crítica – peça central do conhecimento – seja exercida sobre as perspectivas fundamentais. Desse modo, uma perspectiva paradigmática organiza e ao mesmo tempo limita o pensamento, tornando-se, como no caso do paradigma moderno, excludente. Entretanto, o paradigma é uma construção teórica e como tal inseparável do conjunto de vida social no qual se insere. O conceito de paradigma é, assim, inseparável da compreensão da historicidade do conhecimento” (Plastino, 2001 *apud* Carvalho, 2004). É interessante observar, pela afirmação, que o conceito de paradigma possui uma estreita ligação com o conceito de ideologia.

inerentes ao ser humano. A complexidade do mundo passou assim a ser reduzida a mecanismos baseados em números, padrões, esquemas, vetores e cálculos matemáticos. A realidade objetiva - a natureza -, passiva, transforma-se em fragmentos de conhecimento como o biológico, o químico e o físico... A compreensão das relações humanas, intersubjetivas, simbólicas, é desprezada e, igualmente, a história, as contradições, as lutas sociais e as diferentes racionalidades de outras culturas. As condições de vida dos oprimidos, dos explorados ou das culturas não-inseridas dentro do padrão moderno-ocidental são assim 'naturalizadas', isto é, tornadas natureza. A razão moderna, por pretender-se superior a outras racionalidades, considerando o método científico a forma absoluta de se obter verdades inquestionáveis sobre a natureza, o homem e o mundo, percebe o não-humano como profano, o diferente como inferior, e a diversidade como condenada ao sacrifício.

O paradigma moderno foi fundamental para a ascensão do sistema capitalista. A redução das complexidades naturais a um universo manipulado pelo homem racional foi determinante para o desenvolvimento da ciência e da técnica. Daí vieram a invenção de um tempo abstrato e universal, o uso de energias que não dependiam de variações ecossistêmicas, dos ciclos e imprevisibilidades naturais e a predominância da máquina sobre o trabalho e a criatividade humana. Como consequência, o expansionismo mercantilista e a revolução industrial tornaram-se possíveis.

Esta teorização sobre o paradigma moderno nos remete a uma concepção de natureza ainda bastante presente na sociedade atual: a natureza selvagem/domada (CARVALHO, 2001; 2004). Nesta concepção, a natureza 'selvagem' é vista como ameaçadora e esteticamente desagradável e, portanto, devendo ser reduzida à função de recurso natural, ou seja, de prover utilidade às necessidades humanas materiais. As terras cultiváveis eram deste modo sinônimo de terra boa e bonita. As técnicas que se desenvolveram no mundo moderno, a mecanização do campo e a busca de eficiência na produção determinaram formas

previsíveis em linhas retas de grandes plantações de monocultivos. O que não podia ser cultivado, como grandes montanhas e rochedos eram vistos como ‘verrugas’, ‘monstruosidades’, obstáculos ao cultivo da terra e à imposição da ordem humana ao mundo natural desordenado (CARVALHO, idem). A natureza deveria, dentro deste contexto, ser ‘aculturada’. A apreciação do que é humano e o repúdio ao que é selvagem também tem reflexos nos padrões culturais e de comportamento da época:

“O conceito de civilização passou a ser associado a valores ilustrados, como cultivo, polimento, aperfeiçoamento, progresso, razão. E esse processo aplicava-se tanto aos costumes sociais e às regras de convivência quanto ao próprio cultivo de uma intimidade individual e dos cuidados corporais. Como afirma Elias (1990): *“o que estava em questão era a domesticação da animalidade, a natureza das funções corporais. Era preciso construir um mundo onde se vivesse como se isso não existisse”*. É nesse repúdio que a cultura ilustrada se ergue como uma parede invisível a demarcar o território humano civilizado contra a natureza selvagem, dentro e fora do sujeito humano. (...) A cidade, contraponto da natureza selvagem, então se apresentava como o lugar da civilidade, o berço das boas maneiras, do gosto e da sofisticação. Sair da floresta e ir para a cidade era um ato civilizatório. As pessoas criadas na cidade eram consideradas mais educadas que aquelas que viviam nos campos. A natureza representava uma ameaça à ordem nascente.” (CARVALHO, idem).

Por outro lado, no século XVIII, a percepção do mundo natural começa a pender para o lado oposto. Os efeitos da degradação do meio ambiente com o inchaço das cidades, a poluição industrial, o aparecimento de epidemias por más condições higiênicas, determinando péssimas condições de vida, em especial na classe operária, desencadearam em um aumento de tensões sociais e movimentos reivindicando por melhores condições de trabalho, como também em um movimento burguês de apreciação estética de paisagens naturais intocadas pelo homem. Esse movimento burguês de apreciação do selvagem foi impulsionado no início do século XIX com a ascensão do movimento romântico. A natureza é vista como lugar de descoberta da alma humana, do imaginário do paraíso perdido, da inocência infantil, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime (DIEGUES, 1996).

Tal apreciação paisagística, por outro lado, faz parte de uma sensibilidade típica de um homem que não vive diretamente do campo, e que inaugurava um novo ‘modo de consumo’ – o consumo estético, no qual a natureza é simbolizada como desfrute de um tipo de sociedade específico (OLIVEIRA, 2004). Formulava-se um conceito de paisagem que vinha ao encontro de necessidade de separação entre observador e objetivo observado - evidenciando a influência do paradigma moderno -, entre observações práticas e estéticas, entre terra para produção e terra para consumo estético (idem).

Este contexto de valorização do selvagem foi fundamental para animar novas questões científicas, incitando o surgimento de um naturalismo científico e novas questões a respeito do paradigma moderno. Porto-Gonçalves (1989) explicita essas mudanças, como a fragilização da visão antropocêntrica:

“Desde Isaac Newton que o universo foi cientificamente concebido como um sistema. Todavia não tinha evolução, sempre repetia o mesmo movimento, tal como um relógio que marca o tempo dos outros seres mas não o seu próprio tempo. No século XIX, com Charles Darwin, verifica-se que há evolução da natureza e o homem deixa de ser uma criação divina, passando a ter uma ascendência menos nobre: os primatas.”

O homem é alocado a uma situação de “semelhante” a outros seres na natureza. É nessa perspectiva que, a partir da segunda metade do século XIX, movimentos conservacionistas e preservacionistas eclodem, demandando a criação de áreas protegidas destinadas ao estudo científico da vida selvagem ou então para o descanso e o lazer do homem urbano.

São preservacionistas abraçando um organicismo pelo qual a base do respeito pela natureza era seu reconhecimento como parte de uma comunidade criada à qual os humanos também pertenciam (DIEGUES, op. cit.), em contraposição a um movimento conservacionista, que apregoava o uso racional da natureza a ser transformada em mercadoria. As idéias preservacionistas são o primórdio de um pensamento biocêntrico, no qual o homem não poderia ter direitos superiores aos animais. Outrossim, o preservacionismo teve influência

da noção de ecologia, cunhada pelo darwinista Ernest Haeckel em 1866, segundo o qual os organismos vivos interagem entre si e com o meio ambiente. Consequentemente, da visão fragmentada da realidade, do reducionismo científico próprio ao método cartesiano, privilegiando as *partes* de dada realidade, entra então em cena o *sistema holista*, privilegiando o *todo* (PORTO-GONÇALVES, op. cit.). A ecologia transformou a natureza em ecossistema, reinventando olhares sobre uma natureza que, antes intocada, distante, encontra-se cada vez mais ‘remexida’, ‘fragilizada’, ‘vulnerável’ pela interferência humana sobre o ‘equilíbrio’ natural dos sistemas vivos.

Já o modelo de criação de áreas protegidas, sob o conceito de *wilderness*, nos Estados Unidos, foi amplamente criticado por preservacionistas, por ser seletivo ao privilegiar áreas naturais do ponto de vista estético, deixando livres ecossistemas considerados menos nobres para serem devorados pelos apetites do desenvolvimentismo econômico. Os preservacionistas advogam que a natureza tem um valor por si mesmo, e que o mundo natural deveria ser protegido independente de sua utilidade para o homem.

Essa variedade de percepções do ambiente natural na sociedade ocidental descritas até o momento pode ser observada com frequência em nosso cotidiano. A primeira concepção, de natureza selvagem e a ser domada, pode ser notada em discursos afirmando que a natureza é o lugar de todos contra todos, e que o Estado é necessário para impor leis que ordenem a sociedade, que sem regras torna-se selvagem, caótica. Também se encontram bastante presentes no senso comum conceitos de ‘matéria-prima’, ‘recurso natural’, ‘recurso humano’, que dão idéia a uma natureza (incluindo o homem) a ser dominada e transformada para uma determinada utilidade.

Igualmente, há aqueles que vêem a natureza de uma forma harmônica, perfeita, como uma ‘mãe’ provedora de todas as nossas necessidades. Tal concepção tem sido reatualizada pelo movimento ecologista, como forma de questionar – muitas vezes de forma limitada – o

paradigma moderno, que constitui as bases de um desenvolvimento pragmático e economicista.

Entretanto, apenas a partir da década de 1960 que a defesa da natureza materializou-se como um movimento político reestruturador de forças sociais em nível global. Ao evoluir de um discurso defendendo a mera proteção dos ecossistemas intocados para uma vinculação com o social, o movimento ecológico emergiu questionando o modelo hegemônico de desenvolvimento adotado, responsabilizando-o pela degradação ambiental. Tal momento histórico corresponde a um contexto que melhor descreve a formação social contemporânea e será exposta no item 2.3.

A reconstrução de uma tradição sociocultural tem grande importância para se adquirir consciência de processos que vão além do horizonte histórico que temos conhecimento, que temos vivência direta. Este entendimento é fundamental para que, ao pensarmos sobre o ambientalismo, primeiro: pensemos que tal movimento não é homogêneo, ou seja, de que não parte das mesmas formas de perceber a natureza e de interpretar as causas de sua degradação, sejam elas vinculadas a concepções hegemônicas ou contra-hegemônicas, dado que, - segundo - a sociedade atual, apesar de submetida por um sistema universalizante e contraditório como o capitalista, compreende uma complexidade de culturas, trajetórias e classes sociais e, portanto – terceiro - com afetividades e interesses distintos ao propor a superação das questões ambientais. Assim, ter consciência da trajetória social, das ideologias e das tradições culturais a que certo grupo/classe social encontra-se determinado é essencial para que, ao lutar no campo ambiental, tal grupo/classe saiba qual a sua posição relativa no campo. Desta forma, as possibilidades de expressar coerentemente seus interesses, de delinear as alianças potenciais e as melhores estratégias a serem adotadas são bem maiores.

Até o momento, foi delineado o panorama das tradições hegemônicas presentes nas subjetividades da sociedade nos dias atuais. Contudo, a construção do campo ambiental se dá

numa dimensão em que a diversidade de entendimentos culturais e de formas de se apropriar do mundo material vão além da leitura hegemônica:

“O que para uns é espaço de rituais e crenças, para outros é território de caça, como prática esportiva; a floresta sacralizada por uns pela diversidade de espécies raras que contém, é fonte de calor, sob a forma de lenha, para outros; o mesmo curso d’água que fornece alimento para populações ribeirinhas, é recurso energético para atividades industriais; a praia tornada cenário de eventos culturais ou espaço de lazer de verão é lugar de memória e de esperança de retorno para famílias de pescadores”. (OLIVEIRA, op. cit.)

A natureza é territorial, é temporal e espacialmente percebida e apropriada de forma diversa. Por outro lado, a apropriação e o acesso aos bens materiais são distribuídos desigualmente na sociedade. A sustentação dessa desigualdade depende de sua legitimação na sociedade como um todo, isto é, depende de sua universalização, seja no senso comum, seja nas instituições sociais. Portanto, a sociedade em geral, e o campo ambiental em particular, é um espaço de conflitos que envolve a busca pela legitimação e dominação de certas formas culturais de apropriação dos bens materiais sobre outras.

De acordo com Acselrad (2004), essas relações de concorrência por poder e dominação do campo são legitimadas/deslegitimadas através de lutas simbólicas e assim a luta política pela redistribuição de poder é também uma luta classificatória e cognitiva. Deste ponto de vista, se considerarmos o meio ambiente como um terreno contestado material e simbolicamente, sua nomeação – ou seja, a designação daquilo que é ou não é ambientalmente benigno – redistribui o poder sobre os recursos territorializados, pela legitimação/deslegitimação das práticas de apropriação da base material das sociedades e/ou de suas localizações. Segundo o autor, as lutas por recursos ambientais são, assim, simultaneamente lutas por sentidos culturais. Por outro lado, os grupos hegemônicos, para dar continuidade a seus projetos de sociedade, dependem da formulação de mecanismos ideológicos que ‘naturalizem’ suas formas culturais de apropriação do mundo material no

senso comum. De uma diversidade de formas culturais, o meio ambiente torna-se projeto de homogeneização hegemônica.

Esse movimento de reprodução e subversão ideológica no campo ambiental chamarei de *ideologias ambientais*.

Como afirmado anteriormente, a questão ambiental teve ascensão política a partir de um movimento ecológico que passou a questionar suas bases mais profundas, ou seja, suas bases ideológicas, antes tidas como naturais na sociedade. A degradação do meio ambiente passou a ser contestada a partir da estrutura social, e não a partir de uma crise da natureza humana, incontornável, colocando perspectivas derrotistas sobre o destino da humanidade no planeta. Por outro lado, a ideologia hegemônica, enxergando-se ameaçada, apropria-se do discurso contra-hegemônico com o objetivo de enfraquecê-lo e manter a ordem social. Para isso, de acordo com Maldonado (1971 apud LAYRARGUES, 2003) a ideologia dominante procura mascarar a realidade contra-hegemônica exposta, invertendo a equação, transformando a crise social em crise ecológica: colocou o problema como uma questão da natureza, ao invés de uma questão da sociedade, desviando o foco de atenção.

Layrargues (op. cit.) procura descrever esse movimento de apropriação ideológica. Uma primeira estratégia, segundo o autor, seria a de apagar as diferenças sociais:

“Se a crise ambiental é planetária e absoluta, teoricamente ela atinge a todos os seres humanos indistintamente. Então, aqui se unifica os interesses em torno de uma pauta mais urgente, que é a salvação do planeta. Mas a estratégia discursiva só se completa e se torna unanimemente aceita quando se anuncia que, além de vítimas, todos também são responsáveis de forma igualitária pela crise ambiental (...) Dessa forma, consolida-se um consenso universal apaziguador, pois assim, as vítimas não mais poderiam responsabilizar os culpados, já que todos são iguais perante a ‘catástrofe ecológica’.”

A ideologia dominante estaria desta forma reiterando um paradigma atomístico-individualista pertencente ao paradigma moderno de reduzir as pessoas a indivíduos atomizados, como partes mínimas, iguais e indivisíveis de um todo social que é a sociedade.

A complexidade que envolve as relações sociais, as desigualdades de consumo e de produção material estariam distribuídas homogêaneamente no todo social. As relações de poder são mascaradas e, dentro desta ótica, a crise ambiental deveria ser um objetivo comum, deixando as desavenças entre os grupos sociais para trás. Layrargues reitera que, com isso, cria-se uma abordagem biologicista da questão ambiental, onde o crescimento demográfico deve ser controlado, ou de que o consumidor seria o culpado e, portanto, responsável por adotar estilos de consumo politicamente corretos.

A crise ambiental e a humanidade são colocadas assim tanto sob uma ótica *darwinista*, em que a evolução das espécies é um fenômeno natural, lento e gradual, não sendo possível transformar a ordem humana, por ser natural, como também sob uma ótica *malthusiana*, dado que em um espaço limitado, sob certas quantidades de matéria o homem se reproduz rapidamente, pondo em risco a disponibilidade de alimentos, o que acarretaria em escassez e epidemias. Tais óticas estão intimamente relacionadas com a concepção economicista de *homo economicus*, em que o homem é visto sob a perspectiva da “propensão para o consumo”, “propensão para a poupança” etc. (PORTO-GONÇALVES, 1989).

Em vista disso, o conflito social e as questões distributivistas tornam-se secundários frente a uma lógica do consenso. Os grupos sociais vulneráveis a riscos ambientais, como as populações mais pobres, perdem ainda mais visibilidade, dado que a ideologia dominante evidencia que todos estão igualmente expostos ao risco ambiental, deslocando os problemas locais, espacial e temporalmente bem localizados, para problemas globais difusos e futuros, como, por exemplo, o aquecimento global.

Desta forma, enquanto o indivíduo é tratado como uma partícula, um átomo, a sociedade transforma-se em um todo homogêneo, em sistema, mas ainda sob uma concepção reducionista, pois o sistema instituído não pode ser modificado, é natural – concepção esta que deu impulso a estudos baseados no estruturalismo e no funcionalismo, como os de

Durkheim. Layrargues afirma que tal estratégia dilui a historicidade do sujeito, transformando-o em um sujeito abstrato e oculto, onde as soluções para a problemática ambiental são estruturadas no âmbito do indivíduo e da técnica, marcados pela imediatividade, ao invés do âmbito do coletivo e da política.

Dentro desse panorama, portanto, não se deve negar que a crise ambiental é global, que ela atinge a todos e de que é consensual o combate a degradação sobre o meio ambiente. Todavia, é necessário perceber que a ideologia dominante mascara alguns aspectos da realidade. A crise atinge a todos, sim, mas atinge mais a pobres do que a ricos e, assim, ela também é uma questão que envolve a distribuição diferenciada de responsabilidades; tal desigualdade não elimina o fato de que a questão ambiental tenha proporção global, mas muitos dos problemas são locais, presentes, urgentes e são determinados por uma construção social do meio ambiente que explora a natureza e o homem. A questão ambiental é, desta forma, histórica e, acima de tudo, política, por envolver assimetrias sociais. Assim, é consenso de que deve ser superada a crise, mas ela não será superada sem conflitos sociais, dado que a estrutura social é universalizante e excludente, oprimindo outras construções socioculturais de se perpetuarem na sociedade.

Sabemos que o paradigma moderno separou a relação homem-natureza e naturalizou as relações homem-homem. O caráter dessas duas relações, que são bastante distintas qualitativamente, foram niveladas tornando-se equivalentes, e as relações intersubjetivas próprias das relações entre os homens passam a submeter-se a métodos instrumentais. A “razão técnica”, deste modo, deve ser apenas uma das formas de tentar superar a degradação ambiental, subordinando-se aos diferentes interesses das diversas identidades socioculturais, e não o contrário. Da mesma maneira, as relações sociais são mediadas simbolicamente e instituem-se através de lutas e conflitos, sendo ora perpetuadas, ora transformadas de acordo com grupos com diferentes projetos societários. Isto demonstra que a história não é linear, não

é um “processo evolutivo” no sentido darwinista, ela é um infinito conjunto de possibilidades históricas em busca de legitimação.

Os *conflitos socioambientais* inserem-se nesse contexto com vistas a explicitar o caráter desigual a que a ideologia dominante submete os grupos sociais em determinado espaço territorial. O ambiente, quando situado nas práticas cotidianas, e inserido em uma espacialidade concreta, torna-se um *lugar* onde os grupos sociais relacionam-se e produzem as suas condições de existência, dando sentido à manifestação e à ação política dos sujeitos que defendem projetos específicos. Segundo com Oliveira (2004), a noção de conflito ambiental (ou socioambiental) vem sendo pensada no interior do processo de construção do campo ambiental. Reiterando com essa posição, Acselrad (2004) advoga que podemos pensar em dois espaços onde se definem as relações de poder nas sociedades, espaços estes pertinentes também aos modos de apropriação de base material da sociedade:

“O primeiro é o espaço da distribuição, entre os sujeitos sociais, do poder sobre os diferentes tipos de ‘capital’, incluindo o que podemos chamar, para efeitos da questão ambiental, de ‘capital material’. (...) O segundo é o espaço em que se confrontam as representações, valores, esquemas de percepção e idéias que organizam as visões de mundo e legitimam os modos de distribuição de poder verificador no primeiro espaço”.

Como no campo ambiental, os conflitos socioambientais localizados em determinado território devem ser analisados tanto pelas diferentes forças sociais disputando por volumes de capital específicos, como pela luta que legitima a distribuição de poder, que é simbólica, dinâmica em um processo criativo de invenção e reformulação de novos sentidos. Acselrad (op. cit.) exemplifica bem como se dão esses embates:

“No caso do meio ambiente, verificamos no primeiro espaço, por exemplo, disputas por apropriação dos rios entre populações ribeirinhas e grandes projetos hidroelétricos, ‘empates’ confrontando seringueiros e latifundiários pelo controle de áreas de seringais etc. No espaço das representações, veremos disputas entre distintas formas sociais de apropriação do território pela afirmação de seus respectivos caracteres ‘competitivo’, ‘sustentável’, ‘compatível com a vocação do meio’, ‘ambientalmente benigno etc.”

De acordo com a citação acima, é possível perceber que as representações que dão sentido ao campo podem ser apropriadas de várias formas, pois são conceitos polissêmicos, ou seja, possuem uma pluralidade de leituras que procuram justificar formas de se apropriar materialmente da natureza. Um mesmo conceito pode expressar sentidos bastante contraditórios: desde um sentido radical, voltado para a justiça socioambiental, para uma conservadora, que preserva as bases de um desenvolvimento mercadológico. Afinal, o que é ser ‘sustentável’? O que é ser ‘eficiente’? O que é ser ‘ambientalmente benigno’? Dependendo da coerência com que cada grupo social se apropria desses conceitos que suas práticas serão legitimadas.

Por outro lado, diferentes formas culturais de se apropriar do meio ambiente não desencadeiam necessariamente conflitos. As formas culturais só incitam conflitos sociais a partir da tentativa de universalizar-se no tecido social como a única forma válida de se relacionar com a natureza (e, portanto, com os homens). Os conflitos ambientais emergem, assim, a partir do momento em que certos grupos concorrem pela utilização dos recursos com outros grupos, afetando a reprodução social de condições de existência. Desta forma, podemos definir conflitos ambientais como:

“(...) aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos” (ACSELRAD, op. cit.).

Vimos até o momento que a questão ambiental constitui-se em uma luta simbólica e material, que envolve atores sociais posicionados desigualmente em um campo ambiental. O campo ambiental é inerentemente conflituoso e ideológico, pois além da diversidade de percepções acerca do que é o meio ambiente, ele é um espaço de luta por dominação de projetos socioculturais de uso da natureza. Assim, o meio ambiente é concreto e presente.

Por outro lado, apesar das percepções e lutas pelo meio ambiente estarem presentes desde um ambiente histórico longínquo, a questão ambiental emergiu enquanto problemática, debate e objeto explícito de luta política a poucas décadas. É nesse horizonte contemporâneo da questão do meio ambiente que o próximo item se baseará, com o objetivo de explicitar a complexidade do debate e a dinâmica dos atores e movimentos que se intitulam como ‘ambientalistas’.

2.3 – Contexto histórico da questão ambiental: da proteção da natureza ao discurso da sustentabilidade planetária

2.3.1 – Contexto global

Até o momento, falamos sobre a importância do paradigma moderno para a estruturação de uma sociedade cuja relação homem-natureza é predominantemente dicotômica e antropocêntrica. Foi mostrado também que as primeiras críticas a esse paradigma datam do século XVIII com significativos efeitos sobre a sociedade ocidental a partir do século XIX, resultando em novos valores na sociedade e em novas descobertas científicas. É neste período que surgem as primeiras áreas de proteção da natureza, com o intuito de proteger uma natureza supostamente ‘pura’, ‘intocada’, de um homem ‘naturalmente’ predador, destruidor, como também das péssimas condições de vida por ele criada nas cidades.

Ao mesmo tempo, essas péssimas condições de vida atingiam especialmente uma classe operária expropriada de seus meios de produção, sendo obrigados a trabalhar em jornadas de trabalho insuportáveis, com baixos salários, submetidos a um ambiente insalubre e a um ar irrespirável devido à poluição das chaminés das fábricas. Tais condições propiciaram o surgimento de um movimento operário exigindo melhores condições de vida, e

criticando o capitalismo como a causa de todos os males com que os homens se defrontavam (PORTO-GONÇALVES, 1989).

No século XX insurgem revoluções e guerras que polarizam o mundo em dois grandes regimes sociais: o capitalista e o socialista. Nos países capitalistas mais desenvolvidos, por meio de uma luta de classes – capitalistas versus proletariado - os trabalhadores conquistam uma série de direitos. Estes são institucionalizados pelo Estado, que passou a gerir as demandas e as conquistas trabalhistas, enquanto nos países socialistas os trabalhadores vão perdendo o controle das instituições criadas no período revolucionário em virtude da crescente burocratização e centralização (IDEM).

O período pós-segunda guerra mundial foi marcado pelo medo de armas nucleares testadas, sendo algumas usadas durante a guerra, que mostravam um alto potencial destrutivo. Ao mesmo tempo, durante este período havia uma intensa reestruturação social e econômica dos países europeus apoiada por um então poderoso país capitalista, os Estados Unidos, como também por um então poderoso país tido como socialista, a União Soviética. A polarização capitalismo versus socialismo consolidou em tais regimes uma repartição geopolítica culminada por uma corrida ideológica, econômica, tecnológica e armamentista de proporções globais, tendo por base o acelerado desenvolvimento tecnológico e a industrialização sob brutais processos de exploração da natureza e da força de trabalho: a Guerra Fria, como é mais conhecida, estimulou a emergência de movimentos pacifistas, antinucleares e antiimperialistas, bastante presentes na cultura ambientalista contra-hegemônica.

A estrutura social edificada pelos países capitalistas através do ‘modelo de desenvolvimento’⁴ hegemônico baseava-se no crescimento econômico, como no modelo

⁴ Segundo Herculano (1992), o ‘desenvolvimento’ é uma nova roupagem para a idéia de ‘progresso’ que está presente no Iluminismo etnocêntrico de Turgot e Condorcet, no século XVIII, e que foi adotado pelo Positivismo de Comte no século XIX. Tal como o termo ‘progresso’ (e o termo ‘evolução’ trazido pela biologia), a idéia predominante de ‘desenvolvimento’ supõe uma trajetória a se percorrer, uma mudança ordenada, predeterminada, universal, segundo um mesmo e único processo civilizatório, uma crença de que a humanidade move-se numa direção desejada e para melhor. Neste percurso linear os povos ascenderiam, gradualmente ou

capitalista tradicional, alimentado por uma progressiva intensificação no uso de insumos provenientes de recursos naturais, muitas vezes não-renováveis. Esta realidade viabilizou-se devido a um intenso desenvolvimento técnico-científico, porém gerando impactos sociais e ambientais em larga escala, que não tardaram a ser percebidos.

O desenvolvimento técnico-científico, sob as relações sociais hegemônicas, foi um dos principais responsáveis para motivar uma percepção de que o desenvolvimento, além de causar degradação da natureza, ocasionava em riscos para populações humanas. Com a massificação de meios de comunicação, como a televisão, era possível assistir aos horrores das guerras, como a do Vietnã; as consequências das bombas nucleares que devastaram a população de Hiroshima e Nagasaki; os grandes desastres como o de Minamata, no Japão; as consequências das chuvas ácidas, da emissão de poluentes tóxicos, matando animais e afetando a saúde das pessoas, dentre outras consequências que adquiriam um caráter cada vez mais alarmista. Além disso, publicações científicas como a da bióloga norte-americana Rachel Carson, em seu livro “A Primavera Silenciosa”, trouxeram a público o resultado de sua pesquisa sobre o efeito da contaminação por pesticidas sobre o ambiente natural e a extinção de certas espécies de animais. A consciência de que o homem tem a capacidade de destruir globalmente a natureza e, portanto, de extinguir a própria espécie humana era crescente como provavelmente inevitável (HERCULANO, 1992; DIEGUES, 1996; LIMA, 2005).

Foi na década de 60, então, que o mundo assistiu a eclosão de movimentos que não criticavam apenas o modo de produção, como o movimento operário clássico, mas, fundamentalmente, o modo de vida. O cotidiano emergia aí como categoria central nesse questionamento (PORTO-GONÇALVES, 1989):

“É claro que cotidiano e História não se excluem; todavia, há um deslocamento de ênfase: enquanto o movimento operário em sua vertente marxista dominante (social-democrata e leninista) insistia na ‘missão

queimando etapas, do estágio ‘em desenvolvimento’ e, alvissaras, alcançariam o estágio de ‘desenvolvidos’ em que se encontra o Primeiro Mundo tido como modelo exemplar. O desenvolvimento capitalista supõe, em resumo, um processo linear de crescimento ascendente e infinito, natural e resignadamente desigual.

histórica do proletariado’ que, uma vez vitorioso sobre a burguesia capitalista, resolveria então, todos os problemas cotidianos, os movimentos que emergem na década de 1960 partem da situação concreta de vida dos jovens, das mulheres, das ‘minorias’ étnicas etc. para exigir mudança dessas condições. É como se observássemos um deslocamento do plano temporal (História, futuro) para o espacial (o quadro de vida, o aqui e agora)”.

Estava posto em xeque não apenas o paradigma moderno, mas também a ideologia capitalista e a cultura ocidental: toda uma estrutura social e seu ‘modelo de desenvolvimento’ passam a se tornar os principais culpados pela destruição da natureza. A questão ambiental era percebida como, acima de tudo, uma crise civilizacional.

O movimento pacifista, o movimento jovem *beatnik*, os *hippies* e o *movimento de contracultura* são alguns dos movimentos que mostram rebeldia com os padrões societários instituídos, e propondo novas formas de vida social. Estes movimentos contra-hegemônicos são chamados por Herculano (op. cit.) de *alternativos*.

Há ainda outras correntes que, segundo esta autora, tentam explicar a questão ambiental. Em ordem cronológica, além dos alternativos, há o chamado por seus críticos de corrente *neomalthusiana*. Seus defensores culpam o crescimento demográfico pela degradação ambiental e da qualidade de vida. Argumentam a necessidade de um controle populacional, em especial nos países do Terceiro Mundo, para evitar altas taxas demográficas que teriam o efeito de uma verdadeira bomba.

Por outro lado, para o *zerismo*, a causa da deterioração ambiental não advém do crescimento demográfico acelerado do Terceiro Mundo. O movimento zerista, inicialmente composto por técnicos do Massachusetts Institute of Technology (MIT), autores do relatório “Limites do crescimento”, encomendado pelo Clube de Roma, propunham a parada do crescimento econômico. Este relatório impulsionou intensamente o debate ambiental, e foi produzido meses antes da Conferência de Estocolmo, em 1972. Defendiam uma intervenção drástica dos Estados visando a desaceleração do ritmo do crescimento econômico (LIMA, op. cit.). Os países do Terceiro Mundo, incluindo o Brasil, insurgiram-se contra essa proposta,

afirmando que tal visão era injusta, uma vez que os países do chamado Primeiro Mundo ao terem degradado a natureza se seus territórios, conseguiram assegurar um alto padrão de desenvolvimento econômico e tecnológico, porém negavam aos países pobres o direito de também se desenvolverem (HERCULANO, op. cit.).

Outra contribuição ao debate sobre a questão ambiental provém de um movimento de esquerda. Este movimento possui uma variedade de tendências, dentre elas a *marxista* e a *anarquista*.

Para os *marxistas*, a causa da crise não é apenas ecológica, mas acima de tudo, uma crise social, decorrente da apropriação privada da natureza e da produção pautada no processo de mercantilização da vida, na exploração direta da força de trabalho dos que não possuem os meios de produção e na subordinação ao mercado dos grupos sociais que possuem outras formas de vida. A luta ecológica seria desta forma um meio para se superar a ordem capitalista. Segundo Lima (op. cit.), o pensamento de esquerda iluminou novas questões no debate ambiental, por agregar novas dimensões sociais, políticas e éticas da crise ambiental que, inicialmente, era tratada segundo uma ótica conservacionista ou preservacionista:

“Nessa linha de reflexão foram questionados problemas como: o ideal de crescimento econômico exponencial; a crônica desigualdade social; a exploração do trabalho e a mais-valia; a inadequação tecnológica; a maximização do lucro; a ausência de participação e a burocratização do sistema político; a instrumentalidade da razão tecnocientífica; o mito do progresso; a alienação cultural e do trabalho; a perda do sentido da vida; o consumismo, o desperdício de recursos naturais e a degradação ambiental entre outras questões”.

Já os *Verdes*, ou *ecologistas sociais*, ligados a uma tradição anarquista, compartilham a visão dos marxistas de que a degradação ambiental está diretamente ligada com os imperativos do capitalismo (DIEGUES, 1996). Negam os sistemas de poder, as hierarquias, em especial a representada pelo Estado. A bandeira ‘verde’ propõe o não-consumo, a descentralização, a distribuição do trabalho além da distribuição das riquezas – economia

voltada para as necessidades, e não para o lucro -, a autogestão e a autonomia (HERCULANO, op. cit.).

Os *fundamentalistas*, ou partidários da “deep ecology”, acreditam que a espécie humana é apenas mais uma forma de vida terrestre e, portanto, sem direitos superiores em relação aos demais seres vivos. Os fundamentalistas são bastante criticados, em especial pelos Verdes, por sua tendência a um ‘ecofascismo’. A visão fundamentalista é ‘biologicista’, considerada reducionista, por dicotomizar a relação homem-cultura-natureza.

Por último, os *ecotecnistas* são constituídos por uma corrente otimista e acomodada, partindo da crença de que com o desenvolvimento da ciência e alguns ajustes técnicos a crise ambiental pode ser superada. Neste ponto de vista, através de técnicas eficientes, as catástrofes ambientais, a poluição e outras externalidades do desenvolvimento seriam solucionadas.

Todas essas correntes de pensamento descritas, no entanto, não são estáticas e impenetráveis entre si. Cada idéia pode ser reinterpretada de acordo com os valores e interesses particulares dos atores sociais, pertencentes a grupos e classes distintos e com trajetórias de vida próprios. Estes atores passam então a fazer parte de um campo dinâmico de disputas simbólicas: o campo ambiental. Por outro lado, é importante ressaltar que tal dinâmica criativa está sujeita a dar margem a contradições e reducionismos em alguns discursos.

Eram muitas as evidências de que o modelo de desenvolvimento adotado tornava-se cada vez mais insuportável para ser tolerado. O jogo de forças entre as múltiplas correntes de pensamento se intensificava. A Conferência de Estocolmo parecia cada vez mais ultrapassada, pois tinha um caráter técnico, limitado a ajustes pontuais e soluções tecnológicas para os problemas de poluição industrial, expansão urbana e demográfica que retardavam o crescimento econômico (LIMA, op. cit.), limitando-se à questão de como deixar os

ecossistemas e os recursos naturais limpos durante um processo de desenvolvimento com ênfase economicista.

À medida que novos atores incorporavam a questão ambiental, mais o debate se aprofundava, as apropriações éticas e ideológicas ficavam cada vez mais complexas, e as soluções cada vez mais problemáticas, como também conflituosas.

Na década de 80, a Comissão Brundtland, liderada pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, produziu um relatório conhecido como “Nosso Futuro Comum”, que serviu de fundamentação para a conferência da ONU, em 1992, conhecida como Rio ou Eco 92. Por meio desse relatório, procurou-se integrar os vários aspectos provenientes das críticas a respeito da relação desenvolvimento e meio ambiente. Assim, o relatório conseguiu integrar numa mesma proposta um conjunto de questões que antes eram tratadas, ora isoladamente, ora como termos em conflito. Desta forma, desenvolvimento e degradação ambiental, problemas ambientais globais, população, tecnologia e energia, visão de futuro, pobreza, justiça social e relações Norte-Sul, entre outros, são temas discutidos e articulados numa mesma estratégia de desenvolvimento (DRYZEK, 1997 apud LIMA, 2005).

A noção de *desenvolvimento sustentável* emerge então no intuito de integrar o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social, cultural e político, respeitando as limitações ecológicas. Por outro lado, esta noção não foi construída de forma ingênua. Lima (2003) revela que, ao contrário, esta é uma hábil operação político-normativa e diplomática, empenhada em sanar um conjunto de contradições expostas e não respondidas pelos modelos anteriores de desenvolvimento. Assim, o discurso do desenvolvimento sustentável (ou da sustentabilidade) dirige-se à pacificação de conflitos originados pelas assimetrias sociais, econômicas e políticas do eixo norte-sul, dado que cada vez mais se reconhecia que os países pobres não podiam seguir o mesmo modelo de desenvolvimento dos países do norte, o que comprometeria a capacidade de suporte dos ecossistemas.

Além disso, a noção de desenvolvimento sustentável objetivava incorporar as demandas do movimento ambientalista em nível internacional, que reivindicava a inclusão da questão ambiental na agenda de prioridades político-econômicas. Ao propor um novo modelo de desenvolvimento incorporando múltiplas dimensões, o discurso da sustentabilidade aproximou o debate ambiental de questões sociais e políticas. Através dessa estratégia, foi possível aproximar os diversos atores sociais para o campo do interesse comum, só que ao mesmo tempo, tal estratégia promovia o consenso e camuflava conflitos.

Deste modo, a noção de desenvolvimento sustentável tornou-se uma eficiente forma de absorver os diversos movimentos contraditórios. Isso acontece devido a polissemia de sentidos que esta noção evoca, oscilando desde uma concepção radical, de renovação ética e reestruturação sociopolítica de forças no cenário mundial; a uma concepção conservadora, apontando apenas para algumas reformas e ajustes no sistema capitalista que contribuam para a sua perpetuação.

A seguir, será analisado como a questão ambiental foi incorporada em nosso país.

2.3.2 – *Contexto nacional*

Para a análise do contexto histórico que delimita a emergência do ambientalismo brasileiro devem ser consideradas as particularidades culturais e históricas a que a nossa sociedade encontrava-se condicionada e, ainda, como tal contexto influenciou a incorporação de uma maneira própria o contexto internacional do debate ambiental.

De acordo com Pádua (1991 apud LIMA, 2005), o estigma do desastre ecológico está gravado no próprio nome do Brasil. Nossa história, desde os primórdios da colonização portuguesa, é marcada pela exploração intensa da natureza e do trabalho humano – como a escravidão - com o objetivo de abastecer o mercado exterior. A destruição da natureza no Brasil, desde o início parece estar ligada ao interesse do colonizador de não se fixar aqui, mas

levar tudo para o Reino, dado que a economia colonial era constituída por ciclos de exportação de produtos agrícolas (DIEGUES, 1996) – sobretudo o açúcar, e depois café, após a exaustão dos ciclos de exploração direta como a do pau-brasil e da mineração.

No século XX, a partir da década de 50, o Brasil começa a sofrer um período de progressiva industrialização. Os efeitos da poluição e dos riscos advindos da industrialização entram como elementos novos à coletânea dos impactos ambientais no país, desta vez em nome do nacionalismo e do progresso. Com a imposição da ditadura militar, e sob pretexto político do ‘Milagre Econômico’, de acabar com o ‘atraso’ do país, a industrialização intensificou-se com a abertura à economia estrangeira, com obras megalomaniacas de infraestrutura, com incentivos à mecanização do campo e à produção de monocultivos. Igualmente, os impactos sociais eram inevitáveis: inchaço das cidades, centralizadas no sudeste, e sem infra-estrutura para receber o enorme contingente de ‘mão-de-obra barata’ proveniente de diversos cantos do país; desigualdade de renda e de acesso aos bens ambientais; a expulsão forçada de comunidades inteiras de seus territórios, inundados pela implantação de hidrelétricas, ou invadidos pela poluição industrial, ou por grileiros de olho na especulação imobiliária com a abertura de estradas federais, dentre outros.

Outrossim, a repressão do regime autoritário reduziu a liberdade de expressão e a crítica à ordem imposta, limitando a participação social, e um caráter político da questão ambiental na época. A veiculação pela mídia dos problemas gerados pelo desenvolvimentismo desenfreado tanto no país como no exterior, o debate causado por convenções internacionais como a Conferência de Estocolmo, pelo movimento de Contracultura, impulsionou uma espécie de *ambientalismo combativo e denunciador*. Eram entidades associativas que, sem estarem necessariamente vinculadas a movimentos e partidos de esquerda, intensamente perseguidos pela ditadura (IDEM), encontraram espaço público

para denunciar impactos gerados por grandes projetos como os casos de Cubatão, de Sete Quedas, de pólos petroquímicos...

A Conferência de Estocolmo, em 1972, incitou o início de uma institucionalização da questão ambiental no Estado. Isso ocorreu apesar do país ter liderado os embates contra a proposta do “crescimento zero” veiculada pelo Clube de Roma, uma vez que a ideologia do “Milagre Econômico” abria caminho livre para a implantação de indústrias poluidoras, já que a miséria era vista como a pior poluidora. A crescente preocupação ambiental em nível internacional obrigou a institucionalização por órgãos públicos e privados de mecanismos de controle da poluição gerada pelo desenvolvimento industrial.

Até então, o ambientalismo brasileiro caracterizava-se pelo perfil combativo de associações ecológicas sem perfil esquerdista, mas de feitio contrário em relação a entidades mais antigas, fundadas com um caráter predominantemente cientificista/naturalista, como a Associação de Defesa da Flora e da Fauna, de 1956, e a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza - FBCN, criada em 1958, por cientistas renomados da época (CARVALHO, 2001). Segundo Viola (1992), contrariamente à FBCN, entidades como a AGAPAN, que teve como um de seus fundadores, José Lutzenberger, tinha um perfil ambientalista amplo com definida influência do novo movimento ambientalista norte-americano desenvolvido na segunda metade da década de 1960:

“Os pontos principais do programa fundacional da AGAPAN eram os seguintes: defesa da fauna e da vegetação; combate ao uso exagerado dos meios mecânicos contra o solo e a poluição causada pelas indústrias e veículos; combate ao uso indiscriminado de inseticidas; combate à poluição dos cursos d’água pelos resíduos industriais e domiciliares não tratados; combate às destruições desnecessárias de belezas paisagísticas; luta pela salvação da humanidade da destruição, promovendo a ecologia como ciência da sobrevivência e difundindo uma nova moral ecológica”.

A AGAPAN situa-se como uma das primeiras entidades ambientalistas inspiradas em movimentos dos Estados Unidos, que tinham como demanda a busca por qualidade de vida, porém ainda de visão bastante limitada, pois representa uma demanda de proteção ambiental

que é canalizada através dos mecanismos regulares do sistema político, sem apresentar-lhe nenhum desafio. Tal tipo de movimento é considerado por seus críticos como um movimento elitista (VIOLA, op. cit.).

A partir do final da década de 70, com a anistia, retornaram ao Brasil diversos exilados políticos que vivenciaram os movimentos ambientalistas europeus e que vão trazer um enorme enriquecimento ao movimento ecológico brasileiro (PORTO-GONÇALVES, 1989). A década de 80 é assim marcada pela ascensão de movimentos de caráter libertário e emancipatório, característicos do *ecologismo social*. A classe média brasileira, já bastante consolidada nessa década, é a grande responsável pela difusão dos ideários ecológicos. No entanto, tal movimento era rejeitado pelos movimentos sociais de esquerda, que viam o movimento ambiental como supérfluo, como uma ideologia importada que representava um desvio ou alienação de nossos ‘verdadeiros’ problemas (LIMA, 2005).

A questão ambiental não apareceu assim como um problema da sociedade como um todo, mas como uma questão pós-materialista, ou seja, de uma classe média – cada vez mais em ascensão – que já tinham suas necessidades básicas de vida já asseguradas. Esta posição por parte dos movimentos populares e de esquerda parece ser herança de uma percepção a respeito do perfil de um movimento ambientalista elitista, que se originou nos anos 70, como mencionado acima.

Nesta época, a relação entre ambiente e sociedade era vista, portanto, ainda de forma bastante dicotômica, o que dificultou a formação de alianças entre entidades ambientalistas e movimentos sociais. Isto significa que ainda não havia uma disseminação de que a crise ambiental e a crise social eram consequência de um mesmo processo macrosocial.

Somente a partir da segunda metade da década de 80 que os movimentos de base passam a dar abertura à questão ambiental. A possibilidade de diálogo entre os movimentos sociais e os ambientais tornou-se permeável com a divulgação do Relatório Brundtland, onde

a noção de desenvolvimento sustentável, como exposto anteriormente, conjugou ‘economia’, ‘ecologia’, além de demandas sociais em um mesmo conceito. Apesar de não se identificarem como ‘ambientalistas’, os movimentos populares incorporavam a dimensão ambiental fortalecendo suas reivindicações. Os conjuntos de lutas de populações pelo acesso e uso sustentável dos recursos naturais começam a ser reconhecidas como lutas sociais e ambientais, passando então a serem agrupadas sob a categoria de *conflitos socioambientais*. Essas lutas evidenciam a dimensão do conflito de interesses em torno dos bens ambientais e ao mesmo tempo por formas culturais de uso do meio ambiente, demarcando a questão ambiental como uma luta por reconhecimento cultural e por direitos de cidadania (CARVALHO, 2001).

O perfil *socioambiental* do movimento ambientalista brasileiro começa a entrar em cena, caracterizado pela politização da questão ambiental, cada vez mais articulada com os problemas cotidianos, antes vistos meramente como questões sociais, tais como: saneamento, saúde pública, inundações, acidentes de trabalho etc. (LIMA, 2005).

2.4 – A ‘ambientalização’ dos movimentos sociais e a busca por justiça ambiental

Atualmente, existem duas principais correntes que procuram explicar a crise ambiental. A primeira, de perfil economicista, parte de uma preocupação restrita apenas à intervenção em sua dimensão ecológica, que visa à proteção dos recursos materiais e energéticos em via de deterioração. Por esta visão, disseminada pelo discurso hegemônico, a crise ambiental deve ser solucionada sob uma perspectiva da escassez dos recursos naturais, que atinge a todos homogeneamente. Por outro lado, uma vertente oposta interpreta que a crise ambiental não se reduz apenas à quantificação dos recursos e a afirmação de que eles são

finitos. Para esta segunda corrente, a relação da sociedade com a natureza é tratada de forma complexa, pois é mediada por aspectos culturais e históricos. Isso significa que as práticas sociais sobre determinado território são as mais variadas no tempo e no espaço. Deste modo, as relações entre os diversos atores sociais interagindo em determinado território pode ser conflituosa, seja devido a aspectos simbólicos e valorativos de perceber o meio ambiente, seja devido aos diferentes modos de se apropriar e de se utilizar dos bens materiais.

Como discutido anteriormente, o presente trabalho parte do questionamento ao pressuposto de que a crise ambiental poderia ser solucionada por uma intervenção restrita à sua dimensão ecológica, sem considerar a dimensão social, política e econômica. O discurso hegemônico, veiculado pelos defensores do sistema neoliberal, inicialmente incitavam a concepção desenvolvimentista de que a miséria dos países do eixo Sul são os maiores responsáveis pela degradação ambiental, sendo a penetração da dinâmica do capital nesses territórios a panacéia para tais problemas. O controle e manejo da poluição por instituições estatais e a criação de áreas ‘verdes’ seriam, segundo essa visão, suficientes para conter as insalubridades provenientes do processo desenvolvimentista.

Mais recentemente, a chamada ‘Modernização Ecológica’ vem ganhando espaço, principalmente pela entrada em cena da noção de ‘desenvolvimento sustentável’. Seus defensores, atualizando seus discursos de modo a absorver e esvaziar as potencialidades transformadoras do ecologismo, denotam que a questão ambiental pode ser internalizada pelas próprias instâncias do capital (ACSELRAD, 2002a; 2004). A Modernização Ecológica seria uma ‘revolução’ restrita à dimensão técnico-científica no processo de produção, tornando-o mais eficiente, o que acarretaria na economia durante a utilização de recursos naturais e na minimização dos riscos industriais e, conseqüentemente, dos danos sociais e ambientais.

Estas visões do discurso hegemônico, no entanto, são consideradas por seus críticos, formas reducionistas de enxergar a crise, seja reduzindo os problemas ambientais à tragédia

explícita que é a miséria social, desconsiderando os aspectos que vão além do imediatismo empírico, como os históricos, políticos e ideológicos, determinantes da estrutura social; seja reduzindo a crise ambiental à mera escassez material, culpando a ineficiência industrial pelo desperdício material e encobrindo os riscos e danos ambientais à sociedade, vista como um todo homogêneo.

Os críticos da visão hegemônica negam que o problema seja meramente técnico e que a distribuição dos danos e riscos ambientais provenientes das incertezas tecnológicas não é homogênea: ela atinge majoritariamente os grupos sociais com menor poder de influência na sociedade e, portanto, de decidir sobre o uso, acesso e destinação dos recursos ambientais sobre seu próprio território. Para eles, o enfrentamento da degradação do meio ambiente é o momento da obtenção de ganhos de democratização e não apenas de ganhos de eficiência e ampliação de mercado (Idem).

A temática da *justiça ambiental* insere-se dentro deste panorama, ancorada no discurso contra-hegemônico. Este conceito surgiu a partir da percepção de movimentos sociais dos Estados Unidos de que os depósitos de lixo químicos e radioativos, ou de indústrias com efluentes poluentes, concentravam-se desproporcionalmente na vizinhança das áreas habitadas por grupos de menor renda e socialmente discriminados. O *movimento de justiça ambiental* ganhou *status* no movimento ambientalista ao evidenciar de forma persuasiva a ligação entre degradação ambiental e injustiça social (ACSELRAD *et al.*, 2004c).

No caso do Brasil, esta temática vem ganhando cada vez mais atenção, seja pelos movimentos sociais, seja pelo mundo científico, pois em um país onde as injustiças sociais sempre foram visíveis, a temática da justiça ambiental serve como reforço a este fator. O país tem um histórico de exploração social que resultou no grande hiato existente hoje em dia entre poucos ricos e muitos pobres, além de uma política governada por elites cuja lógica provém de relações clientelísticas e particularistas. Além disso, os meios legais que legitimam a

constituição de espaços públicos participativos para a construção da cidadania entre os diversos grupos sociais é ainda recente.

Essas características denotam uma grande desigualdade no acesso e usufruto dos bens ambientais. Nos ambientes tipicamente urbanos, as populações de baixa renda habita regiões periféricas das cidades, próximas a indústrias altamente poluentes, ou em áreas de risco como encostas, áreas sujeitas a inundação, além de terem acesso insuficiente a direitos sociais como saneamento básico, abastecimento de água tratada, comprometendo a saúde e a qualidade de vida dessas populações de uma maneira geral. Em outros ambientes, nota-se também a prioridade dada pelo poder político em subsidiar modelos desenvolvimentistas como o agronegócio, a indústria de extração mineral, ou mega-empreendimentos de infra-estrutura como as hidrelétricas. O resultado disso são a grande concentração de terras, o inchaço das cidades, a expulsão de populações tradicionais e locais de seus territórios, dentre outros.

Entretanto, tal situação não impediu que movimentos sociais insurgissem. Acselrad (op. cit.) cita alguns exemplos de movimentos que nasceram a partir das situações vivenciadas por atores que foram expropriados de suas terras e impedidos de usufruírem de um ambiente sadio:

“É o caso do movimento dos atingidos por barragens, dos movimentos de resistência de trabalhadores extrativistas, como os seringueiros no Acre e as quebradeiras de babaçu no Maranhão, contra o avanço das relações capitalistas nas florestas e de inúmeras ações locais contra a contaminação e a degradação dos espaços de vida e trabalho nos bairros e regiões pobres e marginalizados”.

Contudo, esses movimentos não se identificavam, pelos menos em princípio, como ‘ecológicos’ ou ‘ambientais’ em suas lutas. Sua ‘ambientalização’⁵ se deu a partir de associações e formações de alianças com movimentos ambientalistas, renovando o caráter da

⁵ Leite Lopes (2004) define este termo como “um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos. (...) Ou ainda, num sentido mais estrito para caracterizar processos históricos passados percebidos de forma nova como importantes (...) No caso da ‘ambientalização’, [tal fenômeno indicaria] uma interiorização das diferentes facetas da questão pública do ‘meio ambiente’. Essa incorporação e essa naturalização de uma nova questão pública poderiam ser notadas pela transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial”.

luta adotando conceitos como ‘sustentabilidade’, ‘ecologicamente correto’ dentro de uma mesma pauta de demandas por direitos sociais. A busca por justiça social é complementada pela busca por justiça ambiental numa mesma luta reivindicando a democracia, o bem comum e modelos de desenvolvimento sustentáveis. Assim, por *justiça ambiental* podemos entender como:

“(...) um conceito aglutinador e mobilizador, por integrar as dimensões ambiental, social e ética da sustentabilidade e do desenvolvimento, frequentemente dissociados nos discursos e práticas. Tal conceito contribui para reverter a fragmentação e o isolamento de vários movimentos sociais frente aos processos de globalização e reestruturação produtiva que provocam perda de soberania, desemprego, precarização do trabalho e fragilização do movimento sindical e social como um todo. Justiça ambiental, mais que uma expressão do campo do direito, assume-se como campo de reflexão, mobilização e bandeira de luta de diversos sujeitos e entidades, como sindicatos, associações de moradores, grupos afetados por diversos riscos [...], ambientalistas e cientistas” (declaração de lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental)”. (LOUREIRO *et al.*, 2003).

Outro conceito fundamental dentro da temática da justiça ambiental, mencionado na citação acima, é o de *risco*. Em complemento à constatação de que os benefícios ambientais são distribuídos de maneira desigual pela sociedade, o mesmo pode-se dizer quanto aos riscos, danos e problemas ambientais, que se tornam explícitos ao vinculá-los às dimensões espaciais da desigualdade social e ambiental: enquanto os atores dotados de maior volume de poder social e político tendem a habitar áreas ambiental e socialmente seguras, os grupos com menor poder (ou seja, aqueles mais oprimidos e com menor renda) habitam locais menos valorizados, fazendo com que haja uma coincidência geográfica entre áreas onde estão instaladas unidades de produção de risco e áreas habitadas por populações com menor acesso aos bens ambientais e socialmente produzidos (GOULD, 2004; ACSELRAD, 2006).

Assim como o conceito de ‘meio ambiente’, o conceito de *risco* possui uma grande polissemia de sentidos em função das trajetórias, interesses e posições ocupadas pelos diferentes agentes no espaço social. Este conceito possui grande importância na construção

social de problemas e danos ambientais, que nem sempre são percebidos pelos grupos sociais, por estarem naturalizados como inerentes ao seu ambiente.

Nessa perspectiva, Acselrad (2002a; 2002b) defende a tese de que a percepção dos riscos ambientais vai além da mera concepção cognitivista/naturalista. Segundo o autor, os defensores da modernização ecológica não incorporam analiticamente a diversidade social na construção do risco e a presença de uma lógica política a orientar a distribuição desigual dos danos ambientais. A percepção do risco é assim cultural e ideologicamente construída.

Alguns autores (GOULD, 2004; ACSELRAD, 2006) relatam que a naturalização do risco e da poluição se dá ancorada na ideologia desenvolvimentista, onde essas ‘externalidades’ seriam uma contrapartida inevitável ao desenvolvimento econômico e na geração de empregos, coagindo as populações mais oprimidas a aceitarem a implantação de empreendimentos de potencial degradante próximas a seus territórios de vida, dada a sua situação de desespero econômico.

Além disso, a hegemonia da ciência e da técnica confere práticas discriminatórias pelas agências estatais, utilizando-se dos espaços participativos de forma burocrática e elitizada, rotulando os agentes sociais com menor capital político e cultural de ‘carentes de conhecimento’, ‘sem preocupações ambientais’ (ACSELRAD, 2004a; ALONSO *et al*, 2002).

Deste modo, a má qualidade ambiental, a vulnerabilidade a doenças, os acidentes industriais passam a ser vistos como mero infortúnio de algo que não pode ser evitado, e não como consequência de um modelo de desenvolvimento excludente que ‘externaliza’ a degradação e a poluição aos grupos sociais com menor poder de decisão e intervenção no campo político, isto é, aqueles com menor poder material sobre o acesso e controle do território e menor poder simbólico de legitimar seus argumentos e, portanto, imobilizados politicamente e propensamente absorvidos pelo poder hegemônico⁶.

⁶ Estes grupos sociais podem ser entendidos como aqueles em um estado de maior *vulnerabilidade ambiental*. Segundo Loureiro (2003), podemos entender esse estado como a situação de grupos específicos que se

Assim, o fato de sofrer a experiência física direta com as fontes poluidoras ou a outro tipo de fonte de risco não leva os grupos necessariamente à ação política. A ‘desnaturalização’ dos riscos ocorre a partir de um evento transformador da realidade para que eles possam ser entendidos como tais pelas populações envolvidas. Esses eventos são os mais diversos, pois podem se originar a partir da intervenção de movimentos sociais e ambientalistas extralocais, da circulação de novas informações aos grupos locais ou de uma reestruturação do contexto político local.

O movimento de justiça ambiental insere-se neste contexto como um agente reestruturador de forças sociais ao tornar perceptível pelos grupos locais de que os problemas ambientais podem ser sanados com lutas sociais e com o exercício da cidadania em espaços públicos. Ainda, a incorporação pelos movimentos sociais locais da temática envolvendo degradação ambiental e injustiça social fortalece o argumento de que os bens ambientais são distribuídos desigualmente na sociedade e de que o modelo de desenvolvimento adotado não garante o direito constitucional a um meio ambiente sadio a todos os grupos sociais.

Deste modo, o movimento de justiça ambiental insere-se no campo ambiental como agente social de discurso contra-hegemônico com grande relevância política, pois contradiz o discurso hegemônico da modernização ecológica de que a questão ambiental restringe-se a um problema meramente técnico, mas sim como um problema a ser encarado na esfera política em busca da democratização do acesso e uso do meio ambiente.

encontram: (1) em maior grau de dependência direta dos recursos naturais para produzir, trabalhar e melhorar as condições objetivas de vida; (2) excluídos do acesso aos bens públicos socialmente produzidos; e (3) ausentes de participação legítima em processos decisórios no que se refere à definição de políticas públicas que interferem na qualidade do ambiente em que se vive.

Human Behaviour*(Björk)*

If you ever get close to a human
and human behaviour
be ready to get confused

there's definitely no logic
to human behaviour
but yet so irresistible

there is no map
to human behaviour

they're terribly moody
then all of a sudden turn happy
but, oh, to get involved in the exchange
of human emotions is ever so satisfying

there's no map and
a compass
wouldn't help at all

Human behaviour

CAPÍTULO III

Pesquisa Participante, estudo de caso, desenho da pesquisa e métodos de coleta e análise dos dados

A opção metodológica utilizada na pesquisa que melhor se encaixa com o contexto paradigmático da parte teórica é a da *pesquisa participante* (PP), uma vez que seus princípios manifestam a base do próprio materialismo histórico dialético. Contudo, este trabalho tem o objetivo de fazer apenas um recorte da realidade, não se tem a pretensão de se concretizar em uma PP em sentido estrito em função do tempo e dos recursos disponíveis para a realização da pesquisa.

Para Fals Borda (1991), a pesquisa participante é uma pesquisa engajada comprometida com a transformação da realidade social, tendo como foco grupos historicamente oprimidos e explorados, como classes populares e minorias. O autor parte do princípio de que há uma distribuição desigual de poder em uma determinada realidade social, na qual este poder fica concentrado, geralmente, nos grupos dominantes, e que a luta por maior equidade nessa distribuição de poder só pode ser conseguida através do conhecimento e conscientização sobre a realidade.

Assim, a ciência não é vista como ‘pura’ ou independente de fatores sociais, culturais e políticos. Sendo produto de uma cultura, esta é o produto de quem a controla, havendo portanto uma relação de poder hierarquizada, pois quem detém o conhecimento é a elite - em todas as suas formas: cultural, econômica e política. Desta forma, é necessário que a ciência possa ser feita em todas as classes, tomando a ciência como um conhecimento construído dentro de uma determinada realidade, com o objetivo de servir à realidade local – mas sem se

desvincular da dimensão global. A ciência, então, deveria ser um processo de construção endógeno.

Segundo Brandão (1987), “a pesquisa participante não provém de uma única teoria, não é um método único e, muito menos, não deve tender, seja a substituir o que equivocadamente tem sido chamado de ‘pesquisa tradicional’, seja de constituir-se como uma escola própria”. No entanto, existem algumas características norteadoras nesta metodologia - muitas vezes também conhecida como ‘pesquisa-ação’ (PA) (THIOLLENT, 1994), ou ‘pesquisa-ação participante’ (PAP) (FALS BORDA, op. cit.), com algumas nuances que as diferem. De acordo com Le Boterf (1987), os principais critérios que caracterizam a PP são os seguintes:

- *Concreticidade* - A escolha dos problemas a serem estudados não se efetua a partir de um conjunto de hipóteses previamente estabelecidas pelos pesquisadores, mas tem origem nas situações sociais concretas. A tarefa dos pesquisadores consiste em auxiliar os grupos interessados a formular e analisar os problemas que estes mesmos desejam estudar;
- *Práxis* - Existe entre a pesquisa e a ação uma interação permanente. A produção do conhecimento se realiza através da transformação da realidade social. A ação é a fonte do conhecimento e a pesquisa constitui, ela própria, uma ação transformadora. A pesquisa-ação é uma práxis, isto é, ela realiza a unidade dialética entre a teoria e a prática;
- *Dialeiticidade local-global*- a intervenção se dá numa escala relativamente restrita (uma região, organização, bairro etc.). Essa limitação voluntária da área de ação deve permitir um controle melhor do processo e uma avaliação mais rigorosa dos resultados obtidos. Esta característica é acompanhada, aliás, da

hipótese e da possibilidade da generalização dos resultados e do processo a uma escala mais ampla;

- *Dialeiticidade ciência acadêmica - saber popular*- a negação de um ‘cientificismo’ devido ao risco iminente da pesquisa cair em uma ‘propaganda ideológica’ por parte do pesquisador não deve necessariamente dar margem a uma postura anticientífica, espontaneísta. Um adequada compreensão do saber popular não deve alimentar as posições antiteóricas e antiintelectuais (THIOLLENT, 1987).
- *Princípio da não-neutralidade* – A pesquisa participante se coloca a serviço dos grupos sociais mais desprovidos e explorados. O pesquisador não é neutro, pois se coloca a serviço dos mais oprimidos e ‘desfavorecidos’. Esta ‘tomada de posição’, longe de ser fácil, necessita de um trabalho permanente de reflexão crítica do pesquisador sobre as implicações teóricas e metodológicas de sua intervenção e do processo de pesquisa-ação. Essa função que o pesquisador desempenha constitui determinado poder que não deve ser mascarado por uma ideologia de orientação neutra e não-diretiva;
- A pesquisa-ação consiste num *processo educativo*. Ao participar do próprio processo da pesquisa e da discussão permanente dos resultados obtidos, os pesquisados podem adquirir um conhecimento mais objetivo de sua situação, assim como analisar com maior precisão os seus problemas, descobrir os recursos de que dispõem e formular ações pertinentes;
- *Socialização dos resultados e feedback da pesquisa* - Os ‘pesquisados’ participam não apenas da discussão dos resultados da pesquisa, mas sobretudo do processo desta. A função da pesquisa não é a de ser ‘propriedade privada’ dos especialistas, devendo ser compartilhada.

Esta pesquisa foi desenvolvida como um *estudo de caso*, devido a falta de tempo e recursos para a realização de uma intervenção de médio/longo prazo, que dê a oportunidade de acompanhar mudanças efetivas dos atores e de sua realidade ao longo do processo da pesquisa-ação. O *estudo de caso* é definido como uma modalidade de pesquisa pela qual se tenta compreender fenômenos complexos em curto espaço de tempo, geralmente focada em problemas contemporâneos e na qual se apresentam questões do tipo "como?" e "por quê?" (YIN, 2005, *apud* LOUREIRO, 2007). É importante ressaltar que a pesquisa-ação será utilizada no estudo de caso como uma metodologia que considere as verdades como provisórias, dado o movimento dialético de permanente transformação. As conclusões devem, assim, ser sujeitas a testes em outros casos, os quais poderão confirmá-las ou não como válidas para um tipo de situação que se repete por um determinado período das sociedades, em suas relações com a natureza em geral. Nessa perspectiva, a *lógica da replicação* foi a adotada no *desenho da pesquisa*, pois

“(...) investigações com indivíduos e grupos são realizadas para descrever a realidade, testar ou construir hipóteses analíticas, buscando revelar relações ou explicações convincentes sobre as características do fenômeno em estudo, e devem ser sustentadas por uma construção teórica rica e rigorosa. (...) o que se generalizam não são os resultados concretos do estudo, mas uma ou mais inferências analíticas”. (VASCONCELOS, 2002)

A lógica da replicação mostra-se, juntamente com o estudo de caso, a mais adequada para confirmar a validade de um campo ambiental cujas forças sociais a ele subjacente encontram-se desigualmente posicionadas, buscando assim contribuir para o debate de que a abertura de espaços públicos para a mediação de conflitos é fundamental para concretizar uma democracia social e ambiental.

A abordagem metodológica assumida no estudo de caso buscou analisar os atores envolvidos, seus interesses e representações do ambiente em que estão imersos, as interações

entre eles e as ações que desenvolvem em conjunto, bem como o sentido que dão às suas próprias ações.

Os resultados da pesquisa foram levantados a partir de entrevistas qualitativas com os diversos atores envolvidos no conflito, em uma tentativa de desvendar com o máximo de fidelidade seus papéis na dinâmica conflitiva. As entrevistas foram conduzidas por meio de um roteiro com perguntas previamente formuladas, porém de forma semi-estruturada, garantindo que entrevistado pudesse comentar outros aspectos que lhe pareciam relevantes. Todas foram gravadas. Foram feitas o total de 5 entrevistas, envolvendo 4 atores locais – 1 barqueiro e 3 pescadores - e um ambientalista envolvido na causa. A escolha de cada ator social envolvido no conflito obedece os critérios apontados por Spradley (1979 *apud* TRIVIÑOS, 1987) ao delinear as condições mínimas que devem ter proeminência no processo de escolha de um bom informante:

1. Antiguidade na comunidade e envolvimento desde o início no fenômeno estudado;
2. Conhecimento amplo e detalhado das circunstâncias que têm envolvido o foco em análise;
3. Disponibilidade em tempo para participar ao desenrolar das entrevistas e encontros;
4. Capacidade para expressar especialmente o essencial do fenômeno e o detalhe vital que enriquece a compreensão do mesmo.

O quadro abaixo segue tal orientação, com exceção do barqueiro. A figura 1, em anexo, ilustra o critério de escolha dos pescadores, grupo social identificado como “atingido”.

Ator envolvido	Critérios de escolha
Barqueiro	- Morador vizinho ao empreendimento (Ilha da Madeira); - Complacência aos acontecimentos; - Percepção que possui dos atores contrários a CSA; - Percepção do ambiente enquanto identidade de não-atingido.

Pescador X	- Morador da Ilha da Madeira, vizinha ao empreendimento; - Integrante de associação de pescadores envolvida no conflito e com histórico de atuação em outros conflitos, como o da Ingá Mercantil: APLIM; - Integrante das Comissões de Acompanhamento de Dragagem da CSA.
Pescador Y	- Morador de Coroa Grande, vizinha ao empreendimento; - Integrante de associações de pescadores do entorno e histórico recente nos conflitos (ABIT e AMACOR); - Esteve presente nas Audiências Públicas da CSA.
Pescador Z	- Pescador de margem da baía e dos rios que deságuam na baía, em especial o Canal de São Francisco, integrante da associação APESCARI, cujos barcos de menor porte; - Morador relativamente recente da região, porém com histórico de atuação sociopolítica, nos direitos do pescador.
Ambientalista	- Histórico de envolvimento em conflitos na baía, anteriores à CSA; - Integrante do Fórum de Meio Ambiente e Qualidade de Vida da Zona Oeste e Baía de Sepetiba, coletivo formado por ecologistas, pescadores e lideranças comunitárias e que há atuação em outros conflitos na região; - Esteve presente nas Audiências Públicas da CSA.

Também houve levantamento documental de notícias da imprensa, como forma de identificar o encaminhamento temporal do conflito e o grau de visibilidade do mesmo na sociedade. Cabe ressaltar que, para a análise de documentos da imprensa, é necessário ter atenção para alguns aspectos colocados por Marconi & Lakatos (2007):

1. *independência* – O pressuposto teórico dos países democráticos é a independência dos órgãos de informação. No entanto, existe uma distinção entre o princípio político e a realidade: o capital necessário para a manutenção da independência do órgão depende de uma série de fatores, sendo o principal a fonte de publicidade, que pode efetivamente controlar as diretrizes do órgão;
2. *difusão e influência* – pode-se verificar a zona geográfica de distribuição e o tipo de população que é influenciada; o prestígio do editorialista e outros profissionais

que assinam suas matérias; o que as pessoas mais lêem e a influência que sobre elas exercem as opiniões expressas e as informações.

3. *grupos de interesses* – na chamada imprensa alternativa e a específica de categorias profissionais pode-se verificar como estes grupos sociais apresentam as idéias dos dirigentes sobre seus objetivos, a atuação dos poderes públicos, os interesses regionais, nacionais e, até internacionais etc.

Sendo assim, o processo de coleta de notícias buscou contemplar a heterogeneidade da informação, como informes do governo; jornais de grande circulação e influência no senso comum; aqueles de temática mais específica; e a chamada “imprensa alternativa”, que preza por um jornalismo de vertente mais crítica e posicionamento político mais explícito.

Jornal/ Informativo escolhido	Temática	Público	Categoria
O Globo / Jornal do Brasil/ Jornal do Comércio/ Estado de São Paulo / O Dia/ Extra	Variada	Variado	Grande circulação
Agência Reuters	Variada	Nacional e internacional	Grande circulação
Valor Econômico / Gazeta Mercantil / Jornal Monitor Mercantil/ Diário DCI / Revista Exame	Economia	Profissionais do setor econômico e financeiro	Específica
Revista Carta Maior/ Centro de Mídia Independente (CMI Brasil)	Jornalismo crítico	Entidades, movimentos sociais, academia	Alternativa
Clipping do Ministério do Planejamento, BNDES, ALERJ, Secretarias do Estado do RJ	Ações de órgãos públicos	Usuários de internet	Governo
O Eco, Ambiente Já, Eco & Ação	Ambiental	Usuários de internet	Específica

A análise de documentos envolvendo as obrigações legais da empresa perante o processo de licenciamento, tais como estudos e relatórios de impacto ambiental e análise de

conteúdo das Audiências Públicas foram contemplados. Igualmente analisados, foram documentos legitimadores do conflito na esfera jurídica como ações civis e inquéritos junto ao Ministério Público (MP), documentos técnicos do Grupo Técnico Especializado do MP (GATE), declarações das entidades envolvidas no conflito, boletins de ocorrência, assim como as ações de fiscalização realizadas pelo poder público durante as obras do referido empreendimento.

A aquisição de informações e dados adicionais sobre o conflito ocorreu através da internet: tanto pelo grupo de discussão da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, como através da troca de e-mails com os atores envolvidos no conflito, para a posterior análise de conteúdo.

Para a análise dos dados, a metodologia adotada foi a de Análise de Conteúdo. Segundo Bardin (1977 *apud* Triviños, 2007), a Análise de Conteúdo pode ser definida como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens”. Tal concepção aponta para a liberdade de se analisar conteúdos diversos produzidos pelas diferentes formas de comunicação humana, porém sem abandonar alguns pressupostos teóricos já definidos *a priori*, que são a base para a sistematização adequada dos dados. Diante disso, o trabalho operacional de análise baseou-se em três etapas básicas, descritas pelo mesmo autor (*idem*):

1. Pré-análise
2. Descrição analítica
3. Interpretação referencial

A fase de pré-análise consistiu, basicamente, na organização do material, deixando que ele, naturalmente, fosse incorporado. Durante as transcrições das entrevistas, assim como

durante a coleta de material documental, novas hipóteses foram formuladas e certos padrões do fenômeno social investigado, no caso o conflito, foram emergindo tacitamente.

A fase de descrição analítica ocorreu em concomitância com a primeira fase, visto que à medida que eram adquiridas novas informações, buscou-se relacionar alguns padrões encontrados com base no referencial teórico, que já se encontrava previamente consolidado.

A fase de interpretação referencial se deu durante a construção da estrutura dos resultados da pesquisa, onde o conteúdo latente dos dados pôde ser analisado para além do conteúdo manifesto e explícito na mensagem, mas também pelo seu significado em uma escala macro, envolvendo questões para além do cotidiano e do imediatamente perceptível.

Ping Pong**(Stereolab)**

It's alright 'cos the historical pattern has shown
 how the economical cycle tends to revolve
 In a round of decades three stages stand out in a loop
 A slump and war then peel back to square one and back for more
 Bigger slump and bigger wars and a smaller recovery
 Huger slump and greater wars and a shallower recovery
 You see the recovery always comes 'round again
 There's nothing to worry for things will look after themselves
 It's alright recovery always comes 'round again
 There's nothing to worry - things can only get better
 There's only millions that lose their jobs
 And homes and sometimes accents
 There's only millions that die in their bloody wars,
 It's alright
 It's only their lives and the lives of their next of kin
 that they are losing
 it's only their lives and the lives of their next of kin
 that they are losing
 It's alright 'cos the historical pattern has shown
 how the economical cycle tends to revolve
 in a round of decades three stages stand out in a loop
 a slump and war then peel back to square one and back for more
 bigger slump and bigger wars and a smaller recovery
 huger slump and greater wars and a shallower recovery
 don't worry be happy things will get better naturally
 don't worry shut up sit down go with it and be happy
 dum, dum, dum, de dum dum, de duh de duh de dum dum dum... ah ah
 dum, dum, dum, de dum dum, de duh de duh de dum dum dum... ah ah

CAPÍTULO IV

RESULTADOS

O CONFLITO AMBIENTAL:

Estratégias de enfrentamento e grau de legitimação

O objetivo deste capítulo consiste em fazer uma análise profunda dos conflitos subjacentes a relação desigual entre dois agentes sociais que ocupam um mesmo território, porém com finalidades e percepções distintas a respeito do usufruto dos bens ambientais.

O presente estudo de caso tem como localização a região da Baía de Sepetiba, onde o processo de industrialização tem se mostrado intensivo nos últimos anos, o que tem evidenciado conflitos envolvendo agentes sociais dotados de outras formas de ocupação do território como, neste caso, a pesca artesanal – onde a relação intrínseca com o ambiente natural e o uso de tecnologias que exigem baixo uso de energia exógena tem buscado se legitimar enquanto um viés alternativo ao tipo de desenvolvimento escolhido para a região

O empreendimento analisado alvo de litígio dos pescadores é a Companhia Siderúrgica do Atlântico, investimento bilionário que associa capital nacional com estrangeiro, e com apoio assíduo do governo federal.

O presente capítulo encontra-se estruturado de modo a discriminar em uma ordem lógica todos os fatores determinantes para a concretização do empreendimento, assim como os aspectos que fizeram com que os pescadores não se restringissem a vítimas passivas, travando um embate legitimado na esfera pública. Nessa perspectiva, tanto as escalas locais - que dão particularidade ao ambiente estudado - como aquelas mais globais - que inserem o

fenômeno estudado dentro de padrões encontrados em outras localidades - estão sendo contempladas

Na tentativa de enriquecer o fenômeno, a pesquisa vem a ser permeada pelos aspectos teóricos do capítulo anterior, em especial no que tange ao jogo de capitais e nos mecanismos de coerção simbólica, sempre tencionados em um campo de alianças e de discursos que primam pela (des) estabilização da doxa regente.

Com efeito, a participação social e política dos pescadores é vista como fundamental para a reversão da dinâmica conflituosa e como base para a mudança estrutural de um modelo de desenvolvimento ultrapassado, concebido no estudo como logicamente desigual e insustentável. Sendo assim, parte-se do princípio de que a participação e o investimento em capital simbólico denotam-se instrumentos potencializadores de heterodoxia do campo, especialmente quando se vincula o movimento dos pescadores ao de justiça ambiental.

A importância da participação sociopolítica será melhor explicitada ao longo do capítulo. Porém, vale ressaltar que ela tem papel determinante no ganho de volume de capital simbólico no jogo, principalmente quando se procura romper com os limites que a cotidianidade impõe ao exercício crítico da realidade. Para tal, os espaços públicos têm se configurado como locais inesgotáveis de aprendizado e de ganho de capital político, dado que é onde o jogo pode concretamente experimentado, face-a-face com os adversários, fazendo-se igualmente necessários a análise do conflito.

4.1 - Elementos do conflito: contextualização e caracterização dos atores-adversários e do território em litígio

4.1.1- A Bacia da Baía de Sepetiba como território de disputa

4.1.1.1 - Caracterização da Baía

A Baía de Sepetiba (Anexo I, figura 1) (Latitude: 22°54' a 23°04'S; Longitude: 43°34' a 44°10'W) localiza-se no Estado do Rio de Janeiro e com um espelho d'água de 305 Km². Sua forma é alongada, limitando-se a Norte e a Leste pelo continente, ao Sul pela Restinga de Marambaia e a Oeste pela Baía de Ilha Grande (ARAUJO et al, 1998).

Vários rios de pequenos volumes de água e canais de drenagem deságuam na Baía, diluindo águas e trazendo aluviões e efluentes de poluentes diversos, oriundos de áreas domésticas e industriais dos municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí e Mangaratiba. A maior contribuição de água doce para a Baía provém do Canal de São Francisco (Rio Guandu), que carrega águas originalmente desviadas do rio Paraíba do Sul pela LIGHT Serviços de Eletricidade S/A, que são utilizadas na geração de energia hidroelétrica nas usinas daquela empresa, localizadas no município de Piraí. O rio da Guarda e o rio Mazomba/Cação são também afluentes relevantes ao abastecimento da região metropolitana do Rio.

Possui um ambiente rico em manguezais, constituindo um criadouro natural para moluscos, peixes e crustáceos, o que favoreceu o desenvolvimento de atividades pesqueiras tradicionais e a maricultura (TOLENTINO & SOARES, 2004; TCE, 2004).

4.1.1.2 – Políticas de zoneamento industrial e (políticas de) poluição

Por outro lado, apesar das riquezas naturais e das condições ambientais favoráveis à navegação, a prioridade dada pelas políticas públicas na região não foi o desenvolvimento pesqueiro, por sua riqueza e abundância de vida marinha; ou ao turismo, devido a grande beleza cênica da região, além das diversas praias, ilhas e cachoeiras. Outros critérios foram levados em conta. Protegida pelo cordão arenoso da restinga de Marambaia, possui águas calmas, profundas, além de proteção contra ventos, essas condições favoreceram a implantação do Porto de Sepetiba, no município de Itaguaí, em 1982. As condições favoráveis ao aporte de navios de grande dimensão e a posição estratégica no território brasileiro, uma vez que se localiza no mais importante entorno geoeconômico do Brasil - região sudeste -, onde, num raio de pouco mais de 500 km, estão situadas empresas industriais e comerciais responsáveis pela formação de aproximadamente 70% do PIB brasileiro (PORTOSRIO, s/d. Disponível em: <http://www.portosrio.gov.br/Sepetiba> . Acesso em 06 abr. 2008).

O Porto de Sepetiba - atualmente Porto de Itaguaí - é um dos fatores encadeadores para a poluição, por ser o destino final de mercadorias de indústrias que se foram incentivadas a se instalar em sua retro área, pelas facilidades logísticas, mas principalmente pelo histórico de ocupação industrial ao longo da bacia hidrográfica da Baía de Sepetiba.

Ao longo dos anos, a crescente movimentação de navios no porto demandou obras para sua expansão, onde foram realizadas dragagens para o aprofundamento do canal de acesso e bacia de evolução, que ocasionou no espalhamento dos metais pesados depositados no fundo da baía, de origem da extinta Ingá Mercantil (FEEMA, s/d. Disponível em: <http://www.feema.rj.gov.br/baia-sepetiba.asp?cat=75>. Acesso em: 06 abr. 2008; TOLENTINO & SOARES, op. cit.). Além disso, hoje, o porto possui terminais de carvão,

minérios, contêineres e alumina, pertencentes à CSN, Companhia Portuária da Baía de Sepetiba (CPBS), Sepetiba TECON S/A e VALESUL Alumínio S/A, respectivamente.

Há registros de crimes ambientais provenientes da disposição inadequada desses materiais, como em 2006, em que a CPBS – terminal usado pela Companhia Vale do Rio Doce para escoamento de sua produção - despejou ilegalmente minério diretamente no mar, o que levou inclusive a uma investigação sobre irregularidades da própria licença ambiental. O episódio foi, inclusive, motivo de conflito jurídico entre prefeitura de Itaguaí e a Vale, que abandonou seus planos de exportação de soja na localidade:

“O município de Itaguaí, que abriga o porto de Sepetiba, trava uma batalha jurídica com a Companhia Vale do Rio Doce sobre o licenciamento ambiental do terminal de minério de ferro da empresa no porto. A discussão, que subiu de tom nos últimos dias, seguiu-se ao anúncio da Vale de engavetar projeto de R\$ 80 milhões para começar a exportar soja pelo local. (...) Na sexta-feira, o secretário de Meio Ambiente de Itaguaí, Jailson Barbosa Coelho, fez coleta de minério de ferro em 12 pontos das águas da Baía de Sepetiba, em torno ao cais da CPBS. Ele alega que a empresa vem operando em condições inadequadas de contenção do minério de ferro, que é depositado nos navios por correias transportadoras. A cada carga, partes de minério caíam no mar poluindo a baía. No fim de novembro, o município autuou a CPBS em R\$ 200 mil por "poluição hídrica" causada pelo despejo de minério no mar”. (Fonte: Valor Econômico, 11 dez. 2006)

O Porto encontra-se no momento atual em processo de ‘modernização’, ganhando infra-estrutura logística e tecnológica, com a meta de transformar-se no primeiro HUB-Port do Atlântico Sul. Isso significa que será transformado em um porto concentrador de cargas devido a sua extensa retro área - de 10 milhões de m² -, que prima pelo baixo custo, e com grande capacidade de escoamento de mercadorias para rotas internacionais.

Além do Porto, conforme citado, as maiores fontes de poluição da baía provêm da atividade industrial, que lança várias substâncias potencialmente tóxicas nos rios que nela deságuam. Esses empreendimentos encontram-se predominantemente instalados ao longo da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu.

A Zona Administrativa de Santa Cruz (figura 3), pertencente ao município do Rio de Janeiro, e o município de Itaguaí (figura 4) são as regiões de influência direta do objeto de estudo, a CSA. A divisão territorial entre ambas é determinada pelo Canal de São Francisco, um dos rios que desembocam na baía de Sepetiba. O planejamento de uso do território na região consiste basicamente na produção industrial intensiva, conforme legislações diversas decretadas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro:

- Lei Estadual 466/1981 – Dispõe sobre o Zoneamento Industrial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro;

- Portaria 176/1983 do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana do RJ – classificação das Zonas de Uso Estritamente Industrial (ZEI) e Zonas de Uso Predominantemente Industrial. Eis algumas das zonas industriais delineadas para a região da Baía de Sepetiba:

1. No Município de Itaguaí - ZUPI de Coroa Grande; ZEI da Companhia Siderúrgica Nacional;
2. No Município do Rio de Janeiro (Zona Oeste) - ZUPI de Guaratiba, ZUPI de Inhoaíba, ZUPI de Palmares, ZUPI de Santa Cruz; ZEI do Distrito Industrial de Campo Grande; ZEI do Distrito Industrial da Fazenda Botafogo; ZEI do Distrito Industrial de Palmares; ZEI do Distrito Industrial de Santa Cruz.

- Lei nº. 2274 e Decretos 1278 e 20811 de 1994 – Criam e determinam providências sobre a Zona de Processamento de Exportações – ZPE de Itaguaí⁷.

- Lei 3.055/1998 - Autoriza o Poder Executivo a criar o Sistema de Apoio Industrial ao Porto de Sepetiba, ficando o Poder Executivo autorizado a criar o Sistema de Apoio

⁷As ZPE são distritos industriais onde empresas operam com isenção de impostos, liberdade cambial e com destinação de sua produção ao mercado externo. Seus defensores remetem sua criação à geração de empregos e a corrigir desequilíbrios regionais. A polêmica das ZPE gira em torno do fato de que a vantagem da criação de postos de trabalho não compensaria o ônus tributário, social e ambiental. ZPE também são conhecidas no mundo pela desregulação das leis trabalhistas em função da competitividade de mercado.

Industrial ao Porto de Sepetiba, destinado a incrementar a instalação de estabelecimentos industriais nas áreas de convergência para o Porto de Sepetiba. As áreas que compõem tal sistema são as seguintes:

1. A ZPE - Zona de Processamento de Exportação de Itaguaí;
 2. Os Distritos Industriais da Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro, dentre outras.
- Lei 4.185/2003 – Institui o Programa de Fomento à Atividade Econômica na Região do Porto de Sepetiba – PRÓ-SEPETIBA, concedendo financiamento a empreendimentos que se instalem na área de influência do Porto, o que envolve os Distritos Industriais de Santa Cruz e o município de Itaguaí.

Observa-se por meio dos dados que, além do zoneamento industrial iniciado na década de 70, a instalação do Porto de Itaguaí (antigo Porto de Sepetiba) é um fator determinante para a instalação dessas empresas, cujo destino final de seus produtos – *commodities*⁸ em geral – é predominantemente o mercado externo.

Outro contribuinte significativo para a ocupação da região foi a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do RJ (CODIN) - cujo nome inicial, na década de 60 era Companhia de Distritos Industriais, e seu foco principal era apoiar o desenvolvimento de pequenos negócios –, quando a partir de 1995, quando passa a exercer uma função mais ativa na atração de investimentos estruturantes.

⁸ Segundo o site do Banco Itaú, na seção “Resolva suas dúvidas sobre Economia e Mercado Financeiro” (Disponível em: <http://analises.itaubr.com.br/mcminst/itau/rq/080407/rq080407.asp>. Acesso em: 06 abr. 2008), a definição mais restrita para a palavra *commodity* seria “bem primário em estado bruto”. Em termos práticos, a maioria dos produtos básicos pode ser considerada como uma *commodity*, tais como o café em grãos, as carnes, o petróleo, o minério de ferro, etc. São produtos que são retirados diretamente da natureza ou passam por um processo mínimo de beneficiamento. Em termos econômicos, as *commodities* são definidas como produtos padronizados em todo mundo e que passam por processos semelhantes de produção, seja no Brasil, seja na China. Por isso, uma característica econômica importante das *commodities*, é que elas têm o mesmo preço internacionalmente. O preço internacional do farelo de soja exportado pelo produtor brasileiro é o mesmo pago ao produtor argentino. O Brasil é um dos países que mais exporta *commodities* e as principais são: soja, café, minérios, manufaturados, etc.

A CODIN é uma companhia de sociedade mista vinculada a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e foi a responsável pela implantação de alguns desses distritos. Atualmente, administra os Distritos Industriais de Fazenda Botafogo, Campo Grande, Palmares, Paciência, Santa Cruz, na Zona Oeste do município Rio de Janeiro, dentre outros no Estado (CODIN, s/d. Disponível em: <http://www.codin.rj.gov.br/Codin/Resultados.htm>. Acesso em: 06 abr. 2008). Mais recentemente, segundo o site da CODIN, um dos frutos de suas negociações, em parceria com a Investe Rio, foi justamente a implantação do projeto da Companhia Siderúrgica do Atlântico – ThyssenKrupp CSA.

O Distrito Industrial de Santa Cruz é um dos que possuem maior área territorial e taxa de ocupação de empreendimentos potencialmente poluidores. Os resíduos industriais desta localidade, conseqüentemente, costumam desaguar no Canal de São Francisco, limítrofe a área. De acordo com o Relatório Diagnóstico do Comitê Guandu, elaborado em 2006, encontram-se implantadas no Distrito o total de 10 indústrias, abaixo relacionadas, juntamente com a indicação da linha de sua atuação:

- Misel Engenharia Ltda.: *Oficina mecânica e caldeiraria*
- Pan-Americana S/A Indústrias Químicas: *Produtos para a indústria farmacêutica*
- BASF S/A.: *Massa corrida*
- FCC Fábrica Carioca de Catalisadores: *Catalisadores*
- EcoLab Química Ltda.: *Pastas, detergentes, amaciantes etc.*
- Sicpa Ind. de Tintas Ltda.: *Tintas especiais*
- Rexam Beverage Can South América S. A.: *Latas de alumínio*
- Liarte Metalquímica Ltda.: *Resinas acrílicas*
- Morganite Brasil Ltda.: *Isolantes térmicos*
- Casa da Moeda do Brasil: *Moedas e cédulas*

Além desses, há outros empreendimentos vizinhos ao Distrito, de igual potencial poluidor e que margeiam os rios que desembocam na baía: COSIGUA, VALESUL Alumínio, White Martins Acetileno, a Usina Termelétrica de Santa Cruz (ver Anexo I, figuras 5 e 11). No entanto, dentre essas indústrias, destaca-se a Cia. Mercantil Ingá, falida em 2002, que durante mais de 30 anos lançou *in natura* resíduos tóxicos, hoje acumulados no fundo lodoso da baía, o que será discutido a seguir.

4.1.1.3 - O maior passivo ambiental do Estado: o caso da Ingá Mercantil

A Companhia Ingá Mercantil iniciou suas atividades em 1949 no município de Nova Iguaçu com a fabricação de tubos galvanizados e lingotes de zinco. A sua instalação em Itaguaí, mais especificamente na Ilha da Madeira, se deu na década de 60, com o intuito de produzir zinco em escala industrial, por meio de reações químicas com uso de ácidos e de metais pesados (ver Anexo I, figura 6).

De acordo com as bibliografias consultadas que analisam o histórico de conflitos com a referida indústria (LEITE LOPES, 2004; TOLENTINO & SOARES, 2004), apesar de, na época de seu funcionamento, ter sido uma das 100 maiores contribuintes de ICMS do Estado do RJ, além de ter gerado algumas centenas de empregos, a precariedade do trabalho, as condições insalubres dos trabalhadores e os impactos ambientais que comprometiam a saúde e a economia local, baseada na pesca artesanal, gerou revoltas e questionamentos por parte dos moradores da região.

Segundo Leite Lopes (*idem*), as mobilizações contra a Ingá datam desde a década de 1970, quando a incorporação de categorias como “meio ambiente” e “poluição” ainda eram incipientes na época e não havia ainda uma legislação ambiental consolidada. Os inúmeros vazamentos de resíduos tóxicos da empresa em direção ao mar foram uma das maiores causas

de conflitos e que ganharam visibilidade e força política, o que culminou, durante cerca de 30 anos de reivindicações da sociedade, em inúmeros processos e pressões por parte dos órgãos ambientais.

Um dos conflitos mais marcantes eclodiu em 1996 quando, em decorrência de fortes chuvas, o dique de contenção da Ingá não conseguiu conter o enorme volume de dejetos tóxicos com elevado teor de metais pesados, que vazaram em direção aos manguezais e a Baía de Sepetiba. De acordo com os estudos mencionados, calcula-se que o pescado na época tenha atingido uma queda de cerca de 60%, além de contaminação da maricultura, gerando sérios prejuízos aos pescadores.

A Ingá teve sua falência decretada em 1998, pouco antes de ser condenada a construir um aterro sanitário que desse uma destinação adequada aos resíduos, além de ter que recuperar a área atingida da Baía de Sepetiba. As consequências das atividades da Ingá, agravadas pela sua falência, se traduziram assim em um dos maiores passivos ambientais do Estado, seja na esfera material - pelas milhões de toneladas de rejeitos tóxicos acumuladas em seu terreno e no fundo da baía -, seja na esfera simbólica, isto é, na percepção de um risco iminente à saúde e a sobrevivência dos moradores e, principalmente, dos atores sociais que dependem diretamente da Baía: os pescadores artesanais e maricultores.

4.1.1.4 - Caracterização das regiões de Santa Cruz, Itaguaí e adjacências

Contrariamente às expectativas do discurso desenvolvimentista, a poluição e a degradação geradas com a industrialização não parecem ter se materializado em melhores condições de vida à população, tanto em Itaguaí como na Zona Oeste do Rio.

Para o caso de Itaguaí, alguns dos dados levantados por um estudo socioeconômico elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), em 2004, mostram isso:

- O PIB dos municípios fluminenses só está disponível até o ano de 2002, quando Itaguaí estava em 16o lugar dentre os 92 municípios do Estado, com PIB a preços básicos de aproximadamente R\$ 1 bilhão. O PIB per capita no município foi de R\$ 12.447,00, 9ª colocação no estado.
- Por outro lado, com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Itaguaí apresentou IDH-M Educação de 0,889, 19º no estado e pontuou 0,724 no IDH-M Esperança de Vida, 57º posição dentre 91 municípios analisados. Seu IDH-M Renda foi de 0,692, fazendo com que o município ficasse em 44º lugar no Estado. A baixa esperança de vida alerta para uma possível má qualidade do ambiente do município.
- Esta contradição aponta para uma má distribuição de renda à população, evidenciada pela forte correlação entre anos de estudo e classe de rendimento mensal das pessoas. Em Itaguaí, 66% da população não têm o curso fundamental completo e outros 66% não têm rendimento ou percebem até 3 salários-mínimos.

Ainda, de acordo dados do IBGE (IBGE, 2000 *apud* FERRAZ, 2004), menos de 20% da população de Itaguaí são classificadas como ‘ocupadas’, ou seja, com emprego fixo; cerca de 75% contam com alguma forma de abastecimento de água e apenas 41% contam com serviços de esgotamento sanitário. Há dois hospitais em funcionamento precário, sendo que apenas um deles realiza cirurgias de pequeno porte.

Até cerca de três décadas atrás, o município de Itaguaí não tinha expressão no limite estadual, devido às dificuldades de acesso, pois só era servido por uma linha férrea, com pouca movimentação de trens, sendo ligado ao município do Rio de Janeiro por uma estrada não pavimentada. A abertura da rodovia Rio - Santos mudou o cenário, facilitando o deslocamento entre diversos municípios próximos (TCE, 2004).

O município se caracterizou no passado pela produção agrícola, tendo hoje perdido sua importância, praticando os produtores, essencialmente, uma agricultura de subsistência. Sem render a notoriedade que a atividade de cultivo alcançou, a pesca artesanal sempre existiu e permanece graças ao esforço dos próprios pescadores (LEITE LOPES, 2004).

O processo de industrialização do município inicia-se em 1964, com a Ingá Mercantil. Na década de 70, foi instalada a NUCLEP, empresa estatal de alta tecnologia, destinada à produção de reatores nucleares e peças metalúrgicas de alta precisão. No período 1973-77, a BR-101 foi construída. Na mesma década, lá se instalaram também a Fundação Técnica Sulamericana (peças para a indústria naval) e a Usina Itaguaí. (transformação de metais não-ferrosos). Em 1974, o município foi incluído na região metropolitana do Rio, destinada à implantação de uma ‘Zona Exclusivamente Industrial’ onde abrigaria, inicialmente, a segunda unidade da CSN e a Cia. Docas do Rio de Janeiro, encarregada de implantar o Porto de Sepetiba, cuja inauguração data de 1982 (*idem*).

Além disso, a política do município é marcada por facções pessoais, clientelismo e violência, com assassinatos de ocupantes de cargos públicos, e repressão a movimentos que fazem frente aos direitos da população (*idem*). Os jornais locais são distribuídos para a população gratuitamente, mas sem abrir espaço para crítica às ações políticas do governo local (TOLENTINO & SOARES, 2004).

Já no caso da Região Administrativa de Santa Cruz, no município do Rio, que compreende os bairros de Santa Cruz, Paciência e Sepetiba, os índices de desenvolvimento levantados por estudo do Instituto Pereira Passos (IPP, 2003) em 29 regiões administrativas, e com base nos dados do IBGE (2000) apontam que Santa Cruz encontra-se entre os mais baixos do município:

- O IDH-Longevidade⁹, de 2000, aponta que os 3 primeiros lugares são ocupados por bairros da Zona Sul, região mais nobre do município. No outro extremo, tem-se que as últimas 3 colocações são ocupadas por regiões de densa favelização (Maré e Complexo do Alemão) e também por Santa Cruz.
- No IDH-Renda, enquanto os 5 bairros mais bem colocados encontravam-se com IDH-Renda acima de 0,95, o bairro de Santa Cruz estava entre os 5 últimos colocados, com 0,667. Segundo Viegas (2006), com base nos mesmos dados do IBGE (2000), a renda *per capita* da população do bairro de Santa Cruz é de R\$ 206,23, em contraste com renda do bairro da Gávea, primeira no ranking, de R\$ 2139,56. A renda domiciliar *per capita* média do 1º quinto mais pobre de Santa Cruz é de R\$ 27,62.
- No ranking geral do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o bairro ocupa a 119ª posição entre os 126 bairros e distritos do Rio (IBGE, 2000 *apud* VIEGAS, 2006).
- A rede de esgotamento sanitário atende apenas a 45,07% dos domicílios, enquanto a média para o município é de 77,99%, evidenciando a omissão do poder público em saneamento na região.
- Em estudo do IPP (2001) sobre disparidades entre bairros, dos 161 bairros em que foram divididos a cidade, apenas 6 bairros foram identificados como tendo nível de desenvolvimento médio baixo com base no IDH e 3 com base no ICV (Índice de Condições de Vida). Este conjunto de bairros é formado pelas

⁹ Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) surgiu com o intuito de se obter uma fórmula mais abrangente de medição do nível de desenvolvimento. O IDH, calculado pela ONU, foi criado originalmente para avaliar o nível de desenvolvimento (humano) dos países medido pelo bem-estar da população. É calculado a partir dos indicadores de: educação (alfabetização e taxa de matrícula); longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto (IPP, 2006).

favelas com piores condições de vida (Acari, Complexo do Alemão, Maré, e Rocinha) e pelo extremo oeste da cidade (área rural de Santa Cruz e Guaratiba).

Os dados acima indicam que a região de Santa Cruz carece de infra-estrutura básica à coletividade, tanto devido à falta de saneamento como também pela quantidade de indústrias presentes na região e nos Distritos Industriais e que muitas vezes utilizam os recursos hídricos para o descarte de substâncias tóxicas ou utilizam inadequadamente o solo, contaminando o lençol freático. As consequências da omissão do poder público provavelmente estão se refletindo no IDH-Longevidade, dado que Santa Cruz destaca-se por estar nas últimas colocações juntamente com regiões conhecidas pela violência urbana extrema. No entanto, a hipótese, ao menos no caso de Santa Cruz, não parece ser apenas a violência social o motivo para o baixo índice. É que a falta de políticas de saneamento ambiental (que inclui não apenas o saneamento básico) e de acesso aos direitos coletivos tende a comprometer a saúde da população, afetando diretamente no IDH-Longevidade¹⁰. Consequentemente, seria no mínimo razoável a suposição de que até mesmo os índices de violência social estão relacionados com a expropriação dos bens ambientais.

Viegas (2006), em texto elaborado com base nos dados levantados nos registros de instituições públicas como a FEEMA, o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal para a construção do Mapa de Conflitos Ambientais do Estado do RJ (ACSELRAD *et al.*, 2006), relata alguns casos de descarte em local inadequado de resíduos diversos - como nos rios que desembocam a poluição na Baía de Sepetiba:

¹⁰ Segundo a visão Freitas & Porto (2006), quando questões relativas a saúde levam a temática ambiental em consideração, a concepção de saúde se amplia para além da perspectiva da doença, pois tal abordagem busca estabelecer uma relação entre os serviços de ecossistemas e bem-estar humano. Nessa concepção, dentre os fatores sociais e ambientais que afetam a saúde, podemos encontrar o emprego e a distribuição de renda, as condições de vida e trabalho, a qualidade e sustentabilidade do ambiente, as redes sociais e de suporte social, a maior participação nos processos decisórios locais que afetam a saúde bem como outros que afetam o bem-estar coletivo e pessoal.

“O problema do lançamento de poluentes no bairro de Santa Cruz assume outros panoramas quando levado em conta os despejos de resíduos industriais por meio de vazadouros clandestinos, como o caso da empresa Brahma, que lançou seus resíduos industriais na Estrada do Morro do Ar e da Casa da Moeda, que contaminou os rios adjacentes às suas instalações. Vale a pena ressaltar que consta no processo desta última informação sobre a existência de uma grande parte de trabalhadores da empresa sofrendo de leucopenia. A Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira (APLIM) enviou inúmeras denúncias ao MPE alegando agressões ambientais causadas por indústrias no Distrito Industrial de Santa Cruz. (...) Em outubro de 2002, o Ministério Público Estadual instaurou Inquérito Civil para apurar a existência de poluição e os possíveis responsáveis pela poluição da Baía de Sepetiba, cuja suspeita recaía sobre a Cervejaria Brahma, a White Martins (poluição pela emissão de efluentes líquidos e gasosos na Baía Sepetiba) e a Herga Industrias Químicas. A presença de sítios contaminados remanescentes de fábricas desativadas agravam ainda mais o quadro de agressões ambientais sofridas pelos bairros. Um exemplo que temos de tal ocorrência é o caso da empresa Grupo Químico Industrial (situada em Santa Cruz), que paralisou suas operações em 1996 e desde então vinha armazenando, inadequadamente, tambores com resíduos tóxicos e perigosos”.

Os dados das localidades acima representadas apresentam uma tendência que se apresenta como um padrão em áreas periféricas de centros urbanos, conhecidas como “Zonas de Sacrifício”, que serão a seguir discutidas.

4.1.1.5 - A região enquanto “zona de sacrificio”

Em vista do panorama descrito até o momento, não é à toa que estudiosos denominam tais localidades como ‘zonas de sacrificio’ ou ‘paraísos de poluição’. De acordo com Acselrad (2004b), essas zonas destacam-se por:

“(...) serem objeto de uma concentração de práticas ambientalmente agressivas, atingindo populações de baixa renda. Nesses locais, além da presença de fontes de risco ambiental, verifica-se também uma tendência a sua escolha como sede da implantação de novos empreendimentos de alto potencial poluidor, pois a desregulação ambiental favorece os interesses econômicos e predatórios, assim como as isenções tributárias o fazem nos chamados ‘paraísos fiscais’”.

Isto significa que em áreas em que há populações de baixa renda e com menor poder de decisão sobre o próprio território tende a coincidir com áreas cujo valor da terra tende a ser menor, favorecendo a implantação de atividades industriais potencialmente impactantes. Além disso, seguindo o raciocínio de Acselrad, observa-se nestas áreas a conjunção das decisões de localização de instalações ambientalmente danosas com a presença de agentes políticos e econômicos empenhados em atrair para o local investimentos de todo tipo, qualquer que seja seu custo social e ambiental. Estes dois processos denotam, assim, que a assimetria de poder é determinante para uma distribuição espacial desigual dos danos ambientais, produzindo situações de injustiça que se refletem nos índices de saúde, educação, renda e qualidade de vida geralmente precários.

Por outro lado, apesar de não apresentar nenhuma entidade que se nomeie ‘ambientalista’, pescadores, associações de moradores, trabalhadores rurais e populações tradicionais apresentam um histórico de participação nos conflitos locais enquanto atingidos por empreendimentos de grande envergadura. Além disso, conflitos envolvendo o Porto de Sepetiba e o vazamento de resíduos tóxicos do dique da Ingá, foram projetados para dimensões extralocais, redimensionando o campo de forças, ou seja, aparecem novos atores no espaço público e os personagens locais passam, por vezes, a atuar em associação com representantes e instituições extralocais (LEITE LOPES, op. cit.).

Algumas dessas mobilizações têm gerado resultados significativos, como o projeto da implantação da Usina Termelétrica (UTE) de Sepetiba, que não conseguiu se concretizar; o projeto de implantação de um pólo petroquímico, que acabou sendo abandonado por pressão popular; o projeto de construção de um aterro químico na localidade da Fazenda Bonanza; a interdição da Usina Mazomba (idem).

4.1.2 – O contexto sociopolítico: uma época de crença na doxa desenvolvimentista

As estratégias políticas e governamentais adotadas têm demonstrado a fé do poder político em voga nos planos de desenvolvimento baseados crescimento da economia, apostando na industrialização intensiva e conseqüente geração de empregos e divisas como a redenção da pobreza no país. No contexto do Estado do RJ, a política tem sido voltada basicamente para a estruturação de pólos regionais especializados, com indústrias que exigem grandes investimentos.

No caso da região da Baía de Sepetiba, as ações têm sido sobre a implantação de indústrias de matéria-prima processada para exportação, em especial o aço. À medida que região vem se tornando conhecida e legitimando-se como “Pólo Siderúrgico”, outras indústrias do ramo, ou diretamente associadas, vêm almejando a implantação/expansão de suas unidades na localidade: COSIGUA, do Grupo Gerdau, a CSN e Votorantim. As bases para o desenvolvimento da região da baía tem sido o investimento infra-estrutural no Porto de Itaguaí, com a sua modernização e expansão de sua capacidade de carga, assim como investimento em logística, melhorando as rodovias e ferrovias que dão acesso ao porto.

O momento de otimismo político atual vem se consolidando desde a gestão da governadora Rosinha Garotinho que, na época, havia fortalecido políticas de atração de tais investimentos de grande escala, por meio da CODIN, InvestRio, FUNDES, dentre outras. Na ALERJ, em 2005, “Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico – Jornalista Roberto Marinho” já versava obre o futuro da economia fluminense, com a abordagem dos investimentos estruturantes no entorno do Porto de Sepetiba:

“Esta Casa vive momento de harmonia com o Poder Executivo. Isso faz com que os investidores nacionais e estrangeiros tenham segurança para investir no Rio de Janeiro, porque sabem que as regras estabelecidas contratualmente serão aqui respeitadas. Esta Casa tem sido ágil nos anseios, na busca de soluções que possam permitir aprovar investimentos, sobretudo estruturantes

a favor do Estado do Rio de Janeiro. Ainda ontem, aprovamos duas mensagens da Sra. Governadora Rosinha, uma incluindo a Companhia Siderúrgica do Atlântico no RioInvest, permitindo, desta forma, o acesso aos recursos do Fundes e a todos os benefícios fiscais estabelecidos por vinte anos. Porque entendemos que buscar o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro - vejo aqui o Prefeito de Itaguaí – é a preocupação desta Casa para que esses investimentos sejam acompanhados de investimentos nas áreas sociais, da Educação, da Saúde, não só gerando emprego na área de habitação popular para que possam, a iniciativa privada e o poder público, dentro da responsabilidade que têm, dar soluções às graves dificuldades que passam o País, o mundo, sobretudo as grandes metrópoles, e não é diferente no Estado do Rio de Janeiro”. (Depoimento do deputado Jorge Picciani, presidente da ALERJ)

O mesmo deputado protagonista do discurso supracitado, Jorge Picciani, continua a descrever na sessão do Fórum os planos para a região da Baía de Sepetiba, confirmando as intenções quanto a atração de investimentos:

“Em 2004, o Rio de Janeiro foi líder na atração de investimentos em todo o País. O Rio de Janeiro atraiu cerca de R\$ 50,1 bilhões em novos investimentos, valor superior até mesmo aos investimentos atraídos pelo Estado de São Paulo. Com esses investimentos, nos tornamos o estado líder na capacidade de produção de aço. O Rio de Janeiro vai triplicar a sua capacidade de produção de aço, saindo dos atuais 7,3 milhões de toneladas/ano para 21,8 milhões de toneladas/ano (...) Poderia comentar também as obras de infra-estrutura que estão sendo feitas em torno do Porto do Sepetiba. A principal delas é o Arco Rodoviário Metropolitano, um projeto de interligação das rodovias federais que cruzam o Estado do Rio de Janeiro com o Porto de Sepetiba. É um investimento da ordem de 527 milhões de reais. No Porto de Sepetiba estão previstos cerca de 38,5 milhões de reais para dragagem, acesso rodoviário e obras gerais do sistema de segurança, obras que serão concluídas em junho de 2006. Estão também previstas a implantação da Usina Termoelétrica da Eletrobolt em Seropédica, e a ampliação da Usina Termoelétrica de Santa Cruz, em Furnas”.

Ainda, a partir de 2007, pode-se dizer que houve um alinhamento político das diferentes esferas governamentais, criando-se um ambiente de concordância no poder executivo, cujo otimismo transcendeu a esfera da relação poder político-poder econômico, passando a ser refletido em ações e investimentos governamentais no Estado do RJ, fomentado principalmente pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do âmbito federal:

"A aliança entre o Governo federal, o estado e os municípios está garantindo o combustível ideal para o desenvolvimento de nosso estado. Hoje temos não apenas grandes investimentos, como o complexo petroquímico de Itaboraí e a Companhia Siderúrgica do Atlântico, a maior usina do grupo alemão Thyssen no mundo, mas uma boa infra-estrutura em nossos aeroportos, grandes projetos turísticos, com a construção de inúmeros resorts na Região dos Lagos". Julio Bueno, Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado do RJ, em reportagem do Jornal do Comércio, em julho de 2007.

Segundo o documento oficial divulgando o PAC, em 2007, as metas do programa consistem no crescimento econômico baseado no estímulo ao crescimento do PIB e do emprego. Por conseguinte, com o fim de alcançar tais metas, a taxa de investimento na economia brasileira deve ser estimulada “por meio de um conjunto de investimentos em infra-estrutura e um grupo de medidas de incentivo e facilitação do investimento privado” (BRASIL, 2007).

No Estado do Rio de Janeiro, o investimento federal em infra-estrutura tem visado a melhoria logística em direção aos Portos do Rio e Itaguaí, através da implantação do Arco Metropolitano, que ligará o Complexo Petroquímico de Itaboraí, da Petrobrás - outro empreendimento faraônico, com investimento aproximado de R\$ 10 bilhões – ao Porto de Itaguaí. Para este porto, os investimentos do PAC também estão sendo contemplados, com obras de dragagem para aprofundamento do canal de acesso de navios de grande porte e dando, assim, estrutura para uma maior aporte de mercadorias a serem exportadas.

Em uma entrevista à Agência Brasil (2007), o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, confirma a importância do Arco Rodoviário que, segundo ele, é um dos projetos estratégicos mais importantes para o Rio de Janeiro, por seu papel de integração logística e facilitação do escoamento de mercadorias produzidas no país em direção aos portos. Na mesma matéria, o otimismo mostra-se explícito igualmente no setor empresarial, segundo as palavras de Eduardo Eugênio, presidente da Federação das Indústrias do RJ (FIRJAN):

“Hoje, com o Arco ainda no papel, já são estimados investimentos em seu entorno que superam R\$ 70 bilhões nos próximos três anos. Imaginem o que será possível quando a obra for uma realidade”. (AGÊNCIA BRASIL, 2007)

A descrição desse breve contexto no qual a implantação da CSA ThyssenKrupp está inserida serve, assim, para ilustrar que as estratégias políticas e governamentais adotadas atualmente ratificam a confiança dos poderes políticos e econômicos no investimento de seus capitais na doxa desenvolvimentista. Além disso, a visita do Presidente Lula, de seus ministros e do governador do Estado do RJ no início do ano de 2008 ao terreno da CSA, em Santa Cruz, explicitando publicamente seu apoio ao empreendimento corroboram mais uma vez para legitimar a ortodoxia sobre o campo das decisões políticas¹¹.

Desta forma, supõe-se que, neste contexto, o “meio ambiente” estaria dentro dos pressupostos do paradigma da adequação ambiental – que rege a ideologia desenvolvimentista e sua faceta dita “sustentável”-, ou seja, os riscos e impactos sobre o meio ambiente seriam passivos de controle técnico-científico. Os problemas ambientais são tratados dentro dessa ideologia sob a corrente do ambientalismo que Martinez-Alier (2002 *apud* FREITAS & PORTO, 2006) denomina como “evangelho da ecoeficiência”, que preconiza a internalização de custos e práticas gerenciais ambientais ditas “limpas”, à lógica do desenvolvimento capitalista, colocando nas mãos das instituições, especialistas e tecnoburocracias¹² a responsabilidade pela implementação de critérios e de políticas que conduziriam ao almejado desenvolvimento sustentável.

¹¹ Como afirma o governador Sérgio Cabral: “O Rio vive um momento extraordinário com a chegada de novas empresas como essa e a ampliação de outras. A instalação do Complexo Petroquímico da Petrobras (Comperj) e a ampliação do Porto de Itaguaí são exemplos de empreendimentos que vão gerar milhares de empregos e riquezas em nosso estado” (*Correio do Brasil*, 2008). Ou por sua declaração na *Agência JB* (2008): “Nesta região, estão previstos os maiores investimentos do país. Há dois dias, sobrevoei o lugar onde está sendo construída a CSA (Companhia Siderúrgica do Atlântico) e fiquei positivamente chocado com a grandiosidade da obra. No momento, estão sendo empregados quatro mil homens, mas na reta final do projeto serão 18 mil. Haverá ainda muitos outros empregos gerados nesta região com a instalação de inúmeras empresas em função do Arco Rodoviário, uma obra que vai mudar o panorama econômico e social desta região.”

¹² Detentores legítimos do *habitus* específico do campo ambiental, conforme descrito no capítulo II.

No entanto, a necessidade de resultados expressivos e rápidos no campo político acaba por pressionar os órgãos ambientais a apressarem o processo de licenciamento, conferindo legitimidade ao “meio ambiente” como entrave à geração de empregos e de divisas, com a arrecadação de impostos. Tal visão é corroborada por reportagem da Revista Exame, intitulada “O verde que amadureceu”, de 2007, na qual o recém-empossado Secretário de Meio Ambiente do RJ, Carlos Minc, é elogiado por propor uma reestruturação dos órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental, tornando-os mais rápidos na emissão de licenças:

“Com pouco mais de um mês como secretário de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, o ex-ecoxiita Carlos Minc já aprovou mais de 100 projetos de empresas (...) Desde o primeiro dia de 2007, essa imagem de ecoxiita está ficando para trás. Recrutado pelo governador Sérgio Cabral como secretário de Meio Ambiente, Minc continua verde -- mas parece ter percebido que essa postura não faz, necessariamente, oposição ao progresso econômico e social (...) Admirador do presidente Lula, ele gosta de relembrar o dia em que, depois de ser elogiado por Cabral numa reunião com a presença de Lula, ouviu do presidente: “Destrava, Minc!” - referência ao papel do secretário na liberação de projetos que possam impulsionar a economia fluminense. Em tempos de PAC, o pacote de aceleração do crescimento anunciado pelo governo federal, a brincadeira do presidente Lula tem um significado curioso. Ministros importantes de seu governo, como a titular da Casa Civil, Dilma Rousseff, culpam a área ambiental por boa parte dos atrasos em projetos importantes de infra-estrutura”.

A aceleração do processo de licenciamento pode ser bastante arriscada, por prezar por análises e estudos científicos feitos às pressas. O problema disso é que enquanto a natureza mantém o mesmo ritmo, resultados de levantamentos e pesquisas que exigem médio e longo ficam ameaçados, tornando a fidedignidade dos estudos questionáveis. A lógica imediatista do mercado, sob o pretexto da urgência da criação de empregos e geração de ‘riquezas’, acaba por colocar em risco a sustentabilidade ambiental, mesmo sob a autoridade dos dados científicos. De acordo com Laschefski (2006) - em artigo sobre a “monoculturização” do espaço, especificamente o espaço rural, no contexto do mercado de carbono, esse processo está inserido em uma concepção de espaço ambiental regido pela ortodoxia desenvolvimentista que pode ser caracterizado como:

“(...) um mosaico de paisagens uniformes, cada uma destinada a produção de mercadorias específicas, tais como áreas destinadas para a agroindústria, mineração e produção de energia (hidrelétricas). Os insumos técnicos (agroquímicas, máquinas, entre outros) permitem a produção, até um certo nível, sem a necessidade de considerar os ritmos e ciclos da regeneração da natureza. O resultado é a “monoculturação” ambiental e social do espaço, com efeitos não sustentáveis”.

Tal concepção, no caso da região da Baía de Sepetiba, pode ser vista assim analogamente como parte de um processo de “commoditização” do espaço na região, haja vista o tipo de produção de mercadorias planejado para a localidade. Ainda nesta perspectiva, pode-se afirmar, conseqüentemente, que o panorama acima descrito vai de encontro às diferentes formas de produção do espaço socioambiental, isto é, de formas alternativas a sustentabilidade.

Assim, os conflitos ambientais entram em latência a partir do momento em que tais empreendimentos de grande volume de capital econômico e político se apropriam de territórios onde residem e trabalham grupos sociais com menor poder de decisão. Acobertados pela doxa desenvolvimentista, autorizada pelo Estado - no bojo de um campo político que prima pela reprodução do poder - e pela ciência, o ônus do desenvolvimento passa a ser pago pelas populações oprimidas, residentes de ‘zonas de sacrifício’.

A seguir, segue uma descrição mais aprofundada dos atores protagonistas do estudo de caso, que se encontram polarizados no campo conflitivo e de acordo com o contexto analisado.

4.1.3 - Os atores-adversários

4.1.3.1 - ThyssenKrupp CSA: crença no capital econômico

A Companhia Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp CSA) é uma joint-venture entre Companhia Vale do Rio Doce (com 10% do capital) com a multinacional ThyssenKrupp Steel (com 90% do capital), cujo investimento estimado é de aproximadamente três bilhões de euros (aproximadamente R\$ 8 bilhões). Atualmente encontra-se em fase de instalação, em um terreno 9 milhões de m² na divisa do bairro de Santa Cruz, município do Rio de Janeiro, com o município de Itaguaí. Essa área é limitada deste lado esquerdo pelo canal de São Francisco e do lado direito pelo canal do Guandu; ao norte, pela Avenida João XXIII, em área limítrofe ao Distrito Industrial de Santa Cruz (ECOLOGUS; ERM, 2005). (Figuras 2, 5 e 7).

O empreendimento, na verdade, é um grande complexo siderúrgico com capacidade de produção de aproximadamente 5 milhões de toneladas de placas de aço por ano, destinado exclusivamente ao mercado externo. Como forma de viabilizar que a imensa produção seja escoada sem dificuldades ao exterior, além da usina, está sendo construído um terminal portuário privado, destinado apenas as demandas da CSA (Terminal Portuário Centro Atlântico). O Terminal Portuário será constituído por um píer, com cerca de 4 km de extensão, onde haverá um berço de atracação que servirá tanto para a importação de carvão, necessário aos altos-fornos da usina, como para a exportação das placas de aço produzidas pela usina da CSA.

Para a construção do canal de acesso ao mesmo terminal, estão sendo realizadas inúmeras dragagens do fundo da baía, em que parte do material dragado é aproveitada para fazer o aterramento do terreno da usina, considerado pantanoso e sujeito a alagações. A

tecnologia utilizada para a dragagem – *Confined Disposal Facility* (CDF) ou “Área de Disposição Confinada” (ADC), em português -, assim como o destino do material sólido – “Bota-Fora” – tem sido alvo de polêmica, uma vez que o fundo da baía encontra-se contaminado por metais pesados provenientes dos vazamentos da Ingá Mercantil e do despejo ilegal de outras indústrias instaladas ao longo dos rios que ali desembocam¹³. Já a usina integrará várias unidades de produção integradas (ECOLOGUS; ERM, op. cit.):

- Uma coqueria – produção de coque a partir de carvão importado, matéria-prima necessária a produção do ferro-gusa, que é a base da produção do aço;
- Unidade de sinterização – processamento de minérios fornecidos pela CVRD vindos de Minas Gerais por via férrea para produção de ferro-gusa;
- Altos-fornos – onde o é produzido o ferro-gusa;
- Aciaria – onde o ferro-gusa é processado, transformando-se em metal líquido;
- Lingotamento contínuo – o metal líquido é refinado, transformando-se em aço e, posteriormente, em placas.

O complexo siderúrgico contará também com uma usina termelétrica (UTE) com capacidade de gerar 490 MW. Os gases resultantes dos processos, inclusive os gases de aciaria e de alto forno, estes a serem gerados na unidade de coqueria, serão utilizados numa usina termelétrica que faz parte do empreendimento, para geração de energia elétrica. Os empreendedores assinalam que o empreendimento será auto-suficiente em energia elétrica e ainda sobrará energia para ser colocada no sistema energético (AMBIENTE JÁ, 2006). Outras unidades auxiliares de produção contempladas são: uma fábrica de oxigênio, estações de tratamento de água, estação de tratamento de efluentes e uma fábrica de cimento.

¹³ De acordo com o RIMA da construção do Terminal Portuário da CSA, produzido pela empresa Ecologus Engenharia Consultiva (2005), CDF é uma tecnologia que consiste em abrir uma cava no assoalho marinho, na qual o material contaminado é disposto nessa mesma cava, que depois é coberta por material isento de contaminação, impedindo o retorno do material contaminado a biota.

Entretanto, de acordo com Freitas & Porto (2006), a siderurgia é conhecida pelo elevado potencial de produção de riscos e impactos sociais e ambientais:

- por estar inserida no grupo de indústrias produtoras de riscos intensivos e extensivos, isto é, que afetam respectivamente tanto os territórios das fábricas como também ambientes e ecossistemas mais globais;
- por produzir poluentes atmosféricos,
- pelo uso intensivo de energia e água¹⁴;
- pelo índice elevado de acidentes e doenças ocupacionais em alguns setores, em especial o chamado benzenismo¹⁵.

Devido a necessidade de grandes investimentos para garantir a viabilidade do empreendimento foram concedidos diversos incentivos, a começar pelo fiscal por meio do Governo do Estado, além de financiamento, posteriormente, do BNDES. Em reportagem do Jornal Monitor Mercantil, em 2006, o presidente mundial da ThyssenKrupp Steel, Karl-Ulrich Köhler, confirma a necessidade de suporte por parte do Governo:

“A implantação da CSA foi garantida no Rio com "incentivos fiscais suficientes" para que o modelo de negócios fosse "estável", segundo Köhler. Ele disse também que a empresa mantém entendimentos com o BNDES para possível financiamento ao empreendimento”.

O mesmo afirma a governadora na época, Rosinha Garotinho em entrevista ao Jornal do Comércio, em 2006:

“Segundo ela, o governo concedeu incentivos fiscais que resultaram em uma economia equivalente a US\$ 200 milhões, o que tornou o estado mais atrativo para a instalação da indústria: ‘A parceria entre os governos municipal, estadual e federal foi fundamental para a concretização deste projeto’, avaliou a governadora”. (JORNAL DO COMÉRCIO, 2006)

¹⁴ O complexo siderúrgico da CSA está estimado para consumir aproximadamente 40 mil metros cúbicos de água diariamente, que será diretamente captada do Canal de São Francisco e terá um papel importante no resfriamento da Usina Termelétrica e na Usina de Produção de Placas (ERM, 2005).

¹⁵ Segundo os autores esta doença é uma síndrome decorrente da contaminação pelo benzeno produzido nas coqueiras, que preparam o coque de carvão para o alto-forno, e gera efeitos sobre diversos sistemas do organismo humano, como o nervoso central, o hematopoiético, imunológico e genético, e pode levar a doenças fatais como a leucemia.

Outro incentivo ao empreendimento foi o financiamento liberado pelo BNDES, em meados de 2007, correspondente a R\$ 1,48 bilhões, isto é, a 18% do investimento total do projeto. De acordo com notícia divulgada no site do próprio banco, os recursos do BNDES serão destinados à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, obras civis, instalações e montagens associadas, com prazo de pagamento de 13,5 anos (BNDES, 2007. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/noticias/2007/not141_07.asp . Acesso em: 06 abr. 2008).

As cifras altas do investimento parecem, aos olhos do governo, uma oportunidade que não pode ser perdida e, para isso, os incentivos fiscais e financeiros parecem não bastar, mas também a sua credibilidade enquanto fornecedor de infra-estrutura logística e energética. Em 2007, no início do mandato do governador Sérgio Cabral, o recém empossado secretário Estadual de Desenvolvimento, Julio Bueno, já declarava: "A CSA é o maior investimento privado do Brasil hoje e ela precisa de gás. Não pode faltar gás para um investimento de US\$ 3,6 bilhões" (JORNAL VALOR ECONÔMICO, 2007).

Tal postura denota que o volume de capital material (econômico) acumulado pelo empreendimento é determinante no campo das decisões políticas, tornando explícita a legitimidade – e credibilidade - da doxa desenvolvimentista no campo político. A consequência disso é o enfático apoio governamental (poder político), que vem possibilitando a concretização da implantação do empreendimento privado às custas de dinheiro público.

Por conseguinte, a questão ambiental é tratada segundo a lógica descrita anteriormente, como empecilho ao desenvolvimento ao causar atrasos ao cronograma econômico- empresarial. A certeza da concessão de licenças ambientais ao empreendimento estrutura todo um planejamento prévio por parte do empreendedor de forma que o atraso da conclusão das obras ou até mesmo uma possível não-concessão de licenças - seja por pressão popular, pela interferência do Ministério Público ou até mesmo por problemas político-

administrativos do órgão ambiental - implicam em prejuízos econômicos ao empreendedor, colocando em xeque a credibilidade do poder político:

“Investidores alemães cobraram do presidente Luiz Inácio Lula da Silva uma solução para a greve do Ibama, que está atrasando a autorização de licenças ambientais e pode afetar os planos de alguns dos maiores projetos recebidos pelo País nos últimos anos no setor siderúrgico. Ontem, em Berlim, o presidente mundial da siderúrgica ThyssenKrupp, Karl Köhler, esteve com Lula e apontou para a questão das licenças ambientais. A empresa é responsável pelo maior investimento alemão hoje no País, de 3 bilhões, em uma siderúrgica no Estado do Rio. A greve do Ibama foi iniciada depois que o governo anunciou planos de dividir o órgão em dois. Segundo Köhler, o principal problema no momento é a autorização para a construção de uma linha elétrica de alta voltagem para alimentar a siderúrgica. (...) “Estamos ainda dentro do prazo nas obras, mas precisamos das licenças do Ibama. Trata-se de um investimento enorme, que vai criar 18 mil empregos e energia que o Brasil precisa. Queremos começar a produção em 2009. Todos sabem que é um investimento importante para o País”, disse Köhler. “Posso entender que, em grandes projetos, seja difícil uma pessoa aprovar licenças em um órgão. Mas queremos concluir o projeto dentro do prazo, não queremos atrasos. Precisamos de atenção e do apoio do presidente para acelerar (as licenças)”, disse ele. “A Alemanha tem um padrão alto de regulamentação ambiental e estamos acostumados a trabalhar com essas exigências. No Brasil, os padrões também são altos, mas estamos acostumados e construídos dentro desse padrão”, disse o executivo. Segundo Köhler, Lula respondeu que iria lidar com a questão ‘em curto prazo’”. (O Estado de São Paulo - ThyssenKrupp recorre ao presidente Lula para que greve no órgão não atrase investimento de 3 bilhões no Brasil.)

“A Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) só dependem da licença ambiental para começar a construir usinas às margens da Baía de Sepetiba. Os dois projetos vão consumir no mínimo US\$4,9 bilhões em investimentos e devem gerar, na construção, cerca de 70 mil empregos diretos e indiretos. Além de produzir aço para exportação a partir do minério de ferro de Minas Gerais, elas têm em comum a necessidade de desatar nós logísticos nas áreas portuária, ferroviária e rodoviária. Vão precisar, ainda, transpor barreiras ambientais para elevar o Estado do Rio à condição de maior produtor do país e um dos maiores da América Latina. Com 7,9 milhões de toneladas de aço bruto por ano de capacidade, passará a 15,9 milhões, acima das 11,7 milhões de toneladas de Minas Gerais. A solução encontrada pela CSA, associação entre a alemã ThyssenKrupp e a Vale do Rio Doce (Vale), para solucionar a logística do projeto, previsto para Santa Cruz, é construir um porto próprio no meio da Baía de Sepetiba, ligado à terra por uma ponte de quatro quilômetros. A usina terá dois altos-fornos, com capacidade para cinco milhões de toneladas. O terminal vai consumir US\$700 dos US\$3 bilhões previstos para o projeto. Apesar de o diretor da CSA, Ricardo Brito, ter explicado à comunidade que 25% do total serão destinados a programas ambientais, os três mil pescadores da região já estão em polvorosa. Eles compareceram em massa às três audiências públicas realizadas este mês no bairro carioca de Santa Cruz e nos municípios de Itaguaí e Mangaratiba, banhados pela baía”. (O Globo, matéria “Um salto na siderurgia”, maio de 2006)

Percebe-se que a doxa desenvolvimentista é soberana antes mesmo da sua conversão em doxa do desenvolvimento sustentável, dada a força dos poderes econômico e político. Além disso, a legitimidade do empreendimento, mesmo que controversa aos olhos dos diretamente afetados e dos defensores dos bens coletivos, sustenta-se pela sua visibilidade em grande escala, onde os problemas locais são diluídos, e o fator grandeza do empreendimento bem como os argumentos da geração de empregos e de divisas ganham credibilidade.

Supõe-se, desta forma, que o “evangelho da ecoeficiência” – ou o paradigma da adequação ambiental – converte a doxa desenvolvimentista em doxa do desenvolvimento sustentável, conferindo legitimidade ao empreendimento quando o “sinal verde” pelo órgão ambiental já foi dado. A partir de tal momento, o “meio ambiente” já passa a ser percebido como um espaço liberado ao apetite empreendedor, como anteriormente ao turbulento processo de licenciamento, isto é, como um “ambiente de negócios”:

“A produção da Thyssen na Alemanha já não é mais suficiente para atender à demanda, por isso começamos a procurar outro lugar para instalar uma usina. Decidimos vir para o Brasil, que é o nosso mercado mais importante na América do Sul. A partir daí, escolhemos Itaguaí pelos custos de produção vantajosos e pela estrutura logística da região, como ferrovias e acesso ao mar pelo Porto de Sepetiba (recentemente rebatizado de Porto de Itaguaí). Além disso, a região tem forte demanda por subprodutos da usina”, explicou o presidente do Conselho de Administração da ThyssenKrupp CSA, Hans-Ulrich Lindenberg (Jornal do Commercio, 10/2006).

“Os nove quilômetros quadrados do terreno do complexo siderúrgico no Distrito Industrial de Santa Cruz, às margens da baía de Sepetiba, oferecem condições logísticas ideais para uma usina siderúrgica” (site ThyssenKrupp CSA).

E, desta forma, o empreendimento pode, finalmente, mostrar que dá algum espaço ao “meio ambiente”:

“Um outro último aspecto que gostaria de ressaltar, último mas não é o menos importante, muito pelo contrário, é o nosso compromisso com o meio ambiente. Uma usina siderúrgica moderna é uma usina limpa, completamente limpa, e é uma usina verde. Nós temos, nessa área onde vamos construir, uma área de mais ou menos 1 milhão de metros quadrados de manguezais que serão mantidos no estado atual, não serão tocados. Pelo contrário, a companhia zelarà pela preservação dessa área ambiental.

Usaremos os índices de poluição e respeito ao meio ambiente adaptados internacionalmente. Será uma usina standard mundial do ponto de vista de respeito ao meio ambiente e pretendemos, - inclusive, há algumas fotos aí de unidades nossas, na Alemanha, podem ver que são pintadas em cor verde, que será mais ou menos a cor que vamos utilizar - que mesmo aquelas unidades que são visivelmente industriais venham a se integrar e fírm o menos possível o meio ambiente e a área verde”. (Aristides Coberllini, presidente da ThyssenKrupp CSA, em discurso na ALERJ, durante sessão do “Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico – Jornalista Roberto Marinho”, em 2005)

4.1.3.2 – *Os pescadores artesanais: crença no capital simbólico*

A comunidade pesqueira da Baía de Sepetiba integra aproximadamente 8.000 pescadores que utilizam embarcações dos mais variados portes e diferentes técnicas de pesca. Encontram-se organizados em colônias e de associações locais, sistematizadas de acordo com a localidade de exploração da pesca e com o tipo de atividade pesqueira adotada¹⁶. A comunidade pesqueira objeto de investigação na presente pesquisa tem sido o grupo social de *pescadores artesanais*, que legalmente se caracteriza pela legislação estadual (Lei Estadual nº.3.192/1999) como “aquele que tiver a pesca como atividade principal para sua subsistência, podendo possuir embarcação de no máximo 8 (oito) metros de comprimento”.

Para entrar no universo da pesquisa, a comunidade deveria estar também entre os grupos que se identificam como *atingidos* pelo empreendimento. O termo “atingido” é concebido na pesquisa não como grupo social passivo, isto é, aquele apenas fisicamente prejudicado pelos riscos e impactos advindos do empreendimento, mas aquele que identifica este último como ameaça a sua reprodução social, no qual a manifestação do conflito ambiental mostra-se critério fundamental. O termo “atingido” deve ser tratado, assim, como um rótulo não almejado em médio a longo prazo pelo ator social - visto aqui como aquele com potencial de emancipar-se de sua situação de vítima.

¹⁶ Como atividade pesqueira assume-se nessa pesquisa as mais variadas formas de uso do ambiente marinho / estuarino, tais como pesca, maricultura, serviços de embarcação, atividades de catadores de caranguejo etc.

Entre as associações de pesca envolvidas no conflito podemos citar a Colônia de Pescadores da Pedra de Guaratiba, Associação de Pescadores Cercadeiros de Pedra de Guaratiba (AAPP-Guaratiba), Associação de Barqueiros de Itacuruçá (ABIT), Associação de Pescadores Canto dos Rios (APESCARI), Associação de Maricultores de Coroa Grande (AMACOR), Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira (APLIM) e Associação de Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira (APAIM), sendo que em apenas algumas delas foram feitas entrevistas com integrantes.

Além disso, a identidade do pescador artesanal mostra-se igualmente relevante, uma vez que tal identidade encontra-se atrelada a representações do ambiente e a práticas alternativas à lógica de mercado, motivadas por uma relação de dependência direta com o meio natural. Assim, em tese, o risco da usurpação de seu território pela implantação de projetos econômicos industriais é potencial desencadeador de “discursos de valorização de seu território, de composição de sua identidade, de resgate e recriação de sua memória coletiva” (HALBWACHS, 1990 *apud* ZHOURI & OLIVEIRA, 2005), o que será melhor esclarecido ao longo deste item.

A atividade pesqueira se desenvolve com tecnologias primárias, onde o trabalho humano é fundamental, ao contrário da lógica mercantil - que utiliza tecnologias de elevado gasto energético – fazendo com que a interferência sobre o ambiente seja pequena. Assim, a **produção mercantil** da atividade pesqueira artesanal baseia-se na subsistência e limita-se ao comércio de escala local e regional e baseada na comercialização do excedente de produção.

Ainda, de acordo com Diegues (1996) as relações sociais são estabelecidas comunitariamente, onde o compadrio funciona como “verdadeira relação de produção, uma vez que podem determinar a forma social de acesso aos recursos, colaboram na organização dos processos de trabalho e marcam a distribuição do trabalho individual ou coletivo”. Nessa perspectiva, as relações de compadrio, no caso dos pescadores, facilitam o acesso a zonas de

produção, ao contrário da lógica capitalista, que pende para a interdição de áreas de uso coletivo.

Deste modo, os pescadores artesanais seriam um dos atores sociais com o *poder simbólico* de explicitar as contradições e limitações do discurso do “evangelho da eco-eficiência”, visando denunciar as desigualdades sociais e ambientais geradas pela doxa do desenvolvimento sustentável. De acordo com Diegues (op. cit.), os pescadores artesanais, culturalmente, estariam associados a

“(...) modos de produção pré-capitalista, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. As culturas tradicionais, nessa perspectiva, são as que se desenvolvem dentro do modo de produção da pequena produção mercantil. Essas culturas se distinguem das associadas ao modo de produção capitalista em que não só a força de trabalho, como a própria natureza, se transformam em objeto de compra e venda (mercadoria)”.

O depoimento dado pelo ambientalista entrevistado para a pesquisa – que tem mais de 20 anos de experiência na área – corrobora com essa visão. Segundo ele, o movimento dos pescadores tem se configurado como o de maior potencial no enfrentamento da industrialização intensiva na região:

“O principal motivo é porque eles dependem da natureza para sobreviver. É uma categoria que tem baixa escolaridade, quase nenhuma qualificação profissional. Então o que eles sabem fazer é pescar. E para sobreviver da pesca, o meio ambiente tem que estar saudável, não poluído. Entre os pescadores, tem muita gente já com idade mais avançada, dificilmente vai se qualificar para o mercado de trabalho que está vindo aí, que é altamente tecnológico, excludente à beça, não é bem assim. Outra coisa: eles vivem ainda em comunidades pesqueiras. Você chega em Coroa Grande, na Ilha da Madeira, ou até na própria Zona Oeste, existem várias comunidades de pescadores, onde historicamente vivem há várias gerações. Diferentemente de outros segmentos que estão nas áreas urbanas, não poderiam disputar o mercado de trabalho fora, que nós sabemos que não existe também, para quem não tem uma formação, qualificação”.

Tais características que definem a identidade dos pescadores mostram-se interessantes pelo fato desse tipo de cultura ser marcada pelo respeito aos ciclos naturais e extração dos recursos dentro da capacidade de suporte do meio. A necessidade de preservação de nichos

ecológicos específicos que garantam a sobrevivência de espécies necessárias à abundância (quantidade) e diversidade (qualidade) da pesca é alocada para além do mero dever moral ou da obrigação legal de preservação da natureza. Desta forma, o meio ambiente torna-se, tacitamente, objeto de disputa quando sofre abalos que reflitam nas condições ecológicas do ambiente produtivo, ameaçando a perpetuação social do pescador. O depoimento de um dos pescadores confirma tal constatação:

“Então, qualquer problema que tenho com o meio ambiente da gente e que a gente não concorda, a gente vai brigar para que isso aqui continue belo, se não teremos condição de trabalhar, se a CSA não tiver adequada as normas, a gente vai brigar...E o pescador, ele sabe pescar, a maioria dos pescadores daqui são analfabetos, com pouca instrução, e se coloca ele fora da pesca, do seu habitat, ele vai morrer de fome ou vai desistir”. (Pescador X)

Outra propriedade que determina o pescador artesanal enquanto grupo social diferenciado é sua *identidade*. Tal característica mostrou-se bastante forte entre os pescadores, conforme o depoimento supracitado. O pescador reproduz-se socialmente por meio da atividade da pesca, cujo conhecimento é adquirido em sua vivência cotidiana com o ambiente estuarino/marinho e também pelo histórico familiar atrelado a atividade. Deste modo, mesmo vivendo próximo a centros urbanos, o pescador mantém seu sustento fora do mercado da venda de sua força de trabalho. A venda da força de trabalho é acessória, é complemento ao sustento, e costuma ocorrer em períodos específicos como o de defeso.

Por outro lado, quando a degradação ambiental é causa para a expropriação de seu ambiente natural de trabalho e, o que era acessório ao sustento passa forçadamente a uma situação imposta, a implantação do empreendimento causador de degradação torna-se motivo para conflitos. Abaixo segue outro depoimento de pescador a respeito de uma reunião rotulada como “diálogo social” com representantes da CSA, em que expressa a sua revolta ao perceber que os supostos benefícios gerados pelo empreendimento necessariamente estariam gerando ônus ao seu grupo social:

“Nessas audiências eles só falam em benefício deles, eles só apresentam o projeto, falam que vai abrir sei lá quantas mil vagas. Tudo bem, ué. Ta abrindo emprego para caramba, a gente ta vendo, mas por outro lado prejudicou o pescador. O pescador não quer saber, entende? Vai lá e sai decepcionado. Tem vários que já foram e saíram decepcionados. Voltar a ser pescador, volta. O pescador não deixa de ser pescador. Vê que ta difícil, vai e trabalha como ajudante de pedreiro, quando não tem peixe, na época da desova, essas coisas todas da proibição, do defeso, ele faz aquele biscatezinho dele lá para não ficar parado, mas acabou o período e ele volta para a pesca de novo, não consegue.” (Pescador Z)

Apesar da relação intrínseca com o ambiente natural, a incorporação da causa ambiental pelos pescadores da baía de Sepetiba é bastante recente. Primeiramente, porque o pescador é considerado um grupo historicamente invisível e de fraca mobilização social. A falta de informação entre os pescadores sobre os direitos sociais ainda predomina. Desta forma, o capital político e a confiança nos capitais encontram-se incorporados em apenas algumas poucas lideranças, pontuais em seus territórios:

“Nós fundamos a associação em 2005, tudo muito devagarzinho, porque pescador é complicado, é muito desacreditado pelas autoridades e ele mesmo não confia nos direitos dele, porque tem poucas informações.” (Pescador Z)

Por outro lado, a aliança do movimento ambientalista com a causa dos pescadores tem fomentado lutas que nunca haviam sido enfrentadas anteriormente, dando início a um período de maior mobilização e conseqüente incorporação da causa ambiental no movimento. Segundo o depoimento do ambientalista entrevistado, a experiência adquirida com algumas lutas, como contra a Ingá Mercantil, o Lixão de Paciência e a Usina Termelétrica tem introduzido um movimento incipiente, porém crescente na região:

“É o seguinte, o tema da Ingá Mercantil é muito conhecido. Porque é uma coisa que ta há mais de 20 anos passando na televisão, os jornais, sempre é debatida a questão da Ingá. E a Ingá era uma grande empresa, então tinha muita gente que tinha família que trabalhava para a Ingá, que prestava serviços, enfim, a Ingá era como se fosse a CSN em Volta Redonda. Então, a percepção do risco do impacto da Ingá é muito visível lá, e a Ingá na verdade é uma contaminação química e tem muitos casos que vão se avolumando, e tem muitos casos com problemas de câncer e eu acho que eles começam a relacionar a questão da Ingá com a questão da saúde. E agora eu vejo que eles começam a relacionar o problema da poluição com a questão econômica, que eu achava que eles não percebiam muito. É como se

eles pensassem que poderia haver a pesca e o pólo industrial; se a pesca tiver ruim, eles poderiam trabalhar ali no pólo industrial e depois voltava para a pesca. Agora, até pelo momento que a gente ta vivendo, de uma crise ecológica global, que a questão ambiental ta sendo muito massificada, principalmente pelos meios de comunicação, eu acho que eles começam a relacionar problemas de saúde e problemas econômicos. Assim, que de alguma forma, o empobrecimento dos pescadores na região, que é visível, tem a ver com a poluição”.

“Não adianta ficar pedindo só direito dos pescadores, política para os pescadores se o meio ambiente é a base do trabalho de vocês...(...) Enfim, essa turma vem toda dali, né, dessa relação estreita com a termelétrica, porque essa luta da termelétrica é muito simbólica: primeiro, que definitivamente, a questão ambiental chegou a Zona Oeste e a Baía de Sepetiba. (...) Mas como movimento social a termelétrica e o lixão de Paciência foram lutas que tomaram uma proporção tão grande que a ecologia entrou no imaginário popular. E a terceira luta é justamente a da questão da CSA. São lutas que chamaram atenção para a questão ambiental na região, que a Baía de Sepetiba está ficando igual a Baía de Guanabara – a Baía de Sepetiba é uma Baía da Guanabara há 20-30 anos atrás: a industrialização, falta de saneamento, ocupação desordenada, virando essa baía que ta hoje aí, podre e tal”.

Até o momento foi delineado o contexto espacial e temporal em que o conflito ambiental objeto de estudo da pesquisa encontra-se inserido. Foram também colocados em análise os papéis dos atores que se enfrentam concretamente no campo ambiental, procurando-se evidenciar as potencialidades de cada um por meio das motivações e crenças que darão base as suas estratégias. Dado todo o panorama em uma escala mais macro e generalista do território, no item a seguir essa escala começa a alcançar uma abrangência mais local e concreta, configurando a paisagem do conflito com mais riqueza de detalhes e de acontecimentos.

4.2 – Dos riscos potenciais ao dano ambiental: eventos catalisadores do conflito

Os eventos catalisadores do conflito nesse capítulo foram divididos em duas partes, porém constituindo a totalidade de três etapas. A primeira etapa refere-se ao licenciamento ambiental, quando em tese a implantação do empreendimento na localidade pretendida está em xeque. Nessa etapa os dois principais caminhos até a obtenção do “sinal verde” pelos órgãos ambientais consistem na aprovação do EIA/RIMA da empresa, o qual é avaliado pelos órgãos técnicos competentes, no caso a FEEMA e o IBAMA. A segunda etapa é a vez das Audiências Públicas (AP), definidas como arena em potencial, ambiente propício ao debate com os atores sociais locais, onde valem tanto sugestões e elogios como questionamentos e apontamento de possíveis falhas do projeto do empreendedor. O processo de licenciamento aqui é visto como uma fase em que os atores sociais atingidos adquirem suas primeiras percepções a respeito do empreendimento. É uma etapa em que a “chegada do estranho” é tida como especulativa, quando os atores podem elaborar suas primeiras impressões, uma vez que a sua concretização ainda não é certa. Esta será exposta ao longo do sub-item 4.2.1.

A segunda e terceira etapas do conflito serão descritas no sub-item 4.2.2. A partir da segunda etapa o empreendimento já vem se consolidando no território, com o início das obras para sua construção. Com isso, as entrevistas com os atores atingidos é a principal base de constatação das mudanças que eles vêm percebendo sobre o seu território. Os riscos e os impactos ambientais percebidos pelos atingidos constituem-se como a base da segunda etapa. No entanto, a mera percepção dos riscos e danos não é suficiente para a legitimação de um conflito ambiental. Há necessidade que ele seja visto pela sociedade e pelo poder público como concreto, como real. E é justamente nesse período que a luta simbólica pela legitimação dos problemas ambientais torna-se crucial no jogo de interesses entre as partes. Portanto, é na

segunda etapa que a linha tênue entre poluição e preservação é definida, o que será levado em conta durante a análise do discurso dos atingidos.

A terceira etapa consiste na objetivação dos danos, desta vez já legitimados, que acabaram por se transformar em danos ambientais e prejuízos sociais reais, cabendo ao empreendedor a sua reparação e ressarcimento.

O quadro abaixo, baseado em algumas tipologias de conflitos encontradas em Herculano (2006), sistematiza as etapas acima expostas, como auxílio a melhor visualização:

Tipologia do Conflito	Riscos	Especificação	Observado no caso da CSA
Conflitos oriundos da “chegada do estranho”	Risco de haver riscos; ainda não há certezas sobre riscos e danos - especulação. ----- CONFLITOS DE ORDEM SUBJETIVA	Rupturas em um modo de viver local. Dizem respeito à chegada de novos empreendimentos em um local de modo de vida tradicional.	Durante o licenciamento, antes da implantação do empreendimento. Histórico de conflitos ambientais é também determinante.
Conflitos oriundos da percepção da presença do risco crônico e da deterioração de sistemas de vida.	Riscos e danos percebidos concretamente, embora ainda não totalmente legitimados ----- CONFLITO PENDENTE ENTRE SUBJETIVO E OBJETIVO	Tais conflitos disputam a produção da verdade sobre o local, os riscos e o controle sobre o que fazer: Contra o lançamento e presença de dejetos/resíduos contaminantes na água, ar e solo; contra o uso de substâncias tóxicas no processo de trabalho (agrotóxicos, benzeno, amianto etc.) e descoberta de doenças crônicas delas decorrentes.	Diminuição do pescado, riscos de atropelamento com a movimentação de embarcações, danos as redes de pesca, contaminação pela dragagem, área de exclusão da pesca
Conflitos oriundos da ocorrência de acidentes e danos e da luta por sua remediação	Já houve danos ----- CONFLITO OBJETIVADO	Descontaminação, indenizações, realocações de refugiados ambientais, não-estigmatização das vítimas em casos de acidentes químicos ampliados (vazamentos, explosões, acidentes no transporte de carga perigosa)	Supressão de manguezal, acidentes de trabalho

4.2.1 – Contestações durante processo de licenciamento ambiental

A análise do processo de licenciamento ambiental foi feita em duas etapas: primeiramente, a análise da elaboração do EIA/RIMA, desde a liberação pela FEEMA dos termos de referência a até a conclusão dos estudos pelas empresas especializadas; em seguida, são analisados aspectos pertinentes ao desenrolar das Audiências Públicas realizadas no mês de maio de 2006, procurando em ambos os processos ter sempre um olhar crítico quanto ao jogo de interesses subentendido na retórica dos atores

4.2.1.1 - Polêmicas com o EIA/RIMA

De acordo com os documentos analisados que legitimam os estudos de impacto ambiental como objeto de contestação, os quesitos para tal não se baseiam apenas no questionamento da qualidade do conteúdo dos estudos, mas também do processo anterior, com o trabalho dos grupos técnicos da FEEMA.

Segundo ofício elaborado pelo Fórum de Meio Ambiente da Baía de Sepetiba enviado à FEEMA e encaminhado a outros órgãos como MPE, Procuradoria Geral da República e IBAMA, cerca de 10 dias após a realização das Audiências Públicas, o processo de licenciamento teria sofrido grave equivoco de cunho legal, pois o empreendimento da CSA contempla na realidade 3 empreendimentos distintos de potencial impacto ambiental, discriminados em:

1. uma Siderúrgica que consumirá grande volume de água do sistema Guandu;
2. um Terminal Portuário que escoará 4,8 milhões de toneladas de placas de aço por ano ao exterior;
3. uma Termelétrica (UTE) à carvão mineral, altamente poluente.

A discriminação do empreendimento em 3 processos de licenciamento mostra-se coerente em relação a Resolução CONAMA nº. 001 de 1986, na qual em seu artigo segundo, é necessário o licenciamento ambiental de atividades modificadoras do meio ambiente, dentre elas: III - Portos e terminais de minério, petróleo e produtos químicos; XI - Usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a forma de energia primária, acima de 10 MW; XII - Complexo e unidades industriais e agroindustriais (petroquímicos, siderúrgicos, cloroquímicos, destilarias de álcool, hulha, extração e cultivo de recursos hídricos).

Além disso, o Manual Normativo da FEEMA (MN-050.R-2, 2007), aprovado pela Deliberação da CECA nº. 4.846/ 2007, procura apresentar e classificar atividades industriais e não industriais quanto ao seu potencial poluidor, observando nos casos de estabelecimentos cujas atividades demandem várias unidades de produção, com variados produtos finais, codifica-se cada unidade separadamente. Ainda, de acordo com a codificação do documento, as atividades poluidoras do empreendimento da CSA encontram-se discriminadas claramente em 3 itens, todos classificados como de alto nível poluidor, a saber:

- Metalúrgica (Gênero 11) – Neste gênero são classificadas todas as atividades industriais ligadas à siderurgia e metalurgia, compreendendo: produção de gusa, ferro esponja, sinter e coque; produtos primários de ferro e aço, e de ferroligas, desde a fusão em altos-fornos até a fase de produtos semi-acabados, como lingotes, tarugos, etc.; e os produtos finais de laminação ou relaminação, como lâminas, chapas, fitas, bobinas, barras, perfis, vergalhões, fios-máquina, trilhos e semelhantes.

- Unidades auxiliares de apoio industrial (Gênero 31) – Neste gênero são classificadas as atividades de apoio industrial e serviços de natureza industrial, compreendendo: captação e produção de água tratada para fins industriais; produção de energia calorífica; produção de vapor industrial; produção de energia elétrica para uso privado; produção de gás canalizado para uso privado.

- Construção Civil (Gênero 33) - Neste gênero são classificadas as atividades da construção civil, compreendendo Obras viárias, de terminais de transportes e de dutos; Etapas específicas de obras (geotécnica, concretagem, terraplenagem e semelhantes).

No entanto, contrariamente a essa lógica, a FEEMA constituiu internamente 2 grupos técnicos distintos, que elaboraram 2 Termos de Referência que deram origem aos estudos de impacto ambiental da Usina e o do Terminal Portuário. O documento do Fórum coloca-se de forma crítica perante o ocorrido, lembrando que poucos anos antes, a licença de uma UTE a carvão havia sido negada (UTE de Sepetiba), e logo após a UTE de Santa Cruz, já existente na região, converteu sua planta industrial para usos multi-combustível, isto é, não dependendo apenas do carvão mineral, altamente poluente.

Dado o breve histórico, politicamente, pode-se supor uma provável manobra estratégica para driblar possíveis novos conflitos com a população, uma vez que o conflito com a UTE de Sepetiba pudesse ainda estar bastante presente na memória popular. O ambientalista entrevistado, integrante do Fórum parece ter a mesma suposição, após ser perguntado sobre a aparente contradição entre os níveis de mobilização entre a implantação da UTE de Sepetiba e do mega empreendimento da CSA – a mobilização contra a CSA tem sido menor em relação ao caso da UTE, embora ambos envolvam conflitos com termelétricas:

“O que acontece, o projeto da CSA não apareceu de uma vez só. Ele apareceu primeiro como uma siderúrgica, depois como um porto, depois um aterro hidráulico, uma termelétrica...Aí é que vem o ponto da ilegalidade: o licenciamento dessas coisas tem que ser separado. Cada empreendimento tinha que ser licenciado. Através de um único licenciamento o Estado licenciou tudo ao mesmo tempo. Então, não houve nem um debate público sobre o empreendimento. O que tava sendo discutido era o seguinte: vinha uma siderúrgica, um porto e que para isso precisava dragar, ponto. Não foi feito um estudo específico da termelétrica, audiências públicas específicas da termelétrica. E, ao mesmo tempo, eles usaram estratégias muito mais sofisticadas de imobilização. Quando eles traçaram essa estratégia de cooptação dos movimentos sociais, das lideranças da pesca, isso foi refluindo, não houve um estoque de projeto, não houve tempo para isso”.

Embora a polêmica com termelétricas esteja presente na memória popular naquela região, no EIA/RIMA da CSA, assim como durante a Audiência Pública, a empresa ainda defende as supostas vantagens da termelétrica, sob o pretexto de que a lógica da eficiência na produção energética é colocada como parte de preocupação ambiental que, por meio de uma nova tecnologia “utilizada pela primeira vez aqui no Brasil”, haveria o reaproveitamento dos gases gerados pelos processos industriais do complexo siderúrgico, que são combustíveis em potencial para a geração de energia da termelétrica (o que não exclui o uso do carvão, porém de forma indireta)¹⁷. Além disso, coloca-se como outra vantagem o fato de que o empreendimento terá capacidade de geração de energia superior a demanda energética necessária a produção do aço, havendo possibilidade de comercialização do excesso ao abastecimento da rede elétrica.

Ainda em relação aos estudos de impacto ambiental, outro motivo para contestação tem sido a ausência de alternativas locais e tecnológicas das atividades poluidoras do empreendimento, o que neste caso, refere-se às alternativas de deposição do bota-fora dragado na Baía de Sepetiba e ao uso da dragagem do material contaminado pela tecnologia do CDF, respectivamente.

O estudo de tais alternativas insere-se legalmente no artigo quinto da Resolução CONAMA 001/1986¹⁸. De acordo com o documento do Fórum, não houve análise das alternativas locais mais adequadas, pois apesar do EIA/RIMA propor 3 alternativas,

¹⁷ A solução para a eficiência energética é a utilização de 100% dos gases de vapores que são gerados no nosso processo. A gente não vai estar queimando nada para a atmosfera; vai estar utilizando todo o poder calorífico que temos nos nossos gases. (Ricardo Brito, da CSA, na Audiência em Santa Cruz, página 16)

¹⁸ O estudo de impacto ambiental, além de atender à legislação, em especial os princípios e objetivos expressos na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, obedecerá às seguintes diretrizes gerais: I - Contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização de projeto, confrontando-as com hipótese de não execução do projeto; II – Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, através de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais

todas elas contemplaram o interior da Baía de Sepetiba. No entanto, o estudo aponta como uma das alternativas a deposição do material contaminado fora da baía, em mar aberto, porém próxima à entrada da mesma. Por outro lado, o ambientalista entrevistado defende sua posição e a do Fórum, quando questionado sobre o fato de uma das alternativas ter sido em parte fora da baía:

“Mas são todas dentro do mesmo ecossistema. Eles tinham que ter ali, para ser alternativa diferente, tinha que ser bota-fora em terra, o bota-fora na Baía e o bota-fora em alto mar, por exemplo. Você tá tratando do mesmo ambiente, então na verdade não é alternativa locacional. Você tá na mesma região escolhendo o melhor ponto para implantar um empreendimento”.

A alternativa tecnológica escolhida para a dragagem conforme já afirmado foi o CDF, que consiste na abertura de uma cava no assoalho marinho, onde o material retirado pelas dragas seria depositado e recoberto por argila. O problema dessa técnica, segundo o Fórum, seria o risco oriundo da localização da cava, junto ao canal de acesso e de manobra dos navios de grande porte, dando a possibilidade às âncoras ou à própria movimentação dos mesmos provoquem algum dano à proteção da cava. No entanto, os defensores da técnica utilizam-se das recomendações de especialistas oriundos dos países desenvolvidos como referência de boa qualidade tecnológica, além da autoridade técnica envolvida no processo de escolha da tecnologia para justificar a segurança do CDF:

“Para este tipo de solução a disposição é o CDF fechado com capa de argila, é a disposição recomendada por vários organismos de diversos países do mundo, é uma solução inclusive conhecida pelos especialistas aqui no Brasil porque ela foi discutida, inclusive antes de que se fechasse essa proposição, houve um debate com participação inclusive da própria FEEMA e de vários especialistas das Universidades aqui do Rio de Janeiro onde a utilização do CDF foi discutida e uma série de aspectos inclusive do fechamento e do monitoramento do CDF foram sugeridos por especialistas locais, além desse projeto ter tido assessoria de uma especialista, Suzane Heise, da Universidade de Hamburgo que é especializada na disposição de sedimentos contaminados nesse tipo de escavação. (Cláudia Barros, da Ecologus, na AP de Santa Cruz)”.

“Em resposta a queixas, a CSA afirmou em comunicado que a tecnologia CDF "vem sendo largamente utilizada na Europa e nos Estados Unidos, onde é considerada a mais adequada em casos similares ao da Baía de Sepetiba". Também afirmou que o projeto de dragagem "foi antecedido por

extensos debates que reuniram a comunidade científica do Rio de Janeiro e resultaram em um seminário promovido pela FEEMA em outubro de 2005”. (Valor Econômico, abril de 2007)

Contudo, o ambientalista defende que existam outras alternativas que, segundo ele, são mais seguras e modernas mas que não foram sequer consideradas:

“E eu te digo mais, as outras alternativas como a do aterro industrial, do encapsulamento, do bota-fora em terra, seriam alternativas mais baratas do que o CDF. E muitíssimo mais seguras. Essas são as alternativas que todo mundo usa por aí”.

A questão da adoção da tecnologia e o critério de comparação das outras alternativas parecem divergir entre a concepção do ambientalista e a da autoridade técnico-científica. Isso porque o integrante do Fórum parece utilizar como base da comparação, o CDF como a pior de todas, contrariamente a lógica de quem elaborou os estudos do EIA/RIMA, partindo da dragagem comum, causadora de altos níveis de turbidez da água como também revolvimento do solo marinho:

“Essa é sim uma solução bem diferente de dispor o material contaminado livremente no fundo do mar, seja no espaço marítimo dentro da Baía de Sepetiba, seja no espaço marítimo fora da baía que também é um ambiente marinho que estaria em contato com essa contaminação (...) Esse processo (o CDF) deixa o sedimento contaminado numa situação em que ele perde o contato com o ambiente marinho. (...) É um processo seguro, que tem sido usado em vários lugares do mundo e que estaria sendo usado aqui, pela primeira vez, no Rio de Janeiro”. (Cláudia Barros, da Ecologus, na AP em Santa Cruz).

No entanto, supõe-se que tal justificativa faça parte de mais uma das estratégias retóricas para legitimar pretensas verdades científicas, visto que provavelmente uma dragagem que provoque por tabela o espalhamento de material contaminado não seria permitida no caso da Baía de Sepetiba, pois os impactos ambientais além dos limites toleráveis pelas normas técnicas do órgão ambiental já seriam esperados, sendo assim uma possibilidade já a ser descartada *a priori*. Por conseguinte, supõe-se que as contestações do Fórum sejam concernentes a essa desconfiança com os critérios adotados pela autoridade

técnica, arrogante na imposição de verdades e sempre vista sob suposto manto de neutralidade, quando podem na realidade mascarar interesses escusos por trás das decisões:

“Eles sentaram fogo na tentativa de mostrar que essas dragagens eram feitas com alta tecnologia e que, o bota-fora deles, que é o CDF era extremamente seguro. Eles trabalharam isso o tempo todo, nessas reuniões preparatórias, nessas mobilizações das comunidades. O problema disso tudo, é o que eu te falei – nós não temos hoje órgãos ambientais autônomos, independentes, que analisam o EIA/RIMA de forma ética, levando em conta a legislação e as melhores tecnologias, isso não existe. Então, se você apresenta o estudo de impacto ambiental num órgão que você já sabe que previamente ele vai dar aquela licença, que é o que nós estamos vendo no Estado do Rio de Janeiro todo, isso vira uma desmoralização. Então, os próprios empreendedores, as empresas fazem estudos de impacto ambiental mais superficiais...”
(Ambientalista)

Tal desconfiança procede como possível fato real ao serem observadas no concreto algumas incoerências e coincidências durante o processo de licenciamento e implantação do empreendimento, além de fatos omitidos durante os estudos de impacto. Um exemplo disso é o uso sem concessão de licença ambiental do terreno da aeronáutica, vizinho a CSA, para deposição de bota-fora do material dragado:

“Quando aparece poluição lá, em geral aparece a Ingá - ali tem uma marca muito forte a coisa da Ingá -, o que na prática são os contaminantes, os metais pesados que a CSA tá dragando, que tá reenterrando dentro dos CDF dentro da Baía de Sepetiba. A gente outro dia tava até brincando: “afinal, é bota-fora ou bota - dentro?”, porque agora tem o bota-fora, eles estão colocando material na área da aeronáutica, sem previsão de estudo de impacto ambiental. Só que aconteceu que quando eles estavam enterrando no CDF, começaram a revolver, e os pescadores começaram a reclamar (...) Aí eles foram para a área da aeronáutica agora, que é uma área vizinha, sem licença ambiental, eles botaram lá. Tem até uma matéria do JB denunciando isso. Então, o problema vai aparecendo e eles vão encontrando uma lixeira, tudo fora do projeto e tal. Agora, a avaliação que eu cheguei hoje é que eles sequer cumpriram as poucas exigências que o estudo de impacto ambiental fez, que a licença ambiental fez”. (Ambientalista)

“A dragagem do terreno que vai receber a siderúrgica da CSA teve também colaboração da Aeronáutica. Ao lado do Porto de Sepetiba o empreendimento bilionário é vizinho de área estratégica para a defesa nacional, a Base Aérea de Santa Cruz. E a CSA firmou contrato com o Ministério da Defesa para despejar 3 milhões de metros cúbicos de material argiloso no terreno militar. De acordo com os técnicos do Grupo de Apoio Técnico Especializado (GATE), do Ministério Público estadual, o uso do terreno não foi discutido na concessão de licenças. Questionada a respeito do uso do terreno, a Aeronáutica informou que não há conflito com a CSA e que apenas o material dragado sem propriedades tóxicas é descartado na

base aérea. O setor de comunicação social da força aérea no Rio também explicou que todo o processo de descarte segue o projeto ecológico desenvolvido pela Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente (FEEMA)”. (Aeronáutica aceita 3 milhões de m³ de material argiloso. JB Online, fev. de 2008).

Diante dos fatos expostos, pode-se perceber, em primeiro lugar, que o processo de licenciamento, especificamente em sua etapa de planejamento e de elaboração do EIA/RIMA, enfrenta problemas político-procedimentais que dão origem a choques de visões entre autoridade técnica e população local (e seus aliados).

Tal tipo de antagonismo poderia ser evitado se o conteúdo supracitado da Resolução CONAMA nº.001/1986 fosse pensado contemplando-se a participação da população local antes mesmo do processo de planejamento, para que pudesse ser avaliada, primeiramente, a pertinência do empreendimento, isto é, “a necessidade essencial” da obra que justificasse os graves impactos no local (ZHOURI et al., 2005).

Ademais, mesmo supondo-se que a geração de empregos seja necessária e urgente, e que o projeto seja pertinente ao contexto local, deveria ser aberto um espaço de discussão coletivo entre população local e a tecnoburocracia a respeito do desenho do empreendimento, bem como seu planejamento, para que os parâmetros e formas de se propor métodos de análise aos vários impactos potenciais pudessem vir a ser construídos coletivamente.

Sendo assim, considera-se que tal procedimento evitaria conflitos mais diretamente relacionados com a equidade de poder sobre o uso do território e com a falta de transparência de informações. Para este aspecto, falta de transparência, entende-se que além da especificidade da linguagem técnica, está também envolvido o uso de metodologias de coleta e análise de dados, recorrentemente utilizados nos EIA, baseadas em simulações, dentre outras ferramentas, descoladas do local e do cotidiano, em suma, da realidade concreta.

A seguir será mostrada a contestação às audiências públicas realizadas, motivo pelo qual a desconfiança é motivo de ação concreta e de questionamentos mais contundentes por parte dos pescadores, ambientalistas e outros membros do Fórum. Os argumentos que contestam a legitimidade de tais audiências baseiam-se tanto em critérios legais como também subjetivos. Outros aspectos em relação à audiência pública enquanto arena será colocada em discussão posteriormente.

4.2.1.2 – A suposta ilegalidade das Audiências Públicas

Os ofícios¹⁹ enviados pelo Fórum de Meio Ambiente da Baía de Sepetiba à FEEMA e ao Ministério Público Estadual dias após a realização das Audiências Públicas (AP) denunciam algumas irregularidades durante a realização das mesmas, a saber:

1. A ausência de representantes do Ministério Público e do IBAMA;
2. A ausência de um parecer técnico do IBAMA, assim como censura por parte dos mediadores do evento da leitura do parecer técnico do Ministério Público, solicitado pelo público, ou melhor, pelos membros do Fórum.
3. O horário impróprio marcado para início do evento e o mau uso do tempo durante as audiências;
4. Falta de uma pauta com críticas ao empreendimento;
5. Estruturação do debate a partir da leitura de perguntas previamente formuladas;
6. Declaração dos representantes dos órgãos ambientais de que o conteúdo das atas somente estaria disponibilizado após o prazo de 10 dias.

Os comentários a respeito dos fatores listados seguem abaixo:

¹⁹ Para esta pesquisa, foram analisados dois ofícios técnicos elaborados pelo Fórum, em representação ao movimento de ambientalistas, moradores e pescadores da região da Baía de Sepetiba. Um dos ofícios tem o registro da data de 15 de maio de 2006, tendo sido enviado ao Ministério Público Estadual (MPE) de Angra dos Reis, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro. O outro ofício possui registro de 25 de maio de 2006 e enviado a FEEMA e CECA, com cópias ao mesmo MPE.

(1) Segundo o ofício, estiveram ausentes em todas as 3 audiências públicas realizadas em Santa Cruz, Itaguaí e Mangaratiba entre os dias 8 e 12 de maio de 2006 representantes do Ministério Público (MP) tanto Federal como Estadual, assim como representante do IBAMA, este último com obrigação legal de comparecimento, conforme determinado pela Resolução CONAMA 237/ 1997 ²⁰.

O depoimento de um dos pescadores que estiveram presentes nas audiências públicas explicita a revolta com a possível ilegalidade das mesmas pelo fato de não haver representantes da esfera executiva federal, bem como sua insatisfação com o próprio MP, por este não ter se manifestado após a realização das audiências e muito menos entrado com o pedido de sua anulação, cabível conforme as próprias atribuições do MP:

“Você sabia que nas Audiências Públicas o Ministério Público tem que ser avisado com 30 dias de antecedência? E você sabe quando o Ministério Público recebeu? 24 horas antes da Audiência Pública. O Ministério Público não vai. Só por este fato, já cabe a anulação da audiência, porque a União tem que participar da Audiência Pública e não participou (...) Só com o fato de não haver nenhum representante da União, do Ministério Público ali, já cabia a anulação da audiência...bastava ela (Procuradora Gisele Porto) ingressar com um mandado de segurança anulando a Audiência Pública. Tem inclusive prova disso no Inquérito de que o Ministério Público foi chamado 24 horas antes...” (Pescador Y).

(2) De acordo com o ofício, o IBAMA que por obrigação legal deveria fazer parte do processo de licenciamento e, portanto, deveria emitir um parecer técnico com a apreciação do conteúdo do EIA/RIMA, não havia se manifestado até aquele momento. Esta contestação mostra-se legítima quando a mesa é questionada, durante a AP em Itaguaí, na qual a FEEMA admite não ter recebido nenhum parecer do IBAMA:

“(...) em relação ao parecer do IBAMA, eu gostaria de informar que o estudo de impacto ambiental foi encaminhado ao IBAMA em novembro do ano

²⁰ Art. 4º - Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, órgão executor do SISNAMA, o licenciamento ambiental, a que se refere o artigo 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional, a saber: I - localizadas ou desenvolvidas conjuntamente no Brasil e em país limítrofe; no mar territorial; na plataforma continental; na zona econômica exclusiva; em terras indígenas ou em unidades de conservação do domínio da União.

passado (em 2005) e nós estamos aguardando, até o momento, o encaminhamento por parte do IBAMA, bem como os outros órgãos que já se manifestaram, no caso da SERLA, do Instituto Estadual de Florestas”. (Depoimento de Maurício Couto, representante da FEEMA)

Além disso, o documento do Fórum demonstra preocupação ao fato de não ter sido concedida permissão para ler o parecer técnico do Grupo de Apoio Técnico Especializado (GATE) do Ministério Público. O parecer apresentava questionamentos técnico-jurídicos ao EIA/RIMA, dentre elas ressaltando para a gravidade da proposta de supressão de áreas de APP (onde há faixas marginais de proteção – FMP – do Canal de São Francisco, do rio Guandu e do manguezal que beira a baía), fazendo diversas recomendações legais assim como exigindo a necessidade de complementações técnicas por parte do empreendedor.

Por outro lado, o argumento utilizado para não permitir a leitura do parecer do GATE por parte do mediador seria de que a AP teria o objetivo de “incorporar sugestões, idéias, pareceres” e o que estava sendo solicitado para leitura já se encontrava incorporado ao processo (havia sido incorporado 2 dias antes, durante a AP de Santa Cruz). Já o representante da FEEMA, Mauricio Couto, respondeu que o parecer do GATE havia sido recebido pela FEEMA e que o próprio MP havia encaminhado ofício solicitando a realização da AP. No entanto, não houve maiores explicações sobre por quem e como foram marcadas as datas das Audiências e se o MP estava ciente de sua ocorrência, tendo sido chamados a participar oficialmente.

(3) O horário marcado para início do evento foi entre 17h30 e 18h e, conforme a legislação, com previsão de duração mínima de 5 horas. Tal horário foi considerado uma péssima escolha, pois tornava o processo extremamente cansativo, dado que a previsão de término para as AP seria a partir da 23h. Além disso, as AP ocorreram em local onde o transporte público circulava apenas até as 22h, impossibilitando assim a permanência de muitos interessados até o seu término.

Já as reclamações relacionadas ao mau uso do tempo incidiram sobre a prioridade dada aos comentários estritamente técnicos do projeto, restringindo o tempo necessário ao debate, além de postergá-lo para um horário em que a plenária já estivesse esvaziada. Segundo informado nas AP de Itaguaí e de Santa Cruz, a distribuição dada ao empreendedor e as empresas consultoras para apresentarem o projeto era de 2 horas; à FEEMA foi concedido o tempo de 30 minutos para fazer uma apresentação do histórico do licenciamento e do seu desenrolar. O restante, cerca de 2 horas, seria dedicado a perguntas do público. No entanto, o Fórum afirma que ao invés da AP como um todo ter a duração de 5 horas, a parte técnica ocupou aproximadamente esta duração e os debates tiveram início demasiadamente atrasados.

(4) Houve leitura durante a AP sobre aspectos técnicos do empreendimento por parte tanto das empresas contratadas quanto pela CSA e pela FEEMA, esta última deu apenas seu parecer favorável ao empreendimento, desde que estivessem cumpridas as normas de mitigação e compensação detalhadas nos estudos. A falta de uma pauta de conteúdo crítico à CSA foi motivo de discórdia entre os integrantes presentes e a mesa mediadora, que não leu pareceres técnicos com críticas ao empreendimento, desestimulando um debate a respeito dos riscos inerentes à sua implantação, independente das medidas mitigadoras a serem adotadas. Desta forma, a suposta neutralidade por parte dos órgãos governamentais e mediadores gerou uma atitude de conformismo e de não posicionamento crítico, o que acabou por gerar más impressões por parte do público questionador, como, por exemplo, o fato de que o espaço de debate foi na verdade substituído por um espaço de propaganda ao empreendimento:

“Além disso, a FEEMA que é o órgão ambiental que devia arbitrar, fez um papel de propaganda do empreendimento – o Estado se posicionou, a secretaria de desenvolvimento econômico, a FEEMA. Tinha vezes que você não sabia se era o consultor ou se era a FEEMA falando, mas era a FEEMA falando. Além disso, nós usamos os papéis de fazer perguntas. Então, a gente analisou o EIA/RIMA e fizemos....as vezes era 20 a 30 perguntas sobre várias aspectos do estudo de impacto ambiental. E as respostas eram extremamente vagas, não aprofundavam, até teve uma contestação”.

(Ambientalista)

Outra crítica dos integrantes do Fórum quanto ao conteúdo da AP foi o uso da retórica, dado que antes das AP já haviam sido realizadas reuniões por uma empresa responsável pelo “diálogo social” com os grupos sociais da região, tornando a apresentação repetitiva e cansativa. Além disso, os aspectos técnicos eram considerados de difícil entendimento por parte do público, que viu o tempo de 3 horas passar sem a aquisição de informações que pudessem ser passíveis de questionamento:

“Enquanto rolava aquele cinema, aquela baboseira toda – porque ninguém entendia nada, porque era tudo técnico, eu não entendi, e vou dizer que 95% do que foi dito ali eu não entendi, que é técnico demais. Eles falaram tudo em 3 horas, aí depois tinha 1 hora para as perguntas. A CSA falou em 2 horas sobre o projeto, a FEEMA falou por mais 1 hora relatando o que encontrou no projeto, o que levou até a conceder a licença prévia e tal. Um relatório que era totalmente favorável e 1 hora pras perguntas”. (Pescador Y)

(5) Pelas regras de realização das audiências, as perguntas seriam todas escritas e encaminhadas a mesa, que iria separá-las por categorias tais como “dragagem”, “manguezal”, “emprego” etc. Esse procedimento, segundo a mesa, seria o de facilitar o processo, evitando que respostas fossem sobrepostas e otimizando o tempo. Cada pergunta teria o tempo máximo de 3 minutos para resposta. Contudo, esta forma de conduzir o debate não foi bem recebida pelos membros do Fórum que, por meio do ofício, declararam que:

“A participação da população se limitou a perguntas feitas em formulários previamente entregues a mesa, que direcionavam as perguntas que colocariam a empresa em situação difícil diante da plenária, para o fim da audiência já muito esvaziada pelo adiantado da hora. Muitas questões nem foram respondidas, com alegação de que seriam respondidas por vias postal. Perguntamos nós: quais seriam estes questionamentos, que importância teria para a sociedade estas respostas que nunca saberemos?”

Um dos pescadores integrantes do Fórum descreve como se desenrolou concretamente tal situação, da qual o mesmo presume ter sido uma estratégia de aliviar os integrantes da mesa de terem que responder a perguntas mais comprometedoras e polêmicas:

“Na audiência pública o tempo para pergunta e para réplica de uma resposta dada, até isso eles te impediram. Você escrevia seu nomezinho lá e eu disse assim: “eu quero um microfone para perguntar”. Porque ali você não sabe o

que vai sair da minha boca, o que é que eu vou perguntar, sabe? Você muito menos sabe a resposta que vai ter que dar e da onde vai ter que tirar essa resposta. O que é que eles fizeram: você tinha que escrever a sua pergunta no papel e entregar na mesa”. (Pescador Y)

(6) Os documentos do Fórum apontam, por fim, que durante a terceira AP, em Mangaratiba, foi informado ao microfone pelos representantes dos órgãos ambientais (FEEMA/CECA e SEMADUR) que o conteúdo das 3 atas somente seria disponibilizado ao público interessado após o prazo de 10 dias, prejudicando o acesso pelos atores sociais a documentos que subsidiariam uma análise aprofundada do que havia sido discutido durante as AP.

Acontece que o problema principal não seria apenas a demora, mas o fato de que, legalmente, a sociedade civil tem o prazo de até 10 dias úteis para o envio de pareceres com comentários, sugestões e críticas ao EIA/RIMA do empreendimento. Sendo assim, os ofícios contestam, mais uma vez, a legalidade do processo, porém desta vez quanto à isonomia no acesso às informações e, portanto, à própria transparência do licenciamento ambiental.

Diante das contestações expostas, formuladas pelos atores contrários à implantação da siderúrgica, pode-se concluir que o processo de licenciamento apresentou algumas lacunas à efetiva democracia necessária ao debate de uma obra com poderes de provocar mudanças estruturais. Igualmente, diante das circunstâncias colocadas, pode-se supor que essas mesmas lacunas, na verdade, integrem todo um arcabouço de estratégias por parte do empreendedor, assim como de um órgão ambiental concebido como complacente.

Este último ator, detentor legítimo da violência simbólica do Estado, acaba por abrir um espaço também à desconfiança de atores sociais que não aceitam de primeira mão as suas deliberações, uma vez que além de não primar pelo diálogo, mantém-se alienígena em seu discurso hermético, típico da tecnoburocracia.

Além disso, a contratação de empresas de consultoria sob responsabilidade do empreendedor imputa uma lógica de mercado, dado que as mesmas são financeiramente dependentes dos empreendedores, tendendo a elaborar estudos que concluam pela viabilidade ambiental dos projetos, evitando, assim, riscos a possíveis futuras contratações. Desta forma, a empresa encontra limitações a um olhar mais crítico ao empreendimento, dado que sua meta final é de garantir a sustentabilidade de um negócio cuja alma é constituída com o intuito de elaborar de forma mais eficaz possível um estudo que será viabilizado e aprovado pelos órgãos licenciadores (ZHOURI *et al*, 2005).

Por outro lado, é importante deixar claro que não se supõe *a priori* nesta pesquisa que essas estratégias sejam fruto de uma intencionalidade totalmente consciente. Ocorre que o histórico de participação popular ainda é muito recente no contexto do nosso país, o que acarreta em uma percepção de passividade e de invisibilidade dos grupos sociais de base ainda arraigada no imaginário das autoridades. A questão da invisibilidade no processo de licenciamento é exemplificada por Zhouri & Oliveira com o caso estudado com hidrelétricas, no qual os “atingidos por barragens” são obrigatoriamente deslocados de seus territórios:

“Os processos de licenciamento tendem a perpetuar essa situação de injustiça ambiental e desigualdade na distribuição ecológica na medida em que negam a condição de sujeitos e o estatuto de cidadania aos atingidos por “barragens”. (...) Os Estudos de Impacto Ambiental e seus respectivos relatórios, via de regra, desqualificam o ambiente em que as barragens são projetadas e reforçam a reificação e invisibilidade das comunidades. As pessoas e famílias são, assim, subsumidas à condição de objeto (...) atribuindo a elas um caráter passivo, ressaltando a possibilidade de controle e instrumentalização das famílias atingidas”. (ZHOURI & OLIVEIRA, 2005)

No caso da CSA, a invisibilidade dos pescadores no licenciamento mostra-se inserida em padrão semelhante ao descrito acima pelas pesquisadoras, a exemplo das “Áreas de Exclusão da Pesca”. Estas são vistas pelos empreendedores como inexoráveis a viabilidade do terminal portuário; enquanto ao órgão ambiental como passíveis de estorno por meio de

medidas compensatórias e de mitigação, corroborando com a lógica instrumentalizada do “paradigma da adequação ambiental”.

No item a seguir, será realizado um levantamento dos riscos observados a partir do processo de implantação da CSA, assim como os danos observados pelos pescadores com as obras já iniciadas, além dos prejuízos que já são sentidos pelos pescadores em vista do empreendimento.

Parte-se do princípio de que os riscos percebidos têm forte relação com o histórico de conflitos ambientais na região e de que o próprio processo de licenciamento deu margem para que novas percepções de risco em relação ao empreendimento aflorem entre o grupo contestador. Já os danos são vistos aqui como ainda na esfera pendente entre o subjetivo e o objetivo, em uma linha ainda mal delimitada, uma vez que ainda estão em processo de legitimação na sociedade e no poder público. Já os prejuízos estão sendo concebidos como danos legitimados, e com isso o conflito faz-se legítimo na sociedade, transparecendo diversos posicionamentos a seu respeito, em especial na grande mídia.

4.2.2 – Na perspectiva dos atingidos: danos ambientais observados, riscos percebidos e prejuízos sentidos

O presente (sub) item foi dividido em seis partes: as primeiras cinco partes descrevem categoricamente as impressões dos pescadores sobre os riscos, danos e prejuízos que a CSA vem causando à comunidade pesqueira. A sexta e última parte tem a função de fazer um fechamento do que foi exposto nas partes anteriores, buscando explicitar as contradições do desenvolvimento, principalmente no que tange às discrepâncias de poderes que afetam na tomada de decisões no território. Concomitantemente, tais discrepâncias serão relacionadas com o processo de exclusão social que o pescador vem sofrendo e, conseqüentemente, acarretando uma paulatina expropriação de seu ambiente, devido à poluição e à diminuição de seu espaço ambiental.

4.2.2.1 – Riscos de contaminação pela dragagem e danos ao pescado

Os riscos advindos da dragagem têm se mostrado, desde o início do conflito – isto é, desde o licenciamento -, o maior motivo de preocupação dos pescadores. Conforme já explicitado, os riscos percebidos em relação ao passivo da Cia. Ingá Mercantil estão bastante enraizados no imaginário popular da região. Até quem não participa ativamente do conflito da CSA ou mesmo apóia a implantação da empresa na região mostrou o caso da Ingá como uma preocupação real, como o barqueiro entrevistado, que presta serviços para a empresa ao ser perguntado se ele tinha algum conhecimento de entidade atuando contra a CSA:

“[Já vi o pessoal atuando no caso] da Ingá, da Ingá eles batem a porrada mesmo com vontade, porque aquilo ali é de outro mundo mesmo, aquilo ali eu tenho certeza mesmo, aquilo ali já acabou com muita coisa...mas da CSA, por enquanto, que eu saiba, não (...) Morador de ilha, morador daqui, morador de Itaguaí, morador lá de Campo Grande, todo mundo ali participa desse caso, contra a Ingá sai de casa mesmo, mete esporro mesmo”.

Entretanto, o passivo da Ingá em si, ou seja, quando não há interferência de outro ator social, se apresenta mais como um risco de vazamento dos diques de contenção que barram o material contaminado do seu acesso ao mar, em geral ocasionado em períodos de fortes chuvas. Contrariamente a essa perspectiva, a dragagem não é vista como um mero risco de vazamento, mas como um risco de revolvimento de um material que se encontra fora do terreno da massa falida. Assim, a percepção de risco com a dragagem não se originou com força antes da dragagem. O risco da dragagem, na realidade, mostra-se entre os pescadores mais como um risco de reincidência de uma tragédia ambiental ocasionada por dragagens em um passado recente:

“Aí eu comecei a alertar os pescadores, falei que ia ter essa obra, a siderúrgica, uma das maiores do país, né. E vão prejudicar a gente, vão fazer que nem eles fizeram com a gente com a Sepetiba [expansão do Porto de Sepetiba]. Eles entraram, destruindo e revolvendo toda aquela massa poluidora que fica alojada no fundo. Então, quer dizer, se ali tem uma criação de peixes, de mexilhão, camarão, crustáceo, quando eles vão revolvendo, eles vão espantando aquilo tudo e vão acabar com aquela área de criação, o habitat, né”. (Pescador Z)

Assim, a dragagem da CSA é apenas mais uma de outras dragagens que já foram feitas na região. O caso a que o pescador se refere é a dragagem do Porto de Itaguaí, durante as obras para a sua expansão, abrindo mais canais de acesso aos navios de grande porte que ali atracam. Dragagens do Porto de Itaguaí feitas em 1998 pela Companhia Docas e depois barradas por ordem judicial por contaminação da baía com o revolvimento do passivo foram inclusive colocados como jurisprudência na Ação Civil e em ofícios do Fórum e entidades de pesca como argumento para impedir as dragagens por CDF. E esse temor pela reincidência de reflete-se no discurso dos pescadores. Por outro lado, e contrariamente às garantias dadas pelos empreendedores que, enfaticamente, afirmam sobre a segurança da tecnologia da dragagem por CDF, alguns pescadores vêm presenciando modificações na biota marinha desde o início das dragagens da CSA:

“Aí começou a obra da CSA, começou a revolver de novo e começou. Logo no começo quando eles começaram a mexer, a gente pegou uns peixes que tinham, sabe aquela ferida? Até hoje de vez em quando a gente pega uns peixes com aquela ferida, e a gente já sabe que tá contaminado. E começa a aparecer peixe boiando também. Dificilmente tem mortandade de peixes aí no mar, só quando tem essa poluição desses metais pesados. (...) Na tainha, na corvina e no bagre grande fica assim, aquela ferida, assim, com carne viva e o peixe muda até de cor. Até medo de botar mão neles a gente tem, porque a gente não sabe, né?! Eu tenho um pescador lá da associação que pesca ali perto de onde vazou a poluição da Ingá que foi pescar e a rede dele agarrou no fundo, aí ele mergulhou para tirar. Poucos dias depois a pele dele tava em carne viva”. (Pescador Z)

“A empresa desde que começou a revolver aquele material do fundo do mar, começou a prejudicar totalmente, tanto na margem quanto lá fora. Como eu te falei, ela vai tirar o material poluído daqui e vai jogar a km de distância, então eles estão prejudicando lá aquele local também. Eu acho que ela vai jogando aquele material mas ele não fica só ali, a corrente vai espalhando ele no mar todo e prejudicando todo mundo. Tanto é que as vezes a gente coloca a rede e depois, quando puxa, vem aquele óleo, aquela gosma, aquele negócio agarrado na rede. A gente sabe que é no fundo do mar que tão mexendo. Mas quanto mais próximo ali da obra e de onde eles tão despejando o material, tão prejudicando mais”. (Pescador Z)

A contaminação da biota, apesar de gerar uma escassez na quantidade e na qualidade no pescado causando prejuízos ao pescador, não impede que o mesmo continue a pescar. O motivo para isso – mesmo que conscientes de que a venda do pescado pode acarretar em problemas na saúde durante o consumo – é pura e simplesmente a falta de opção, dado que sem a pesca a sobrevivência do pescador fica ameaçada:

“Se fosse levado a cabo tudo o que está escrito nos laudos, não poderia sair mais nenhum pescado desta baía. Tem índice de contaminação de mexilhão 300% acima do nível ao que a OMS tolera. E a população tá comendo isso, sabe por quê? Porque eu vou parar de pescar? Eu tenho que sobreviver! Eu não vou parar, o companheiro ali também não vai parar, mas quem vai pagar? Todo mundo vai pagar esse preço. A saúde todo mundo vai pagar”. (Pescador Y)

Todavia, o prejuízo econômico para o trabalhador não se origina apenas da diminuição do pescado. Mas também porque a qualidade do peixe da Baía de Sepetiba tem ganhado visibilidade na mídia, ironicamente, graças a sua contaminação, havendo um movimento de diminuição pelo mercado consumidor na compra do pescado proveniente da região:

“Então, tudo o que vem a poluir para a gente é ruim. Veja bem: se há um vazamento grande dessa água poluidora aí da Ingá é ruim, porque aí passa o caso na televisão falando que o peixe ta contaminado. Passa na televisão, e quem vai comer não quer saber foi pescado perto daqui ou na baía de Angra ou se foi da Marambaia, então ela radicaliza muito...quando sai na reportagem dizendo : “ó, o peixe ta todo poluído”, então pra gente é uma dificuldade...” (Pescador X)

Além dos prejuízos econômicos e dos riscos do consumo do pescado contaminado a saúde humana, os pescadores vêem a poluição da baía como prejudicial a própria saúde, e não apenas se limitando a esfera da alimentação:

“Na tainha, na corvina e no bagre grande fica assim, aquela ferida, assim, com carne viva e o peixe muda até de cor. Até medo de botar mão neles a gente tem, porque a gente não sabe, né?! Eu tenho um pescador lá da associação que pesca ali perto de onde vazou a poluição da Ingá que foi pescar e a rede dele agarrou no fundo, aí ele mergulhou para tirar. Poucos dias depois a pele dele tava em carne viva. Eu falei para ele: “vai no médico agora, tira um laudo disso aí, fotografa, que eu preciso disso aí”. Porque eu preciso disso para botar no processo. Ele ficou vários dias com aquilo ali, em carne viva, braço e perna. Ele gastou um dinheirão, se curou, mas não me deu o laudo e nem me deu a fotografia que eu pedi, porque ele ficou com medo”. (Pescador Z)

“O pessoal da maricultura vive cambado porque tem que mergulhar, tem que ta limpando aquilo ali (*limpando os petrechos de pesca, de maricultura e os barcos*). Depende daquilo ali como sobrevivência. Aí você vai dizer aí que o cara tem risco de cair dentro d’água? É impossível! Se nós é que vivemos mais tempo dentro d’água! A nossa vida é o mar, entendeu? Aí o cara diz que tem que ter uma pessoa para orientar a gente, porque tem risco e tal. Po, mais isso daí é o nosso ambiente! É o nosso ambiente de sobrevivência que é o mar”. (Pescador X)

Por outro lado, apesar das impressões dos pescadores, vale ressaltar que não há garantias concretas de que a CSA seja a causadora dos danos – ou pelo menos a única -, pois o Porto de Itaguaí vem dragando sua área de atracação e manobra de navios de acordo com o previsto pelos financiamentos em infra-estrutura subsidiados pelo PAC.

Além disso, várias outras empresas externalizam sua poluição nos rios que desembocam na baía de Sepetiba, em especial o Canal de São Francisco, local de pesca do Pescador Z, que encontrou peixes contaminados. Desta maneira, a luta por legitimação de que os danos são realmente ocasionados pela CSA devem ser colocados com cautela o que, no

entanto, não faz desmerecer suas impressões, que podem perfeitamente se confirmarem como verdadeiras. A partir dessa dificuldade em se encontrar formas que possam provar a culpa da CSA é que tem emperrado as lutas por legitimação dos pescadores.

Por outro lado, o único canal de comunicação que os pescadores teriam para acompanhar diretamente a dragagem e provar que ela possa estar causando prejuízos tem sido outro alvo de polêmica: falta de transparência e autonomia dos pescadores para visitar o local das dragagens²¹:

“Veja bem, como nós não tivemos a possibilidade de visitar (*as dragas*), como é que a gente vai dizer o que ta errado e o que ta certo? Nós não temos como visitar. Então não temos como dizer que algo ta errado, que eles tavam fazendo isso mas na verdade tão fazendo outra coisa”. (Pescador X)

O mesmo se pode afirmar quanto ao papel de fiscalização do poder público que, apesar da presença física, e sempre cumprindo um papel de fiscalização em relação a ações dos pescadores, mostra-se complacente em relação aos prováveis danos ambientais provocados pela CSA²².

“Dentro do projeto deles, eles iam tirar um material lá poluído, botar nas balsas para jogar, enterrar no fundo do mar mesmo e tal, o CDF. Aí descobrimos que eles tavam enchendo as balsas ali e levando lá pra fora pro mar, lá pra perto das outras ilhas, bem lá depois de Itacuruçá, Mangaratiba, jogando lá, por ali perto da ilha da Marambaia. Pescadores que por sinal tavam pescando lá, viram eles passar, matando peixe, daqui a pouco vem aquela água escura, e sumiu o peixe. Aí eles tiveram que tirar a rede rápido, porque vinha aquele lodo, eles chegaram mais ali na frente e viram a balsa. A balsa tem um corte na frente, então ela abre aquilo e descarrega aquilo tudo. Em vez de jogarem lá no CDF, não, tavam jogando lá fora. Todo tipo de fiscalização sabe disso. Já foi comprovado, dito por eles mesmo: “mas que nós vamos fazer?”. Eles são acobertados pelos órgãos mais poderosos....Quer dizer, a Marinha sabe, Capitania dos Portos sabe, Governo Federal sabe, Governo Estadual sabe. Nós estamos tentando ter algum direito, mas que é difícil para a gente, é”.

“O pescador, ele não pode tirar o mangue, porque é um crime ambiental. Vai preso e o caramba, responde processo. Mas ele precisa que aquilo seja mangue eternamente. Agora, essas firmas que vêm, paga-se essa multa e assim mesmo tira o manguezal, porque faz o aterramento. Então, usa-se dois pesos e duas medidas, porque aquele precisa eternamente do manguezal,

²¹ Para maiores informações sobre as comissões de dragagem é necessária a leitura do item 4.3.3.3

²² Para maiores informações sobre a omissão do poder público é necessária a leitura do item 4.2.3

esse não pode trabalhar, não pode tirar. Mas uma firma que vem por ter o poder do capital e aterra aquilo tudo, essa pode. Pro pequeninho, cumpre-se a lei, mas pro grande, eles dizem que vai trazer x benefícios, não sei quantos empregos e mais não sei o quê, aí esse pode”. (Pescador X)

Por outro lado, no início de 2008, novas notícias começaram a surgir na imprensa, em especial sobre vazamentos da Ingá e acusações de contaminação pela dragagem da CSA, conferindo espaço para legitimação pública de verdades a respeito da contaminação da baía. Desta maneira, a produção de verdades, por meio da imprensa, tem sustentado o poder simbólico dos pescadores e seus aliados na escala do senso comum em sua luta contra a industrialização intensiva:

“Segundo o ecologista Sérgio Ricardo “ao longo dos últimos 20 anos, a Baía de Sepetiba foi transformada numa lixeira industrial e agora pretende-se alienar, dilapidar ilegalmente e de forma irresponsável o patrimônio da falida Ingá Mercantil sem efetivamente destinar recursos para ressarcir os prejuízos provocados a milhares de pescadores e ao meio ambiente. A pesca artesanal está ameaçada de extinção na região: as impactantes dragagens da CSA está espalhando os metais pesados da Ingá que estavam sedimentados no fundo do mar e serão novamente enterrados em cavas no interior da baía. O poder econômico não pode se sobrepor ao direito à vida e à necessidade de preservar este rico ecossistema para as futuras gerações. A poluição química está condenando a região a ser transformada numa zona de poluição e pobreza já que as vocações econômicas tradicionais como a pesca e o ecoturismo serão afetadas e eliminadas pela industrialização desenfreada em curso”. (Jornal Correio do Brasil - Ambientalistas denunciam vazamento de produtos químicos em Sepetiba. Acesso na internet em 10.04.2008. Matéria publicada em 01.02.2008.)

“A CSA, já favorecida com crédito de R\$ 1,48 bilhão pelo BNDES, além de isenções de tributos estaduais e municipais pelo prazo de 12 anos, apesar das bênçãos dos governos federal, estadual e municipal, deverá enfrentar dificuldades para adequar o projeto à legislação ambiental brasileira. (...) A dificuldade maior está nos trabalhos de dragagem do canal de acesso ao porto destinado ao escoamento de produção. A área fica nas proximidades da Ilha da Madeira, e durante muitos anos foi contaminada por vazamentos de metais pesados dos escombros da falida Companhia Mercantil Ingá. A dragagem, como já demonstraram várias análises, revolve a lama onde sedimentaram-se resíduos de zinco, cádmio e arsênio, o que afeta a fauna e flora do manguezal em área de preservação ambiental e pesca artesanal que garante a sobrevivência de aproximadamente 8.600 pescadores cadastrados”. (JB Online - Concorrência cria novo pólo siderúrgico no Estado. <http://jbonline.terra.com.br/editorias/economia/papel/2008/04/06/economia2>

[0080406007.html](#) . Acesso em 20.04.2008. Matéria publicada em 16.04.2008)

Em vista disso, uma série de indícios e a falta de clareza dos fatos por parte da CSA fazem a desconfiança da comunidade pesqueira de extrema pertinência. A sensação de injustiça e impunidade pode ser tratada também como encadeador do conflito ambiental.

Além disso, a falta de clareza e de tomada de posição pela CSA tem instaurado um espaço para suspeitas de que poderia, inclusive, estar havendo sabotagem por parte da CSA em relação a raiz dos problemas com a poluição por rejeitos oriundos da Ingá, uma vez que a dragagem da CSA, desde seu início, sempre foi percebida pelos pescadores como a principal origem da contaminação da baía em período recente. Assim, a culpabilização da Ingá pela contaminação da baía seria uma forma de se encobrir os danos causados pela dragagem:

“[A baía de Sepetiba] tá anormal desde que a CSA começou a fazer a dragagem, independentemente da Ingá ter vazado, na minha opinião, sinceramente, aquilo foi sabotagem. Porque eu tive na audiência, a juíza da 7ª Vara, ela fez uma audiência do processo dentro da Ingá, fez a audiência de vistoria e inspeção em toda a instalação da Ingá, eu estava lá, assinei a audiência como testemunha e tava muito boa as condições da Ingá naquele momento para não vaziar. Isso tem o quê? Isso tem uns 6 meses. Aquilo que eu e os meus companheiros vimos lá naquela audiência não se deteriorou dessa forma, em 6 meses, a ponto de ter causado o vazamento agora. Eu acho que mesmo que tivesse sido abandonada não teria vazado, dadas as condições daquele momento, de controle. Então eu sinceramente acho que foi sabotagem. Por quê? A CSA tá extrapolando os índices de contaminação de água da baía no processo de dragagem. Que eles fazem para se defender? (...) Qual é a forma da CSA se limpar disso? Dizer “eu não to poluindo, já está poluído, quem poluiu foi a Ingá”, e a Ingá vaziar. Não te cheira a sabotagem isso? A única defesa que eles tiveram no nosso processo contra eles foi o seguinte: “mas não sou só eu que to poluindo”, eles admitem que eles tão poluindo! Só que isso já está ultrapassando até o teto que eles estipularam no EIA/RIMA. Como faz para controlar isso? Vaza a Ingá! Isso foi sabotagem, certeza absoluta. Como provar uma merda dessa? Não tem como!”. (Pescador Y)

Contudo, nem tudo está perdido. Alguns indícios têm se convertido em provas concretas, publicamente legitimadas à medida que as estratégias de enfrentamento frente a

esse panorama de forças hegemônicas têm evidenciado as suas contradições, o que será analisado mais adiante.

4.2.2.2 – Danos aos manguezais e riscos reprodutivos

A entrevista com os pescadores denota a importância que o manguezal tem na reprodução das espécies e na sustentabilidade da pesca em longo prazo. Assim, para os pescadores, a preservação do manguezal tem um valor além de suas necessidades imediatas: ele é o local que guarda o fruto do trabalho do pescador em alguns meses. Nessa perspectiva, os riscos reprodutivos aqui concebidos possuem relação não apenas com o pescado, mas também com a própria reprodução social do pescador. Além disso, a importância do manguezal não concerne somente ao pescador, mas igualmente a outros atores que se beneficiam dos “serviços ecossistêmicos” gerados pelo ambiente marinho, como catadores de caranguejo e maricultores:

“Até o desmatamento das margens do manguezal é prejudicial, porque a área que eles tão fazendo a obra ali era caranguejo puro, na época de caranguejo, pescador ia ali e enchia sacos de caranguejo. Acabou tudo! Um catador que eu conheço, que é da associação, nem ta indo mais lá, porque não tem, ele acabou indo para lá para aquela área ali do exército ali de Pedra de Guaratiba, aquela área ali que tem o manguezal. Ele acabou mudando de local, porque acabou o caranguejo ali, a lama do manguezal ta todo aterrado”. (Pescador Z)

“Então dos problemas que a gente viu, foi o espaço que nós perdemos, a destruição do manguezal, vai cortando um ali, outro lá, e a gente sabe que a vida da baía depende do manguezal, se amanhã não existir mais mangue, essa baía vai estar morta, o camarão não vai mais completar mais o ciclo dele, porque ele vem nessas águas mais salobras, né, para poder sobreviver. E se não tem camarão, os outros peixes que vêm se alimentar do próprio camarão, e não vem mais se alimentar nessas águas abrigadas aí.....e o estuário acabou, a baía acabou”. (Pescador X)

Entretanto, a CSA não parece dar a mesma importância à preservação do manguezal. Nas entrevistas, os pescadores denunciam a destruição dos manguezais além do permitido

pela licença concedida pelo IEF e pelo IBAMA. Os pescadores entrevistados novamente reclamam da passividade do Estado frente aos danos causados ao meio ambiente:

“Primeiro, é a destruição de manguezais, que eles destruíram uma área imensa. Até pessoas do IBAMA que vieram aí, conversaram pessoalmente comigo, que eles tavam totalmente errados, que eles não tinham autorização. A autorização era do IBAMA de Brasília. Mas eles tão sendo também apoiados pelo Governo Federal, Governo Estadual, quer dizer, eles têm um apoio por causa do poder deles. Mas a destruição é total, a ambiental da área. E, a dragagem que eles tão fazendo para aterrar a obra, que já tá uma cidade aquilo ali....Quer dizer, lá onde eles tão cavando, que é dentro do mar, tá prejudicando. Aquilo ali é uma área de criação – da desova da tainha, da corvina, da pescada, do camarão, do siri – e esta área está acabando, porque eles vêm desovar numa área rasa. E a CSA está afundando 22 metros de profundidade, mesmo na beira do mangue”. (Pescador Z)

“Porque uma das partes lá que nós visitamos morreu. Não sei se foi por causa da água salgada. Veja bem: uma parte lá da vegetação junto lá do manguezal secou uma área grande, onde foi aterrado, numa área de retenção de água, secou tudo, isso numa das poucas áreas que podemos visitar já vimos aquilo lá”. (Pescador X)

De acordo com o ambientalista, a causa para o aterramento do manguezal, principal fator para a sua supressão além do permitido foi que a enorme quantidade de lama dragada ao terreno da CSA era maior do que as bacias de contenção podiam suportar, causando a liberação de lama, que aterrou e secou o manguezal (Anexos, fotos 14 a 16):

“Só que aconteceu que quando eles estavam enterrando no CDF, começaram a revolver, e os pescadores começaram a reclamar. Teve conflito, os pescadores uma hora em janeiro do ano passado pararam a draga, cinquenta barcos que eles tavam pescando, no desespero, os caras armados, denúncia, imprensa, conflito mesmo. Aí, o que eles viram: eles enterraram o que tinha que enterrar, mas era tanta lama que eles dragaram, que eles tinham que colocar num local. Aí pegaram a área de manguezal, cortaram, desmataram e começaram a botar no terreno deles. Mas aí começou a vazar, porque a lama seca, ela fica, mas a água escorre”. (Ambientalista)

Todavia, no caso dos manguezais, o que poderia se limitar a meras impressões sobre os danos observados ganhou outra proporção na esfera pública. Neste caso, podemos afirmar que a legitimação do problema ambiental da supressão dos manguezais pela CSA seguiu um rumo bem diferente ao da dragagem.

De acordo com a licença concedida pelo IEF e IBAMA à CSA, a supressão da vegetação permitida seria de até dois hectares. Em denúncia ao Ministério Público, em outubro de 2007, os pescadores delataram que a empresa estava destruindo o manguezal além do permitido²³. Cerca de dois meses depois, em decorrência da denúncia dos pescadores, e sob determinação judicial, o IBAMA realizou uma ação de fiscalização no terreno da obra constatando que as impressões dos pescadores era real. De acordo com o IBAMA, o manguezal foi suprimido em uma área duas vezes maior que a prevista na licença. A CSA teve a obra da ponte de acesso embargada e ainda foi condenada a pagar multa de R\$ 100 mil como também obrigada a reparar o dano:

“O Ibama-Rio embargou, nesta quinta-feira, a construção de uma ponte que faz a ligação entre o terminal portuário e o terreno da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), em Itaguaí. As obras só poderão ser reiniciadas se o Ibama aprovar recurso da empresa, que também foi multada em R\$ 100 mil. O superintendente do Ibama-Rio, Rogério Rocco, informou que a Companhia Siderúrgica do Atlântico suprimiu o dobro da vegetação de mangue em relação à área autorizada pelo Ibama. O licenciamento ambiental foi dado pela FEEMA, IEF e CECA e referendado pelo Ibama: “Hoje, os fiscais constataram o crime ambiental, pois foi suprimida uma área de mangue que corresponde ao dobro do que foi autorizado pelo Ibama” disse Rocco. A CSA, por sua vez, afirma que recebeu o auto de infração mas adiantou que a obra não foi interrompida. E informou ainda que já tinha permissão do Instituto Estadual de Florestas (IEF) e da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) para uso da área excedente ao permitido na licença, apenas para movimentação de material para execução da obra. De acordo com a CSA a área excedente já está se regenerando e terá 20 dias para justificar o uso da área”. (Jornal O Globo - Ibama embarga obra da Companhia Siderúrgica do Atlântico. Matéria publicada em 20 dez. 2007)

Essa pequena vitória por parte dos pescadores constitui-se como uma vitória simbólica de relevante proporção, dado que o que era apenas um motivo de contestação, materializou-se em uma verdade, culminando em ações do poder público e responsabilização dos danos por parte da empresa. Além disso, tal vitória simbólica teve repercussões até mesmo na grande

²³ Denúncia proferida em nome de várias entidades de pesca tais como Colônia Z-14, APESCARI, AMACOR, APAIM, ABIT e FAPESCA: “A citada companhia vem sistematicamente devastando substancial área de manguezal, assoreando grandes áreas da baía com material dragado despejando materiais que se tornaram impréstáveis ao seu uso no interior da baía fazendo recircular no ambiente marinho todo o metal pesado já sedimentado há anos provenientes do passivo ambiental da falida Cia. Ingá Mercantil, sendo este um dos mais graves, por estar dizimando espécimes da fauna marinha que garantem o sustento de milhares de famílias.”

imprensa, como o jornal O Globo, com direito a críticas contundentes ao empreendimento na coluna da jornalista Miriam Leitão, considerada autoridade no jornalismo voltado a assuntos econômicos e financeiros:

“O Ibama e o IEF deram licença para que a empresa desmatasse dois hectares de área para a construção de uma ponte que liga a siderúrgica ao Porto de Sepetiba. A empresa desmatou o dobro. Essa parte da obra foi embargada, e o Ibama aplicou multa de R\$ 100 mil. A empresa continuou tranqüilamente a construção da ponte. Há também uma discussão sobre o uso de uma área pública que a companhia usa sem ter recebido o direito para isso. Nenhum problema preocupa o empreendimento que recebeu semana passada a eufórica visita do presidente Lula. A CSA não gosta da palavra "desmatar". Ao confirmar a informação, preferiu chamar o que ela fez de "intervenção adicional". A assessoria de imprensa admite que a empresa "interveio adicionalmente" em 14 mil metros quadrados. Alega que não foi embargada a ponte, mas apenas esta área de "intervenção adicional". O que são 14 mil metros quadrados de mangue num país que desmata 7 mil quilômetros quadrados de floresta em apenas cinco meses? São dimensões diferentes de uma mesma atitude. A CSA está convencida de que pode intervir adicionalmente o quanto quiser porque, depois, tudo vai ser aceito, como fato consumado, numa obra que, além de tudo, recebe a visita do presidente da República e faz parte da onda de aceleração do crescimento”. (Miriam Leitão, em matéria intitulada “Ação & Contradição”, publicada em sua coluna no Jornal O Globo, em 02 mar. 2008)

Vale ressaltar que a jornalista ressaltava algumas observações interessantes quanto ao jogo de palavras utilizado pela empresa CSA. O uso - intencional e talvez consciente - da palavra “intervenção” ao invés de “desmatamento” como justificativa a destruição dos manguezais explicitam uma estratégia da empresa em atenuar sua culpa perante o olhar crítico da sociedade, dado que os pilares que sustentam o poder simbólico do empreendimento mostram-se extremamente frágeis na medida em que os problemas ambientais vão se tornando escancarados. Contudo, concomitantemente, a jornalista alerta sobre os poderes político-estruturais ligados a implantação do empreendimento, uma vez que sob o aval do presidente Lula, mostra-se na prática um projeto que, independente dos ônus ambientais, será de certo concretizado.

4.2.2.3 – Riscos de atropelamento e danos às embarcações

Outro risco percebido pelos pescadores em relação a obra da CSA tem sido a intensa movimentação de embarcações do empreendimento, muitas delas de grande porte e com motores potentes, imprimindo grande violência sobre a movimentação das águas do Canal de São Francisco e de trechos do mar da baía. Os riscos percebidos englobam atropelamento de embarcações dos pescadores artesanais, de pequeno porte, podendo ocasionar não apenas danos às embarcações, mas principalmente, ameaças a integridade física dos pescadores. A percepção do risco, mais uma vez, parece provir de experiências passadas, de um histórico de acidentes observados e sofridos:

“Então, a cada vez o pescador vai tendo menos espaço, no que entrava raramente navio, passa navio direto, e agora com o aumento de portos para empresas de grande porte, o fluxo de navios vai aumentar muito mais. E com isso o pescador vem perdendo sua área de trabalho. E com isso, acidentes. Nós tivemos um acidente agora em Angra em dezembro, do navio passar e atropelar uma embarcaçãozinha, do porte de matar o pessoal (...) Já aconteceram outros acidentes com navios aí...quando eu tava pescando em volta do canal, o pessoal saiu do canal e o navio de fora do canal e atropelou uma lanchinha quase no mesmo tempo, o pessoal se jogou dentro d’água....ele tinha sofrido uma avaria porque uma semana antes tinha dado um vento aqui e a plataforma que tira o minério caiu em cima do navio, a parte de rádio manutenção tinha sido quebrada, daí foi pro estaleiro para reforma”. (Pescador X)

O Canal de São Francisco, limítrofe ao terreno da CSA, é o local onde as embarcações da empresa atracam, fazendo o embarque e desembarque da tripulação e dos passageiros e, ainda, o canal é caminho das tubulações das dragas em direção ao terreno. Com isso, os pescadores com maior tendência de sofrer acidentes são aqueles que pescam ao longo do canal. Além disso, as embarcações dos pescadores dos rios costumam ser as de menor porte, colocando-os ainda mais sujeitos a acidentes:

“Aí foi indo, a obra engrenou, proibiram a gente de pescar no rio, porque a tainha quando entra a gente tem que pescar no rio, que é mais calmo, nossos barcos pequenos, e as lanchas passavam numa velocidade imensa quase que

nos afundando, teve lanchas que bateram em barquinhos nossos. Eu mesmo quase fui atropelado por uma lancha, abalroado, e nós pensamos que tínhamos que parar aquilo ali (...) Dragagem, canos passando pelo rio interditando a passagem dos barcos, como até hoje tão interditando alguns trechos...” (Pescador Z)

“Você vai e desce navegando pro seu local de pesca, tem que ter muito cuidado, muito cuidado. Já cortaram rede minha. E não é só à noite não. É de dia mesmo, porque eles vêm numa velocidade imensa. Nosso barco é pequeno, vem uma marola e se bobear entra água. Eu quase fui pro fundo. Inclusive eu fui lá falar com um engenheiro deles, fui lá na margem e falei com um deles. Ele falou que já tinha avisado, que a prioridade era o pescador, vai ser alertado”. (Pescador Z)

Segundo a visão dos pescadores, o risco passou a ser insuportável às condições de trabalho. Ao longo do tempo, a necessidade de se fazer alguma coisa, de agir para que se tentasse interromper a obra, tornou-se premente, o que culminou em protestos que paralisaram a circulação de embarcações no Canal de São Francisco bem como o trabalho do maquinário:

“Tínhamos que fazer um protesto para eles nos dar assistência, porque até agora ninguém veio até a gente. E nós fizemos um protesto pacífico, com bastantes barcos, descemos com as faixas, com o nome da associação, dos pescadores, que queriam ter um diálogo com a CSA (...) E aí fomos para a frente do portão da obra. Um segurança atendeu a gente, falando que só eu e um outro aí poderíamos entrar. Entrei, expliquei tudo a eles, falando que queríamos nossos direitos, que estávamos sendo prejudicados em vários espaços, correndo risco de vida, que nossa área de pesca está sendo toda interditada. Aí chamaram outra pessoa responsável lá e a pessoa falou que o corpo jurídico da CSA ia me procurar. Isso foi em setembro de 2006. Aí, nada. Então em janeiro nós fomos lá pra frente, porque lá na frente na saída do rio São Francisco eles botaram umas máquinas enormes abrindo o canal, para as grandes embarcações deles passarem. E jogando aquela lama para o lado, criando umas ilhas, umas coroas fora d'água. Aí fomos para lá, 40 barcos indo para lá, aquelas lanças cavando, colocamos nossos barcos tudo embaixo, e eles pararam. Ficamos lá de 10h da manhã até as 4h da tarde”. (Pescador Z)

Não obstante, as contestações feitas diretamente à empresa, sem um canal de diálogo moderado por instituições independentes e desatreladas dos interesses da CSA, os pescadores se uniram a outras entidades de pesca, as quais elaboraram conjuntamente denúncias contra a CSA que foram direcionadas ao MPF, acusando a CSA de impedir o acesso dos pescadores ao seu ambiente de trabalho:

“Os pescadores que atuam naquela área específica da baía vem sendo diuturnamente, impedidos de trabalhar, seja por que a empresa instala equipamentos dentro dos rios, que os impede de sair ao mar, por tanto cerceando seus direitos de ir e vir, e consequentemente de trabalhar, seja por ameaças que partem da segurança da empresa (milícia) orientados a fazê-lo, ou por suas embarcações de grande porte que sempre que podem fazem rota com o intuito de colidir com as pequenas e frágeis embarcações de pescadores, e também danificar ou inutilizar os petrechos de pesca, que são caros para quem necessita deles. Tudo isso faz parte de um grande processo de intimidação que é a proposta da multinacional transgressora, que viola direitos constitucionais de cidadãos brasileiros”. (Ofício datado de 18 de out. 2007, enviado posteriormente ao MP em formato de denúncia, pelas entidades: COLONIA DE PESCADORES Z-14, APESCARI, AMACOR, APAIM, ABIT, FAPESCA)

Infelizmente, no final de março de 2008, os riscos que tanto foram reclamados e externalizados ao espaço público, materializaram-se em verdadeira tragédia, conforme protesto veiculado pela CMI Brasil na internet. O documento questiona as ações da CSA, além de demonstrar clara desconfiança para com esta instituição:

“Na última semana, no canteiro de obras da CSA- Companhia Siderúrgica do Atlântico ocorreram 4 mortes, sendo a de 1 pescador (cujo corpo até o momento não foi encontrado) e 3 operários que foram esmagados por um guindaste. Há denúncias da ocorrência de outros acidentes de trabalho e mortes tem ocorrido no local (cerca de 60 mortes), onde há denúncias de contratação irregular de trabalhadores temporários (por 4 meses em rodízio) e precarização das relações de trabalho. A morte do pescador ocorreu por meio do rebocador da CSA, Guaratutuba 2, que atropelou na madrugada de ontem o barco de pescadores artesanais no canal de S. Francisco (Sta. Cruz, Zona Oeste do Rio de Janeiro). Segundo relatos de pescadores, as vítimas estavam descansando da pescaria às margens do canal e esperavam clarear o dia para volta pra casa, a embarcação estava com a luz acesa. (...) Ontem o advogado da associação de pescadores do Canto do Rio, Victor Mucare, esteve na Delegacia de Polícia de Santa Cruz e denunciou várias irregularidades às autoridades policiais como o fato de ter transferido a vítima para hospital particular, e não ter sido feito o registro de ocorrência na delegacia, além disso funcionários da CSA foram ao hospital e pressionaram o pescador internado e seus familiares oferecendo dinheiro para não fazerem a ocorrência policial. Segundo o advogado, a empresa tenta abafar o crime e a sua responsabilidade sobre o atropelamento. A assessoria de imprensa da CSA tem informado que trata-se de uma colisão, o que não é verdade! A Capitania dos Portos de Mangaratiba constatou que o local do acidente foi alterado por funcionários da empresa. (...) Desde o ano passado, diversas associações de pescadores e o Fórum de Meio Ambiente da Baía de Sepetiba vêm avisando, por escrito, diversas autoridades, como a Procuradoria Geral da República, sobre o descontrole operacional das obras da CSA (Companhia Siderúrgica do Atlântico), presença de milícias armadas em barcos expulsando os pequenos barcos de pesca das proximidades das instalações, e dos impactos sociais e ambientais

provocados pela dragagem de grande volume de lama contaminada por metais pesados”.

Igualmente, o episódio teve repercussão como notícia na grande imprensa, como o Jornal do Brasil (JB), na qual a empresa é acusada ainda de outros acidentes além da colisão de embarcações:

“O presidente do Fórum de Meio Ambiente da Baía de Sepetiba, Sérgio Ricardo de Lima, denuncia a morte de quatro pessoas na última semana em acidentes envolvendo a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), em construção em Santa Cruz (Zona Oeste). A empresa, através de sua assessoria de imprensa, só confirma uma colisão entre um barco de pesca e um rebocador, na quarta-feira passada, episódio em que um pescador morreu. As outras três mortes, segundo Lima, teriam ocorrido anteontem, na suposta queda de um guindaste sobre oito operários. A empresa nega o fato. Por volta das 5h de quarta-feira, um rebocador a serviço da CSA atropelou o barco de pesca onde dormiam os pescadores Carlos Alberto Marques e Jorge Cerigni das Neves, no canal de São Francisco, em Santa Cruz. Jorge foi levado, com traumatismo craniano e ferimentos na bacia e rins, para o Hospital Cemeru e, desde ontem, se recupera em casa. Um corpo, que pode ser de Carlos Alberto, foi encontrado ontem. (...) Em nota, a CSA informou que o acidente foi comunicado à Capitania dos Portos imediatamente. Ainda segundo Mucare, dois dias depois, um guindaste teria caído sobre três operários da obra da CSA. O advogado também afirma que um acidente de trabalho teria matado uma quinta pessoa um dia antes, no mesmo local, fato igualmente negado pela empresa”. (Jornal do Brasil. CSA nega mortes de três operários. Publicado em 30.03.2008).

Tal como em outros episódios, a exemplo do processo de licenciamento, não se pode ter certeza das intenções subjacentes às ações tomadas pela empresa. Por outro lado, não se pode negar que os riscos tantas vezes expostos pelo movimento dos pescadores antes mesmo do acidente, mais uma vez, não eram mera impressão, ou desconhecimento sobre as melhores e mais seguras tecnologias adotadas, dado que afinal se materializaram em fatos divulgados publicamente.

Os pescadores, mais uma vez, se empoderaram simbolicamente. Porém o ganho de maior volume de capital na sua luta, infelizmente, tem sido à custa de prejuízos, de danos ambientais e sociais, este último talvez o mais grave de todos, por acarretar em injúrias a integridade física do ser humano, tais como lesões e morte. O dano social, desta forma, mostra

explicitamente o que o dano ambiental tem maior dificuldade de expressar: a impossibilidade dos mecanismos de mitigação e compensação substituírem a dor humana e as vidas perdidas.

4.2.2.4 – Área de exclusão da pesca: prejuízos à sobrevivência do pescador

As áreas de exclusão da pesca se dão de duas maneiras: a área de exclusão temporária, que faz parte de uma das medidas de segurança em função das atividades de dragagem; e a área de exclusão permanente, em função da construção da ponte de acesso.

As “áreas de exclusão de pesca”, como o próprio nome dá a entender, são porções de espaço cujo acesso para pesca é proibido em função de seu uso por outro ator social, no caso, a CSA. A exclusão do espaço para a pesca durante a dragagem, por exemplo, consiste em uma medida proibitiva por parte da empresa embora aquele espaço fisicamente ainda exista. Já a exclusão permanente se refere a construção de uma estrutura física que ocupou de forma permanente certa localidade do mar, determinando uma diminuição da área pesqueira da baía:

“Um outro impacto importante nessa questão de operação do terminal é que aí sem a presença do canal de acesso e da bacia de manobras estabelece uma área de exclusão permanente a determinados usos náuticos da Baía de Sepetiba. Não é proibido cruzar o canal, não é proibido trafegar pelo canal, mas não é possível ali se praticar a pesca com apetrechos de espera nem fundear nessa área, quer dizer, existe uma série de restrições em relação ao uso desse canal e representa portanto uma exclusão permanente de pesca”. (Discurso de Cláudia Barros, representante da empresa Ecologus, na AP de Santa Cruz).

Em outras palavras, isso significa que o pescador tem o seu espaço de trabalho diminuído em função da apropriação do mesmo pelo empreendimento. Assim, os meios usados pela a CSA para viabilizar a sua atividade econômica necessariamente implicam na exclusão de quem necessita do mesmo espaço para outros fins. Tal mecanismo de apropriação do território é visto como relevante pelo pescador, pois a expansão da atividade industrial na

região tem se refletido concretamente nessa redução de espaço colocando em risco a viabilidade do seu trabalho:

“Então, a cada vez o pescador vai tendo menos espaço, no que entrava raramente navio, passa navio direto, e agora com o aumento de portos para empresas de grande porte, o fluxo de navios vai aumentar muito mais. E com isso o pescador vem perdendo sua área de trabalho. E com isso, acidentes. Nós tivemos um acidente agora em Angra em dezembro, do navio passar e atropelar uma embarcaçãozinha, do porte de matar o pessoal”. (Pescador X).

“O pescador foi perdendo o seu espaço para poder sobreviver e trabalhar, porque a cada ano constrói um porto aqui, constrói outro ali, é uma área de escape vazia, é o canal por ali e vão te encurralando. Eles falam “X metros você não pode voltar para cá, você não pode pescar para lá. Do lado da Guaíba ali, na entrada da Baía, a capitania ta deixando só mil metros longe do canal. Aí, por exemplo, nossa baía é pequena, aí chega a capitania dos portos e fala “não pode mil metros pra lá, mil metros para cá”, e aí a gente vai pescar aonde? Aí vai caindo o problema na comunidade. E com isso daqui a pouco a gente não tem mais pescado”. (Pescador X)

Contudo, na visão da empresa de consultoria contratada pela CSA, apesar da ocupação desse território ser vista como passível de compensação aos pescadores, é considerada aos olhos técnicos e, comparativamente a baía como um todo, uma exclusão irrisória:

“Embora a área do canal e da bacia seja uma pequena área do espelho de água da Baía de Sepetiba, o estudo analisa isso como um aspecto de efeito cumulativo. Existem hoje inúmeras outras restrições na Baía de Sepetiba, pelas áreas militares. Então, considera-se que esse é um pequeno incremento mas que chega num contexto onde já existem outras exclusões. Em função disso, compreende-se que cabe a uma compensação, enfim, ações de fortalecimento novamente de atividade pesqueira que possa estar de alguma maneira sendo afetada pelo estabelecimento dessa área de exclusão”. (Discurso de Claudia Barros, representante da empresa Ecologus, na AP de Santa Cruz).

Nessa perspectiva, percebe-se no discurso da empresa a necessidade de justificar o inaceitável e, para isso, a estratégia utilizada é atenuar a sua parcela de responsabilidade de três formas:

1. Diluindo o processo de exclusão de área na totalidade de outros processos semelhantes, já previamente consolidados na mesma baía – *“Existem hoje inúmeras outras restrições na Baía de Sepetiba, pelas áreas militares. Então,*

considera-se que esse é um pequeno incremento mas que chega num contexto onde já existem outras exclusões”;

2. Utilizando-se dos métodos quantitativos ao comparar duas áreas proporcionalmente: a área total da ponte de acesso é cruzada com a área total da baía, evidenciando uma proporção pequena. O problema é que esse tipo de método descaracteriza a área da baía como se fosse uma zona homogênea para a pesca, descaracterizando as particularidades locais da baía - *“A área do canal e da bacia seja uma pequena área do espelho de água da Baía de Sepetiba”;*
3. Concebendo a área como sujeita a medidas de compensação - como se os nichos ecológicos a serem destruídos estivessem à venda em uma espécie de “mercado de medidas de compensação” que dariam a seus compradores o direito de destruir bens ambientais complexos ao ceder uma quantia pré-calculada de valor monetário. E, também, como se fosse possível pagar por uma mudança abrupta de toda uma relação construída com o ambiente pelos pescadores. - *“compreende-se que cabe a uma compensação, enfim, ações de fortalecimento novamente de atividade pesqueira que possa estar de alguma maneira sendo afetada pelo estabelecimento dessa área de exclusão”.*

Um exemplo crítico dessa situação são os pescadores artesanais da APESCARI²⁴, especializados em um tipo de ambiente específico, dado que seus artefatos de pesca são próprios para um nicho da baía e, por conseguinte, parte do conhecimento pesqueiro dessa comunidade é construído especificamente sobre tal localidade. A destruição do nicho ecológico significaria, assim, a destruição do nicho de sobrevivência do pescador e sua reprodução sociocultural:

²⁴ O estudo realizado pela Ecologus reconhece, no RIMA, que a comunidade pesqueira dos rios será de fato a mais afetada: “Tenderão a ser mais afetadas as pequenas embarcações de pesca de subsistência, com motores de baixa potência ou a remo, típicas da região de Sepetiba, que apresentam maior proximidade da área de exclusão, combinada à menor mobilidade e capacidade de deslocar-se para áreas alternativas de pesca.”

“A APESCARI é a associação mais prejudicada que tem na Baía de Sepetiba, fica lá no canal de São Francisco, nos Jesuítas. Ali tem quase 300 associados, dentro do rio, você acha que não tem isso tudo, né. A comunidade ali sempre durante toda a vida, viveu da pesca. Eles precisam daquele rio para sair pro mar pra pescar. E muito dentro daquele rio se pescava. O robalo, por exemplo, se pescava na boca do rio, depois que você entra no rio, o robalo é um peixe que gosta muito da mistura da água doce com a água salgada, então no remanso ele entra muito dentro do rio. Tinha um ponto ali que encostava e pegava 80, 100 kg de robalo...hoje você não mata mais um! Já mataram cação dentro do rio. Essa é uma outra preocupação. A gente sabe que na baía tem cação, eles entram na baía até para se proteger de tubarão maior e tal. Cação gosta muito de boca de rio”. (Pescador Y)

Logo, diante de tal panorama, as comunidades pesqueiras, sem escolha, são incumbidas a aceitar a destituição de seu ambiente, pois a decisão sobre a escolha da “área de exclusão de pesca” não dá direito a diálogo prévio. Segundo a consultora da empresa Ecologus, a suposta participação das comunidades se daria somente após a certeza de sua destituição. Por conseguinte, restaria ao empreendimento dar aos pescadores o direito a melhor escolha dentro da pior das opções:

“Esse processo de compensação inclusive, ele vai redundar a identificação dessas ações, vai decorrer de um processo de diálogo social que já foi iniciado pela CSA aqui nessa região. Contatos com várias comunidades pesqueiras, identificação de questões importantes para essas comunidades, que façam a diferença, que permitam equacionar problemas que essas comunidades têm hoje, fortalecimento de sua pesca e redução então de sua suscetibilidade a esse processo de competição do espaço marítimo aqui na Baía de Sepetiba”. (Discurso de Claudia Barros, representante da empresa Ecologus, na AP de Santa Cruz).

“O estudo aponta essa perda da área de atuação da pesca durante a dragagem e depois, durante a operação do terminal., e aponta também a necessidade de se desenvolver ações de compensação. Essas ações de compensação estão sendo discutidas já pela CSA nas comunidades de pesca aqui da baía de Sepetiba através do processo que já foi iniciada e está sendo conduzida pela Agência 21 e pela Elabore. O importante é que exista a máxima participação das comunidades de pesca porque a linha da CSA são projetos que fortaleçam a pesca, aumentem a capacidade, desenvolvam a cadeia produtiva. Então o que se está tentando agora é identificar projetos que sejam sim, do interesse geral das comunidades”. (Representante de empresa de consultoria da CSA na AP de Santa cruz)

“No caso específico da pesca nós temos duas linhas básicas de pensamento e de atuação com relação a possíveis impactos que a gente venha causar na atividade. A primeira é a questão da capacitação, a gente tem planos

específicos na área de capacitação para ajudar a melhorar na atividade de pesca, não só no que diz respeito a algumas atividades específicas, mas também de dar mais informações para vocês, vamos conversar sobre as possibilidades de interesse que vocês têm de ter noções de cooperativas, como é que funciona isso...” (Representante da CSA, na AP de Santa Cruz)

Enfim, nessa lógica do “mercado da compensação”, a CSA poderia então mostrar sua boa imagem ao suprir as carências e direitos não atendidos pelo Estado antes da chegada do empreendimento. Só que, mais uma vez, isso tudo se dá após a expropriação do pescador do seu ambiente e de privá-lo do direito político de decidir sobre seu território.

Sendo assim, seria correto afirmar que o pescador é deslocado de suas especificidades socioculturais e, ao invés de sujeito social, é transformado em objeto de mercado, ou seja, uma commodity, passível de negociação e de soluções técnicas, de acordo com as premissas do paradigma da adequação ambiental. Portanto, é possível falar que o caso das “áreas de exclusão de pesca” ilustra um fenômeno de deslocamento do debate da esfera da política (a luta por direitos), para a esfera da economia, em que há somente interesses, estes passíveis de *negociação*. (ZHOURI, 2007).

4.2.2.5 – *A violência do maquinário: danos à biota e prejuízos ao pescador*

Para uma obra com grande proporção é de se imaginar que o maquinário seja igualmente de grandes proporções. De acordo com os documentos analisados e com as entrevistas realizadas, dois principais impactos ambientais foram apontados, que estão diretamente relacionados:

1. As dragas e maquinário de uma forma geral provocam ruídos dentre outras perturbações na biota marinha e, por onde quer que o maquinário passe, os peixes afugentam;
2. As dragas – ou “aspiradores de pó gigantes” – sugam a fauna marinha durante o processo de sucção, provocando uma enorme mortandade de animais.

As dragas utilizadas para a técnica do CDF são diferentes das dragas comuns, visto que o material contaminado encontra-se no fundo do mar, no mesmo local que se encontra o material necessário para o aterramento do terreno da CSA. Os riscos de recirculação do material contaminado por meio das dragagens comuns são enormes – o que nos induz a admitir que essa opção já estaria descartada *a priori* como opção viável durante o licenciamento prévio – sendo necessário utilizar técnicas que reduzam os riscos de poluição.

A empresa Ecologus, durante a Audiência Pública realizada em Itaguaí explica o processo:

“Toda a dragagem vai ser feita utilizando uma técnica de sucção que pega o material no fundo do mar como se fosse um aspirador de pó gigante que vai lá e suga o material. O material vai por dentro de uma tubulação o tempo todo até o lugar onde ele vai ser disposto: ou lá no terreno, no caso das areias, ou ele vai por tubulação até o ponto onde ele desce para um equipamento que permite que ele seja colocado no CDF lá bem no fundo do mar para evitar aquela prática de abrir o fundo da draga e deixar o material descer espalhando aquele sedimento pelo mar, formando aquela pluma de lama grande que às vezes a gente vê na atividade de dragagem”. (Claudia Barros, da empresa Ecologus, na AP de Itaguaí, maio de 2006)

O primeiro impacto encontra-se sempre associado a algum outro observado. Um dos casos já havia sido citado em item anterior, relacionado à violência das embarcações ao circular pelos rios e pelas baías, submetendo o pescador e o ambiente natural aos mais diversos riscos. A discrepância tecnológica entre pescador artesanal e o empreendimento, assim, é um fator que chama a atenção para o pescador, que parece relacionar intuitivamente o uso dessas tecnologias com elevado gasto energético, isto é, com grande potencial de perturbar a biota marinha, com o afugentamento da mesma:

“Aí a obra engrenou, proibiram a gente de pescar no rio - porque a tainha quando entra a gente tem que pescar no rio, que é mais calmo e nossos barcos pequenos -, e as lanchas passavam numa velocidade imensa quase que nos afundando. Teve lanchas que bateram em barquinhos nossos. (...) Desde que eles começaram as obras os peixes tinham sumido dali, porque era tanto bate-estaca, aquelas máquinas afundando, grandes rebocadores passando...” (Pescador Z)

“[O peixe] não acabou...[mas] ele tá lá pra fora, né, o robalo...O robalo no rio aí teve época de dar bastante. Não tenho escutado ninguém que tenha matado robalo. A corvina e a cumbaca. A cumbaca é um bagre branco grandão. Também este ano todo o mês de novembro, dezembro ela entra e a

gente mata muito. Esse ano quase ninguém matou. Um matou 40kg, outro matou 10kg, quase ninguém. Então, já não é como antes do início das obras também. O que espanta mais os peixes lá das áreas é aquelas grandes embarcações deles, que é pra baixo e pra cima, noite e dia (...) E não é só à noite não. É de dia mesmo, porque eles vêm numa velocidade imensa. Nosso barco é pequeno, vem uma marola e se bobear entra água. Eu quase fui pro fundo”. (Pescador Z)

Em outro trecho da entrevista o pescador Z novamente relaciona o sumiço dos peixes em seu nicho de pesca com a violência do maquinário. Entretanto, desta vez, a violência encontra-se associada com maneira com que a draga suga o material do assoalho marinho, acarretando em danos não previstos nos dois RIMA analisados:

“Essas grandes embarcações eles fazem muito barulho, eles fazem muita pressão, se ali tem peixe, eles se espantam. No início, quando eles iam fazer a dragagem, a sucção de areia, saía toneladas e toneladas de peixe pelo tubo. Os peões que trabalhavam lá saíam com peixões enormes nas mãos, com até dourado na mão. Aí mandei fotografar aquilo. Um chefe deles lá viu, descobriu e mandou parar. Aí o que eles fizeram: mandaram a gente limpar, cortar o peixe lá dentro, ensacar e já levar o peixe na bolsa escondido. Só que um próprio funcionário amigo meu disse que agora a gente não ia ver mais não porque ia tudo escondido na bolsa, porque viram que mandaram eu fotografar. Eles têm um jogo de cintura para tudo. Então é muito grande a luta do pescador com essa empresa”. (Pescador Z)

A mortandade de peixes devido à dragagem tem sido notada no cotidiano dos pescadores e por sua rede de relacionamentos, já que há parentes, amigos e pessoas próximas que têm trabalhado no terreno da empresa e testemunhado o caso. A mortandade de animais é vista como um grande escândalo, tanto por prejudicar a pesca como também por ser um impacto não previsto de uma tecnologia propagada como segura:

“É toneladas de peixe que aquela draga chupa por dia, toneladas...você imagina um aspirador de pó daqueles gigantes chupando a água. Aquilo num raio de 200m chupa. (...) A gente não viu, a gente é impedido...funcionários viram, mas não foi divulgado....mas essas pessoas nos disseram em particular que isso estava acontecendo realmente, porque a gente já tinha consciência disso porque companheiros e parentes que trabalham lá dentro dizem que é muito peixe, muito camarão que aquela draga ta puxando. A CSA proíbe de entrar celular, câmera...eles não deixam entrar com nada que pode tirar fotografia, filmar...funcionários que trabalham naquele ambiente ali testemunham isso, porque são revistados, e não pode entrar, porque qualquer fotografia daquilo lá que vazar, eles têm que parar aquilo, principalmente porque eles estão dragando em época de defeso. Se eu não

posso pescar, por que eles podem pescar com um aspirador daqueles?”
(Pescador Y)

Vale ressaltar que a mortandade não é constituída apenas de peixes, mas também há testemunhos de que capivaras e outros animais terrestres que se utilizam do ambiente estuarino como espaço de vida foram sugados pela draga enquanto esta se localizava mais próxima às áreas de manguezal, ou seja, enquanto esta fazia o trabalho de preparar o fundo da baía para dar profundidade ao canal de acesso; ou por outros maquinários responsáveis pela supressão do manguezal, para a construção da ponte de acesso ao terminal. O ofício enviado ao MPF denunciando a transformação da baía de Sepetiba em um “mar morto” evidencia tais questões:

“Em operação as dragas também vem promovendo uma matança indiscriminada de espécies que são sugadas pelos tubulões, até mesmo espécies que se encontram em período de defeso como camarão, são despejados em terra pelos tubos. E também: tainhas pescadinhas, corvinas, robalos, mariscos, siris, enchovas, e varias outras espécies, transformando aquele ambiente em um verdadeiro “mar morto”. Em terra a matança é outra, capivaras, gambás, serpentes de varias espécies, e outras que constam da lista oficial de animais ameaçados de extinção como jacaré do papo amarelo, paca, rato do bambu, e vasta vegetação de mangue e de mata ciliar, seria impossível descrever tudo que se passa, e mais ainda prever as conseqüências catastróficas e danosas à nossa região”. (Ofício datado de 18 de out. 2007, enviado posteriormente ao MP em formato de denúncia, pelas entidades: COLONIA DE PESCADORES Z-14, APESCARI, AMACOR, APAIM, ABIT, FAPESCA)

A mortandade de peixes mostra-se claramente como um grande problema que ainda não foi legitimado na esfera pública, muito menos a CSA foi responsabilizada por isso. Apesar do terreno de área de 9 milhões de metros quadrados ter sido doado pela CODIN, a área da obra tem sido fechada ao acesso público. O terreno torna-se assim, local em potencial para ocultação dos atos ilícitos da empresa, embora sentidos fora de seus limites, por meio de contaminação, diminuição do pescado, assoreamento dos rios e margens da baía etc.

Tudo isso tem se configurado como uma dificuldade ao controle social dos impactos gerados, que acabam por não legitimar na esfera pública. Tal dificuldade tem sido considerada

problemática até mesmo durante as parcas ações de fiscalização, que flagram apenas o que não pode ser ocultado - tal como a destruição de manguezais -, uma vez que os animais mortos, de acordo com as citações, são carregados para fora do terreno escondidos em bolsas pelos milhares de funcionários que de lá entram e saem diariamente, como “bônus” de seu trabalho no interior do terreno.

O item a seguir pode ser considerado como uma revisão melhor sistematizada de tudo o que já foi descrito até o momento, especificamente no que tange a apatia do poder público frente às contestações dos atingidos.

4.2.3 – Quando não basta que “cada um faça a sua parte”: a omissão do Estado na defesa da coletividade

Sabendo-se que a omissão do Estado em algumas de suas esferas tem se configurado como determinante na continuidade de impactos ambientais e dos danos sociais - muitas vezes irreversíveis – aos moradores da região da Baía de Sepetiba bem como seus usuários, tal apatia do Estado pode ser considerada como uma estratégia dos detentores do “poder das decisões políticas” em desmotivar os grupos atingidos em investir seus capitais na legitimação dos conflitos.

Nessa perspectiva, sabendo-se que a situação de atingido é vista como ameaçadora a hegemonia da *doxa*. - pois põe em cheque os pilares que sustentam o campo ambiental, o qual é regido pelo poder econômico, de quem o poder político em voga depende para se reproduzir no campo das decisões políticas - o Estado necessita reforçar seu poder com grupos sociais produtores de idéias legitimadoras do poder em voga.

Neste caso, a *illusio* dos atingidos deve ser o principal alvo a ser desmantelado, uma vez que a medida que suas demandas por direitos são legitimadas, o poder simbólico ganha maior volume, conferindo a este grupo maior confiança no investimento dos próprios capitais.

Com efeito, considera-se a estratégia do Estado pautada no uso da *violência simbólica*²⁵, por dois motivos:

1. Estratégia ligada a produção ideológica – Há grande investimento em capital simbólico que prima pelo uso de uma linguagem estritamente técnica e juridificada concedida

²⁵ A violência simbólica refere-se nesta parte do texto a instrumentos de produção e propagação de idéias que o Estado se utiliza para legitimar ações diversas no campo ambiental. Tais ações referem-se àquelas realizadas pelo próprio Estado como também por outros atores e instituições por ele apoiadas. Para Bourdieu (2007), “a violência simbólica é utilizada por meio de instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento que cumprem sua função política de imposição ou de legitimar a dominação de uma classe sobre outra dando o reforço de sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim para a “domesticação dos dominados”. Tal domesticação é transparecida no presente trabalho como sensações de injustiça e de impunidade por parte dos atingidos, que se sentem sem autorização para modificar tal situação”. Assim, a legitimação seria um processo de silenciamento de suas ações de opressão e exclusão social. Para melhor compreensão da “violência simbólica”, consultar o item 2.2 .

em regime de monopólio a uma elite detentora de capital cultural, especializada em produzir e em legitimar idéias na sociedade.

2. Estratégia ligada à disseminação da produção ideológica - a não institucionalização de canais de diálogo onde o conflito possa ser exteriorizado – instituindo apenas aqueles que pregam a “colaboração”, a “parceria” e o consenso prévio -, o que podemos presumir que a falta de espaço de politização desses espaços conferiria ao “atingido” um título rebaixado a uma categoria cuja condição social e política seria a de “oprimido” ²⁶. A omissão do Estado no investimento de estrutura ao debate ideológico é tida como premente a conservação das estruturas materiais e simbólicas que regem a doxa dominante.

Considera-se, nesta perspectiva, que os esforços dos atores atingidos em dar visibilidade ao conflito na tentativa de prevenir-se de problemas futuros (riscos) ou de saná-los (danos) sem a assessoria de instituições como o Estado, com autoridade de legitimá-lo, não bastam. Apesar do discurso corporativo que advoga o uso de tecnologias ditas “seguras” de prevenção de impactos ou de que cumprem assiduamente a legislação e as normas estabelecidas, os impactos continuam sendo sentidos. A produção das verdades deveria, desta forma, ser balizada por um órgão cujos olhos estariam voltados ao bem estar coletivo, o qual o papel do Estado figura-se como fundamental.

Os fatores constatados como evocadores de descrença pelos grupos atingidos estão discriminados nos (sub) itens que se seguem.

4.2.3.1 - Descrença no papel de mediação nas Audiências Públicas

Neste caso, o canal aberto à mediação pelas Audiências Públicas mostrou uma participação limitada a coleta de críticas e de sugestões, onde o debate na prática configurou-

²⁶ O grupo social dos “oprimidos” é visto na pesquisa enquanto aquele que sofre de total apatia na reivindicação de seus direitos, isto é, aquele ausente de qualquer perspectiva de que possa emancipar-se de sua condição social, na qual é observada a ausência no acesso dos bens ambientais e sociais mais básicos.

se como mera leitura pela mesa de questionamentos, cujas respostas eram previamente pensadas de acordo com os grupos temáticos a que elas pertenciam. Além disso, o evento é percebido como apenas um acessório a mais durante o licenciamento, sem nenhum caráter deliberativo. De acordo com a visão da FEEMA, as AP são concebidas da seguinte maneira:

“Conforme foi dito inicialmente, a Audiência não tem um caráter decisório nem deliberativo. O objetivo principal da Audiência é exatamente o que estamos fazendo, é apresentação do projeto, do estudo de impacto ambiental, das considerações preliminares da FEEMA e as manifestações que vão ser apresentadas aqui na segunda fase que é a fase do debate, onde as perguntas vão ser encaminhadas a FEEMA, a mesa, a empresa consultora, e vão ser respondidas, e aquelas que não forem respondidas, ou seja, forem encaminhadas a mesa através de correspondências, ofícios serão respondidas no prazo de até 5 dias úteis”. (Maurício Couto, FEEMA, na AP de Santa Cruz).

O problema apontado nas entrevistas em relação as AP tem sido o uso excessivo de explicações técnicas do empreendimento assim como pareceres a seu favor, sem, no entanto, haver algum representante na mesa para dar algum parecer que invoque um debate crítico a respeito da real necessidade do empreendimento e de problemas que não se restringem a controle técnico e a medidas de mitigação e compensação. O uso da violência simbólica, deste modo, confirma-se no contexto da Audiência Pública, ao se observar o roteiro programático da mesma e conforme descrito em item anterior.

Além disso, a própria forma como é estruturado o debate, de forma limitada é percebido pelo ambientalista entrevistado como um procedimento pouco esclarecedor. Ainda, critica o papel de propaganda ao empreendimento por parte do órgão ambiental do que incitando um olhar crítico:

“Além disso, a FEEMA que é o órgão ambiental que devia arbitrar, fez um papel de propaganda do empreendimento – o Estado se posicionou, a secretaria de desenvolvimento econômico, a FEEMA. Tinha vezes que você não sabia se era o consultor ou se era a FEEMA falando, mas era a FEEMA falando. Além disso, nós usamos os papéis de fazer perguntas. Então, a gente analisou o EIA/RIMA e fizemos....as vezes era 20 a 30 perguntas sobre várias aspectos do estudo de impacto ambiental. E as respostas eram extremamente vagas, não aprofundavam, até teve uma contestação, até vale ver a ata da

audiência de Mangaratiba, que foi feita uma contestação do número de empregos que ia ser gerado...” (Ambientalista)

Outro fato relevante, porém não contemplado pelo Fórum de Meio Ambiente mas que pode ter feito parte de uma estratégia de enaltecimento ao projeto da empresa foi a mediação de todas as três AP realizadas pelo então subsecretário de Desenvolvimento Econômico do Estado do RJ, Jorge Cunha, contrariamente ao que determina a Resolução CONAMA 009/1987: “Art. 3º - A audiência pública será dirigida pelo representante do Órgão Licenciador que, após a exposição objetiva do projeto e do seu respectivo RIMA, abrirá as discussões com os interessados presentes”.

4.2.3.2 - *Descrença no papel de fiscalização*

A violência sentida pelos pescadores no que tange ao papel fiscalizador do órgão ambiental é paradoxalmente tanto a sua ausência como a sua presença. A ausência do órgão é vista como uma situação de complacência com as ilegalidades cometidas pelos grandes empreendimentos. Um dos pescadores entrevistados reclama da impunidade e explicita a sensação de injustiça, uma vez que um dos motivos para sofrer com a poluição é a inércia do órgão:

“Eles têm um jogo de cintura para tudo. Então é muito grande a luta do pescador com essa empresa (...) Aí descobrimos que eles tavam enchendo as balsas ali e levando lá pra fora pro mar, lá pra perto das outras ilhas, bem lá depois de Itacuruçá, Mangaratiba, jogando lá, por ali perto da ilha da Marambaia. Pescadores que por sinal tavam pescando lá, viram eles passar, matando peixe, daqui a pouco vem aquela água escura, e sumiu o peixe. Aí eles tiveram que tirar a rede rápido, porque vinha aquele lodo, eles chegaram mais ali na frente e viram a balsa. A balsa tem um corte na frente, então ela abre aquilo e descarrega aquilo tudo. Em vez de jogarem lá no CDF, não, tavam jogando lá fora. (...) *Todo tipo de fiscalização sabe disso. Já foi comprovado, dito por eles mesmo: “mas que nós vamos fazer?”. Eles são acobertados pelos órgãos mais poderosos....Quer dizer, a Marinha sabe, Capitania dos Portos sabe, Governo Federal sabe, Governo Estadual sabe. Nós estamos tentando ter algum direito, mas que é difícil para a gente, é”.* (Pescador Z) [grifos da autora]

Já a outra forma de violência do estado constitui-se na sua presença, pelo tipo de prioridade conferida pelo órgão ambiental nas ações de fiscalização. A sensação de injustiça se desenrola a medida que o órgão fiscalizador julga necessária a autuação de pequenos atos ilícitos dos pescadores em detrimento da autuação de empresas com grande potencial poluidor. Além disso, o pescador aponta que não há um critério de diferenciação no momento de autuação pelo fiscal, entre a necessidade para se suprimir um manguezal para um pescador, que dele depende, da necessidade do empreendimento, que vê o manguezal como indiferente ou empecilho ao bom funcionamento de suas atividades:

“O pescador, ele não pode tirar o mangue, porque é um crime ambiental. Vai preso e o caramba, responde processo. Mas ele precisa que aquilo seja mangue eternamente. Agora, essas firmas que vêm, paga-se essa multa e assim mesmo tira o manguezal, porque faz o aterramento. Então, usa-se dois pesos e duas medidas, porque aquele precisa eternamente do manguezal, esse não pode trabalhar, não pode tirar. Mas uma firma que vem por ter o poder do capital e aterra aquilo tudo, essa pode. Pro pequeninho, cumpre-se a lei, mas pro grande, eles dizem que vai trazer x benefícios, não sei quantos empregos e mais não sei o quê, aí esse pode”. (Pescador X)

Não obstante, outro fator que desencadeia a sensação de injustiça para o pescador é o peso estipulado às multas, uma vez que estas deveriam “pesar no bolso” do agente da degradação, coibindo uma futura reincidência. Todavia, a multa originada da supressão de uma área grande de manguezal é ínfima frente ao poderio econômico da CSA, empreendimento de mais de R\$ 5 bilhões, que foi notificada a pagar R\$100 mil, ou seja, um valor inferior a 0,002% do investimento total, o que em tese daria a CSA o poder de “comprar a reincidência” sem esforços:

“O pescador não pode tirar um pé de mangue porque é um crime ambiental, agora a empresa ali pode destruir dois, quatro hectares ou até quilômetros de manguezal, porque eles sabem que o valor é mínimo para eles de uma multa, para uma obra daquele contorno, é irrisório...” (Pescador X)

Desta forma, a percepção de impunidade que os atingidos têm não perpassa somente pelo seu sentido estrito, de falta de fiscalização e controle; mas também pela prioridade dada pelo órgão ambiental a atuação de atores com menor poderio sobre o seu território, corroborando para uma percepção pública de que os grupos sociais vitimizados tendem a ser os maiores responsáveis pela degradação ambiental.

4.2.3.3 - Descrença da população na credibilidade dos órgãos ambientais

A falta de fé na competência do órgão ambiental como fiscalizador e como mediador já foi exposta acima. Não obstante com esse fato, os pescadores ainda questionam um fator mais grave, que é a corrupção do órgão. Isto quer dizer que, além de perceber que o órgão ambiental é omissos, desconfiam da própria honestidade do trabalho que é feito. Abaixo seguem trechos de entrevistas em que tal desconfiança é explicitada e o órgão ambiental duramente criticado:

“Não...é tudo manipulado. A Fapesca tem um monte de laudos. Inclusive nos processos tanto do MP, quanto o nosso processo contra a CSA existe esses laudos que a Fapesca conseguiu com esse fim, de trazer provas para dentro desse processo. Hoje, quem monitora essa baía? A Feema e a CSA. A Feema, se ela foi comprada para dar essa licença ambiental, como ela pode fiscalizar? Como ela pode omitir laudo? Agora, é oneroso para nós pescadores, colher amostra de água, de lama de determinados locais e ter que pagar por isso em laboratórios particulares, que é pra confrontar com o outro”. (Pescador Y)

O depoimento supracitado mostra que os pescadores, por não confiarem nos laudos de monitoramento da qualidade da água da baía, recorrem a laboratórios particulares, por exemplo, para confrontar os laudos produzidos pela CSA e pelo órgão ambiental fiscalizador que mostram que a atividade de dragagem não tem gerado poluição hídrica.

O depoimento seguinte refere-se ao do ambientalista que acusa contundentemente os órgãos ambientais responsáveis pelo monitoramento e fiscalização da baía de Sepetiba – IBAMA e FEEMA – de corrupção:

“Agora, o processo de licenciamento foi todo comprado, eu não tenho a menor dúvida disso... alta corrupção no IBAMA e na FEEMA – você pode botar até o meu nome nisso – não se justifica um estudo de impacto ambiental tão vagabundo, tão superficial, que recebeu uma licença com tanta agilidade. E não é só da CSA, todos os outros empreendimentos. O principal feito do atual governo é dizer que acelerou o processo de licenciamento ambiental. Uma petroleira no meio da Baía da Guanabara em 3 meses consegue licença”. (Ambientalista)

A corrupção não pode ser comprovada nesse estudo, porém a percepção de impunidade dos órgãos ambientais mostra-se com clareza na pesquisa e, deste modo, pode-se supor que isto afete diretamente na credibilidade dos órgãos, acarretando logicamente na hipótese de corrupção. Ademais, a consciência por parte dos atores de que estes órgãos encontram-se subordinados a pressão do poder político aponta para a falta de soberania sobre as próprias decisões dos órgãos técnicos, que acabam por sofrer violações de princípios frente a tal cobrança política de grande força.

4.2.3.4 - Descrença nas autoridades das universidades públicas

A desconfiança nos resultados divulgados pela CSA sobre a qualidade da baía, assim como dos laudos de monitoramento feitos pelo órgão ambiental tem acarretado, conseqüentemente, na hipótese de cooptação dos cientistas, influenciando assim nos resultados dos relatórios técnicos. A CSA tem de fato relações com cientistas que representam algumas universidades públicas do Estado do Rio.

Estrategicamente, no que tange ao volume de poder no campo ambiental, os cientistas possuem a mesma autoridade técnica da burocracia do Estado, uma vez que são categorizados como “especialistas”. A contratação de especialistas, por conseguinte, seria uma maneira de a CSA ganhar autoridade perante a sociedade, uma vez que os resultados produzidos por cientistas renomados dão a garantia de que a empresa está afirmando verdades absolutas.

Durante o processo de licenciamento, por exemplo, houve debates com tais especialistas para discutir as técnicas de dragagem -conforme citação em tópico anterior na

qual a representante da Ecologus confirma a presença de representantes de universidades públicas²⁷. Além disso, já no período das obras de implantação do terminal marítimo, as atividades de dragagem puderam contar com a presença de autoridades científicas durante as chamadas “comissões de acompanhamento de dragagem”, realizadas periodicamente. O problema disso tudo, segundo o ambientalista entrevistado, é o seguinte:

“Sabe qual é o problema, é que a sociedade não tem os instrumentos para fazer valer as coisas, porque você teria que ter assessoria técnica, jurídica e não tem, para gerar informação, poder contestar esses estudos de impacto ambiental que são muito multidisciplinares, a equipe técnica é muito multidisciplinar. Alguns anos atrás, os movimentos sociais ainda contavam com as universidades públicas, pois você tinha pessoas que se colocavam à disposição para analisar esses estudos para fornecer informação para as comunidades, para as populações atingidas pela poluição...Esse pessoal já quase não existe, porque o neoliberalismo também entrou na universidade pública. Então hoje as universidades servem hoje basicamente para prestar consultoria às empresas. A exemplo da CSA que hoje tem gente da UFF, da Rural e da UFRJ trabalhando para eles...” (Ambientalista)

Nesta perspectiva, podemos dizer que o processo de contratação de consultores de universidades públicas provocaria um novo processo de exclusão, uma vez que aqueles atores com menor poder de decisão no campo ambiental não mais poderiam contar com os especialistas que seriam fundamentais no controle social do Estado e das indústrias.

A importância estratégica dos especialistas das universidades seria, justamente, de servir de contraponto às certezas científicas produzidas pela empresa, dando abertura a um novo campo de questionamento à autoridade científica, onde as metodologias utilizadas para obtenção de resultados entrariam como o cerne da questão. Porém, tal constatação aponta para uma tendência contrária, de elitização da ciência, que vem sendo apropriada por um novo mercado, no qual aqueles atores sociais com maior poder de barganha – diga-se, de maior poder econômico - teriam o privilégio de “alugar” uma autoridade no assunto²⁸.

²⁷ A citação encontra-se no item 4.2.1.1 .

²⁸ Se houvessem mecanismos reais de se frear o movimento de apropriação pelo mercado das autoridades científicas, muito provavelmente o pescador não estaria fazendo o seguinte questionamento: “...propositadamente trabalhado para dar o resultado que eles esperam. Independentemente da onde eles tão colhendo ou não, eles podem colher o máximo possível de poluição e na hora de formatar o laudo eles vão dizer

O acesso ao “mercado das autoridades técnico-científicas” pelos grupos com menor poder econômico seria dificultado duplamente, pois para isso, seria necessário juntar grandes quantias de capital material (econômico) quando, por outro lado, há uma perda no volume total de capitais acumulados daquele ator social, dado que a confiança no investimento dos capitais conferida pelo poder simbólico, a *illusio*, tem uma recaída.

Sendo assim, pode-se afirmar que a violência simbólica gerada pelo processo de criação de um “mercado das autoridades” conduz a um duplo processo de exclusão, polarizando ainda mais no campo ambiental a sensação de imobilidade e de injustiça por parte dos grupos com menor volume dos capitais.

Frente ao panorama supracitado, onde os conflitos ganham forma ao passo que os danos ambientais acarretam na exclusão dos pescadores – exclusão esta fomentada por um Estado omissivo que, não obstante, corrobora para a perpetuação da exclusão ao apostar nas verdades produzidas pelos “especialistas”.

Por outro lado, podemos afirmar que esse movimento privatista origina, concomitantemente, uma polarização dos agentes do campo que, dotados de volumes de capital cada vez mais desiguais, gera um movimento contraditório em que os mais excluídos da produção simbólica dominante acabam por desvelar um *habitus* próprio, primando sua investidura em poder simbólico no jogo de interesses, poder este contraditório aos pressupostos dóxicos que estruturam o campo, culminando em um movimento de heterodoxia. As causas desse movimento serão explicadas mais adiante, uma vez que se mostram essenciais para a compreensão das ações de enfrentamento.

que não acharam X, acharam meio X. Quem vai provar o contrário? Não existe contraprova. Se você manda essa amostra para um outro laboratório no exterior, por exemplo, não vai dar nunca o mesmo número”. (Pescador Y)

4.3 – Movimentos de heterodoxia na luta simbólica: discurso dos atingidos frente aos danos ambientais e exclusão social

Os impactos ambientais e sociais provenientes da implantação da CSA têm evidenciado, até o momento, o processo de exclusão de atores sociais territorializados. A retórica utilizada pelo empreendimento para sustentar sua concretização enquanto necessária baseia-se na doxa desenvolvimentista, em que uma suposta redenção à pobreza e exclusão se daria pela mera geração de empregos e divisas ao Estado.

Este último, detentor do discurso autorizado do campo, coloca em voga todo um arcabouço jurídico, técnico e científico que abrem caminhos que favoreçam a implantação do empreendimento. O motivo para isso tem origem no uso de uma linguagem genérica e que se faz universal - e que sustenta a doxa referida - para propor ações descoladas com o contexto local. As consequências disso são o abrandamento e “flexibilização” de normas ambientais vigentes, em detrimento do efetivo cumprimento da legislação pertinente e de direitos constitucionais e específicos (ZUCARELLI, 2006).

Desta forma, legitima-se um “mercado de mitigações e de compensações” onde os manguezais destruídos poderiam ser substituídos pelo seu replantio em outra área; a ilegalidades podem ser compradas pelo pagamento de multas ínfimas; os bens ambientais podem ser privatizados em troca do melhor acesso a informações pelos grupos carentes de bens coletivos; lesões corporais podem ser amenizadas por internações em hospitais particulares; e a compensação financeira pela morte de trabalhadores pode servir de descargo de consciência da empresa e seus tecnoburocratas que falharam em suas análises de risco.

Acontece que, ao aproximarmos em uma esfera local, os supostos benefícios disseminados pela ortodoxia encontram divergências com outras formas de apropriação do território. E a partir dessas divergências que tal “mercado de mitigação” dos danos ambientais pode sofrer abalos pelo movimento contraditório de agentes sociais que se inserem na arena ambiental para investir seus capitais em mobilização política e na tentativa de conversão simbólica do senso comum com grandes chances de clamar pela heterodoxia.

É a partir desse contexto que podemos afirmar que os conflitos emergem, pois a entrada de um ator estranho e sem o aval local pode descaracterizar um ambiente historicamente construído, o qual é território de constituição da *identidade dos pescadores artesanais*.

A importância de uma identidade comum na luta política se deve ao fato de que é através da identidade que há integração dos agentes sociais, e as diferenças individuais tornam-se menos relevantes do que a vontade de se distinguir para reproduzir suas particularidades identitárias, preenchendo-se um quadro social que materialmente ganha força política. Isso é extremamente favorável nas lutas para reversão de uma situação de exclusão social, onde o estigma social – o que no caso particular dos pescadores é a sua situação de “atingido” - é um dos fatores de integração e de criação de estratégias de enfrentamento:

“Nesta luta pelos critérios de avaliação legítima, os agentes empenham interesses poderosos, vitais por vezes, na medida em que é o valor da pessoa enquanto reduzida socialmente à sua identidade social que está em jogo. Sabe-se que os indivíduos e os grupos investem nas lutas de classificação todo o seu ser social, tudo o que define a idéia que eles têm deles próprios, todo o impensado pelo qual eles se constituem como “nós” por oposição a “eles”, aos “outros” e ao qual estão ligados por uma adesão quase corporal. É isto que explica a força mobilizadora excepcional de tudo o que toca à *identidade*. Quando os dominados das relações de forças simbólicas entram na luta em *estado isolado*, como é o caso das interações da vida cotidiana, não têm outra escolha a não ser a da aceitação da definição dominante da sua identidade ou da busca da assimilação a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais destinados a lembrar o estigma (...) Diferentemente destas estratégias que encerram o reconhecimento da identidade dominante e, portanto, dos critérios de apreciação apropriados a constituí-la como legítima, a *luta coletiva* pela subversão das relações das forças simbólicas, (...) que procura impor senão novos princípios de di-visão, é um esforço pela *autonomia*, entendida como poder de definir os princípios

de definição do mundo social em conformidade com os seus próprios interesses”. (BOURDIEU, 2007)

O objetivo no presente tópico, antes de quaisquer estratégias de ação que se mostrem possíveis frente ao quadro de injustiça, é de apontar algumas contradições observadas através do discurso dos pescadores. A percepção das contradições pelos atores atingidos, mesmo que não totalmente conscientes das forças históricas e políticas que determinam sua posição naquele território, pode ser considerada como uma potencialidade às ações políticas de enfrentamento a serem investidas pelos pescadores e seus aliados contra a intrusão desses novos agentes de grandes volumes de capital.

a. Expansão do espaço das commodities versus diminuição do espaço do pescador

Uma das observações interessantes encontradas parte da percepção de que o “desenvolvimento” e o crescimento da industrialização da área implicam necessariamente na destruição ambiente e na expropriação do pescador do seu ambiente de trabalho:

“A cada ano que passa, mais empresas vêm se instalando. Porque uma coisa vai puxando a outra. Se as primeiras que vão se instalando, vão se adequando e não poluindo o meio ambiente, as outras que vão vir por trás, vão fazer a mesma coisa. Então, se aumentar uma quantidade de poluição, a nossa baía vai morrer. Porque a área que eles tão tomando conta agora é uma área de manguezal. Então hoje se perde 4 hectares, amanhã perde mais dois, daqui a pouco perde mais cinco. Aí se aterra mangue pra lá, aterra mangue pra cá, o mangue vai morrendo gradativamente dali e daqui, e os peixes não vão subir o rio porque não tem o manguezal, não tem uma área de estuário para completarem o seu ciclo de vida. Então, a nossa baía vai morrer, porque não vai ter pescado, não vai ter uma área pro peixe fazer desova, e com isso os pescadores, a comunidade que convive em volta da baía vai se extinguir. Então, não é ir contra a situação do crescimento, mas sim o modo que se ta fazendo isso aí”. (Pescador X)

Por outro lado, o fato de apontar a contradições não significa necessariamente, e conforme acima explicitado, que haja consciência de que as condições observadas façam parte de todo o processo subjacente a doxa desenvolvimentista. O pescador X limita-se a linguagem

dominante e autorizada do campo ambiental, isto é, aquela sustentada no paradigma da adequação ambiental:

“A nossa preocupação é que a poluição seja controlada, *a gente não é contra o progresso, mas ele não pode dar prejuízo a quem vive dentro da baía e depende dessa baía, tanto de pesca como de turismo*. Então, o que acontece: vai mexer com dragagem, vai mexer com o fundo, vai trazendo tipo, temos várias empresas que trabalham com produtos químicos: é a ThyssenKrupp, é a Ingá, é a Suvinil, é a Basf. Então se você vai mexer com aquele material que tá lá no fundo depositado, quietinho e você vai remexer. Então, com isso, o que vai acontecer, vai aumentar a quantidade de poluição e dispersão, né. Aí começa a ter mortandade de peixe dentre outras coisas, e isso preocupa a gente. Não é que o pescador é contra o progresso, é que nós temos que ter por onde andar”. (Pescador X)

Assim, as medidas de controle da poluição limitam o discurso do pescador X, apesar de ter afirmado em outro trecho a perda de espaço do pescador frente a um processo de macro escala. Durante toda a entrevista tal descolamento de processos manteve-se o tempo inteiro. A hipótese para isso talvez seja a própria naturalização da inevitabilidade do processo de industrialização na baía de Sepetiba, uma vez que os poderes que jazem tal processo encontram-se em uma escala intangível ao pescador, restando apenas a ilusão de que é o bastante brigar pelo cumprimento das normas técnicas e restringir suas lutas futuras ao “mercado da mitigação”. Isso quer dizer que quem, na prática, acaba ficando com o ônus do desenvolvimento é de fato o pescador:

“Aí a obra engrenou, proibiram a gente de pescar no rio - porque a tainha quando entra a gente tem que pescar no rio, que é mais calmo e nossos barcos pequenos -, e as lanchas passavam numa velocidade imensa quase que nos afundando. Teve lanchas que bateram em barquinhos nossos. Eu mesmo quase fui atropelado por uma lancha, abalroado, e nós pensamos que tínhamos que parar aquilo ali, tínhamos que fazer um protesto para eles nos dar assistência, porque até agora ninguém veio até a gente. E nós fizemos um protesto pacífico, com bastantes barcos, descemos com as faixas, com o nome da associação, dos pescadores, que queriam ter um diálogo com a CSA (...) *Eles todos pararam [as obras e o maquinário] e gringo vinha falando que não podia parar, que o prejuízo é do pescador. Falei que nós pescadores é que estávamos tendo prejuízo com eles, que eles estavam ganhando o que era deles, enquanto nós, não. Desde que eles começaram as obras os peixes tinham sumido dali, porque era tanto bate-estaca, aquelas máquinas afundando, grandes rebocadores passando...*” (Pescador Z)
[grifos da autora]

O descolamento do discurso se deve aos próprios mecanismos presentes na doxa desenvolvimentista, no qual os problemas estruturais da doxa são acobertados pela lógica de que é possível conciliar “desenvolvimento econômico” e “meio ambiente”, pressupondo-se uma universalidade dos conceitos a respeito do meio ambiente e das formas de se propor soluções para os problemas advindos da industrialização e do redesenho dos territórios.

Nessa perspectiva, a concepção de administração racional do ambiente passa a ser privilégio de uma autoridade técnica que, especializada no papel de conferir eficiência e rapidez nos processos de abertura de espaço aos apetites econômicos, comunga com o poder hegemônico reclamam a lentidão dos processos de licenciamento ambiental. A falta de questionamento dos pressupostos para a aceleração dos processos do mercado, da exclusão social inerente de tal processo é silenciada pela violência simbólica da autoridade técnica.

Isso porque o discurso dóxico preconizado nas entrelinhas pelo Estado cristaliza a idéia de que a garantir direitos sociais e ambientais geram descrédito do Estado com os empreendedores, pois os direitos configuram-se como barreiras para o “crescimento econômico”, uma vez que apontam para as empresas custos e responsabilidades maiores para a internalização da poluição ambiental. Sendo assim, o Estado e outras autoridades legitimadas a disseminar a violência simbólica passam ao senso comum de forma sutil a concepção da resistência dos movimentos sociais territorializados, estes aliados a movimentos de crítica a ortodoxia como legítimos “vilões do desenvolvimento”:

“(...) sob a lógica de que eles constituem obstáculos ao livre funcionamento do mercado, restringindo assim o desenvolvimento e a modernização. Essa mesma lógica transforma os cidadãos/portadores de direitos nos novos vilões da nação: inimigos das reformas desenhadas para encolher as responsabilidades do Estado. Assim, se registra uma inversão peculiar: o reconhecimento de direitos, considerado no passado recente como indicador de modernidade, torna-se símbolo de “atraso”, um anacronismo que bloqueia o potencial modernizante do mercado”. (DAGNINO, 2004, p. 106)

A partir desta lógica, constata-se que a existência de grupos sociais carentes de seus direitos sociais é condição *sine qua non* para a aceitação imediata de empreendimentos

poluidores. Assim, a exemplo de tal processo as medidas compensatórias e mitigadoras, estipuladas ainda durante o processo de planejamento, transformam direitos sociais básicos em moeda de troca.

Não obstante, infere-se ainda que o “mercado da mitigação” torna-se possível concretamente quando subsidiado pela desregulação do Estado sobre a localidade. De acordo com Bourdieu (op. cit.), tal situação insere-se no espaço como resultado explícito da estigmatização do território, no qual há uma coincidência entre “o espaço propriamente político de dominação [que] se define pela relação que se estabelece entre a distribuição dos poderes e dos bens no espaço geográfico e a distribuição dos agentes neste espaço, sendo a distância geográfica em relação aos bens e aos poderes um bom índice de poder”. Isso ratifica a afirmação supracitada de que quem paga pelo ônus do desenvolvimento ortodoxo é de fato o pescador enquanto grupo estigmatizado, este inserido em um território em idêntica situação. Os itens que se seguem, por conseguinte, mostram-se como consequência íntima deste processo.

b. Imprecisão das regras do campo favorecendo os grupos com maior poder

Conforme já descrito anteriormente, reitera-se aqui a inércia do Estado na aplicação de multas e ações de fiscalização, concebendo os crimes ambientais acriticamente em relação a quem os comete, a sua finalidade e as intenções subjacentes as ações ditas criminosas, o que evoca percepção de injustiça nos grupos de menor volumes de capital, tais como os pescadores artesanais:

“O pescador, ele não pode tirar o mangue, porque é um crime ambiental. Vai preso e o caramba, responde processo. Mas ele precisa que aquilo seja mangue eternamente. Agora, essas firmas que vêm, paga-se essa multa e assim mesmo tira o manguezal, porque faz o aterramento. Então, usa-se dois pesos e duas medidas, porque aquele precisa eternamente do manguezal, esse não pode trabalhar, não pode tirar. Mas uma firma que vem por ter o poder do capital e aterra aquilo tudo, essa pode. Pro pequeninho, cumpre-se a lei, mas pro grande, eles dizem que vai trazer x benefícios, não sei quantos empregos e mais não sei o quê, aí esse pode”. (Pescador X)

c. Contradições do discurso científico e de suas certezas

A certeza tecnológica pregada pelas autoridades técnica e científica envolvidas no processo de licenciamento ambiental e durante as obras da CSA coadunam-se para minimizar os riscos advindos de muitos processos altamente agressivos ao meio ambiente, tais quais a polêmica dragagem que, embora afirmando-se (mais) segura do que as técnicas da dragagem comum tem causado danos a biota não contemplados nos estudos de impacto, como por exemplo, morte de animais tem se configurado com um problema grave e que os atingidos ainda não conseguiram, até o momento, legitimar na esfera pública. Além disso, acidentes com lesões graves, incluindo mortes de pescadores e de trabalhadores da própria CSA têm se mostrado como uma verdadeira tragédia frente a suposta segurança dos processos de implantação do complexo siderúrgico.

d. Questionamentos a qualidade dos empregos gerados

A doxa desenvolvimentista prega como uma das necessidades para o “progresso” e a eliminação da pobreza a geração de empregos a população. No caso da CSA, serão gerados 18 mil empregos durante a sua construção reduzindo-se para apenas 3.500 empregos durante sua operação.

Entretanto, não é questionada a qualidade dos mesmos e a durabilidade dos cargos. Assim, a migração abrupta de pessoas de outras regiões, o destino dessas mesmas após a sua demissão em massa – fazendo as contas, serão mais de 15 mil mandados embora! – vira motivo de pouco caso frente aos números exorbitantes do empreendimento. O passivo territorial induzido por esse processo temporário não é discutido. Além disso, no processo de divulgação do enorme contingente de empregos não é acompanhado por um questionamento se os empregos gerados são necessários e realmente desejados pela população. Ainda, a falta

de qualificação para o mercado, impede que o pescador tenha acesso a um trabalho que não seja puramente mecânico, onde o trabalho costuma gerar sensação de pouca realização pessoal:

“Eles falam que vai gerar X empregos, mais isso, mais aquilo, mas na verdade o que ocorre, o município por não ter mão de obra técnica, a mão de obra mesmo vem toda de fora. Então, benefício assim... Pô, 5 mil empregos aí pra quê? Para faxineiro, para pedreiro, para operador de máquina... acabou o serviço, não tem mais trabalho. E o pescador, que é pessoal sem muito estudo, não vai ter trabalho para ninguém. Então, para gente é ruim. Primeiro, porque é mais uma empresa que vem a poluir a baía, e outra porque você perde o seu espaço para trabalhar e também porque se você bota o pessoal para fazer uma prova, o pessoal aí mal tem a 4ª série”. (Pescador X)

Outro fator é a própria exclusão do pescador dos postos de trabalho gerados. Além de ter perdido seu espaço para a poluição e as áreas de exclusão gerada, o pescador não foi incluído no mercado de trabalho CSA. Conforme já citado, é comum os pescadores terem outras fontes de renda, em especial durante a época de defeso. Os contratos de serviços mostram-se frágeis e desvantajosos ao pescador, pois segundo a visão deles havia exploração nessa relação, o que torna motivo de desconfiança das reais intenções da CSA:

“Ta sendo excluído, ta sendo excluído. Eu acho que ta sendo até mais do que isso, porque como inicialmente eles contratavam pescador e daí a pouco em 2, 3 meses eram mandados embora, eu acho que isso daí já é uma discriminação. Porque se contrataram para fazer o serviço, porque mandaram embora para contratar outro? Tiveram embarcações que saíram sem receber. Eram 35 dias que o cara tinha que ficar, sem ir em casa, dentro do barco lá, para lá e pra cá, e ainda tinham que esperar 15 dias para poder receber. No início teve muita reclamação de amigos, conhecidos pescadores que falavam: “desisto, não vou voltar mais, não”. (Pescador Z)

“Na Ilha da Madeira mesmo eu perguntava cadê o fulano e respondiam que tinha sido mandado embora porque contratavam por 2 meses, 3 meses só, que mandavam embora e chamavam outro. Sepetiba tinha um montão, Pedra de Guaratiba tinha um montão, mandaram tudo embora. Eu acho que inicialmente eles contrataram como fachada, só pra dizer que tavam apoiando o pescador. Mas nós descobrimos que não. Quer dizer, depois nós descobrimos que eles faziam isso no início, quer dizer, nem agora pescador eles tão contratando mais”. (Pescador Z)

Além disso, o mesmo expõe sobre relação que o pescador tem com o trabalho, o que está intrinsecamente relacionado com a constituição de sua identidade, explicitando bem que o fato de somente se gerar empregos não é garantia de satisfação e que, muitas vezes, sair de seu ambiente de trabalho autônomo, implica em uma subordinação aos interesses de grupos com força colossal de determinar a qualidade dos empregos, gerando frustrações a quem conhece outras formas de relação com o trabalho.

“Tá abrindo emprego para caramba, a gente tá vendo, mas por outro lado prejudicou o pescador. O pescador não quer saber, entende? Vai lá e sai decepcionado. Tem vários que já foram e saíram decepcionados. Voltar a ser pescador, volta. O pescador não deixa de ser pescador. Vê que tá difícil, vai e trabalha como ajudante de pedreiro, quando não tem peixe, na época da desova, essas coisas todas da proibição, do defeso, ele faz aquele biscatezinho dele lá para não ficar parado, mas acabou o período e ele volta para a pesca de novo, não consegue”. (Pescador Z)

Frente ao descrito até o momento, isto é, a descrição e análise de todas as determinantes que tem desencadeado em um processo contínuo de exclusão social e de degradação dos bens ambientais, no próximo item serão apresentadas as estratégias de enfrentamento concretizadas em forma de lutas no campo ambiental.

4.4 – Estratégias de enfrentamento

4.4.1 – Contra a descrença e a ortodoxia: a participação dos grupos sociais atingidos

A análise dos mecanismos de produção da descrença disseminados pelos atores dominantes e seus aliados no campo, como consequência, dá margem a análises pertinentes àqueles mecanismos que induzem ao encobrimento *doxa*, imunizando-a de questionamentos e de abalos a sua hegemonia no campo. A falta de percepção pelo senso comum da existência de uma ideologia socialmente excludente e logicamente insustentável, consequentemente, acarreta na naturalização dos mecanismos produtores de injustiças e de reprodução da insustentabilidade, provocando inércia aos acontecimentos e, portanto, ocasionando a desmobilização social.

Tal fenômeno social será melhor detalhado ao longo deste tópico – intercalando-se explanações da sociologia de Bourdieu com as aplicações práticas no campo ambiental em que o estudo se insere - pois o seu entendimento faz-se fundamental para uma melhor compreensão de como se origina o movimento contrário, afinal somente a luta coletiva e a participação nas arenas políticas têm o poder de denunciar a *doxa* e, assim, encontrar possibilidades de uma reversão efetiva das situações de opressão, donde a justiça e o acesso igualitário aos bens ambientais fazem-se condições almejadas.

No caso do campo específico estudado, o campo ambiental, o poder simbólico é regido por autoridades detentoras legítimas desse capital, que obtêm tal título sob o contrato tácito com as classes dominantes, que pretendem conservar a *doxa* tal como ela é concebida na sociedade. No entanto, como é obtida essa concessão? Como é possível que os chamados “especialistas” tenham esse título concedido sem a necessidade de um contrato previamente

assinado? O que é produzido por esses atores? Como é possível enfrentar esses poderes? Como não se equivocar durante esse traiçoeiro percurso dominado pela ortodoxia?

i. O processo de dupla exclusão pelo poder simbólico

Primeiramente, vale reiterar que a produção das ideologias é a base para a aquisição do poder simbólico e que a outorga de legitimidade deste poder aos “especialistas” configura-se como mais um artefato na reprodução do poder pelas classes dominantes.

Como contrapartida aos “serviços” prestados pelos “especialistas”, as classes dominantes concedem de forma privilegiada a este grupo os instrumentos necessários a legitimação de suas idéias no espaço social. Apesar de ser um acordo tácito, supõe-se que a outorga de poder a tal grupo específico não foi concebida arbitrariamente, isto é, não houve apenas coincidentemente uma convergência de idéias. Presume-se também que há um espaço social previamente estruturado que determina tal aparente sobreposição teórico-prática.

Deste modo, a convergência entre ambas as classes é possível graças a própria posição em que se encontram dispostas no espaço social - dado que posições vizinhas no espaço tendem a ter uma maior probabilidade de conformar uma identidade comum: a classe dos produtores de idéias coniventes aos interesses dominantes sempre estará mais ou menos próxima dessa mesma classe dominante.

Portanto, seria correto afirmar, nesse contexto, que o elo responsável por unir ambas as classes de interesses é uma cultura em comum, pois o poder privilegiado dos especialistas somente tem condições de se perpetuar porque as suas idéias e interesses necessariamente exprimem e se complementam com as idéias e interesses das classes dominantes. Além disso, o consenso que jaz nessa relação de troca não é premeditado por um contrato em que ambas as partes oficializam se comprometendo a cumprir cada qual as suas atribuições; pois tal acordo se faz tacitamente, possível graças à proximidade no espaço social em que essas

classes situam-se, privilegiando a concórdia sem necessidade de exposição (e imposição) de regras.

ii. Consequências estruturais do processo de dupla exclusão

Dado que no campo ambiental os volumes de capitais são limitados, a aquisição de maior volume por um grupo depende necessariamente da redução dos volumes acumulados por outros, pode-se afirmar que o processo de exclusão simbólica causado pela aliança entre poder econômico e poder cultural, estrutura e é estruturado no concreto (estruturado) pelo pequeno volume de capitais de outros grupos.

Assim, as consequências específicas desse duplo processo de exclusão simbólica se desdobram, concretamente, na manutenção de uma estrutura de poder que se revela espacialmente dicotomizada, onde os que mais sofrem pela expropriação ambiental e a exclusão social são justamente os agentes sociais detentores de baixo volume de capital econômico e cultural. Nessa ótica, segundo ACSELRAD & HERCULANO (2008), as formas simultâneas de opressão são associadas às injustiças ambientais decorrentes da natureza inseparável das opressões a que tais grupos estão submetidos, correspondendo condições de existência mais degradadas devido à ação de um duplo mecanismo em que:

1) as populações de menor renda são pressionadas a se localizar em áreas de maior risco e menos atendidas por infra-estrutura;

2) as fontes de risco e de grande impacto ecológico tendem a se concentrar em áreas habitadas por grupos sociais menos capazes de se fazer ouvir no espaço público e de se deslocar para fora do circuito de risco. A desigualdade ambiental resultaria, assim, da adoção de determinadas políticas, ou da omissão das políticas ante a ação seletiva das forças de mercado, que produzem impactos socialmente desproporcionais, intencionais ou não intencionais, concentrando os riscos ambientais sobre os mais despossuídos.

iii. Contextualizando o fenômeno e as apropriações ideológicas subjacentes

Bourdieu (2007), referindo-se a Marx, afirma que as idéias sofrem danos durante o seu processo de “imigração”, ou seja, durante o processo de comunicação. Tal processo de migração acarreta na separação dos conceitos produzidos do sistema de referências teóricas e culturais em relação às quais as idéias se definiram, abrindo oportunidades de novas apropriações dos conceitos, onde os riscos de sua simplificação e generalização são recorrentes.

No caso da doxa desenvolvimentista, em especial no início da década de 1990, quando se consagrou uma suposta “nova” doxa, no qual o “meio ambiente” sofreu um processo em escala mundial de internalização no campo do desenvolvimento econômico, e assim novas categorias passaram a fazer parte do vocabulário de grandes agências internacionais reguladoras do desenvolvimento econômico assim como antigos conceitos puderam ser reformulados. Deste modo, ao passo que a doxa ia sofrendo releituras, adaptando-se as reivindicações dos grupos de vertente heterodoxa, as bases que regem a ortodoxia mantiveram-se intactas. Exemplo disso é o conceito de desenvolvimento sustentável:

“Este cenário se consagra uma certa concepção de “desenvolvimento sustentável”, em que a idéia de *consenso* ganha proeminência sobre a realidade conflituosa das relações sociais. Acredita-se na resolução dos problemas ambientais e sociais com *medidas técnicas e gerenciais, sem se questionar as instituições da sociedade vigente* (ACSELRAD, 2004). *Alguns termos se consolidam neste campo: parceria, participação, negociação, comunidade e a própria noção de sociedade civil.* Termos que antes faziam parte do léxico exclusivo das lutas pela democratização, mas que são assimilados pelo projeto neoliberal que transfere para a sociedade as responsabilidades do Estado”. (ZHOURI, 2007) [grifos da autora]

Não obstante, a própria representação de “meio ambiente” reafirma uma categorização aos moldes da doxa. O meio ambiente, contrariamente à concepção dos movimentos sociais críticos aos modos de produção capitalista, mantém-se como espaço homogêneo e submisso a intervenção técnica.

Concomitantemente, termos nunca antes legitimados publicamente e tão reivindicados pelos movimentos de base, como aqueles relacionados à participação da “sociedade civil”, entram no vocabulário, porém à custa de práticas de desmonte do Estado em seu papel de regulador e fiscalizador dos fluxos de capital econômico.

iv. Proposição ao enfrentamento do fenômeno

Partindo-se do princípio de que o conteúdo das idéias contém um interesse implícito quando inseridas num campo, Bourdieu (op. cit.) afirma que é imprescindível procurar conhecer qual a especificidade do poder simbólico, como ele é produzido e como onde ele menos se deixa ser visto – onde ele é mais completamente ignorado - pois

“A destruição deste poder de imposição simbólica radicado no desconhecimento supõe a tomada de consciência do arbitrário, quer dizer, a revelação da verdade objetiva e o aniquilamento da crença; é na medida em que o discurso heterodoxo destrói as falsas evidências da ortodoxia, restauração fictícia da doxa, e lhe neutraliza o poder de desmobilização, que ele encerra um poder simbólico de mobilização e de subversão, poder de tornar atual o poder potencial das classes dominadas”. (BOURDIEU, 2007)

Contudo, este processo não é simples. O poder simbólico é produzido em um espaço estruturalmente polarizado onde os grupos pertencentes às classes privilegiadas detêm para si o poder material e o poder das idéias; pouco restando aos profanos, dominados, que perante a violência simbólica sofrida acomodam-se ao acreditar na ahistoricidade das idéias.

v. Virando o jogo da dupla exclusão: estratégias de distinção no jogo da reprodução

Por outro lado, delineando-se um caminho contrário ao analisado na relação de alinhamento encontrada entre o capital econômico e o capital cultural na produção simbólica do campo, é possível explicitar a relação conflituosa que põe em xeque o mesmo poder simbólico produzido.

Primeiramente, de acordo com a sociologia de Bourdieu, devemos nos atentar para o fato de que o funcionamento do espaço social baseia-se na vontade dos grupos sociais em existir socialmente. Para isso, lógica da *distinção* é a que se aplica na produção de identidades, conferindo aos grupos sociais visibilidade e reconhecimento pela sociedade. E isso não se faz sozinho, mas por meio da legitimação de uma identidade comum, mobilizada pela adesão de agentes com posições vizinhas no espaço social.

Assim, a necessidade de *distinção social* caminha conjuntamente com a necessidade de *reprodução social* – esta última concebida como mecanismo de conservação de uma ordem social. A maximização dessas necessidades se dá com o investimento de seus capitais em reconhecimento e reputação convincentes, pois a segurança de que sua classe poderá se manter ao menos dentro de uma posição reconhecida no espaço social é garantia de sua perpetuação enquanto o campo mantiver-se nas mesmas condições.

Entretanto, sabendo-se que o espaço social é dinâmico e que a relação das posições sociais em certas situações tende ao efêmero, os grupos sociais com menor poder ameaçados de perpetuação tendem a investir em ganhos de maiores volumes de capital para ascender de posição na escala social.

No caso do conflito com a CSA, é a partir das estratégias de distinção e de reprodução, especificamente no investimento em capital simbólico e político, que os pescadores artesanais detêm o poder de heterodoxia no campo ambiental, pois polarizados no campo em relação aos grupos detentores dos grandes volumes de capitais econômico e cultural, o grupo social dos atingidos depara-se *invisível* perante tais grupos sociais, que acabam por colocar em risco a sua reprodução social. Tal invisibilidade pode ser referida a falta de reconhecimento pelas classes dominantes da legitimidade de um *habitus* distinto, mesmo porque posições distantes no espaço tendem a apresentar uma distância cultural que pode acarretar em estranhamento mútuo.

Como consequência, as formas de conceber e de apropriar o espaço social pelos pescadores tende a distinção radical dos modos de apropriação dos grupos hegemônicos. Sabendo-se que, nesse contexto, à reprodução social de um grupo é necessária a exclusão do outro, cria-se deste modo um campo propício a disputa por formas de uso do território e de existência social. É, portanto, um choque entre duas doxa distintas.

Em virtude disso, os grupos atingidos utilizam-se então de estratégias que busquem garantir a sua reprodução social, isto é, por meio do reconhecimento de sua identidade como legítima no senso comum. Mas para legitimar sua identidade é necessário deslegitimar primeiramente o poder simbólico do grupo opressor. Para isso, a estratégia que se mostra mais eficaz é a exposição do estigma de violentado socialmente (BOURDIEU, 2007), uma vez que isso estremece as bases que legitimam a posse dos volumes e tipos de capital de seus adversários. A citação abaixo ilustra o motivo para tal movimento, particularizado em um caso baseado em assimetrias espaciais no que tange a relação entre “capital” e “províncias marcadas pelo regionalismo”, servindo-se de excelente homologia ao caso estudado:

“De fato, se a região não existisse como espaço estigmatizado, como “província” definida pela distância econômica e social (e não geográfica) em relação ao “centro”, quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital [*concebida aqui na pesquisa como os centros socioespaciais de onde os mercados são administrados*] concentra, não teria que reivindicar a existência: é porque existe como unidade negativamente definida pela dominação simbólica e econômica que alguns dos que nela participam podem ser levados a lutar (e com probabilidades objetivas de sucesso e de ganho) para alterarem a sua definição, para inverterem o sentido e o valor das características estigmatizadas, e que a revolta contra a dominação em todos os seus aspectos – até mesmo econômicos – assume a forma da reivindicação regionalizada”. (BOURDIEU, 2007)

A citação acima descreve de forma semelhante o caso dos atingidos, na tentativa de reverter os processos de “desestigmatização” de sua condição social, pois estes ao denunciar ao senso comum que a exploração particularmente sofrida vincula-se com uma violência simbólica sofrida coletivamente, geram um movimento de retração do poder simbólico da ortodoxia, induzindo a reconfiguração de categorias conceituais que balizam o campo.

Além disso, tal estratégia cria uma identidade com os outros grupos que, visíveis ou não, estigmatizados ou não, no espaço social, compartilham uma idéia comum de opressão sofrida ganhando assim, força política na luta simbólica:

“As lutas simbólicas a propósito da percepção de mundo social podem tomar duas formas diferentes. Do *lado objetivo*, *pode-se agir por ações de representação, individuais ou coletivas, destinadas a fazer ver e valer certas realidades*: penso, por exemplo, nas manifestações que têm como objetivo manifestar um grupo, seu número, sua força, sua coesão e fazê-lo existir visivelmente; e no nível individual por todas as estratégias de apresentação de si [...] destinadas a manipular a imagem de si e principalmente [...] da sua posição no espaço social. Do *lado subjetivo*, *pode-se agir tentando mudar as categorias de percepção e de apreciação do mundo social, as estruturas cognitivas e de avaliação*: as categorias de percepção, os sistemas de classificação, isto é, no essencial, as palavras, os nomes que constroem a realidade social tanto quanto a expressam, são o móvel por excelência da luta política, luta pela imposição do princípio legítimo de visão e de divisão legítima”. (BOURDIEU, 1987 *apud* BONNEWITZ, 2005) [grifos da autora]

O ganho de capital simbólico pelos grupos dotados de menor volume de capital, com efeito, implica na reconfiguração dos conceitos que permeiam a doxa dos campos em que se inserem, a exemplo do campo ambiental, em que “meio ambiente”, “sustentabilidade”, “justiça” servem a novas finalidades e cumprem diferenciadamente o que era antes profanado. Este é o movimento de heterodoxia do qual vem sendo exposto nesta pesquisa.

Vale ressaltar que esse movimento configura-se como inesgotável, pois uma vez contestada a ortodoxia, os agentes adeptos desta última tratam de investir seus capitais em novas estratégias para recuperação do volume de poder simbólico perdido. Para isso, reformulam-se categorias e conceitos de forma que eles voltem a legitimar suas práticas no espaço social.

vi. *Cuidados necessários ao se tratar a temática da participação no campo político: riscos de apropriação de categorias ortodoxas.*

Apesar da paulatina apropriação da “participação” no cotidiano das pessoas, deve-se ressaltar que tal conceito não se resume a uma única categoria teórica e prática de concebê-la, pois ela está submetida a interesses muitas vezes contraditórios que se utilizam do conceito para se legitimar no campo. Nessa perspectiva, faz-se necessária uma breve explanação sobre suas apropriações para que não haja dúvidas quanto ao que se almeja como participação dos grupos sociais atingidos na presente pesquisa.

A legitimação de termos como “participação”, “ética”, “cidadania” dentre outros que evocam responsabilidades a sociedade vem sendo vinculada a um processo de retraimento do Estado de seu poder regulador da economia ante ao projeto neoliberal, que vem se consolidando desde a década de 1990. Por outro lado, o Brasil vem instituindo políticas desde a década de 1980, com a abertura de espaços públicos de discussão e participação da sociedade nos processos decisórios, tais como os conselhos consultivos e deliberativos e as audiências públicas instituídas no campo ambiental.

Este impasse frente a dois movimentos distintos, um político, de abertura de espaços com a democratização de um Estado vindo de uma ditadura militar; outro macropolítico, em virtude de uma reestruturação político-econômica a nível mundial, é constituído por uma perversidade não aparente de apropriação de conceitos:

“A cientista política Evelina Dagnino (2004) fala de uma *confluência perversa* entre projetos absolutamente distintos – o projeto democratizador de um lado, cujo marco histórico e simbólico foi a Constituição de 1988, e o projeto neoliberal, de outro, que tem no Consenso de Washington um ponto de referência. Ambos empregariam as mesmas categorias acima de forma indiferenciada. De fato, qualquer projeto do Banco Mundial requer ampla participação, parceria e envolvimento da “comunidade local”. Isso dificultaria a compreensão sobre as finalidades distintas desses programas, ou seja, os diferentes projetos de sociedade que sustentam”. (ZHOURI, 2007)

Tal apropriação, em especial a que se refere à reestruturação em uma escala mundial, é regida pela doxa desenvolvimentista cuja estratégia principal relaciona-se com o enfraquecimento do Estado, taxando-o de “fraco” e “incompetente” - transferindo em caráter substitutivo o poder de ação do Estado a um corpo tecnicamente qualificado de “especialistas” independentes da esfera governamental - questionando na verdade o seu papel regulador e fiscalizador (UEMA, 2006). Nessa perspectiva, a participação da sociedade e a presença do Estado seriam consideradas mutuamente excludentes no pensamento neoliberal:

“Neste contexto, uma nova ortodoxia do desenvolvimento incorporou ao longo dos anos 90 um conjunto de inovações discursivas que procuraram redistribuir legitimidade e poder no que se refere ao governo dos homens e das coisas. A noção de “governança”, recentemente adicionada às condicionalidades do ajuste liberal dos anos 80, é uma das mais sugestivas em significados. Se buscarmos sua genealogia na literatura do Banco Mundial, perceberemos que ela nasce do esforço conceitual de técnicos que buscavam legitimar a ação das agências multilaterais de desenvolvimento em países onde os Estados nacionais afiguravam-se “corruptos” ou com “baixos índices de governabilidade”. A questão inicialmente colocada foi: como “ajudar” o desenvolvimento destes países sem ferir a soberania política de seus governos, em respeito aos próprios estatutos do Banco Mundial? A solução discursiva encontrada foi a de separar as funções propriamente políticas – a serem mantidas na órbita dos governos nacionais – das funções ditas de “governança”, entendidas como referentes à “boa gestão dos recursos de um país”, e vistas como de corte estritamente gerencial – passíveis, portanto, de serem assumidas pelos organismos multilaterais”. (ACSELRAD & MELLO, 2005)

A estratégia ortodóxica nesse caso estaria inserida na “confluência perversa” de conceitos ao obscurecer as distinções e divergências, por meio de um vocabulário comum, que legitimam uma abertura de um espaço ao projeto neoliberal e a seus parceiros, onde a participação restringiria o espaço conflituoso da política, que tanto torna ineficaz a necessidade das ações imediatas dos empreendimentos neoliberais, a uma linguagem comum no campo, porém restrita apenas a quem a domina. Desta forma, a transferência de responsabilidades do Estado a ONGs e a um corpo técnico especializado, cada um com seus interesses próprios no campo, fragmenta as lutas coletivas que necessitam de uma percepção

complexificada dos problemas sociais e ambientais, e exclui a diversidade de concepções sobre determinado território:

“Direitos são tratados em termos mercadológicos. Os sujeitos sociais chamados à participação são aqueles que têm uma qualificação legitimada pelo campo: conhecimento técnico e capacidade organizativa e de ação. São excluídos da participação todos aqueles que não são “organizados” nos termos legitimados, e que não podem disputar o mercado de projetos com ONGs e fundações altamente equipadas e institucionalizadas. Por esta via fica estabelecido um novo tipo de exclusão política e social”. (ZHOURI, 2007)

Assim, o projeto neoliberal na realidade insere no mercado os direitos sociais, mais amplos, alimentando as ações individualizadas restritas a produção de resultados locais, pontuais, provisórios, mas ineficazes na transformação efetiva da estrutura social. De acordo com Dagnino (2004), a ênfase gerencialista conferida a administração dos problemas sociais e ambientais se contrapõe “ao conteúdo propriamente político da participação tal como concebida no interior do projeto participativo, marcada pelo objetivo da ‘partilha efetiva do poder’ entre Estado e sociedade civil, por meio do exercício da deliberação no interior de novos espaços públicos”.

Desta forma, a concepção de participação pelo neoliberalismo insere-se em uma estratégia de fazer o Estado operar com uma concepção mínima de política e de controle, justamente as duas esferas que têm o papel crucial de barrar os imperativos do mercado.

Nessa perspectiva, a concepção de “participação” dos grupos atingidos no presente trabalho relaciona-se àquela que busca a construção de um espaço político, onde a cultura política dos agentes sociais deve ser fomentada para que os conflitos referentes a percepções e interesses divergentes sejam debatidos sem que haja a sua exclusão por uma tecnoburocracia arrogante na produção de verdades universais, independentemente dos contextos sociocultural e ambiental particulares da esfera local.

4.4.2 - Alianças estabelecidas pelos atingidos

Enquanto as alianças do poder econômico baseiam-se nos poderes cultural e político, os grupos atingidos criam identidades com três tipos de grupos sociais, em sua luta no campo da política ambiental:

- Os ambientalistas - que inserem novos capitais aos já acumulados, reconfigurando o *habitus* do pescador como também acrescentando confiança no investimento de seus capitais na ascensão no espaço social;
- Advogados – este grupo dá visibilidade ao conflito na esfera pública e serve de porta-voz dos pescadores ao adaptar o discurso dos atingidos a uma linguagem vista pela sociedade como legítima, dado o capital cultural dos advogados.
- O próprio grupo social, isto é, com outros pescadores não necessariamente atingidos, mas que dão maior volume aos capitais durante a luta, aumentando seu capital social e adquirindo visibilidade no campo de luta.

A estratégia dos pescadores, apesar de um processo não necessariamente consciente, seria o de aliar-se com os ambientalistas²⁹, conformando em seus capitais um novo aspecto qualitativo que dê legitimidade a se inserirem e permanecerem na luta específica do campo ambiental. Sabendo-se que a causa ambiental vincula-se tacitamente a causa dos pescadores, estes não incorporam a causa ambiental automaticamente na luta por direitos e justiça social:

“Eu acho que o ambientalista ele briga pela melhoria do meio ambiente. Se está bom, ele briga para manter aquilo. Se está ruim, ele conhece os estragos, vamos dizer assim, e ele quer melhorar. Então a importância do ambientalista é manter aquilo bom, e estar beneficiando o pescador. Está trabalhando pelo meio ambiente, para manter a normalidade, está ajudando o pescador. Porque nós precisamos da área ambiental, do meio ambiente, sem poluição”. (Pescador Z)

²⁹ O termo ambientalista nesse caso refere-se a vertente que luta pela questão ambiental sem desvinculá-la aos pressupostos de justiça social, isto é, aqueles ligados ao movimento de justiça ambiental.

Sabendo-se que o ambientalista possui um acúmulo de “capital de representação” ou “capital político” no campo, ele detém, portanto, um conhecimento acumulado do jogo, acrescentando o papel de talhar um *habitus* específico ao *habitus* do pescador, que lhe insira na luta do campo ambiental. Esse aprendizado seria importante para a aquisição de conhecimento do jogo (capital político) em concomitância a um processo de constituição da *illusio* e de uma identidade de atingido:

“Enfim, eu acho que isso provoca uma renovação da militância, novos quadros políticos, entendeu? Que não tem os vícios que a maior parte das ONG têm, que as Colônias têm... e é na verdade esse grupo assim que tem feito essa luta, né... nós já fizemos várias manifestações, já trouxemos aqui os pescadores para a frente da Justiça Federal por causa da questão da Ingá, aquele ato do BNDES...então é um processo de cidadania, porque, por exemplo, o pessoal da Ilha da Madeira nunca tinha participado de uma manifestação. As duas primeiras nós fizemos lá, levamos a imprensa, fizemos as faixas, até me ligavam perguntando o que deveriam escrever no cartaz....E eles fizeram, gostaram, principalmente as mulheres, muito interessante. Na luta da Ingá, do pessoal da Ilha da Madeira, as mulheres até vieram assim falar para mim, numa reunião – no começo tinha uma meia dúzia meio escondida, depois tinha um monte -: “eles não querem limpar, mas a questão é que nós estamos passando fome”. Aí eu falei para elas escreverem isso que elas estavam sentindo, aí eles escreveram lá os cartazes falando que poluição química era a morte, fome, que eles não conseguiam trabalhar...enfim, relacionando o problema econômico deles, de empobrecimento, com a questão da poluição química, o que é verdade, né...Depois nós viemos aqui pro Fórum [do Centro, Justiça Federal] – tinha gente que nunca tinha ido ao Rio de Janeiro, veio a primeira vez aqui para a Sétima Vara Federal para ser incluído dentro do processo da Ingá. Na manifestação do BNDES, muitos ali nunca tinham participado de uma manifestação antes, tanto é que quase ninguém falou no microfone, a não ser alguns que pegaram no microfone e falaram emocionados dos problemas que eles enfrentam e da dificuldade financeira que estão passando. Então é tudo um grande processo, e essa turma tem crescido muito, o que tem sido para mim uma grande satisfação. Outro exemplo, a inspeção do IBAMA – quem ia escrever o ofício? Eu não ia escrever, eu tenho um monte de coisa para fazer – e o [Pescador Y] tem acesso a internet, então falei para ele escrever a base... - afinal eu não ia ficar ali de babá deles - eles têm que aprender. Escrever uma carta para um procurador, um juiz, é um poder muito grande. Aí ele fez tudo lá, apresentou os problemas e tal, e o que é que eu fiz? Acrescentei um pouco da legislação, que hoje eles já dominam, e foram à luta. Outro exemplo: EIA/RIMA – quando eles ouviram a gente falar de EIA/RIMA eles achavam que era um bicho de 7 cabeças. Eles hoje sabem o que é um estudo de impacto ambiental, eles sabem a questão do procedimento das audiências públicas.. E é esse processo de aprendizagem que eu tenho visto que vem ocorrendo ali”. (Ambientalista)

O interesse do ambientalista nessa relação é o de aumentar o volume de capital político, uma vez que a causa dos pescadores apresenta concretamente as idéias que o ambientalismo da justiça ambiental pronuncia na teoria.

Além da aliança com os ambientalistas, os pescadores se uniram com advogados interessados em defender a causa dos pescadores. No entanto, a diferença deste tipo de aliança em relação aos ambientalistas é a intenção cujo interesse perpassa pela lógica de mercado, visto que os benefícios financeiros gerados por ações indenizatórias geram lucros aos advogados que apóiam a causa.

Apesar da relação mercadológica firmada, esse tipo de aliança gera aos pescadores atingidos benefícios para muito além de capital econômico, pois além de ganhar visibilidade na esfera pública, levam a vantagem na obtenção de poder simbólico. O capital cultural do advogado legitima a causa dos pescadores no senso comum, dado que são dotados de uma linguagem produtora de verdades no senso comum.

A estratégia do uso de um canal que traduza sua linguagem para a dominante tem sido eficaz no ganho de visibilidade e de apoio de outras camadas da sociedade, que começam a questionar se o empreendimento da CSA realmente vale a pena, o que legitima um aumento de volume de poder simbólico aos atingidos em detrimento do poder da CSA.

Já a aliança com entidades de pesca, tais como a FAPESCA, federação que representa pescadores artesanais de todo o Estado do Rio de Janeiro e não apenas os pescadores atingidos da Baía de Sepetiba, fortalece o capital social e político e, como consequência, aumenta o volume do pequeno capital econômico que detêm, mas que faz toda a diferença ao investirem em ações concretas que questionem o empreendimento da CSA.

Os recursos econômicos são alocados no investimento de contraprovas para deslegitimar os dados científicos trabalhados pela CSA - contestando a validade de laudos que negam contaminação e poluição – pois com a união das entidades na luta é possível pagar por análises feitas por laboratórios particulares. Mais uma vez é necessário entrar no mercado da cultura legitimada, desta vez, a dos “especialistas” para contestar as verdades.

Além disso, sabendo-se, pela teoria bourdiana, que o poder simbólico é adquirido pela produção e disseminação das idéias que se farão legítimas no senso comum, a aliança com as associações e federações de pesca coopera para elevar em números absolutos os adeptos a causa e, por sua vez, há um aumento do volume de capital social do grupo, elevando as chances de repercussão do conflito na sociedade:

“Quando a gente viu essa impossibilidade de atuar sozinho, porque sozinho a gente não ia a lugar nenhum, entidade por entidade e, como todas são filiadas da Federação e eu sou o delegado da FAPESCA na Costa Verde, além de diretor da AAV e diretor da ABIT, hoje são 89 entidades filiadas a essa federação. Tem força política. Aí eu pensei junto com o André e o Luis Carlos lá da APESCARI: “André, precisamos tomar uma providência para dar nome, porque não dá pra caminhar cada um por si, nesse momento a FAPESCA tem que assumir a liderança, encabeçar isso, até mesmo para comparecer um grupo”. A partir do momento em que entidades filiadas a federação tomam uma posição única de se unir para combater, a federação tem que apoiar. Ela não tem alternativa de ir negociar com a CSA, ela tem sim que encabeçar, ser a ponta da lança nesse processo”. (Pescador Y)

A união com a FAPESCA tem sido acompanhada igualmente da fundação de novas entidades de pesca na própria região da baía de Sepetiba, pois os pescadores atingidos, a partir da percepção de que as colônias - onde comportam o grande contingente de pescadores - vinham sendo cooptadas pela CSA e, com isso, abstendo-se da luta política ao aceitar privilégios concedidos pela empresa.

O pescador Z confirma que a tensão entre os pescadores que estão na luta contra a CSA e as colônias tem sido motivo para fundação de novas entidades, com o intuito de reforçar o quadro social de associações cuja identidade seja a de “atingida” e não de “privilegiada”, ganhando novamente força política: “Eles tinham uma associação fundada lá

já fazia um tempão, só que ela tava inativa, parou, ficou tudo guardado, por causa daquela colônia Z-14, que deu aquela confusão, aquela tensão toda lá, aí botaram a associação para funcionar de novo”.

4.4.3 - Arenas construídas: o espaço público no processo de legitimação do conflito

Os espaços públicos ou aqueles criados durante o conflito encontram-se discriminados ao longo deste tópico. Cada um tem mostrado um papel determinante nas lutas, seja contribuindo para o fortalecimento do movimento dos atingidos ou para constrangê-lo.

4.4.3.1 – Em busca de visibilidade: o papel da mídia

O conflito tem adquirido visibilidade na imprensa, seja na grande imprensa como naquelas mais específicas ou veiculadas apenas pela internet. Isso se deve ao grande esforço em especial do ambientalista entrevistado e dos advogados envolvidos, uma vez que têm aparecido com frequência em depoimentos e entrevistas.

Há uma tendência observada na grande imprensa em descrever mais o caso, pouco se posicionando. Na mídia pela internet, há espaço aberto para diferentes formas de manifestação do conflito, tais como declarações, manifestos e reportagens com claro posicionamento a favor dos atingidos. Os jornais locais, como os de Itaguaí, tendem a bajular o poder político e a concentrar-se na geração de empregos com o processo de desenvolvimento da região. Todos os jornais usam o caso da Ingá como referência aos problemas da região.

Antes do início da obra a grande mídia em geral tendia a enxergar os conflitos como sintomas negativos ao processo de desenvolvimento, a exemplo do Jornal O Globo, durante as Audiências Públicas:

“A Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) só dependem da licença ambiental para começar a construir

usinas às margens da Baía de Sepetiba. Os dois projetos vão consumir no mínimo US\$4,9 bilhões em investimentos e devem gerar, na construção, cerca de 70 mil empregos diretos e indiretos. Além de produzir aço para exportação a partir do minério-de-ferro de Minas Gerais, elas têm em comum a necessidade de desatar nós logísticos nas áreas portuária, ferroviária e rodoviária. *Vão precisar, ainda, transpor barreiras ambientais para elevar o Estado do Rio à condição de maior produtor do país e um dos maiores da América Latina. (...) Apesar de o diretor da CSA, Ricardo Brito, ter explicado à comunidade que 25% do total serão destinados a programas ambientais, os três mil pescadores da região já estão em polvorosa. Eles compareceram em massa às três audiências públicas realizadas este mês no bairro carioca de Santa Cruz e nos municípios de Itaguaí e Mangaratiba, banhados pela baía*”. (O Globo - Um salto na siderurgia: CSA e CSN investirão US\$ 4,9 bi em Santa Cruz e Itaguaí, mas há riscos ambientais. Publicado em: jun. de 2006) [grifos da autora]

Por outro lado, um ano depois, o movimento dos pescadores começa a ter visibilidade nas entrevistas, e algum questionamento por parte da mídia começa a ser feito de forma sutil:

“Basta chover no Rio de Janeiro para o mais antigo passivo ambiental do estado vir à tona. São 20 milhões de metros cúbicos de lama contaminada, que, desde o fim dos anos 60, inundam a baía em forma de zinco, cádmio, chumbo e outros metais pesados. O passivo ambiental da falida Cia. Mercantil e Industrial Ingá está sendo dragado pela Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), um consórcio da alemã ThyssenKrupp e da Vale. Os pescadores da região alegam que a dragagem, que está sendo feita para permitir a construção do terminal siderúrgico da CSA, está espalhando lama contaminada na baía.: “As obras da CSA estão provocando uma segunda geração de passivos ambientais de Ingá” - denuncia Luis Silva, presidente da Associação dos Pescadores do Canto dos Rios. Ele está à frente de uma entidade que congrega 1.200 pescadores. Alguns deles abandonaram a profissão e viraram pedreiros. Com as obras, conta o sindicalista, o volume de pesca despencou de 300 quilos diários para 20 quilos por dia. A ThyssenKrupp e a Vale afirmam que não têm obrigação legal com esse passivo. Afirmam que a responsabilidade é do governo do estado. Por isso, não há provisão para recuperação da área”. (O Globo - Dois pesos e duas medidas na dívida ambiental. Publicado em jun. de 2007)

Durante o processo de construção da CSA, principalmente no início de 2007, a poluição ambiental começa a ter visibilidade e depoimentos de ambientalistas e pescadores começam a aparecer nas notícias. Esse é o período em que, concomitantemente, visualiza-se um aumento na produção de notícias relacionadas ao caso nos jornais, seja denunciando os problemas, seja veiculando os empregos que vem sendo gerados e as mudanças observadas na região. Nota-se que, do acervo de mais de 140 notícias coletadas para o trabalho, na sua

maioria do ano de 2007, algumas notícias sensibilizaram todos os tipos de imprensa, independente dos interesses inerentes a cada uma:

- Outros conflitos além daquele envolvendo os pescadores, tais como a importação de trabalho chinês para a construção da coqueria (setembro de 2006 até abril de 2007);

- Despoluição do passivo da Ingá Mercantil, no qual a CSA é referência como uma indústria importante para região sendo implantada com ajuda apoio do PAC e do BNDES, evidenciando um grau de importância na despoluição daquele terreno; ou então como uma suspeita no revolvimento no passivo (maio até setembro de 2007);

- Liberação de mega empréstimo do BNDES a CSA. Os ambientalistas e pescadores são muitas vezes referidos nessa notícia como opositores ao denunciar irregularidades na dragagem, porém as notícias são abrandadas com a declaração do BNDES e da CSA de que há segurança tecnológica no projeto e de que a legislação está sendo cumprida (junho de 2007);

- Ação de fiscalização do IBAMA na CSA, autuação e embargo da obra por causa da supressão ilegal do manguezal. Neste caso, os atores que mais aparecem nas notícias são o IBAMA e o ambientalista (dezembro de 2007);

- Visita do presidente Lula e do Governador Sérgio Cabral ao terreno da CSA (fevereiro de 2008).

- Denúncias de danos ecológicos causados pela CSA, por deposição ilegal de material de dragagem no terreno vizinho e por supressão de manguezais. As principais referências nesse caso são os laudos do Ministério Público e o entrevistado é o advogado dos pescadores. Neste caso, as notícias apareceram predominantemente no Jornal do Brasil. (fevereiro de 2008);

- Denúncias de acidentes e mortes na obra da CSA. Neste caso também foram observadas notícias no Jornal do Brasil e pela Agência Notícias do Planalto. O ator entrevistado é novamente o advogado dos pescadores (março de 2008).

Observa-se, nesse contexto, que na verdade a mídia, especialmente, a grande mídia, com maior poder de gerar visibilidade do conflito, tem restringido suas matérias a críticas a poluição gerada na região sem, no entanto, questionar a necessidade desse processo, havendo muita repercussão quanto a geração de empregos e divisas do que a poluição e o processo de exclusão do pescador.

No entanto, os problemas ambientais e os questionamentos a CSA têm ganhado visibilidade principalmente a partir de meados de 2007. Em 2008, as notícias tem explicitado danos reais e legitimados, acarretando em questionamentos por atores influentes na mídia, como a jornalista Miriam Leitão, do Jornal o Globo que em março de 2008 mostrou em sua coluna críticas contundentes ao empreendimento, apesar de não ter havido um posicionamento em relação a luta dos pescadores.

Considera-se que, apesar das limitações e da sua falta de posicionamento, a mídia tem criado um espaço favorável à participação dos pescadores no ganho de visibilidade pública.

4.4.3.2 - Nos bastidores ou sob os holofotes: constrangimentos à participação nas Audiências Públicas

Os depoimentos dos atores atingidos a respeito das audiências públicas evidenciam uma percepção por parte dos questionadores do empreendimento de que um espaço que se divulga como “aberto ao debate”, “democrático” não consegue, na prática, fazer se fazer valer.

Este tópico está dividido na análise de três tipos de constrangimento à participação política: aquele sob os holofotes, aquele no limite entre os bastidores e os holofotes e o constrangimento nos bastidores da audiência.

O espaço das audiências explicita o movimento de confluência perversa a que Dagnino se refere, em que a apropriação de categorias relacionadas a participação e cidadania, na verdade, são focadas nas práticas tecnicistas e a presença da sociedade civil é vista como complemento do processo, pois teriam a função tirar suas dúvidas ou dar sugestões aos especialistas. Considera-se, nessa perspectiva, o primeiro fator de constrangimento a participação, que é político-estrutural e “sob os holofotes”:

“A Audiência ela não tem um caráter decisório nem deliberativo. O objetivo principal da Audiência é exatamente o que estamos fazendo, é apresentação do projeto, do estudo de impacto ambiental, das considerações preliminares da FEEMA e as manifestações que vão ser apresentadas aqui na segunda fase que é a fase do debate, onde as perguntas vão ser encaminhadas a FEEMA, a mesa, a empresa consultora, e vão ser respondidas, e aquelas que não forem respondidas, ou seja, forem encaminhadas a mesa através de correspondências, ofícios serão respondidas no prazo de até 5 dias úteis”. (Maurício Couto, FEEMA, na AP de Santa Cruz).

Outra característica observada sob os holofotes das audiências a partir dos depoimentos foram as críticas aos procedimentos adotados na audiência. A falta de espaço para o debate, a impossibilidade de formular perguntas imediatamente durante o “debate” e a priorização de uma linguagem técnica:

“Na audiência pública o tempo para pergunta, réplica de uma resposta dada, até isso eles te impediram. Você escrevia seu nomezinho lá e eu disse assim: “eu quero um microfone para perguntar”. Porque ali você não sabe o que vai sair da minha boca, o que é que eu vou perguntar, sabe? Você muito menos sabe a resposta que vai ter que dar e da onde vai ter que tirar essa resposta. O que é que eles fizeram: você tinha que escrever a sua pergunta no papel e entregar na mesa. Enquanto rolava aquele cinema, aquela baboseira toda – porque ninguém entendia nada, porque era tudo técnico, eu não entendi, e vou dizer que 95% do que foi dito ali eu não entendi, que é técnico demais. Eles falaram tudo em 3 horas, aí depois tinha 1 hora para as perguntas. A CSA falou em 2 horas sobre o projeto, a FEEMA falou por mais 1 hora relatando o que encontrou no projeto, o que levou até a conceder a licença prévia e tal. Um relatório que era totalmente favorável, e 1 hora pras perguntas. Só que essas perguntas você entregava ela por escrito na mesa.

Das muitas que fiz, só tive resposta de duas. Isso só na primeira audiência, Na segunda e na terceira eu nem fiz pergunta, porque eu não ia fazer papel da palhaço ali”. (Pescador Y)

O constrangimento a participação que se encontra no limite entre os holofotes e os bastidores constitui-se na estratégia adotada pela CSA em encher o auditório do evento de pessoas de locais que pouco sofrem influência da CSA, e que muito menos entendiam o que se passa em uma audiência pública. Apesar de explicitamente mostrarem que receberam dinheiro para estarem presentes no evento, em nenhum momento a CSA assumiu a responsabilidade pela “compra de quorum”:

“Eles levaram na audiência ônibus com gente de tudo quanto é lugar. É a tal da lista que tem gente até de Curitiba, Osasco, sei lá de onde. Nós fomos lá na de Itaguaí e foi muito engraçado.(...) Mas, enquanto tava acontecendo o bate-boca que quase saiu agressão física, chegou os ônibus com um pessoal que falava que ganhou R\$ 30,00 e mais um lanche. Eles botaram esse monte de gente de fora para vaiar que contestava o empreendimento, e colocando faixas que diziam que CSA ia criar 20 mil empregos, enfim apologia ao desenvolvimento como se aquilo fosse mudar a vida das pessoas. Enfim, era uma manipulação completa”. (Ambientalista)

“... e a gente começou a se mobilizar aos poucos... foi difícil... na Audiência Pública, tiveram nos dias 8, 10 e 12 de maio de 2006, uma em sequência a outra, nós comparecemos a todas. Nessa audiência pública tinha uns 50 pescadores, que foi o que conseguimos mobilizar naquele momento, enquanto tinha umas 500 pessoas que a CSA fretou o ônibus, e nós perguntamos para essas pessoas qual era o interesse delas nisso. A gente viu ônibus e ônibus chegando....eram da favela lá da Penha, era da Favela lá do Rio. Eles falaram que pagaram R\$ 30 para assistir a palestra e ainda tinha comida grátis. Quer dizer, eles encheram a audiência pública para irem lá baterem palma para eles, porque tava todo mundo recebendo...para isso...para todo mundo assistir e assinar a lista de presença para depois dar credibilidade, entre aspas, a essa audiência pública. Porque se você abre uma audiência publica com 500, 600 pessoas dentro, essa audiência vai ter credibilidade perante as autoridades. E não foi isso o que aconteceu. Se tivesse lotado legal, seria a diretoria da CSA, os agentes do órgão... no caso a FEEMA, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado e 50 pescadores....e a gente ia dar uma surra neles lá. Como demos, porque no fundo, os únicos que argumentaram contra o empreendimento fomos nós, pescadores”. (Pescador Y)

O constrangimento a participação também se realizou nos bastidores. De acordo com os pescadores, aqueles que mais contestavam e motivavam um debate mais conflituoso era coibido a se calar de duas formas:

- por meio da força - dos homens da segurança do evento, que sempre se aproximavam no momento em que faziam questionamentos ou impedindo o fomento ao debate provocando falhas no microfone:

“O [*ambientalista*] fez isso, mas cortaram o microfone e intimidaram com segurança, tudo cara de terno preto. Quando eles perceberam quem era a resistência, onde que tava, você sempre via uma sombra atrás de você. Era intimidação mesmo. Quando o Sérgio Ricardo pegava o microfone já vinham logo dois, e olhavam pra mesa meio que querendo saber o que fazer, apanhar, espancar, matar sumir com o corpo...sei lá...mas era justamente isso, os caras encostavam”. (Pescador Y)

- por meio da sedução material, isto é, cooptação dos contestadores com “privilégios” que os fizessem desistir dos questionamentos:

“A Agência 21 me chamou ali num cantinho na segunda AP, depois de ter quebrado o pau na primeira, eu e o [xxxx] antes da AP começar, oferecer dinheiro. A tal de **** (*retirado propositadamente pela autora*) da Agência 21, cujo papel é de corromper. Eles falaram que a gente não tinha necessidade de estar ali e que podíamos colocar num papel tudo que nós queríamos que eles encaminhassem para a CSA resolver isso. Eu disse para ela assim ‘você acha que tá escrito na minha testa, em lâmpada de néon, uma etiqueta de preço? Vai a merda!’ Isso porque só não te dou uma porrada, porque você é mulher. Xinguei mesmo, perdi a compostura. Ela achou que, como tinha comprado todo o resto, todo ferrado, então dava pra comprar todo mundo. Ela achou que ia fazer esse tipo de proposta e que a gente ia acolher esse tipo de proposta. Aí que a gente não teve mais dúvida de como foi feito todo o resto. O que se passou com o resto chegou ao ponto de vestir camisa da CSA, como o próprio presidente da Z-16 na própria AP defender a CSA. A gente chamou ele numa roda de pescadores com uns 50 pescadores e perguntamos: “vem cá, presidente, qual providência a colônia vai tomar em relação a isso?” Aí ele disse “não vamos tomar providência nenhuma, essa merda já tá toda fudida, uma a mais, uma a menos não vai fazer diferença” (Pescador Y)

Assim, considera-se de uma maneira geral que as audiências públicas se configuraram como espaços constrangedores a participação política.

4.4.3.3 - Comissão de Acompanhamento de Dragagem

As comissões de acompanhamento de dragagem são espaços que foram instituídos pela CSA de acordo com o planejado nas medidas mitigatórias do plano básico ambiental. Essas comissões teriam como objetivo manter um espaço de participação dos pescadores durante o processo da dragagem e de disposição do bota-fora e deveriam ocorrer com uma certa regularidade.

Contudo, esse espaço de “participação” não funciona, na ótica dos pescadores, como deveria. Além da falta de regularidade das comissões, reclamam da falta de autonomia durante o monitoramento e uso de linguagem técnica, restringindo a compreensão do que se passa durante as dragagens, constringendo a participação dos que não detêm o saber técnico e inclusive acusações de manipulação do ambiente de dragagem.

Problemas observados em relação à falta de autonomia dos pescadores em acompanhar a dragagem, dando espaço para a manipulação do processo pela empresa:

“Eles criaram uma tal de Comissão de Dragagem. É um órgão que ta atuando com o presidente da colônia...só corrupto, só pilantra....presidente da colônia, presidente da outra colônia, representante da prefeitura, representante da CSA, representante da FEEMA e tal, sendo que essa comissão criada para visitar o ambiente da dragagem, para verificar de onde é tirado e depois despejado esse bota-fora da dragagem é com dia e hora marcada. A comissão não tem poder nenhum de dizer “não, quero ir lá agora, vou entrar e vou ver. Aí é uma vez por semana, com dia e hora marcada você chega lá e a draga não está funcionando. Aí eles assinam o papel lá, e isso serve de prova para a CSA em tudo que é instância no processo, que não ta impactando, que a dragagem está sendo feita adequadamente etc. A gente questionou isso, eu e o presidente da APLIM: “você ta fazendo parte da comissão de dragagem fazendo o quê? Não, a gente só pode ir lá com dia e hora marcada. E eu falei: ‘como é que é? Que me*** é essa? Que comissão é essa que não tem poder nenhum? Ah, mas é assim, né...eles que fornecem barco, que fornecem tudo. Aí eu falei: “não, meu irmão, não é assim que funciona...se você faz parte de uma comissão, quem preside a comissão?”“Ah, é o presidente da colônia’, comprado. Se você faz parte de uma comissão, você tem que ter autonomia para chegar lá , pagar um barco e prestar conta depois para a CSA, que pague a conta, e você ir lá na hora que você quiser, diuturnamente, e não é feito. É feito como a CSA quer. Eles estão manipulando todo o processo”. (Pescador Y)

“É complicado... eles dizem que fizeram uma comissão... uma comissão que tem plenos poderes de visitar a área lá e quando vai visitar tem lugar que é restrito. Eles falam: você pode ver isso aqui, mas onde eles tão trabalhando, lá no fundo, aí não pode”. (Pescador X)

Problemas observados quanto à estrutura da comissão – administração do tempo, das prioridades e das decisões - e a opressão da linguagem técnica:

“O cara diz: é tanto de pH, tanto disso, tanto daquilo e pro pescador isso não quer dizer nada, não é a praia dele. Nós pedimos para que os documentos fossem entregues uma semana antes, para que pudéssemos ter apoio técnico, e assim tentar debater, para você chegar na reunião e poder dizer que isso ou aquilo tá errado, tem que melhorar, não entendemos isso aqui. Eles marcam um dia às 14h, a reunião começa às 15h, às 17h tem encerrar a reunião, aí tem uma ata e eles falam para você assinar aquela ata da reunião. Isso tá errado, isso não existe. Eles não te dão tempo. Você quer falar e eles falam para deixar para o final. Chega no final, aquilo que você deixou passar você não vai lembrar de novo, não vai mais pegar o raciocínio”. (Pescador X)

“Então eu vejo que se eles gostam de falar que fazem tudo da maneira mais límpida possível, só que na verdade não faz. De março a novembro, por imposição de bater o pé, uma vez que nós visitamos, em determinadas áreas lá nós não pudemos acompanhar; pelo mar, para visitar lá a construção, nós não visitamos nenhuma vez. Quer dizer, é uma comissão de dragagem, que na verdade não existe uma comissão. A parte teórica você não entende; a parte prática, que você pode discutir, porque é uma prática que afeta você, essa parte você não pode visitar. (...) Se eles dizem que o equipamento é de ponta, é o melhor do mercado.... Beleza, vocês tão fazendo o certo. Agora, vocês têm que mostrar pra gente que tão fazendo o certo. Dizer pra gente que tá fazendo certo é uma coisa. Mostrar pra gente que tá fazendo certo é outra”. (Pescador Z)

Diante das reclamações observadas, as comissões de dragagem também se inserem na lógica perversa da participação, dado que a linguagem tecnicista e a falta de autonomia nos processos decisórios de monitoramento da dragagem limitam os pescadores a meros observadores passivos da comissão.

Desde modo, considera-se que as comissões de dragagem são constrangedoras a participação democrática, por excluir os pescadores da própria compreensão dos processos.

4.4.3.4 - *As ruas e as águas*

O espaço público tem se configurado ao longo do conflito como local preferencial para a livre manifestação dos pescadores; manifestações estas, em sua maioria, estrategicamente localizadas próximas a órgãos de decisão política que são determinantes ao encaminhamento da obra da CSA.

Vale lembrar que um dos principais instrumentos de locomoção e de trabalho para o pescador são os seus barcos, assim como o local de trabalho dos pescadores são as águas marinhas e a foz de rios. Sendo assim, muitas formas de protesto foram acionadas no próprio mar, com as mais diferentes formas de ação. Um exemplo disso foi o protesto realizado no canal de São Francisco, no qual os pescadores fecharam o acesso ao rio, impedindo a circulação das embarcações da CSA. Frente à ameaça a continuidade do trabalho das obras, a CSA abriu um espaço para o diálogo com os pescadores que se diziam afetados com os impactos do empreendimento:

“Eu mesmo quase fui atropelado por uma lancha, abalroado, e nós pensamos que tínhamos que parar aquilo ali, tínhamos que fazer um protesto para eles nos dar assistência, porque até agora ninguém veio até a gente. E nós fizemos um protesto pacífico, com bastantes barcos, descemos com as faixas, com o nome da associação, dos pescadores, que queriam ter um diálogo com a CSA (...) E aí fomos para a frente do portão da obra. Um segurança atendeu a gente, falando que só eu e um outro aí poderíamos entrar. Entrei, expliquei tudo a eles, falando que queríamos nossos direitos, que estávamos sendo prejudicados em vários espaços, correndo risco de vida, que nossa área de pesca está sendo toda interditada. Aí chamaram outra pessoa responsável lá e a pessoa falou que o corpo jurídico da CSA ia me procurar. Isso foi em setembro de 2006. Aí, nada. Então em janeiro nós fomos lá pra frente, porque lá na frente, na saída do rio São Francisco, eles botaram umas máquinas enormes abrindo o canal, para as grandes embarcações deles passarem. E jogando aquela lama para o lado, criando umas ilhas, umas coroas fora d'água. Aí fomos para lá, 40 barcos indo para lá, aquelas lanças cavando, colocamos nossos barcos tudo embaixo, e eles pararam. Ficamos lá de 10h da manhã até as 4h da tarde”. (Pescador Z).

Além disso, uma série de outras barqueatas foram oficialmente divulgadas pela internet, em especial em frente a órgãos públicos, como o IBAMA, localizado próximo ao

acesso ao mar ou em frente ao terreno da CSA. Em uma das barqueatas, as reivindicações anunciavam danos ambientais e sociais, por exemplo:

“Nesta 2ª feira (dia 14/4) a partir de 8h da manhã, haverá uma grande barqueata com dezenas de barcos de pesca e ato público na frente do canteiro de obras da CSA (Companhia Siderúrgica do Atlântico), que vêm realizando com financiamento do BNDES obras de dragagens altamente impactantes no interior da Baía de Sepetiba, ocasionando a formação de ilhas de sedimentos na desembocadura dos rios, obstrução de rios e canais com placas de ferro em pesqueiros utilizados há mais de 200 anos por pescadores artesanais. O volume de lama que está sendo dragada é de 20 milhões de m3 de lama contaminada por metais pesados (lixo químico do processo de produção da falida Ingá Mercantil). O protesto por terra será na Avenida João XXIII - Santa Cruz, na Portaria 2 da CSA, próximo ao colégio Japão. Os barcos sairão de diversos locais com faixas e cartazes de luto devido a mais de 60 mortes de operários no canteiro de obras da CSA e a de 1 pescador, além da ocorrência de outros acidentes de trabalho e contratação irregular de trabalhadores temporários (por 4 meses em rodízio) e precarização das relações de trabalho”.

Enquanto por terra, um dos protestos mais marcantes foi o realizado contra a liberação do financiamento da CSA pelo BNDES. Os pescadores mostraram os danos e prejuízos sofridos em virtude das obras da CSA como, por exemplo, redes de pesca:

“Dia 28/3 (amanhã), a partir das 13h, antes de subir para reunião com a Direção do BNDES, os manifestantes estarão realizando Ato Público pacífico em frente ao BNDES (Av. Chile, centro do Rio de Janeiro) com faixas e cartazes, também os pescadores levarão redes de pesca velhas e rasgadas por equipamentos e dragas da CSA; além de galão grande com lama contaminada das dragagens da CSA para a porta do BNDES. A lama contém metais pesados, presentes no fundo da baía, em sua maioria oriundos da poluidora Cia. Ingá Mercantil. Os pescadores afetados são de Mangaratiba, Itaguaí, Pedra de Guaratiba (Zona Oeste do Rio) e do Canal de São Francisco (Santa Cruz). Estes últimos em janeiro tomaram (ocuparam) uma das dragas da CSA que destruiu antigo e produtivo pesqueiro de Robalo e espalhou lama nas área de pesca tradicionais”.

Tendo-se em vista que os protestos geraram visibilidade durante as ações e que não houve formas aparentes de constrangimentos as ações dos atingidos, considera-se o espaço público, neste caso, como favoráveis a participação política. Por outro lado, ressalva-se que a ausência de um órgão que canalize tal processo mostra-se uma dificuldade na legitimação das contestações. Todavia, as manifestações apresentaram graus de visibilidade na mídia, embora não haja registros dessas ações na grande mídia.

4.4.3.5 - O poder do Ministério Público: interferências na configuração do conflito

O Ministério Público (MP) tem um importante papel de fazer garantir que o processo de licenciamento ambiental e os condicionantes desse processo sejam cumpridos dentro da legislação vigente. Sendo assim, cabe ao MP investigar, fiscalizar e exigir fiscalização dos órgãos ambientais pertinentes e dar recomendações técnicas e jurídicas sobre como devem ser encaminhadas as irregularidades encontradas.

Sabendo-se uma das atribuições do MP é defender os direitos da coletividade e que a preservação dos bens ambientais insere-se como categoria, ele deve servir de canal para a institucional a legitimação das contestações de proferidas grupos sociais que se julgarem válidas como ameaça ao bem-estar coletivo.

Seguindo questões levantadas por Lemos (2006), podemos afirmar que o grau de institucionalização dessas demandas encaminhadas pela ação dos grupos sociais depende da *“transcendência do caráter particular para a esfera coletiva na caracterização do dano que passa a ser percebido e formulado não como injúria pessoal, mas como dano ambiental e, portanto, relativo a um bem coletivo de uso comum”* como também da *“ascensão (e também o acesso) da denúncia ao espaço público”*. Isso significa que a legitimidade dos conflitos se dará a partir do momento em que a ameaça ao bem estar coletivo relaciona-se com o fator grandeza e, para isso, o uso da retórica aliado com a luta coletiva de grupos sociais que integram um contingente elevado de pessoas colaboram para dar legitimidade e urgência ao caso reconhecida neste espaço como demanda legítima de justiça.

No caso do conflito com a CSA, os atingidos utilizaram-se dessas estratégias para ganhar visibilidade no campo jurídico. Durante todo o processo de licenciamento e as obras, os grupos encaminharam a diversas comarcas do MP Estadual e Federal manifestos e documentos técnicos denunciando as irregularidades cometidas pela empresa. As entidades de

pesca do Estado têm aderido ao processo, congregando, por exemplo, a FAPESCA, CONFAPESCA, ABIT, APLIM, APAIM, AMACOR, APESCARI, Colônia Z-14, AAPP-Guaratiba, dentre outras, totalizando um número superior a 5 mil pescadores.

Além disso, o grupo dos atingidos utilizou-se de instrumentos jurídicos como Inquéritos e Ações Cíveis e Ações Populares contra a CSA, exigindo do poder público a interrupção da obra, a reparação dos danos ambientais causados pela CSA bem como entraram com um processo indenizatório milionário pelos prejuízos causados pela poluição da dragagem em especial.

No entanto, apesar de todas as tentativas de juntar provas e processos contra a empresa, os pescadores vêem MP como um órgão lento e sujeito a algumas manobras políticas, em especial nas ações que deveriam exigir fiscalização e cumprimento da legislação. É o que descreve o pescador Y:

“Existia um inquérito no MP do Estado, ficou no primeiro, e depois instaurado um no MPF. Que é que acontece: no MPF, as denúncias chegam e a distribuição é automática, é sorteado qual é o procurador. Por exemplo: “É sobre que matéria? Tutela coletiva” – meio ambiente é tutela coletiva – “quem são os procuradores? É fulano, cicrano... tem 10 procuradores”. Aí é sorteado o nome pelo computador. Agora, isso pode dar também espaço para manipulação política. Caiu o inquérito na mão da Dra. Gisele Porto há 1 ano e meio e ela simplesmente não mexeu no inquérito. Ele vem crescendo porque nós acrescentamos coisas aí...entidades tão crescendo, tem entidade de Nova Iguaçu até que se manifestou contra. Vai lá, protocola, o protocolo é obrigado a aceitar. É referente a qual procedimento administrativo? Número tal e número tal. Vai ser juntado no inquérito. Mas daí ela pegar o processo e tomar as providências, determinar as exigências para se elucidar aquilo ela não fez ainda”. (Pescador Y)

Por outro lado, o repasse dos processos para outras esferas do MP acabou surtindo efeito posteriormente quando esses caíram em mãos de um novo Procurador, que tomou as providências necessárias a pressionar o IBAMA a fazer a já descrita ação de fiscalização que culminou no embargo parcial da obra da CSA e a multas por supressão de manguezal:

“Mas a função do MP nesse momento era de embargar a obra, teria poder para isso, requerer em juízo e embargar a obra, e não faz. Porque se o MP faz isso fortalece a nossa ACP, a criminal. Consequentemente, condenando a criminal fortalece as indenizatórias. Em determinado momento, o MP

Estadual se julga incompetente para tratar dessa matéria, porque área de manguezal é área federal, mar é regido pela legislação federal, área de proteção ambiental, é legislação ambiental federal, que é normatização do CONAMA. Sendo atribuição federal o MPE achou que não caberia a ele nenhuma providência. O que ele fez: pegou o inquérito estadual e declinou a competência ao MPF. Não sei porque, por um lapso do MPF, esse inquérito deveria ir direto às mãos da Dra. Gisele Porto e não foi. Quando chegou do MPE, foi redistribuído e acabou caindo na mão do Mauricio Manso, que a gente tem acesso. E eu estou achando isso ótimo, porque ele recebeu os representantes dos pescadores, ficou conosco até as 18h e ainda tomou as providências”. (Pescador Y)

Além disso, a credibilidade do MP tem se efetivado também por meio dos Grupos de Apoio Técnico (GATE), constituído por “especialistas” com grau de autonomia suficiente para terem investigado com olhar rigoroso as possíveis irregularidades da obra da CSA.

O papel do GATE, nessa perspectiva, pode ser considerado como analista crítico do empreendimento com o cacife técnico necessário para legitimá-lo dentro do campo ambiental. Estrategicamente, o GATE tem fundamental importância para os grupos sociais, pois o fato de não depender do mercado das empresas de consultoria, não são, portanto, sustentados pelas empresas que procuram manter seu nome limpo na lista dos empreendimentos poluidores, o que confere autonomia ao trabalho dos técnicos nos processos de avaliação crítica. Tal situação é exposta por Zhouri (2005):

“Os consultores, financeiramente dependentes dos empreendedores, tendem a elaborar estudos que concluam pela viabilidade ambiental dos projetos, evitando, assim, riscos a possíveis contratações. Desta forma, o vínculo entre empreendedor e consultoria ambiental insere-se na lógica de mercado, ou seja, o EIA/RIMA é uma mercadoria que será adquirida pelo empreendedor, cujo objetivo é ter seu projeto aprovado pelos órgãos licenciadores. Sob o paradigma da adequação ambiental, os EIA/RIMA, apoiados no discurso do conhecimento técnico-científico das equipes de consultoria, são apresentados como registros objetivos da realidade, tornando-se mecanismos legitimadores da adequação do meio ambiente ao empreendimento”. (LEMOS, 1999 *apud* ZHOURI *et al.*, 2005)

As vistorias do GATE ratificaram e deram legitimidade a algumas contestações dos atingidos. Às irregularidades encontradas pelo GATE somam-se aspectos superficiais e falhos encontrados nos Planos Básicos Ambientais da CSA; supressão de manguezal; deposição de

material dragado em local sem licença; mortandade de vegetação e de animais e até mesmo irregularidades com as empresas de consultoria contratadas:

“O Ministério Público do Estado do Rio apura suspeita de fraude nas assinaturas dos técnicos que produziram o Plano Básico Ambiental para a usina da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA). O documento é uma exigência dos órgãos ambientais para conceder as licenças para obra do porte da indústria - uma sociedade entre a alemã ThyssenKrupp e a Vale - com intenção de produzir, a partir do ano que vem, 4,4 milhões de toneladas de aço em Sepetiba, na Zona Oeste.. A suspeita foi à tona quando técnicos do Grupo de Apoio Técnico Especializado (Gate) do Ministério Público analisaram os documentos para a dragagem do terreno de 9 milhões de metros quadrados e a construção da siderúrgica. No papel referente ao Plano Básico Ambiental, os especialistas do Gate concluíram que "as assinaturas dos técnicos impressas nos projetos foram escaneadas, possivelmente de outro documento, o que não coaduna com a boa técnica de responsabilidade..."(...) No mesmo relatório do Gate - que atestou danos a três ecossistemas da região - está escrito que o Plano Básico produzido pela ERM contém não informações suficientes nem apresentam resultados efetivos. (...) O promotor Sávio Bittencourt informou que, mesmo com as evidências apresentadas pelo Gate, qualquer medida judicial contra a CSA só será tomada depois que a empresa manifestar sua defesa, o que está marcado para o dia 6”. (JB Online - MP apura suspeita de fraude em licença da CSA. Divulgado em: 12 fev. 2008)

Conclui-se, assim, que o MP tem exercido um papel fundamental entre os grupos dos atingidos por legitimar os danos ambientais, por ser determinante no embargo das obras e nas multas aplicadas sobre a empresa. Além disso, o GATE tem gerado repercussões na mídia ajudando a fortalecer uma imagem que põe em dúvida as verdades quanto às tecnologias e à segurança dos processos adotados pela CSA que foram aprovados durante o licenciamento. A produção das verdades tem sido contrabalanceada pela força do MP, acarretando em diminuição de volume do poder simbólico da CSA, o que se configura como um ponto extremamente favorável ao grupo dos pescadores atingidos.

Deste modo, considera-se o MP um órgão favorável à ação coletiva e participação política dos grupos sociais, visto que serve de canal para a institucionalização dos conflitos e a legitimação da existência de danos ambientais e prejuízos sociais.

4.4.4 - Quando não há arena: o processo de esfacelamento dos conflitos

O presente tópico aborda as estratégias adotadas pela CSA no esfacelamento dos movimentos dos pescadores em sua luta por direitos coletivos ao assumir formas materiais e simbólicas de constrangimento a ação política e coletiva. Conjetura-se assim que os programas e supostos espaços de “participação” e “diálogo” propagados pela empresa tenham se apropriado de “concepção perversa” dessas categorias conceituais como forma de abrandar ou mesmo dizimar os conflitos de interesse em seu território de influência.

Outra concepção que permeia a análise dos resultados neste tópico é a que figura um processo de mercantilização dos direitos dos pescadores, pois a partir de certo momento em a empresa utiliza-se de alguns espaços extra-oficiais para negociar com os pescadores alguns privilégios materiais em troca de bens coletivos.

Em vista disso, as lutas perdem sua força política e o espaço dos direitos coletivos acaba solapado por um espaço de negociação que se vale de uma racionalidade economicista - do ganha/perde e do custo/benefício, por exemplo - onde o mais básico ao bem-estar social insere-se em uma lógica privatista de mercado.

4.4.4.1 – O mercado do consenso: desvelando o programa de “diálogo social”

Um dos instrumentos que a CSA se utilizou para manter comunicação com as comunidades antes e durante o licenciamento ambiental foi a empresa Agência 21, especializada no “diálogo social” e na “mediação de conflitos”.

Contudo, os pescadores atingidos não mostram com bons olhos durante as entrevistas as suas impressões sobre a empresa, por eles concebida como especializada em “cooptar as lideranças”, em “corromper” e em propor “ações de fachada”. Os depoimentos estão sistematizados de acordo com duas situações em que a Agência 21 esteve envolvida: período anterior (1) e período durante as às Audiências Públicas (2).

(1) Período antes às Audiências Públicas – as “Reuniões de Esclarecimento”: a empresa infiltra-se em comunidades pesqueiras realizando eventos que davam explicações gerais sobre o então projeto da CSA. De acordo com o depoimento do consultor da CSA e representando da Agência 21 durante as AP, o objetivo do trabalho dessa empresa em tais reuniões consistia nos seguintes aspectos:

“Aqui a gente pode identificar, por exemplo, vários jovens que nos ajudaram a fazer o diagnóstico das comunidades, inclusive a identificar quem é organizado e estruturado na região. São comunidades, pescadores, ambientalistas, entidades não governamentais, sindicatos e moradores organizados. Todo esse processo vem sendo conduzido pela Agência 21. A etapa disso: *foi feito um levantamento de quem é relevante, do ponto de vista das interações, quais são as expectativas, quais são as demandas*. A essas pessoas foram organizadas apresentações para explicar o empreendimento, então essa Audiência não é a primeira. A gente vem num acúmulo de interação com a sociedade dessa região e, ao mesmo tempo, vêm sendo colhidas sugestões para os planos e programas”. (Eduardo Martins, da Elabore e representando a Agência 21 também, empresas de consultoria da CSA) [grifos da autora]

As reuniões, além de terem sido realizadas com explicações técnicas semelhantes às feitas nas audiências públicas e com a meta de divulgar as vantagens do empreendimento, consistiam também em fazer levantamentos “de quem é relevante, quais as expectativas, quais as demandas”. Podemos supor que essas “demandas” têm grandes probabilidades de coincidir com os privilégios materiais que a CSA vem concedendo a alguns grupos de pescadores.

Na prática, isso se explicitou no caso, por exemplo, do Pescador Z que, após protestar através das barqueatas os prejuízos sentidos com as obras, recebe atenção da CSA à medida que a obra era impedida de dar prosseguimento, mas que logo os encaminha ao “diálogo” com a Agência 21:

“Aí [a CSA começou] a mostrar lá o projeto deles. Aí falei que a gente não tava interessado no projeto deles. Nós estávamos interessados nos nossos direitos, e perguntei o que eles poderiam nos oferecer, nos ajudar. Foi quando mostrei todos os documentos, que nós éramos uma associação registrada, todos os pescadores que tão aqui são todos documentados e que nós tínhamos também os nossos projetos. Só que eles tavam vendo o lado deles e esquecendo o lado do pescador. *Aí eles falaram que já tinham*

mandado uma empresa, a Agência 21, mandando nos procurar, mas dos mais de 200 pescadores que tinham todos falaram que não tinham procurado. Começaram então a entrar em contato comigo, aí eu ia, eles pediam um barco para irem filmar e tudo, trabalhando para a empresa. Fazendo tipo assim: “nós estamos cadastrando vocês? Ah, que nada, é só fachada!”. E naquilo eu tinha que ir à cidade para me reunir com eles, perdi dias de trabalho por causa disso. Aí eu comecei a *nem ir pescar mais porque cada dia tinha algum negócio para resolver. (...) Então eles falarem para a gente fazer um plano imediato. No começo eles falaram de cesta básica. Pescador não quer cesta básica. Em época boa de peixe, eu tiro mais de um salário por semana. Eu falei para eles: meu salário em época boa de peixe é de dois mil, três mil reais. Meus pescadores não vão ficar sujeitos a uma cesta básica, não*”. (Pescador Z) [grifos da autora]

Os trechos grifados evidenciam a primeira estratégia da Agência 21 frente à dificuldade dos pescadores, na qual propõe medidas de caráter compensatório ao conceder ajuda ínfima, como cestas básicas, que foram recusadas com veemência pelos pescadores.

Uma das observações que mais denota o papel da empresa na desmobilização dos grupos sociais contra a CSA encontra-se no depoimento do ambientalista. Segundo ele, o papel da Agência 21 insere-se dentro de um contexto em que o aprendizado dos movimentos sociais na luta contra a termelétrica de Itaguaí impôs a CSA a necessidade de delinear estratégias de desmobilização dos agentes sociais da região de forma sofisticada:

“O que aconteceu no projeto da termelétrica eles tomaram no coro. Nós aprendemos uma experiência política e de mobilização. As empresas também aprenderam. Quando chegou a CSA, eles sofisticaram o instrumento deles, que até fizeram dezenas de reuniões – que eles chamavam de “Reuniões de Esclarecimento” - e que, cada lista com a assinatura de 50 pessoas, eles pagaram R\$ 2.000,00. E isso inclusive chegou a ser oferecido ao nosso pessoal. Eles chegavam e falavam que a CSA ia chegar e que era inevitável, porque tinha apoio do governo federal, estadual, prefeitura...Nós fomos a umas 2, 3 reuniões e a gente não assinava a lista de presença, nós fomos para contestar. Então foi aí que eles iniciaram a cooptação das lideranças de pesca. A empresa, por meio da Agência 21, chegava e fazia essas reuniões de esclarecimento, mostrando todos os benefícios e os impactos positivos. E o que aconteceu? Isso provocou uma desmobilização das audiências públicas – eu achei que as audiências iam estar lotadas e não tavam -, muita gente que nós convidávamos falavam que já tinham visto aquilo várias vezes. Era, então, como se aquelas reuniões já tivessem sido as audiências públicas”. (Ambientalista) [grifos da autora]

A Agência 21 seria, nessa perspectiva, um instrumento estratégico da CSA para conter o movimento heterodoxo insurgente com o intuito de se criar condições propícias ao retorno da estabilidade da doxa hegemônica na localidade.

Com o uso de instrumentos de sedução material e econômica diante de uma população carente no atendimento de seus direitos coletivos somada a possibilidade de ganho de dinheiro fácil a Agência 21 pôde fazer com que, logicamente, o interesse de pessoas em comungar com a CSA os seus supostos benefícios despertasse.

O pescador Y mostra-se de acordo, assim, com a posição do ambientalista, e ainda reiterando que essas reuniões tinham somente o viés de promover a divulgação das vantagens de se apoiar a CSA, dado que qualquer enfrentamento imediato com questionamentos com representantes ligados diretamente a empresa eram mediados sempre pela Agência 21:

“Assim eles chegaram, por isso que eu te digo, eles minaram, a partir daquela questão da termelétrica, eles criaram uma estratégia para minar essa resistência antes de chegar aqui. A Baía de Sepetiba banha muitas 3 municípios, e assim de Conceição de Jacareí até Pedra de Guaratiba ta tudo inserido dentro da baía. Essa população foi assediada previamente pela Agência 21, que era o contato da CSA, era a intermediação entre a CSA e a população. Você nunca chegava a CSA, entendeu? Qualquer pergunta, questionamento era por meio da Agência 21 nas reuniões prévias a audiência pública que eles fizeram”. (Pescador Y)

Nessa perspectiva, especula-se que o papel de “diálogo”, na realidade, mostra-se como um monólogo ou como um diálogo interessado, por se abrir àqueles atores que não contestam as intenções da empresa. Ainda, o fato de haver apenas uma representante da CSA nas reuniões de esclarecimento pode ser concebida como mais uma estratégia da CSA em não assumir publicamente as possíveis falhas e contradições do processo de desenvolvimento a ser pretendido na região.

(2) O tópico relacionado aos constrangimentos a participação nas audiências públicas expõe a relação que a Agência 21 possui com aqueles que questionavam e procuravam instituir um debate com a CSA. Nos bastidores das AP, a Agência 21 mais uma vez mostrou

seu papel de cooptar as lideranças e movimentos contestadores oferecendo privilégios materiais:

“A Agência 21 me chamou ali num cantinho na segunda AP, depois de ter quebrado o pau na primeira, eu e o Lico antes da AP começar, oferecer dinheiro. A tal de ***** da Agência 21, cujo papel é de corromper. Eles falaram que a gente não tinha necessidade de estar ali e *que podíamos colocar num papel tudo que nós queríamos que eles encaminhassem para a CSA resolver isso*. Eu disse para ela assim ‘você acha que tá escrito na minha testa, em lâmpada de néon, uma etiqueta de preço? Vai a merda!’ Isso porque só não te dou uma porrada, porque você é mulher. Xinguei mesmo, perdi a compostura. Ela achou que, como tinha comprado todo o resto, todo ferrado, então dava pra comprar todo mundo. Ela achou que ia fazer esse tipo de proposta e que a gente ia acolher esse tipo de proposta. Aí que a gente não teve mais dúvida de como foi feito todo o resto”. (Pescador Y) [grifos da autora]

4.4.4.2 - Políticas de favorecimento em detrimento da política pública

Diante do panorama acima descrito em relação a Agência 21, os pescadores atingidos declaram que o processo de cooptação de outros pescadores da região da baía de Sepetiba vem se desenvolvendo para além de outras formas de fornecimento de privilégios individuais, mas através do fornecimento de equipamentos e realização de obras de infra-estrutura para um grupo específico, como por exemplo, as colônias de pesca.

O pescador Y detalha esta situação que divide os pescadores em 2 grupos: aqueles que desistem das lutas em função das “demandas” que são imediatamente atendidas e aqueles que não desistem da luta contra a CSA a partir da percepção de que a luta coletiva implica em uma luta de direitos, mostrando-se muito mais preocupados com questões da sustentabilidade da pesca em longo prazo do que ao atendimento de necessidades mais imediatas:

“Agora, mesmo lá dentro da audiência, tinham 2 grupos de pescadores: esse dos 50 e outro que tinha sido comprado previamente que foram lá com o intuito de defender o projeto: “não, que isso vai ser bom pra pesca, porque nós vamos ganhar isso, vamos ganhar aquilo, porque a cooperativa do Marquinho lá em Mangaratiba, a CSA prometeu um estaleiro, pro outro aqui talvez tenha um caminhão”, *quer dizer, prometeu pra entidade, mas na verdade isso para a entidade não representa nada, porque obrigatoriamente o governo, através do Pronaf, tem que custear uma fábrica de gelo...*o Pronaf custeia, instala, paga...a única obrigação é você manter o subsídio, isto é, você manter o preço do gelo acessível pro pequeno pescador, pro

pescador artesanal. Esse é o compromisso do financiamento público a este tipo de insumo, entendeu? *“Nós vamos ganhar da CSA uma fábrica de gelo” Vai ganhar por quê? Para vender a Baía? Você não ganhou nada, você perdeu. Do que adianta você ter uma fábrica de gelo e não ter o que gelar? Para vender gelo em restaurante? Porque a finalidade de você ter uma fábrica de gelo lá na colônia, qual é? O gelo não é em cima da pesca? Mas para pescar você precisa ter peixe. E para ter peixe você precisa primeiro ter uma baía limpa, despoluída e, quando muito, controlada, como vinha sendo feito a partir daquele último vazamento da Ingá”.* (Pescador Y) [grifos da autora]

“Dizem que a CSA vai construir um píer para eles lá. Isso é obrigação do poder público, não é obrigação da CSA. A CSA vai gastar lá uns 300 mil reais, o que pra eles isso é nada, mas em compensação essa comunidade ta comprada. A comunidade, não, aquela direção daquela entidade. Isso porque a comunidade tava pagando 20, 30 reais por mês para a APLIM para a construção daquele cais...contratar um bate-estaca para colocar as estacas....o próprio associado estava sentindo sua necessidade em fazer, era só dar segmento a isso. Lá na frente eles iam ter o píer do mesmo jeito, ninguém ia morrer por causa de 30 reais por mês e depois podiam falar que aquilo era deles, pois foram eles que construíram aquilo, que não foi com dinheiro de CSA, de ninguém. A CSA iria entrar sim com dinheiro, cabe a ela entrar e indenizar o prejuízo que ta causando e não comprar uma comunidade com uma merdinha de uma pontezinha”. (Pescador Y)

Vale ressaltar que o depoimento do pescador confirma a tese de que os direitos sociais perdem sua validade e enfraquecem a luta contra danos muito maiores que ameacem a reprodução da identidade do pescador quando a suposta “ajuda” ou “cooperação” da CSA é permeada por estratégias escusas que visem a aceitação do projeto ortodóxico planejado para a localidade.

A falta de participação, ou a participação por “parceria”, propagada pela CSA em seus programas de “diálogo” e de “esclarecimento” ocultam os reais interesses ideológicos que perpetuam a lógica excludente dos empreendimentos produtores de *commodities*, vistos aqui como aqueles que não apenas produzem e vendem mercadorias padronizadas que geram lucro, mas que nesse processo necessariamente geram em seu território de influência um ônus ambiental e social na esfera coletiva.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES

O presente trabalho buscou investigar situações de conflito geradas pelo processo de implantação de um megaprojeto industrial na Baía de Sepetiba: a ThyssenKrupp CSA. O grupo social escolhido para análise da dinâmica conflituosa foi os pescadores artesanais, pela sua dependência intrínseca com o ambiente natural, o que conduziu a pesquisa a uma diversidade de choques culturais e ideológicos que se mostraram fundamentais ao relacionar os processos particulares do estudo de caso com aqueles observados em outras localidades, reforçando a suposição de que há um padrão de conflitos inseridos em uma estrutura social que determina seu encadeamento.

Igualmente, foram analisados aspectos do licenciamento ambiental, fundamentais para se entender os espaços de participação e ação coletiva que dão legitimidade aos conflitos e posterior problematização das lacunas encontradas que poderiam dar suporte aos grupos sociais no controle das políticas públicas. Os espaços de participação também foram problematizados, dado que as categorias simbólicas que determinam o grau de autonomia e de poder dos atores sociais no campo são apropriadas de acordo com os interesses subjacentes a quem rege essas arenas.

Partindo-se do princípio de que o campo ambiental e o campo das decisões políticas são dominados por um poder que coloca fé na doxa desenvolvimentista, a perspectiva para esta pesquisa se delineou sobre a análise das estratégias e dos interesses escusos dos grupos sociais assimetricamente posicionados no campo ambiental, buscando analisar nas arenas de luta política abertas, qual o espaço possível de ser conquistado pelas forças contra-hegemônicas no controle social das políticas públicas.

Nesta perspectiva, as conclusões deste trabalho foram estruturadas em duas partes:

- a primeira no que tange ao processo de licenciamento, legitimado e estruturado na política ambiental e principal motivo para barrar os investimentos dos adeptos da doxa desenvolvimentista em territórios alheios;

- a segunda parte tem a preocupação de dar perspectivas às lutas dos movimentos sociais que através da luta por justiça ambiental buscam deslegitimar a doxa desenvolvimentista buscando e propondo novos padrões de se pensar a relação homem-natureza que revertam a situação atual de desigualdades sociais e ambientais que culminam na escassez em longo prazo das bases vitais de sustentação da humanidade.

5.1 - Contribuições ao licenciamento ambiental: análise das lacunas ao controle social de empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental

Os problemas que puderam ser identificados durante a análise do processo de licenciamento que colaboram para a exclusão dos grupos sociais no controle das políticas de desenvolvimento sobre o seu território foram:

1. Aqueles de ordem político-estruturais:

- Permeados pelo paradigma da adequação ambiental, os empreendimentos são considerados viáveis apenas pelo controle técnico dos padrões de qualidade ambiental instituídos (ou padrões de poluição);

- A autoridade técnica do campo ambiental fomentada pelo paradigma referido tem evidenciado um discurso hermético de difícil compreensão pelo público leigo - o que inclui aqueles que serão afetados pelo empreendimento. Ainda, a autoridade dos “especialistas” tem corroborado para a estruturação de um campo da política ambiental hierarquizado, onde a produção de verdades e legitimidade para opinar sobre os problemas ambientais fica

monopolizada a esses mesmos grupos, excluindo do campo outros agentes dotados de menor volume de capital específico do campo;

2. Aqueles de ordem político-procedimentais:

- A falta de mecanismos institucionais que congreguem o conhecimento e as demandas dos grupos sociais locais durante o processo de caracterização dos impactos ambientais e sociais para que, antes mesmo das audiências públicas, já tenha sido feito um trabalho de construção crítica das implicações da implantação de empreendimentos;

- Isso nos conduz à crítica relacionada à falta de planejamento dos termos de referência e dos estudos de impacto ambiental em conjunto com a população local, no qual se propõe que elas sejam também parte do corpo de avaliação do empreendimento, com o intuito de desafogar o processo de um corpo técnico detentor do monopólio de avaliação, que se restringe a metodologias instrumentalizadas e distanciadas das peculiaridades locais.

- Mau uso do tempo e do debate nas Audiências Públicas, mais uma vez, prioriza a fala de um corpo técnico em uma mesa predominada por consultores contratados pela empresa. Há como consequência pouco espaço para a leitura de pareceres técnicos mais críticos ao empreendimento que fomentem um debate politizado, o que não é observado atualmente. O debate é fomentado por perguntas com dúvidas a serem elucidadas de forma burocrática e com verdades pré-moldadas pelo corpo técnico, descolando-se assim tal processo de todos os aspectos relacionados à esfera da política, isto é, aquele que realmente fere os interesses dos grupos.

- Carência de aplicação efetiva de instrumentos durante o processo de gestão ambiental que garantam a expressão dos diferentes olhares sobre o ambiente e que fortaleça a ação coletiva no controle das ações do Estado e dos empreendedores. O processo de

reestruturação do IBAMA tem acarretado na indecisão das atribuições do educador ambiental gestor do órgão ocasionando em dificuldades de aplicação de tais instrumentos.

5.2 – Contribuições ao movimento por Justiça Ambiental: análise do *status* do campo ambiental e sinais de heterodoxia

Esta pesquisa analisou também os conflitos inseridos no interior de um campo ambiental onde os poderes desiguais tendem a excluir aqueles grupos sociais com menor poder de fazer valer suas percepções e interesses no campo. Durante o processo de implantação do empreendimento da CSA foram contempladas as análises dessas assimetrias bem como as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos atores sociais atingidos para a reversão de sua situação de atingido por meio do investimento em ganhos de poder simbólico no campo. Esses momentos de ganho de poder simbólico foram marcados por situações específicas como:

- Através da busca de visibilidade no espaço público, isto é, espaço de legitimação das categorias simbólicas no senso comum. A busca pela mídia tem aberto o espaço para autoridades exporem o grau de importância que dão ao assunto;

- A aliança com detentores de volumes específicos de poder legal e político como, autoridades técnicas e jurídicas, tais como advogados e ambientalistas;

- Investimento em capital social e político com a aliança com entidades da classe dos pescadores com maior poder de adesão ao movimento, dando maior visibilidade e grandeza a luta política de enfrentamento;

- Uso de instrumentos de institucionalização na esfera do Estado do conflito, principalmente na reivindicação por direitos sociais legais. Esta institucionalização tem

favorecido a luta dos atingidos a medida que o poder público é pressionado a exercer seu papel de fiscalização e controle do empreendimento e também quando o GATE exerce o papel de grupo dotado de capital específico do campo, com capital cultural de “especialistas” que podem produzir novas verdades no campo, deslegitimando aquelas certezas científicas impostas pelo empreendimento.

- A apropriação combinada dessas diferentes forças pelos pescadores tem induzido a um processo sinérgico de empoderamento do grupo. Um exemplo concreto disso foi quando a aliança com o Ministério Público – este dotado de autoridade e de capital cultural - encadeou em ações de fiscalização operacionalizadas pelo omissso órgão ambiental que deram legitimidade ao que parecia como mera impressão dos pescadores e, com isso a própria mídia veiculou o caso como relevante na pauta de notícias, gerando um movimento de deslegitimação das ações do empreendimento, o que culminou posteriormente em notícias de viés mais crítico a CSA, em colunas do jornal de autoridades e abriu espaço para a fala dos pescadores e dos grupos que os representam.

Assim, a sinergia entre os poderes que favorecem ao movimento dos atingidos gera uma força de usurpação dos poderes simbólicos do empreendimento, dando possibilidades reais de virar o jogo do conflito a favor dos atingidos, que, como consequência, acabam por confiar cada vez mais no investimento dos seus capitais para ascenderem no campo.

Além disso, vale lembrar que a própria assimetria que define a condição do campo é estruturalmente determinante para a emergência dos conflitos, pois favorece a sua condição de produtora de culturas distintas, polarizando as formas de ver e agir no território os grupos sociais atingidos e os grandes empreendimentos. Tal situação de classe encontrada no campo tem aberto lacunas para o questionamento da validade da doxa do campo, criando um movimento de apropriação de novas de categorias e a reapropriação daquelas já existentes,

tornando-o sujeito a uma constante instabilidade enquanto os grupos situados mais embaixo da escala social se perceberem ameaçados de se reproduzir.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o movimento se saiu favorecido quando a luta se baseou em categorias relacionadas a “justiça” e a “meio ambiente”, pois o fato do grupo social se identificar e agir como um “atingido” implica num movimento de reversão de uma situação de injustiça social. Além disso, a identidade do pescador artesanal, atrelada a dependência direta dos ciclos naturais legitimam a necessidade de manutenção de um ambiente natural sadio independentemente de qualquer ordem legal que conclame por isso.

Desta forma, este trabalho encontra-se de acordo as afirmações de Acselrad (2004c) ao refletir que a força simbólica do movimento de justiça ambiental decorre de sua capacidade de:

- a) estender a matriz dos direitos civis ao campo do meio ambiente, fundando a noção de “justiça ambiental” como alternativa à oposição Homem – Natureza;
- b) politizar, nacionalizar e unificar uma multiplicidade de embates localizados;
- c) elaborar apropriadamente uma “classificação” dos grupos sociais compatível com a posição diferencial dos indivíduos no espaço social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que o trabalho teve o intuito de contribuir para evidenciar a importância dos conflitos ambientais na democratização dos processos decisórios que culminam na transformação da realidade, procurando mostrar a relevância de se tratar os problemas e demandas dos grupos sociais em uma esfera tangível, em que a participação da

sociedade não se restrinja à ação individualizada e descolada do espaço territorial, onde as ações coletivas podem efetivamente se concretizar.

Considerando-se a temática abordada como inesgotável, dado que a dinâmica do campo e o movimento de apropriação da doxa é constante, esta pesquisa deixa um espaço para a análise das implicações posteriores de um conflito ainda não superado.

Ademais, este estudo de caso configura-se apenas como um recorte da realidade, uma vez que os conflitos na região da Baía de Sepetiba não se restringem a implantação da CSA, nem ao grupo dos pescadores artesanais. Durante este conflito, houve outros envolvendo a CSA e famílias de sem-terra, que ocupavam o terreno do empreendimento e foram forçadamente deslocados a outro terreno, no qual enfrentam problemas diversos, não abordados neste estudo; houve conflitos trabalhistas entre o Ministério do Trabalho, o CREA e a CSA com a vinda de cerca de 600 chineses para trabalhar nas obras do empreendimento com o intuito de baratear os custos. Entretanto, além de conferir uma complexidade ainda maior a um tema que já se faz complexo, essas lutas não foram abordadas por terem se encaminhado de forma descolada da luta dos pescadores. Cabe, deste modo, uma investigação do motivo para a falta de união entre essas lutas, uma vez que a solidariedade entre as classes teria grandes chances de fortalecer ainda mais a ação coletiva.

Em uma perspectiva teórica, esta pesquisa abre questões que merecem uma discussão mais aprofundada sobre a relação que a contribuição do sistema de produção de mercadorias “comoditizadas” na evidenciação das contradições sociais e ambientais do capitalismo. Outra lacuna interessante deixada pela pesquisa consiste na análise do capitalismo em produzir condições que limitam a ação de enfrentamento das contradições do sistema, uma vez que a expropriação ambiental dos grupos sociais implica numa dependência imediata do trabalho em sua forma de exploração. Estudiosos da economia política aliados ao movimento da ecologia política tendem a dar boas contribuições ao assunto.

Um exemplo disso é a análise da “chantagem ambiental”, isto é, o capitalismo ao mesmo passo em que produz condições de desigualdade, aproveita-se desses espaços para deles se apropriar com a meta de reduzir progressivamente seus custos produtivos, uma vez que nessas localidades há terrenos de baixo custo, isenções diversas e pessoas desesperadas por postos de trabalho, vulneráveis a aceitar trabalhos que lhes exponham a condições insalubres e a riscos ambientais.

Para os processos de licenciamento e de gestão ambiental, ficam abertas as lacunas apontadas com a problematização de processos que podem servir de subsídio a futuras políticas públicas que venham a se estruturar de maneira a conceder maior poder de decisão a grupos sociais de menor visibilidade. Igualmente, reitera-se que novas categorias simbólicas legitimadas no senso comum a partir do questionamento do empreendimento e do ganho de legitimidade na produção de verdades sobre os riscos ambientais pelos agentes sociais polarizados no campo, quando transformados em políticas públicas, podem acarretar em aumentos progressivos aos custos das empresas que, para implantar qualquer empreendimento tenderão a encontrar caminhos cada vez mais sinuosos.

Contudo, isso deve ser feito sem se esquecer de que é preciso pressionar o poder político a não dar crédito a tais empreendimentos quando estes contestarem a sua inviabilização sem auxílio de dinheiro público – a exemplo do caso da CSA em relação ao BNDES, que concedeu financiamento bilionário - de forma a desarticular todo o tipo de estratégia de financiamento originário de recursos coletivos para a geração de lucros privados.

Untitled*(Interpol)*

Surprise sometimes

Will come around

Surprise sometimes

Will come around

I will surprise you sometime

I'll come around

When you're down

À continuidade do processo

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Conflito social e risco ambiental: o caso de um vazamento de óleo na Baía de Guanabara. In: Alimonda, Hector. (org.) **Ecología política. Naturaleza, sociedad y utopia**. Buenos Aires: Clacso, 2002a.

_____. Justiça ambiental e construção social do risco. Trabalho apresentado no **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto: 2002b. Disponível em:
http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MA_ST5_Acselrad_texto.pdf

_____. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2004.

_____. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004a.

_____. **Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004b.

_____; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004c.

_____. Tecnologias sociais e sistemas locais de poluição. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 117-138, jan./jun. 2006

_____; Mello, C.; Bezerra, G. **Cidade, ambiente e política: problematizando a Agenda 21 local**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2006. 133p.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: Alimonda, Hector (org.). **Ecología política. Naturaleza, sociedad y utopia**. Buenos Aires: Clacso, 2002.

AMORIM, Érica; BLANCO, Maurício. **O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos. 2003. Coleção Estudos da Cidade.

ARAÚJO, F.G.; CRUZ-FILHO, A.G.; AZEVEDO, M.C.C.; SANTOS, A.C.A. Estrutura da comunidade de peixes demersais da Baía de Sepetiba, RJ. São Carlos: **Revista Brasileira de Biologia**, v. 58 n. 3, 1998.

BARDIN, Laurance. **L'analyse de contenu**. Paris: Presses Universitaires de France, 1977.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Le sens pratique**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: Ed. Difel, 1989.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2007.

_____. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. Organizado por Sergio Miceli. 6ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____; EAGLETON, Terry. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

CARVALHO, I.C.M. **A Invenção Ecológica**: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

_____. O 'ambiental' como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade da educação ambiental. In: Sauv  , L. Orellana, I. Sato, M. **Textos escolhidos em Educa  o Ambiental: de uma Am  rica    outra**. Montreal, Publications ERE-UQAM, Tomo I, 2002.

_____. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** São Paulo: Ed. Cortez, 2004.

BRASIL. **Programa de Aceleração do Crescimento: 2007-2010** – Material para a imprensa. Brasília: 2007.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia.** São Paulo: Ed. Brasiliense – 2ª edição, 2001.

DEMO, Pedro. Elementos metodológicos da pesquisa participante. In: BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa participante.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 1996.

DRYSEK, John S. **The politics of the earth: environmental discourses.** Oxford, UK: Oxford University Press, 1997.

ECOLOGUS. **Relatório de Impacto Ambiental do Terminal Portuário Centro Atlântico.** Rio de Janeiro: Ecologus Engenharia consultiva, 2005.

ERM. **Relatório de Impacto Ambiental - Companhia Siderúrgica do Atlântico: Usina Siderúrgica.** Rio de Janeiro: ERM, 2005.

FALS BORDA, Orlando. **Action and Knowledge: Breaking the Monopoly with Participatory Action-Research.** London: Intermediate Technology Publications e NY: Apex. 1991.

FERRAZ, Iara. O fim do projeto da usina termelétrica a carvão mineral em Itaguaí. In: ACSELRAD, Henri. **Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

FREITAS, C.M.; PORTO, M.F. **Saúde, Ambiente e Sustentabilidade.** Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006. Coleção Temas em Saúde.

FUKS, Mario. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.

GERHARDT, C.H.; ALMEIDA, J. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. **Ambiente & sociedade**, Campinas: v. 8, n. 2, p. 1-32, 2005.

GOMES, R.; MENDONÇA, E.A.; PONTES, M.L. As representações sociais e a experiência da doença. Rio de Janeiro: **Cadernos de Saúde Pública**, v. 18, n.5, 2002.

GOULD, K. A. Classe social, justiça ambiental e conflito político. In: Acselrad, H. et al. **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

HERCULANO, S. C. Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. In: Goldenberg, M. (coord.) **Ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

_____. Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental. Fortaleza: **I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental**, 2006. Apresentação de texto.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. **Moradia segregação, desigualdade e sustentabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Rio Estudos, nº. 13, 2001.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LASCHEFSKI, Klemens. O Comércio de Carbono e a Industrialização de Paisagens Alternativas Energéticas e Conflitos Socioambientais. Brasília: **Anais do III Encontro Nacional da ANPPAS**, 2006.

LAYRARGUES, P.P. **A natureza da ideologia e a ideologia da natureza**: elementos para uma sociologia da educação ambiental. Campinas: Unicamp. Tese de Doutorado, 2003.

LE BOTERF, Guy. Pesquisa participante: proposta e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, C. R.. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

LEITE LOPES, J. S. (Org.) . **A ambientalização dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

LE MOS, C.F. “A trajetória institucional das denúncias”. In ACSELRAD, H; LEROY, J.P. (coord.). **Mapa de Conflitos Ambientais do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPPUR/FASE, 2006. CD-ROM.

LIMA, G.F.C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & sociedade**, Campinas: v. 6, n. 2, p. 99-119, 2003.

_____. **Formação e dinâmica do campo da Educação Ambiental no Brasil: Emergência, identidades, desafios**. Campinas: Unicamp - Tese de Doutorado, 2005.

LOUREIRO, C.F.B; AZAZIEL, M; FRANCA, N.; BRASILEIRO, R.F.; MUSSI, S.M.; LAFAILLE, T.M.S.; LEAL, W.O. **Educação ambiental e gestão participativa em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro: IBAMA, 2005.

_____; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. **Educação ambiental e conselho em Unidades de Conservação: aspectos teóricos e metodológicos**. Rio de Janeiro: IBASE, 2007.

LOUREIRO, Maria Rita; PACHECO, Regina Silvia. Formação e consolidação do campo ambiental no Brasil: consensos e disputas (1972- 92). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, p. 137-53, out./dez, 1995.

MALDONADO, T. **Meio ambiente e ideologia**. Lisboa: Sociocultur. 1971

MARCONI, M. A. & LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização**. São Paulo: Contexto, 2007.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez/UNESCO, 1999/2000.

OLIVEIRA, Sonia. A releitura dos critérios de justiça na região dos Lagos. In: ACSELRAD, Henri. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2004.

PÁDUA, J. A. O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. In: Leis, Hector (org.). **Ecologia e política mundial**. Rio de Janeiro: FASE/Vozes, 1991.

PLASTINO, Carlos Alberto. **O primado da afetividade: a crítica freudiana ao paradigma moderno**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Ed. Contexto, 1989.

REIGOTA, Marcos. **Representações sociais e meio ambiente**. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

SALLUM JR., Basílio. Classes, cultura e ação coletiva. São Paulo: **Lua Nova**, 65: 11-42, 2005.

SOARES, J.L. & TOLENTINO, J. Companhia Mercantil e Industrial Ingá: “A bomba de Itaguaí”. In: ACSELRAD, Henri. **Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

SPRADLEY, James. **The ethnographic interview**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1979.

THIOLLENT, Michel. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO, C.R. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

_____. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Ed. Cortez, 1994.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Estudo socioeconômico do município de Itaguaí**. Rio de Janeiro: Secretaria Geral de Planejamento, 2004.

THIRY-CHERQUES, H.R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. Rio de Janeiro: **Revista de Administração Pública**, 40 (1): 27-55, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2007.

UEMA, Elisabeth Eriko. **Pensando e praticando a educação no processo de gestão ambiental – controle social e participação no licenciamento**. Brasília: IBAMA, 2006

VALA, Jorge. Representações Sociais: Para Uma Psicologia Social do Pensamento Social. In: VALA, Jorge e MONTEIRO, Maria Benedita (Org.). **Psicologia Social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

VASCONCELOS, E.M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

VIEGAS, R. N. Desigualdade Ambiental e “Zonas de Sacrificio”. In ACSELRAD, H; LEROY, J.P. (coord.). **Mapa de Conflitos Ambientais do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPPUR/FASE, 2006. CD-ROM.

VIOLA, E. O Movimento Ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: Goldenberg, M. (org.) **Ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1992.

WACQUANT, Loïc. "Esclarecer o habitus". **Sociologia. Problemas e práticas**. (Lisboa), nº 14, pp. 35-41, 2004. Disponível em: http://sociology.berkeley.edu/faculty/wacquant/wacquant_pdf/ESCLARECEROHABITUS.pdf

XAVIER, Roseane. Representações sociais e ideologia: conceitos intercambiáveis? **Psicologia & Sociedade**, 14 (2), 2002.

YIN, R. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3ª ed. São Paulo: Bookman, 2005.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. **A insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos sócio-ambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. Conflitos Sociais e Meio Ambiente Urbano. Rio de Janeiro: **Série Documenta EICOS**, nº. 17, 2007.

ZUCARELLI, M.C. Assimetria nos Usos do Meio Ambiente Perante a Construção de Usinas Hidrelétricas. Brasília: III ENANPPAS. In: **Anais do Encontro Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, 2006.

APÊNDICE

A. ROTEIRO DE ENTREVISTA - pescadores

I - Percepção do empreendimento CSA, dos possíveis problemas ambientais sofridos e nível de mobilização social/ Percepção dos riscos no presente.

1. Como e quando você soube do empreendimento da CSA?
2. Como foi recebida essa notícia na sua comunidade? Quais foram as reações das pessoas?
3. Quais foram os principais problemas percebidos?
4. O que foi feito em relação a esses problemas? O que vocês fizeram? O que a CSA fez? O que o poder público fez?
5. Você tem conhecimento de entidades/associações/ONGs que estejam atuando no caso da CSA? Como tem sido a atuação delas? O que você pensa sobre isso?
6. Você acompanhou as Audiências Públicas realizadas? Você poderia me descrever como foi o evento?
7. Você saberia me dizer que opinião/percepção sua comunidade passou a ter da CSA após esse evento?
8. A CSA tem um programa de Comunicação Social, que se destina a informar a população sobre os possíveis impactos e riscos sofridos durante a implantação do empreendimento. Você tem conhecimento desse programa? O que é feito nele?

II - Histórico de problemas ambientais sofridos e de mobilização social.

9. Sua comunidade já sofreu no passado com impactos de outros empreendimentos? Quais?
10. O que foi feito em relação a isso?
11. Que entidades/associações/ONGs atuaram?

III - Futuro: Percepção em uma escala espaço-temporal ampliada/ Percepção dos riscos futuros.

12. Quais problemas você imagina que ainda existirão daqui a 5 anos?
13. E quanto a novos problemas?
14. Como você imagina que estará a região daqui a 5 anos? (quando a CSA já estará em operação)
15. Como você acha que estará a sua comunidade daqui a 5 anos?

B. ROTEIRO DE ENTREVISTA – Ambientalista

I - Percepção do empreendimento CSA e relação com atores locais.

1. Como e quando você soube do empreendimento da CSA?
2. Como se iniciou sua relação com atores da sociedade civil do local? Na sua opinião, como têm sido a atuação destes com o caso CSA? Quem você considera como atingidos pela CSA?
3. Que tipo de articulação é feita entre você e tais entidades/atores?
4. Quais foram os principais problemas percebidos?
5. O que foi feito em relação a esses problemas? O que vocês fizeram? O que a CSA fez? O que o poder público fez?
6. Você acompanhou as Audiências Públicas realizadas? Você poderia me descrever como foi o evento?
7. Como foi a atuação da instituição durante a audiência?
8. Foram encaminhadas ao poder público ações civis e denúncias ambientais diversas. Como elas foram elaboradas? Elas têm surtido efeito?
9. Você tem conhecimento do conteúdo dos EIA/RIMA produzidos? O que você pensa sobre o seu conteúdo? Quais as suas críticas?

II - Histórico de problemas ambientais sofridos e de mobilização social.

10. Você já atuou frente a outros problemas relacionados a degradação ambiental na região? Você poderia me descrever como foram suas experiências?
11. Que entidades/associações/ONGs atuaram? O que você pensa sobre a atuação de cada uma delas?
12. Quais entidades locais você considera mais importantes e com potencial de transformação da região?

III - Futuro: Percepção em uma escala espaço-temporal ampliada/ Percepção dos riscos futuros.

13. Quais problemas você imagina que ainda existirão daqui a 5 anos?
14. E quanto a novos problemas?
15. Como você imagina que estará a região daqui a 5 anos? (quando a CSA já estará em operação)

ANEXOS

1. Mapa panorâmico da Baía de Sepetiba / Indicação dos locais de pesca dos entrevistados

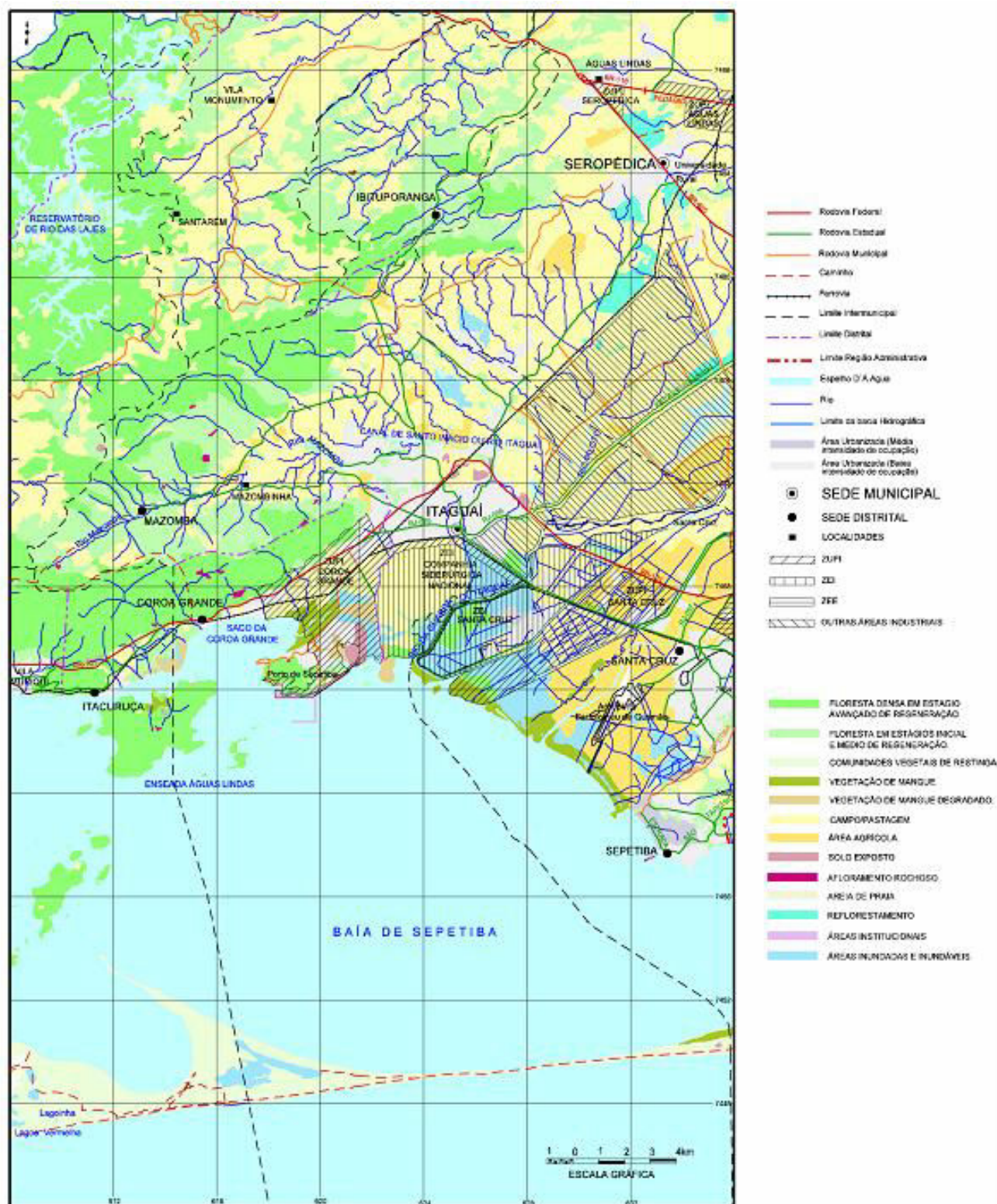


3. Região Administrativa de Santa Cruz com suas Zonas Industriais



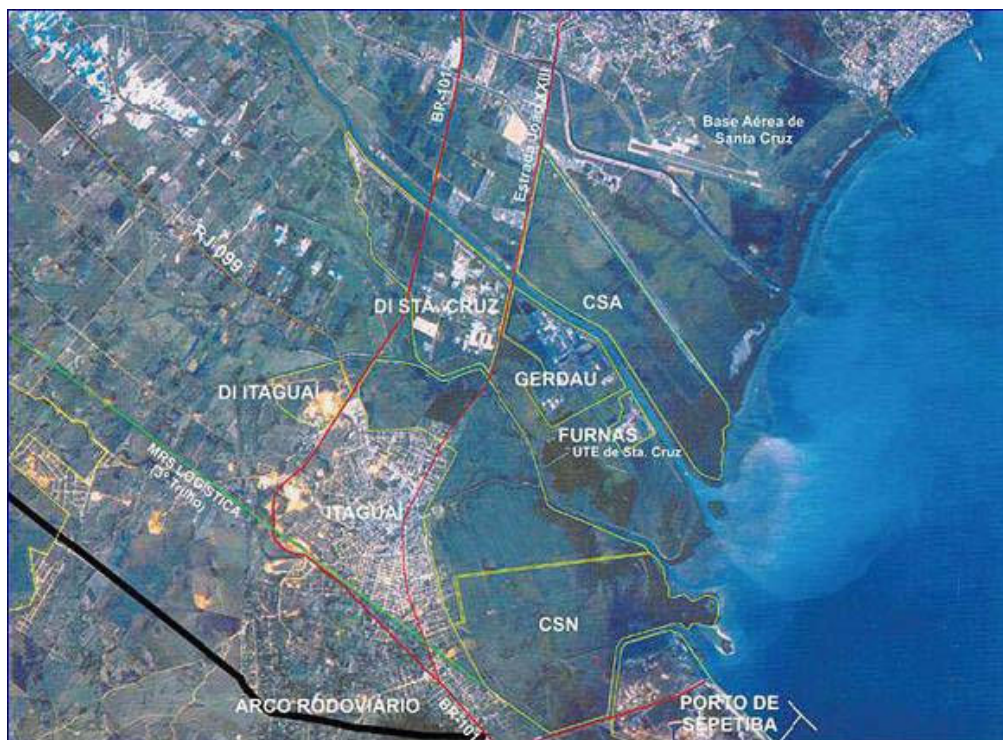
Fonte: RIMA Ecologus - Terminal Portuário CSA

4. Município de Itaguaí e suas Zonas Industriais



Fonte: RIMA Ecologus - Terminal Portuário CSA

5. Localização terreno CSA e Distritos Industriais no entorno



Fonte: RIMA Ecologus - Terminal Portuário CSA

6. Vista aérea da Ilha da Madeira: Porto de Itaguaí e passivo da Ingá (acima na figura)



7. Figura com desenho do projeto da CSA disponível no site da empresa



Fonte: Site ThyssenKrupp CSA

8. O então Secretário do Estado do Ambiente Carlos Minc e o Governador Sérgio Cabral no terreno da Ingá Mercantil inaugurando obras de descontaminação do passivo ambiental.



9. Placa da ThyssenKrupp CSA



Fonte: Site ThyssenKrupp CSA

10. Ponte de Acesso ao Porto de Itaguaí



11. Usina Termelétrica de Santa Cruz, no Distrito Industrial (ZEI) de Santa Cruz



12. Bate-estacas e inúmeras estacas em obra ThyssenKrupp CSA



13. Ponte de acesso em construção no manguezal



14. Obra no terreno da CSA – observar manguezal morto mais embaixo



15. Obra no terreno da CSA – observar novamente a bacia de contenção de água, com parte do manguezal morto. Mais bate-estacas na foto, mais a esquerda.



16. Obra no terreno da CSA – observar construção da ponte de acesso acima, a bacia de contenção de água à esquerda, com parte do manguezal morto, além de supressão de vegetação à direita na foto.



17. Construção da ponte de acesso e alteração na coloração da água

